



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 844

Quinta-feira - 13 de Outubro de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Ascurra	2
Biguaçu	2
Braço do Trombudo	6
Caçador	7
Camboriú	19
Campo Alegre	20
Campos Novos	21
Canoinhas	22
Capinzal	33
Chapadão do Lageado	51
Concórdia	51
Cordilheira Alta	64
Corupá	70
Curitibanos	71
Ermo	71
Forquilha	72
Fraiburgo	76
Garuva	81
Gaspar	100
Governador Celso Ramos	100
Guaramirim	101
Herval do Oeste	101
Imbituba	102
Iomerê	103
Irineópolis	104
Itaiópolis	106
Itapoá	117
Joaçaba	117
José Boiteux	122
Lages	124
Leoberto Leal	125
Lindóia do Sul	126
Luzerna	127
Macieira	127
Massaranduba	128
Meleiro	128
Morro da Fumaça	130
Navegantes	131
Novo Horizonte	132
Palhoça	132
Paulo Lopes	136
Pinheiro Preto	180
Porto Belo	183
Porto União	186
Rio do Sul	189
São Lourenço do Oeste	210
São Pedro de Alcântara	210
Schroeder	212

Timbó	219
Videira	219
Vitor Meireles	226

Associações

CIS/AMUNESC	230
-------------------	-----

Consórcios

ARIS	230
CIS/AMUREL	231

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto N° 110/2011

DECRETO N° 110/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei n°. 1303/10 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 43.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0002.2.014-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias 29.000,00

04.01.12.361.0002.2.008-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias 14.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação 43.000,00.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 11 de Outubro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 11 de Outubro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha - Diagramador

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ascurra

PREFEITURA

Editais de Pregão N. 47/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE AS CURRA
EDITAL DE PREGÃO N. 47/2011

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 25 de outubro de 2011, CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas do ramo de atividade pertinente para, AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO 0 km 04 PORTAS ANO E MODELO 2011, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente. Ou no site www.ascurra.sc.gov.br

Ascurra, 13 de outubro de 2011.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Editais de Processo Seletivo N.º 002/2011 - Errata

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 002/2011 - ERRATA

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, vem informar que houve alteração no ANEXO I - CONTEUDO PROGRAMATICO, como a inclusão do conteúdo de conhecimento específico para o Cargo de Professor I:

PROFESSOR I

História da Educação. História da Educação Brasileira. Alfabetização e letramento. Construtivismo. Sociointeracionismo. Concepção de educação. Políticas Sociais. Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Parâmetros Curriculares Nacionais. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Proposta Curricular de Santa Catarina. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. Avaliação. Gestão educacional. Educação inclusiva. Fundamentos do currículo. Projeto Político Pedagógico. Teorias da aprendizagem. Interdisciplinaridade.

Ascurra, 10 de outubro de 2011.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Publicação do Contrato Nº 10.197/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Contrato Número 10. 197/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E CONSUMO PARA USO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO.

Fornecedor: CENTER SPONCHIADO LTDA

Valor: R\$: 395,94 (trezentos e noventa e cinco reais e noventa e quatro centavos) de acordo com o PE 86/2011-FMS.
Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato 10.199/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Contrato Número 10. 199/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E CONSUMO PARA USO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO.

Fornecedor: DIAL DEPARTAMENTO LTDA ME.

Valor: R\$: 1.270,00 (um mil duzentos e setenta reais) de acordo com o PE 86/2011-FMS.
Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.188/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Contrato Número 10. 188/2011/FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E CONSUMO PARA USO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO.

Fornecedor: AGILE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS S&M LTDA.

Valor: R\$: 1.869,00 (um mil e oitocentos e sessenta e nove reais) de acordo com o PE 86/2011-FMS.
Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.189/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Contrato Número 10. 189/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E CONSUMO PARA USO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO.

Fornecedor: AKON LTDA ME.

Valor: R\$: 10.653,00 (dez mil e seiscentos e cinquenta e três reais) de acordo com o PE 86/2011-FMS.
Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.190/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Contrato Número 10. 190/2011/FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E CONSUMO PARA USO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DESTE MUNICIPIO.

Fornecedor: ALTERMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$: 1.394,49 (hum mil e trezentos e noventa e quatro e quarenta e nove centavos) de acordo com o PE 86/2011-FMS.
Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.191/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Contrato Número 10. 191/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E CONSUMO PARA USO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DESTE MUNICIPIO.

Fornecedor: ANA MARIA PIRES BELÉM ME

Valor: R\$: 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais) de acordo com o PE 86/2011-FMS.
Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.192/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Contrato Número 10. 192/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E CONSUMO PARA USO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DESTE MUNICIPIO.

Fornecedor: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA.

Valor: R\$: 18.172,78 (dezoito mil e cento e setenta e dois reais e setenta e oito centavos) de acordo com o PE 86/2011-FMS.
Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.193/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Contrato Número 10. 193/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E CONSUMO PARA USO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DESTE MUNICIPIO.

Fornecedor: ATLANTIS COMÉRCIO DE MÁQ. E EQUIP. LTDA - EPP

Valor: R\$: 1.560,00 (hum mil e quinhentos e sessenta reais) de acordo com o PE 86/2011-FMS.
Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.194/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Contrato Número 10. 194/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E CONSUMO PARA USO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DESTE MUNICIPIO.

Fornecedor: BERNADETE CASTILHA DE OLIVEIRA ME

Valor: R\$: 10.583,60 (dez mil e quinhentos e oitenta e três reais e sessenta centavos) de acordo com o PE 86/2011-FMS.
Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.195/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Contrato Número 10. 195/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E CONSUMO PARA USO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DESTE MUNICIPIO.

Fornecedor: BIUDES & OLIVEIRA EQUIPAMENTOS LTDA.

Valor: R\$: 979,00 (novecentos e setenta e nove reais) de acordo com o PE 86/2011-FMS.
Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.196/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Contrato Número 10. 196/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E CONSUMO PARA USO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DESTE MUNICIPIO.

Fornecedor: BS EQUIPAMENTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP

Valor: R\$: 10.400,00 (dez mil e quatrocentos) de acordo com o PE 86/2011-FMS.

Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.198/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Contrato Número 10. 198/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E CONSUMO PARA USO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DESTE MUNICIPIO.

Fornecedor: COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA.

Valor: R\$: 17.299,00 (dezesete mil e duzentos e noventa e nove reais) de acordo com o PE 86/2011-FMS.

Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.200/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Contrato Número 10. 200/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E CONSUMO PARA USO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DESTE MUNICIPIO.

Fornecedor: DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA - EPP

Valor: R\$: 6.979,95 (seis mil e novecentos e setenta e nove reais e noventa e cinco centavos) de acordo com o PE 86/2011-FMS.

Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.201/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Contrato Número 10. 201/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E CONSUMO PARA USO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DESTE MUNICIPIO.

Fornecedor: DUCA MÓVEIS LTDA EPP

Valor: R\$: 8.971,18 (oito mil e novecentos e setenta e um reais e dezoito centavos) de acordo com o PE 86/2011-FMS.

Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.202/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Contrato Número 10. 202/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E CONSUMO PARA USO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DESTE MUNICIPIO.

Fornecedor: INDREL - INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRI-NENSE LTDA.

Valor: R\$: 15.950,00 (quinze mil e novecentos e cinquenta reais) de acordo com o PE 86/2011-FMS.

Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.203/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Contrato Número 10. 203/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E CONSUMO PARA USO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DESTE MUNICIPIO.

Fornecedor: LUIS CÉSAR REIS ME

Valor: R\$: 6.196,80 (seis mil e cento e noventa e seis reais e noventa centavos) de acordo com o PE 86/2011-FMS.

Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.204/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Contrato Número 10. 204/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E CONSUMO PARA USO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DESTE MUNICIPIO.

Fornecedor: MARCELO B. SILVEIRA & CIA LTDA

Valor: R\$: 4.440,00 (quatro mil e quatrocentos e quarenta reais) de acordo com o PE 86/2011-FMS.

Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.205/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Contrato Número 10. 205/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E CONSUMO PARA USO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DESTE MUNICIPIO.

Fornecedor: MEDITEC COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA.

Valor: R\$: 5.443,80 (cinco mil e quatrocentos e quarenta e três reais e oitenta centavos) de acordo com o PE 86/2011-FMS.
Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.206/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Contrato Número 10. 206/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E CONSUMO PARA USO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DESTE MUNICIPIO.

Fornecedor: MICROMED BIOTECNOLOGIA LTDA.

Valor: R\$: 26.700,00 (vinte e seis mil e setecentos reais) de acordo com o PE 86/2011-FMS.
Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.207/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Contrato Número 10. 207/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E CONSUMO PARA USO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DESTE MUNICIPIO.

Fornecedor: MILES COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$: 4.000,00 (quatro mil reais) de acordo com o PE 86/2011-FMS.
Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.208/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Contrato Número 10. 208/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E CONSUMO PARA USO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DESTE MUNICIPIO.

Fornecedor: OLIDEF CZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE APARELHOS HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$: 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) de acordo com o PE 86/2011-FMS.
Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.209/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Contrato Número 10. 209/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E CONSUMO PARA USO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DESTE MUNICIPIO.

Fornecedor: OLIMED MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$: 2.040,00 (dois mil e quarenta reais) de acordo com o PE 86/2011-FMS.
Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.210/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Contrato Número 10. 210/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E CONSUMO PARA USO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DESTE MUNICIPIO.

Fornecedor: REALMEDIC DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS LTDA - EPP

Valor: R\$: 3.749,75 (três mil e setecentos e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos) de acordo com o PE 86/2011-FMS.
Prazo de vigência: 31/12/2011

Publicação do Contrato Nº 10.211/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Contrato Número 10. 211/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: CIRÚRGICA THOMÉ - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICO - HOSPITALARES LTDA - ME

Valor: R\$: 887,00 (oitocentos e oitenta e sete reais) de acordo com o PE 94/2011-FMS.
Prazo de vigência: 31/12/2011

Recisão Contrato 94/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

CONTRATO RESCINDIDO: Nº 94/2011

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU/SC.

CONTRATADA: ALEXANDRO ÁVILA DE OLIVEIRA ME

OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA

PROCESSO PP 278/2010 PMB

O Município de Biguaçu, pessoa jurídica Direito Público Interno, inscrita no CGC/MF, sob o número 82892308/0001-53, estabelecida na Praça Nereu Ramos, 90 - Centro - aqui representada pela senhora Secretária de Administração Regina Evaldt, por delegação e competência (Decreto 101 de 24/07/2009), e CONSIDERANDO o descumprimento por parte da CONTRATADA, das obrigações contratuais por ela assumidas nos termos da cláusula DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE - DA CONTRATADA: "Obriga-se a Contratada ao fiel cumprimento do objeto contratado", especialmente por não ter entregado os materiais solicitados nas AF's 433/2011 e 434/2011 do referido processo, RESOLVE RESCINDIR UNILATERALMENTE o Contrato 94/2011, firmado com a Empresa ALEXANDRO ÁVILA DE OLIVEIRA ME, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita sob o número 12.369.288/0001-55 com sede na Rua Açucena, 131 sl 02 JD Das Palmeiras - Palhoça/SC, neste ato representado pelo senhor Alexsandro Ávila de Oliveira, nos termos do quanto estabelecem os artigos 78, I Lei Federal 8.666/93.

Biguaçu, 05 de Outubro de 2011.

REGINA EVALDT

Secretária de Administração

Braço do Trombudo**PREFEITURA****Decreto 042/2011**

DECRETO 042/2011

Cancela Edital de Pavimentação 03/2011.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc

DECRETA:

Art. 1º - Fica cancelado o Edital de Pavimentação 03/2011 - Contribuição de Melhorias referente a Pavimentação Alfáltica da Rua dos Pioneiros, neste município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 10 de outubro de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

DECRETO 042/2011

Cancela Edital de Pavimentação 03/2011.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc

DECRETA:

Art. 1º - Fica cancelado o Edital de Pavimentação 03/2011 - Contribuição de Melhorias referente a Pavimentação Alfáltica da Rua dos Pioneiros, neste município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 10 de outubro de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Decreto 043/2011

DECRETO Nº 043/2011

Estabelece o prazo para pagamento da Contribuição de Melhorias das seguintes ruas: Almirante Tamandaré, Ricardo Teske, Leôncio Rodrigues Machado e Fernando Gomes, conforme editais: 01, 02, 04 e 05/2011 de 07 de julho de 2011.

DECRETA

Art.1º - Fica estabelecido o prazo para pagamento das Contribuições de Melhorias das seguintes ruas: Almirante Tamandaré, Ricardo Teske, Leôncio Rodrigues Machado e Fernando Gomes, conforme editais: 01, 02, 04 e 05/2011 de 07 de julho de 2011, fixando os vencimentos, conforme segue:

PARCELA	VENCIMENTO
Parcela Única	15/11/2011
Parcela 1	15/11/2011

Parágrafo Primeiro: O contribuinte que optar pela parcela única, terá o direito a um desconto de 20% (vinte por cento) sobre o montante.

Parágrafo Segundo: As demais parcelas possuem o vencimento sempre no dia 15 de cada mês, podendo a contribuição ser parcelada em até 60 (sessenta) meses, de acordo com o critério de cada contribuinte, mediante apresentação de requerimento.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 10 de outubro de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Decreto 046/2011

DECRETO Nº 046/2011

Retifica o decreto de homologação dos inscritos do cargo de Psicólogo.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e emendas, juntamente com a Comissão de Coordenação e de Fiscalização do Teste Seletivo, com execução técnico-administrativa do Instituto o Barriga Verde,

DECRETA:

Art.1º - Fica excluída da lista do cargo de Psicólogo a candidata de inscrição nº 117 Ana Paula Brandt, tendo em vista que sua

inscrição é para o cargo de Dentista.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 11 de Outubro de 2011
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 226

LEI COMPLEMENTAR Nº 226, de 06 de outubro de 2011.

Autoriza conceder o direito real de uso de área de terreno urbano, de propriedade do Município de Caçador, ao Centro Comunitário do Bairro Bom Jesus, e dá outras providências

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder ao Centro Comunitário do Bairro Bom Jesus, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 78.496.965/0001-04, com sede na Rua Joinville, Bairro Bom Jesus, neste Município de Caçador, o direito real de uso, de uma área de terreno urbano com superfície total de 550,00m2 (quinhentos e cinquenta metros quadrados), constituída por duas áreas, sendo uma de 400,00m2 (quatrocentos metros quadrados) e outra de 150,00 m2 (cento e cinquenta metros quadrados), as quais fazem parte do lote nº 207, da quadra "R", do Loteamento Bom Jesus, objetos das matrículas 10.722 e 13.677, respectivamente, do Registro de Imóveis desta Comarca de Caçador.

Parágrafo único. Na área de terreno urbano de que trata o artigo 1º, encontra-se a igreja e o centro comunitário do Bairro Bom Jesus.

Art. 2º O prazo da presente concessão de direito real de uso será de 10 (dez) anos, podendo ser renovado de acordo com o interesse da administração municipal.

Art. 3º É vedada ao concessionário gravar qualquer ônus no imóvel cedido, oferecê-lo como garantia de dívida ou obrigação de outra espécie.

Art. 4º O concessionário responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel, sem prejuízo da finalidade prevista, pelo prazo legal.

Art. 5º Caso a área concedida seja utilizada de forma contrária à prevista nesta Lei, com desvio de finalidade, ocorrendo cessação das atividades, ou pelo descumprimento dos prazos e encargos estipulados, poderá ocorrer a rescisão unilateral pela Administração, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que o bem imóvel e suas benfeitorias reverterão automaticamente ao Poder Público Municipal, independentemente de qualquer indenização.

Art. 6º A conservação, zelo e segurança do imóvel cedido constituem obrigações permanentes e indeclináveis do concessionário e

este poderá também contratar seguro contra riscos de qualquer natureza, sob pena de apuração das responsabilidades.

Art. 7º Fica a área de terreno urbano mencionada no art. 1º, desafetada na forma da lei.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de outubro de 2011

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM IMÓVEL

Por este instrumento de concessão de direito real de uso, com base no art. 118, da Lei Orgânica Municipal, de um lado o MUNICÍPIO DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com seu órgão representativo a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR, inscrita no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, estabelecida à Avenida Santa Catarina, nº 195, nesta cidade de Caçador/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. IMAR ROCHA, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC, de ora em diante denominado CONCEDENTE; e de outro o CENTRO COMUNITÁRIO DO BAIRRO BOM JESUS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 78.496.965/0001-04, com sede na Rua Joinville, s/nº, Bairro Bom Jesus, neste Município de Caçador, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. GERSO JOSÉ BORILLE, residente e domiciliado em Caçador-SC, de ora em diante denominado CONCESSIONÁRIO, tem entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, sendo Senhor e legítimo possuidor de uma área de terreno urbano com superfície total de 550,00m2 (quinhentos e cinquenta metros quadrados), constituída por duas áreas, sendo uma de 400,00m2 (quatrocentos metros quadrados) e outra de 150,00 m2 (cento e cinquenta metros quadrados), as quais fazem parte do lote nº 207, da quadra "R", do Loteamento Bom Jesus, objetos das matrículas 10.722 e 13.677, respectivamente, do Registro de Imóveis desta Comarca de Caçador, cede-a para uso do CONCESSIONÁRIO, onde encontra-se a igreja e o centro comunitário do Bairro Bom Jesus, pelo prazo de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica expressamente proibida a cessão ou transferência deste instrumento a terceiros, por parte do CONCESSIONÁRIO, sem anuência prévia da CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA

Caso a área concedida seja utilizada de forma contrária à prevista nesta Lei, com desvio de finalidade prevista no projeto, ocorrendo cessação das atividades, ou pelo descumprimento dos prazos estipulados, poderá ocorrer a rescisão unilateral pela Administração, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que o bem imóvel e suas benfeitorias reverterão automaticamente ao Poder Público Municipal, podendo este repassá-lo

a outra entidade ou empresa ou dar-lhe outra destinação com a devida manifestação da Câmara Municipal, independentemente de

qualquer indenização.

CLÁUSULA QUARTA

Fica eleito o Foro da Comarca de Caçador para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem certos e ajustados, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para o mesmo fim.

Caçador, 06 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal

GERSO JOSÉ BORILLE,
Presidente do Conselho Comunitário do Bairro Bom Jesus

TESTEMUNHA _____
NOME _____
CPF _____

TESTEMUNHA _____
NOME _____
CPF _____

Lei Complementar Nº 227

LEI COMPLEMENTAR Nº 227, de 06 de outubro de 2011.

Altera e acresce dispositivos no art. 17, da Lei nº 054, de 15 de dezembro de 1983, que institui o Código Tributário do Município de Caçador.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º O art. 17, da Lei nº 054, de 15 de dezembro de 1983, que institui o Código Tributário do Município de Caçador, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. A arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU se processará durante o exercício fiscal, com pagamento em cota única ou em até 08 (oito) parcelas mensais.

§ 1º O pagamento do imposto integral em cota única, poderá ser efetuado da seguinte forma:

I - até o dia 10 de fevereiro de cada exercício, com desconto de 20% (vinte por cento);

II - até o dia 10 de março de cada exercício, com desconto de 10% (dez por cento). (NR)

§ 2º A O pagamento do imposto parcelado, deverá obedecer a seguinte tabela de vencimento para cada exercício fiscal:

I - 1ª Parcela - iniciando em 10 de março;

II - 2ª Parcela - iniciando em 10 de abril;

III - 3ª Parcela - iniciando em 10 de maio;

IV - 4ª Parcela - iniciando em 10 de junho;

V - 5ª Parcela - iniciando em 10 de julho;

VI - 6ª Parcela - iniciando em 10 de agosto;

VII - 7ª Parcela - iniciando em 10 de setembro;

VIII - 8ª Parcela - iniciando em 10 de outubro.

a) quando o dia determinado para o pagamento da respectiva parcela for sábado, domingo ou feriado, a quitação poderá ser efetuada no primeiro dia útil imediatamente posterior. (NR)”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Lei Nº 2.844

L E I Nº 2.844, de 06 de outubro de 2011.

Institui e regulamenta o Vale-Transporte para os servidores da Câmara Municipal de Caçador.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

CAPÍTULO I

DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA VALE-TRANSPORTE

Art. 1º Fica instituído o Vale-Transporte, para atendimento aos servidores da Câmara Municipal de Caçador.

Art. 2º A Câmarapoderá descontar, em folha, parcela equivalente a 6% (seis por cento) do salário básico do servidor, considerando a quantidade de vales-transporte fornecida antecipadamente ao beneficiário.

Parágrafo único. A importância superior ao valor descontado do servidor constitui encargo e responsabilidade da Câmara, que correrá por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

01- PODER LEGISLATIVO

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL

2.001 - Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais

33.90.00.00 - Aplicações Diretas

33.90.39-72 - Vale-Transporte

CAPÍTULO II

DOS BENEFICIÁRIOS E DO BENEFÍCIO DO VALE-TRANSPORTE

Art. 3º São beneficiários do Vale-Transporte, nos termos da presente Lei, os servidores da Câmara Municipal de Caçador.

Art. 4º O Vale-Transporte constitui benefício que a Câmara antecipará aos seus servidores para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

Art. 5º O Vale-Transporte é utilizável em todas as formas de transporte coletivo público urbano ou ainda, intermunicipais com características semelhantes ao urbano, em linha regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente.

Art. 6º É vedado substituir o vale-transporte por antecipação em dinheiro ou qualquer outra forma de pagamento.

Art. 7º O Vale-Transporte no que se refere à contribuição da Câmara:

I - não tem natureza salarial, nem se incorpora a remuneração do servidor para quaisquer efeitos;

II - não constitui base de incidência de contribuição previdenciária;

III - não configura rendimento tributável do servidor.

CAPÍTULO III

DO EXERCÍCIO DO DIREITO DO VALE-TRANSPORTE

Art. 8º Para o exercício do direito de receber o Vale-Transporte o servidor informará por escrito:

I - seu endereço residencial;

II - os meios de transporte mais adequados ao seu deslocamento

residência-trabalho e vice-versa.

§ 1º A informação de que trata este artigo será atualizada anualmente ou sempre que ocorrer alteração das circunstâncias mencionadas nos incisos I e II, sob pena de suspensão do benefício até o cumprimento dessa exigência.

§ 2º O servidor firmará compromisso de utilizar o Vale-Transporte exclusivamente para seu efetivo deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

§ 3º A declaração falsa ou o uso indevido do Vale-Transporte constituem falta grave.

Art. 9º O vale-transporte será custeado:

I - pelo servidor, na parcela equivalente a 6% (seis por cento) de seu salário básico ou vencimento, excluídos quaisquer adicionais ou vantagens;

II - pela Câmara no que exceder a parcela referida no inciso I.

Parágrafo único. A concessão do Vale-Transporte autorizará à Câmara Municipal, a descontar mensalmente do servidor que exercer o respectivo direito, o valor da parcela de que trata o inciso I deste artigo.

CAPÍTULO IV DA OPERACIONALIZAÇÃO DO VALE-TRANSPORTE

Art. 10. As empresas operadoras do sistema de transporte coletivo público ficam obrigadas a emitir e comercializar o Vale-Transporte ao preço da tarifa vigente, assumindo os custos dessa obrigação, sem repassá-los para a tarifa dos serviços.

Art. 11. A venda à Câmara será comprovada mediante recibo sequencial numerado, emitido pela vendedora em duas vias.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. O Vale-Transporte para os servidores da Câmara será operacionalizado pelo Setor de Recursos Humanos.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Lei Nº 2.845

L E I Nº 2.845, de 06 de outubro de 2011.

Declara de Utilidade Pública o Grupo de Teatro Temporal.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Grupo de Teatro Temporal, entidade sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.502.002/0001-76, com sede na Rua Carlos Coelho de Souza, nº 612, Bairro D.E.R., nesta cidade de Caçador.

Art. 2º Ficam assegurados ao Grupo, todas as vantagens, benefícios e prerrogativas previstas na legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Lei Nº 2.846

L E I Nº 2.846, de 06 de outubro de 2011.

Dispõe sobre a gratificação dos membros e secretário da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, por serviços prestados e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a gratificar cada membro da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI e o Secretário da JARI, com a quantia equivalente a 01 (uma) VRM, sempre que se reunirem ordinariamente e extraordinariamente para decidirem sobre infrações de trânsito.

§ 1º Cada reunião ordinária e extraordinária terá um tempo de duração de 01 (um) turno, referente ao período de atividade do órgão executivo de trânsito.

§ 2º Poderão ser convocadas no máximo de 01 (uma) reunião ordinária por semana.

§ 3º Poderão ser convocadas no máximo 01 (uma) reunião extraordinária, a cada intervalo de 30 (trinta) dias.

§ 4º Serão remuneradas no máximo, até 02 (duas) reuniões ordinárias mensais e 01 (uma) reunião extraordinária a cada intervalo de 30 (trinta) dias.

Art. 2º Fica vetada a remuneração de membros da JARI que sejam servidores públicos de carreira e/ou estejam nomeados em cargos comissionados de qualquer esfera.

Parágrafo único. O servidor público de carreira terá direito a gratificação de que trata o "caput" do art. 1º, desde que realizada a reunião fora do expediente.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta própria da dotação orçamentária prevista no Convênio celebrado entre o Município de Caçador e a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, para cooperação nas atividades de operação, fiscalização e controle do trânsito no município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Lei Nº 2.847

L E I Nº 2.847, de 06 de outubro de 2011.

Dispõe sobre o parcelamento de débitos oriundos de contribuições previdenciárias devidas e não repassadas ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento dos débitos oriundos das

contribuições devidas e não repassadas pelo Município ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, relativos às competências descritas nos anexos que ficam fazendo parte integrante da presente Lei, em até 60 (sessenta) prestações mensais consecutivas.

Art. 2º Para a apuração do montante devido, os valores originais serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e acrescido de juros legais de 1% (um por cento) acumulados desde a data de vencimento até a data de 31 de agosto de 2011.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

ANEXO I**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC****DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA - MUNICÍPIO X IPASC - APORTE (§5º, ART.15, LC Nº 93/2006)
CORRIGIDA ATÉ 26/08/11**

Competência	Desde	Valor Original	Descrição	Corrigido*	Juros**	Atualizado
dez/10	7/1/2011	R\$ 76.478,33	Aporte	R\$ 79.564,45	R\$ 5.569,51	R\$ 85.133,96
13º Sal/10	7/1/2011	R\$ 73.592,64	Aporte	R\$ 76.562,32	R\$ 5.359,36	R\$ 81.921,68
jan/11	7/2/2011	R\$ 88.856,54	Aporte	R\$ 91.681,20	R\$ 5.500,87	R\$ 97.182,08
fev/11	7/3/2011	R\$ 88.289,23	Aporte	R\$ 90.372,88	R\$ 4.518,64	R\$ 94.891,52
abr/11	6/5/2011	R\$ 104.063,71	Aporte	R\$ 104.877,17	R\$ 3.146,32	R\$ 108.023,49
mai/11	7/6/2011	R\$ 104.336,66	Aporte	R\$ 104.660,35	R\$ 2.093,21	R\$ 106.753,56
jun/11	7/7/2011	R\$ 103.946,91	Aporte	R\$ 104.113,23	R\$ 1.041,13	R\$ 105.154,36
jul/11	5/8/2011	R\$ 103.889,69	Aporte	R\$ 103.889,69	R\$ -	R\$ 103.889,69
TOTAIS		R\$ 743.453,71		R\$ 755.721,29	R\$ 27.229,04	R\$ 782.950,33

* Correção Monetária pelo IPCA, conforme disposto no art. 21 da Lei Ordinária Nº 93/2006.

** Juros de 12% ao ano, conforme disposto no art. 21 da Lei Ordinária Nº 93/2006.

ANEXO II**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC****DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA - MUNICÍPIO X IPASC - DÍVIDA S/FOLHA EFETIVOS
CORRIGIDA ATÉ 26/08/11**

	Desde	Valor Original	Descrição	Corrigido*	Juros**	Atualizado
dez/10	7/1/2011	R\$ 77.122,11	Dívida	R\$ 80.234,21	R\$ 5.616,39	R\$ 85.850,60
13º Sal/10	7/1/2011	R\$ 74.506,43	Dívida	R\$ 77.512,98	R\$ 5.425,91	R\$ 82.938,89
jan/11	7/2/2011	R\$ 88.318,95	Dívida	R\$ 91.126,52	R\$ 5.467,59	R\$ 96.594,12
fev/11	7/3/2011	R\$ 81.489,64	Dívida	R\$ 83.412,81	R\$ 4.170,64	R\$ 87.583,46
TOTAIS		R\$ 321.437,13		R\$ 332.286,53	R\$ 20.680,54	R\$ 352.967,06

* Correção Monetária pelo IPCA, conforme disposto no art. 21 da Lei Ordinária Nº 93/2006.

** Juros de 12% ao ano, conforme disposto no art. 21 da Lei Ordinária Nº 93/2006.

ANEXO III
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA - MUNICÍPIO X IPASC - COTA PATRONAL(ART.15, LC Nº 93/2006)
CORRIGIDA ATÉ 26/08/11

Competência	Desde	Valor Original	Descrição	Corrigido*	Juros**	Atualizado
dez/10	7/1/2011	R\$ 53.961,22	Patronal	R\$ 56.138,71	R\$ 3.929,71	R\$ 60.068,42
13º Sal/10	7/1/2011	R\$ 51.925,20	Patronal	R\$ 54.020,53	R\$ 3.781,44	R\$ 57.801,97
jan/11	7/2/2011	R\$ 56.813,71	Patronal	R\$ 58.619,76	R\$ 3.517,19	R\$ 62.136,95
fev/11	7/3/2011	R\$ 56.463,76	Patronal	R\$ 57.796,32	R\$ 2.889,82	R\$ 60.686,13
abr/11	6/5/2011	R\$ 66.550,56	Patronal	R\$ 67.070,78	R\$ 2.012,12	R\$ 69.082,91
mai/11	7/6/2011	R\$ 66.725,21	Patronal	R\$ 66.932,22	R\$ 1.338,64	R\$ 68.270,86
jun/11	7/7/2011	R\$ 66.477,65	Patronal	R\$ 66.584,01	R\$ 665,84	R\$ 67.249,85
jul/11	5/8/2011	R\$ 66.441,05	Patronal	R\$ 66.441,05	-	R\$ 66.441,05
	TOTAIS	R\$ 485.358,36		R\$ 493.603,39	R\$ 18.134,76	R\$ 511.738,15

* Correção Monetária pelo IPCA, conforme disposto no art. 21 da Lei Ordinária Nº 93/2006.

** Juros de 12% ao ano, conforme disposto no art. 21 da Lei Ordinária Nº 93/2006.

ANEXO IV
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA - MUNICÍPIO X IPASC - COTA PATRONAL SAÚDE
CORRIGIDA ATÉ 26/08/11

Competência	Desde	Valor Original	Descrição	Corrigido*	Juros**	Atualizado
dez/10	7/1/2011	R\$ 40.757,11	Patr/Saúde	R\$ 42.401,78	R\$ 2.968,12	R\$ 45.369,90
13º Sal/10	7/1/2011	R\$ 38.787,02	Patr/Saúde	R\$ 40.352,19	R\$ 2.824,65	R\$ 43.176,84
jan/11	7/2/2011	R\$ 44.008,32	Patr/Saúde	R\$ 45.407,30	R\$ 2.724,44	R\$ 48.131,74
fev/11	7/3/2011	R\$ 44.314,37	Patr/Saúde	R\$ 45.360,20	R\$ 2.268,01	R\$ 47.628,21
abr/11	6/5/2011	R\$ 55.813,34	Patr/Saúde	R\$ 56.249,63	R\$ 1.687,49	R\$ 57.937,12
mai/11	7/6/2011	R\$ 55.966,64	Patr/Saúde	R\$ 56.140,27	R\$ 1.122,81	R\$ 57.263,08
jun/11	7/7/2011	R\$ 56.978,45	Patr/Saúde	R\$ 57.069,62	R\$ 570,70	R\$ 57.640,31
jul/11	5/8/2011	R\$ 56.969,87	Patr/Saúde	R\$ 56.969,87	-	R\$ 56.969,87
	TOTAIS	R\$ 393.595,12		R\$ 399.950,85	R\$ 14.166,22	R\$ 414.117,07

* Correção Monetária pelo IPCA, conforme disposto no art. 21 da Lei Ordinária Nº 93/2006.

** Juros de 12% ao ano, conforme disposto no art. 21 da Lei Ordinária Nº 93/2006.

ANEXO V
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA - MUNICÍPIO X IPASC - COTA PATRONAL APORTE SAÚDE
CORRIGIDA ATÉ 26/08/11

Competência	Desde	Valor Original	Descrição	Corrigido*	Juros**	Atualizado
dez/10	7/1/2011	R\$ 57.764,06	Aporte/Saúde	R\$ 60.095,01	R\$ 4.206,65	R\$ 64.301,66
13º Sal/10	7/1/2011	R\$ 54.971,91	Aporte/Saúde	R\$ 57.190,19	R\$ 4.003,31	R\$ 61.193,50
jan/11	7/2/2011	R\$ 68.813,16	Aporte/Saúde	R\$ 71.000,66	R\$ 4.260,04	R\$ 75.260,70
fev/11	7/3/2011	R\$ 69.291,74	Aporte/Saúde	R\$ 70.927,04	R\$ 3.546,35	R\$ 74.473,39
mar/11	7/4/2011	R\$ 45.988,34	Aporte/Saúde	R\$ 46.704,71	R\$ 1.868,19	R\$ 48.572,90
abr/11	6/5/2011	R\$ 87.273,40	Aporte/Saúde	R\$ 87.955,61	R\$ 2.638,67	R\$ 90.594,28
mai/11	7/6/2011	R\$ 87.513,15	Aporte/Saúde	R\$ 87.784,65	R\$ 1.755,69	R\$ 89.540,34
jun/11	7/7/2011	R\$ 89.093,83	Aporte/Saúde	R\$ 89.236,38	R\$ 892,36	R\$ 90.128,74
jul/11	5/8/2011	R\$ 89.080,48	Aporte/Saúde	R\$ 89.080,48	R\$ -	R\$ 89.080,48
	TOTAIS	R\$ 649.790,07		R\$ 659.974,73	R\$ 23.171,27	R\$ 683.146,00

* Correção Monetária pelo IPCA, conforme disposto no art. 21 da Lei Ordinária Nº 93/2006.

** Juros de 12% ao ano, conforme disposto no art. 21 da Lei Ordinária Nº 93/2006.

ANEXO VI
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA - MUNICÍPIO X IPASC - CONSOLIDAÇÃO
CORRIGIDA ATÉ 26/08/11

APORTE	R\$ 782.950,33
DÍVIDA S/FOLHA EFETIVOS	R\$ 352.967,06
COTA PATRONAL	R\$ 511.738,15
COTA PATRONAL SAÚDE	R\$ 414.117,07
APORTE SAÚDE	R\$ 683.146,00
TOTAL	R\$ 2.744.918,61

ANEXO VII
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC
AMORTIZAÇÃO DÍVIDA - MUNICÍPIO X IPASC

PLANO DE AMORTIZAÇÃO - Sistema de Correção do Saldo Devedor (SCSD)

Valor da dívida atualizada:	R\$ 2.744.918,61						
Prazo	60						
Taxa de Juros Mensal	0,5000%						
Vencimento 1ª Parcela	5/9/2011						
Indexador	IPCA						
	Saldo	Juros	Correção	Saldo+Correção+Juros	Prestação	IPCA	Parc.Falt.
set/11	R\$ 2.744.918,61				R\$ 45.748,64		60
out/11	R\$ 2.699.169,97	R\$ 13.495,85	R\$ -	R\$ 2.712.665,82	R\$ 45.977,39		59
nov/11	R\$ 2.666.688,43	R\$ 13.333,44	R\$ -	R\$ 2.680.021,87	R\$ 46.207,27		58
dez/11	R\$ 2.633.814,60	R\$ 13.169,07	R\$ -	R\$ 2.646.983,67	R\$ 46.438,31		57
jan/12	R\$ 2.600.545,36	R\$ 13.002,73	R\$ -	R\$ 2.613.548,09	R\$ 46.670,50		56
fev/12	R\$ 2.566.877,59	R\$ 12.834,39	R\$ -	R\$ 2.579.711,98	R\$ 46.903,85		55
mar/12	R\$ 2.532.808,12	R\$ 12.664,04	R\$ -	R\$ 2.545.472,16	R\$ 47.138,37		54
abr/12	R\$ 2.498.333,79	R\$ 12.491,67	R\$ -	R\$ 2.510.825,46	R\$ 47.374,07		53
mai/12	R\$ 2.463.451,39	R\$ 12.317,26	R\$ -	R\$ 2.475.768,65	R\$ 47.610,94		52
jun/12	R\$ 2.428.157,71	R\$ 12.140,79	R\$ -	R\$ 2.440.298,50	R\$ 47.848,99		51
jul/12	R\$ 2.392.449,51	R\$ 11.962,25	R\$ -	R\$ 2.404.411,76	R\$ 48.088,24		50
ago/12	R\$ 2.356.323,53	R\$ 11.781,62	R\$ -	R\$ 2.368.105,14	R\$ 48.328,68		49
set/12	R\$ 2.319.776,47	R\$ 11.598,88	R\$ -	R\$ 2.331.375,35	R\$ 48.570,32		48
out/12	R\$ 2.282.805,03	R\$ 11.414,03	R\$ -	R\$ 2.294.219,05	R\$ 48.813,17		47
nov/12	R\$ 2.245.405,88	R\$ 11.227,03	R\$ -	R\$ 2.256.632,91	R\$ 49.057,24		46
dez/12	R\$ 2.207.575,68	R\$ 11.037,88	R\$ -	R\$ 2.218.613,55	R\$ 49.302,52		45
jan/13	R\$ 2.169.311,03	R\$ 10.846,56	R\$ -	R\$ 2.180.157,59	R\$ 49.549,04		44
fev/13	R\$ 2.130.608,55	R\$ 10.653,04	R\$ -	R\$ 2.141.261,59	R\$ 49.796,78		43
mar/13	R\$ 2.091.464,81	R\$ 10.457,32	R\$ -	R\$ 2.101.922,13	R\$ 50.045,77		42
abr/13	R\$ 2.051.876,37	R\$ 10.259,38	R\$ -	R\$ 2.062.135,75	R\$ 50.295,99		41
mai/13	R\$ 2.011.839,76	R\$ 10.059,20	R\$ -	R\$ 2.021.898,96	R\$ 50.547,47		40
jun/13	R\$ 1.971.351,48	R\$ 9.856,76	R\$ -	R\$ 1.981.208,24	R\$ 50.800,21		39
jul/13	R\$ 1.930.408,03	R\$ 9.652,04	R\$ -	R\$ 1.940.060,07	R\$ 51.054,21		38
ago/13	R\$ 1.889.005,86	R\$ 9.445,03	R\$ -	R\$ 1.898.450,89	R\$ 51.309,48		37
set/13	R\$ 1.847.141,40	R\$ 9.235,71	R\$ -	R\$ 1.856.377,11	R\$ 51.566,03		36

out/13	R\$ 1.804.811,08	R\$ 9.024,06	R\$ -	R\$ 1.813.835,13	R\$ 51.823,86		35
nov/13	R\$ 1.762.011,27	R\$ 8.810,06	R\$ -	R\$ 1.770.821,33	R\$ 52.082,98		34
dez/13	R\$ 1.718.738,35	R\$ 8.593,69	R\$ -	R\$ 1.727.332,04	R\$ 52.343,40		33
jan/14	R\$ 1.674.988,65	R\$ 8.374,94	R\$ -	R\$ 1.683.363,59	R\$ 52.605,11		32
fev/14	R\$ 1.630.758,48	R\$ 8.153,79	R\$ -	R\$ 1.638.912,27	R\$ 52.868,14		31
mar/14	R\$ 1.586.044,13	R\$ 7.930,22	R\$ -	R\$ 1.593.974,35	R\$ 53.132,48		30
abr/14	R\$ 1.540.841,87	R\$ 7.704,21	R\$ -	R\$ 1.548.546,08	R\$ 53.398,14		29
mai/14	R\$ 1.495.147,94	R\$ 7.475,74	R\$ -	R\$ 1.502.623,68	R\$ 53.665,13		28
jun/14	R\$ 1.448.958,55	R\$ 7.244,79	R\$ -	R\$ 1.456.203,34	R\$ 53.933,46		27
jul/14	R\$ 1.402.269,89	R\$ 7.011,35	R\$ -	R\$ 1.409.281,24	R\$ 54.203,12		26
ago/14	R\$ 1.355.078,11	R\$ 6.775,39	R\$ -	R\$ 1.361.853,50	R\$ 54.474,14		25
set/14	R\$ 1.307.379,36	R\$ 6.536,90	R\$ -	R\$ 1.313.916,26	R\$ 54.746,51		24
out/14	R\$ 1.259.169,75	R\$ 6.295,85	R\$ -	R\$ 1.265.465,60	R\$ 55.020,24		23
nov/14	R\$ 1.210.445,35	R\$ 6.052,23	R\$ -	R\$ 1.216.497,58	R\$ 55.295,34		22
dez/14	R\$ 1.161.202,24	R\$ 5.806,01	R\$ -	R\$ 1.167.008,25	R\$ 55.571,82		21
jan/15	R\$ 1.111.436,43	R\$ 5.557,18	R\$ -	R\$ 1.116.993,61	R\$ 55.849,68		20
fev/15	R\$ 1.061.143,93	R\$ 5.305,72	R\$ -	R\$ 1.066.449,65	R\$ 56.128,93		19
mar/15	R\$ 1.010.320,72	R\$ 5.051,60	R\$ -	R\$ 1.015.372,32	R\$ 56.409,57		18
abr/15	R\$ 958.962,75	R\$ 4.794,81	R\$ -	R\$ 963.757,56	R\$ 56.691,62		17
mai/15	R\$ 907.065,94	R\$ 4.535,33	R\$ -	R\$ 911.601,27	R\$ 56.975,08		16
jun/15	R\$ 854.626,19	R\$ 4.273,13	R\$ -	R\$ 858.899,32	R\$ 57.259,95		15
jul/15	R\$ 801.639,37	R\$ 4.008,20	R\$ -	R\$ 805.647,56	R\$ 57.546,25		14
ago/15	R\$ 748.101,31	R\$ 3.740,51	R\$ -	R\$ 751.841,82	R\$ 57.833,99		13
set/15	R\$ 694.007,83	R\$ 3.470,04	R\$ -	R\$ 697.477,87	R\$ 58.123,16		12
out/15	R\$ 639.354,71	R\$ 3.196,77	R\$ -	R\$ 642.551,49	R\$ 58.413,77		11
nov/15	R\$ 584.137,72	R\$ 2.920,69	R\$ -	R\$ 587.058,40	R\$ 58.705,84		10
dez/15	R\$ 528.352,56	R\$ 2.641,76	R\$ -	R\$ 530.994,33	R\$ 58.999,37		9
jan/16	R\$ 471.994,96	R\$ 2.359,97	R\$ -	R\$ 474.354,93	R\$ 59.294,37		8
fev/16	R\$ 415.060,57	R\$ 2.075,30	R\$ -	R\$ 417.135,87	R\$ 59.590,84		7
mar/16	R\$ 357.545,03	R\$ 1.787,73	R\$ -	R\$ 359.332,75	R\$ 59.888,79		6
abr/16	R\$ 299.443,96	R\$ 1.497,22	R\$ -	R\$ 300.941,18	R\$ 60.188,24		5
mai/16	R\$ 240.752,95	R\$ 1.203,76	R\$ -	R\$ 241.956,71	R\$ 60.489,18		4
jun/16	R\$ 181.467,53	R\$ 907,34	R\$ -	R\$ 182.374,87	R\$ 60.791,62		3
jul/16	R\$ 121.583,25	R\$ 607,92	R\$ -	R\$ 122.191,16	R\$ 61.095,58		2
ago/16	R\$ 61.095,58	R\$ 305,48	R\$ -	R\$ 61.401,06	R\$ 61.401,06		1

Lei Nº 2.848

L E I Nº 2.848, de 06 de outubro de 2011.

Suplementa e anula Dotações Orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 1.010.000,00 (um milhão e dez mil reais):
01.05 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.030 - Manutenção da Secretaria de Assistência Social

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 860.000,00

3.1.91.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 1.010.000,00

Art. 2º Para atendimento às suplementações realizadas no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias dos Orçamentos vigentes do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 223.000,00 (duzentos e vinte e três mil reais) e da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no valor de R\$ 787.000,00 (setecentos e oitenta e sete mil reais):
01.05 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.243.0005.2.025-Manutenção do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

3.1.90.00.00-Aplicações Diretas R\$ 128.000,00

3.3.90.00.00-Aplicações Diretas R\$ 31.000,00

08.244.0005.2.029 - Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social

3.1.90.00.00-Aplicações Diretas R\$ 64.000,00

SOMA R\$ 223.000,00

14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

17.512.0012.2.040 - Ampliação e Manutenção do Esgotamento Sanitário

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 487.000,00

17.512.0013.2.041 - Manutenção, Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Soma R\$ 787.000,00

TOTAL R\$ 1.010.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.021

DECRETO nº 5.021, de 05 de outubro de 2011.

Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O Prefeito Municipal, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, FERNANDO MELOTTI e ALCEU ZARDO, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação de uma área de terreno rural, com superfície de

84.670,45 m² (oitenta e quatro mil, seiscentos e setenta metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), pertencente a uma área maior de 169.340,90 (cento e sessenta e nove mil, trezentos e quarenta metros e noventa decímetros quadrados), localizado na Fazenda Rio do Peixe, neste município, de propriedade de Orestes Mário Mandelli, objeto da matrícula nº 26.133, do Registro de Imóveis desta Comarca de Caçador.

Parágrafo único. Esta avaliação faz-se necessário para implantação do CEDUP - Centro de Educação Profissional.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5000

DECRETO Nº 5000, de 21 de setembro de 2011.

Suplementa dotação orçamentária no Fundo Municipal de Assistência Social de Caçador, por conta de remanejamento de Despesa.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2.784, de 22/12/2010, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada por remanejamento a seguinte modalidade de Despesa, na importância de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), conforme segue:

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.177 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA/IGD

4.4.90.00.00052 - APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 7.000,00

SOMA R\$ 7.000,00

TOTAL R\$ 7.000,00

(sete mil reais).

2º - Para atender a suplementação orçamentária constante do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação da modalidade de aplicação abaixo discriminada:

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.177 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA/IGD

4.4.90.00.00052 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

SOMA R\$ 7.000,00

TOTAL R\$ 7.000,00

(sete mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Aviso de Licitação PR 52-2011 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAÇADOR - FUNDEMA
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2011

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GAS, CASCO, MANGOTE E AGUA MINERAL DESTINADOS A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDEMA

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 27/10/2011.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 27/10/2011.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 07 de Outubro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal

Aviso Dispensa de Licitação 02-2011 FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Caçador/SC

DISPENSAS DE LICITAÇÃO Nº 02/2011

A Fundação Municipal do Meio Ambiente de Caçador/SC torna pública a Dispensa de Licitação nº 02/2011 para a contratação de empresas especializadas para o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes que, obrigatórios ou não, deverá ser de interesse curricular, desenvolvido ao longo do curso e permitindo ao estudante receber um treino prático no papel de futuro profissional, na linha de sua formação, em situações reais de vida e trabalho, e possibilitar, por meio da realização de estágios, oportunidades de aperfeiçoamento da formação profissional do corpo discente de Estabelecimentos de Ensino Médio, Superior e de Educação Profissional, nas dependências do Município, de acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e a Resolução CNE/CEB Nº 1, de 21 de janeiro de 2004.67, através das empresas: INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC CNPJ sob nº 83.843.912/0001-52, com sede na cidade de Florianópolis/SC, pelo valor total de R\$ 6.840,00 (seis mil oitocentos e quarenta reais) pela vigência até 31.12.2011, de conformidade com o artigo 24, Inciso XIII, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador/SC, 07 de outubro de 2011.

DENISE CHIARELLO HARTMANN

Presidente da FUNDEMA

Aviso Dispensa de Licitação 03-2011 ASSISTENCIA SOCIAL

Estado de Santa Catarina

Município de Caçador/SC

Fundo Municipal de Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social

DISPENSAS DE LICITAÇÃO 03/2011

O Fundo Municipal de Assistência Social de Caçador/SC torna pública a Dispensa de Licitação nº 03/2011 para a contratação de empresas especializadas para o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes que, obrigatórios ou não, deverá ser de interesse curricular, desenvolvido ao longo do curso e permitindo ao estudante receber um treino prático no papel de futuro profissional,

em situações reais de vida e trabalho, e possibilitar, por meio da realização de estágios, oportunidades de aperfeiçoamento da formação profissional do corpo discente de Estabelecimentos de Ensino Médio, Superior e de Educação Profissional, nas dependências do Município, de acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e a Resolução CNE/CEB Nº 1, de 21 de janeiro de 2004.67, através das empresas: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE-SC, CNPJ sob nº 04.310.564/0004-24, com sede na cidade de Caçador/SC, INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC CNPJ sob nº 83.843.912/0001-52, com sede na cidade de Florianópolis/SC, pelo valor total de R\$ 25.080,00 (vinte e cinco mil e oitenta reais) com vigência até 31.12.2011, de conformidade com o artigo 24, Inciso XIII, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador/SC, 07 de Outubro de 2011.

MARINES D. COLAÇO

Secretária Municipal do Bem Estar Social

Aviso Dispensa de Licitação 14-2011 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CAÇADOR

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Secretaria de Agricultura

Secretaria de Educação

Dittesc

DISPENSAS DE LICITAÇÃO Nº 14/2011

O Município de Caçador/SC através da Prefeitura Municipal de Caçador/SC torna pública a Dispensa de Licitação nº 14/2011 para a contratação de empresas especializadas para o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes que, obrigatórios ou não, deverá ser de interesse curricular, desenvolvido ao longo do curso e permitindo ao estudante receber um treino prático no papel de futuro profissional, na linha de sua formação, em situações reais de vida e trabalho, e possibilitar, por meio da realização de estágios, oportunidades de aperfeiçoamento da formação profissional do corpo discente de Estabelecimentos de Ensino Médio, Superior e de Educação Profissional, nas dependências do Município, de acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e a Resolução CNE/CEB Nº 1, de 21 de janeiro de 2004.67, através das empresas: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE-SC, CNPJ sob nº 04.310.564/0004-24, com sede na cidade de Caçador/SC, INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC CNPJ sob nº 83.843.912/0001-52, com sede na cidade de Florianópolis/SC, pelo valor total de R\$ 37.240,00 (trinta e sete mil duzentos e quarenta reais) com vigência até 31.12.2011, de conformidade com o artigo 24, Inciso XIII, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador/SC, 07 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal

Aviso PR 36-2011 SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Solicitar este Edital pelo e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br

EDITAL: Pregão Presencial nº 36/2011 - FMS

TIPO: Menor Preço

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

COM QUILOMETRAGEM LIVRE, SEGURO TOTAL E SEM MOTORISTA, DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 26/10/2011.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 26/10/2011.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Site Rua Brasília, 1.111, e-mail:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 10 de outubro de 2011.
DINAMAR APARECIDA GOMES
Secretária Municipal de Saúde

Contrato 123-2011 PREFEITURA

Contrato nº 123/2011 - Aquisição de notas do produtor rural. Referente ao processo licitatório nº 79/2011 PR nº 45/2011. Contratado: EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA/CNPJ sob o nº 84.583.954/0001-64. Valor: R\$ 5.700,00. Prazo: 60 dias.

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	25.000	Jogos	Notas fiscais de produtor rural em formulário contínuo - 04 (quatro) vias - papel autocopiativo, 02 (duas) cores de impressão, formato 240x216mm, conforme normas do Estado de Santa Catarina, com numeração que deverá ser sequencial e será fornecida quando da emissão da Autorização de Fornecimento.	GRÁFICA CRUZEIRO	0,228	5.700,00
TOTAL GERAL						5.700,00

Ata 101-2011 PREFEITURA

Ata nº 101/2011 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2011 - Registro de preços para aquisição de ferramentas e equipamentos para montagem de oficina mecânica na Sec. de Infraestrutura. Fornecedor: CASA DOS PARAFUSOS CAÇADOR LTDA EPP - CNPJ nº 05.549.380/0001-31- Caçador, SC. Prazo: 12 meses.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
2	1	UNID	PORTA ELETRODO 600 AMP	CARBO GRAFITE	31,35	31,35
5	3	UNID	BICO DE CORTE 6-8-10	RECORD	29,97	89,91
6	2	UNID	REGULADOR ACETILENO	RECORD	157,68	315,36
7	2	UNID	REGULADOR OXIGÊNIO	RECORD	157,68	315,36
9	2	UNID	TORNO DE BANCADA Nº 06	METAL SUL	206,35	412,70
10	1	UNID	MAÇARICO DE CORTE MC- 300	RECORD	250,75	250,75
11	10	METRO	MANGUEIRA DUPLA OXIG./ACETILENO BORRACHA 5/16	IBIRA	4,50	45,00
13	1	UNID	ESQUADRO TRANSFERIDOR GRAU 12"	VONDER	40,23	40,23
15	3	UNID	ÓCULOS DE PROTEÇÃO SPECTRA 2000	CARBO GRAFITE	3,456	10,37
17	1	UNID	FURADEIRA MANUAL MOD. 16-2 RE	BOSCH	339,00	339,00

18	1	UNID	FURADEIRA MANUAL MOD. 20-2 RE	BOSCH	749,00	749,00
20	6	JOGO	JOGO DE CHAVE ALLEN 1,5 A 10 MM C/ 09 CHAVES	GEDORE	30,00	180,00
21	2	JOGO	JOGO DE CHAVE ALLEN 1/16 A 3/8 C/ 09 CHAVES	GEDORE	26,50	53,00
23	2	JOGO	JOGO DE CHAVE ALLEN LONGA ABAULADA 0,5 A 3/8 C/ 13 CHAVES	GEDORE	94,21	188,42
25	2	JOGO	JOGO DE CHAVE TORX EXTERNO E-10 A E-24 C/ 09 CHAVES	ROBUST	53,55	107,10
30	2	JOGO	JOGO DE SOQUETE ENC. 1/2 1/4 A 1.1/4 C/ 23 PEÇAS	ROBUST	180,69	361,38
31	2	JOGO	JOGO DE SOQUETE ENC. 1/2 10 A 32 C/ 23 PEÇAS	ROBUST	180,69	361,38
38	8	UNID	ESPÁTULA CHATA CORNETA 28 MM X 600 MM	CORNETA	33,45	267,60
40	8	UNID	MARTELO DE BOLA 500 GR	FAMASTIL	31,31	250,48
41	2	UNID	ALAVANCA 1,50 MT	FAMASTIL	99,25	198,50
42	1	UNID	MACACO JACARÉ 02 TON	BOVENAU	760,85	760,85
44	1	JOGO	JOGO DE SOQUETE ENC. 3/4 22 A 50 MM C/ 14 PEÇAS	ROBUST	585,40	585,40
45	8	JOGO	JOGO DE CHAVE BIELA 8 A 19 C/ 12 CHAVES	ROBUST	150,47	1.203,76
47	6	UNID	ALICATE ABRIR ANEL RETO MÉDIO	ROBUST	21,10	126,60
48	6	UNID	ALICATE FECHAR ANEL RETO MÉDIO	ROBUST	21,10	126,60
49	6	UNID	ALICATE ABRIR ANEL RETO GRANDE	GEDORE	86,45	518,70
50	6	UNID	ALICATE FECHAR ANEL RETO GRANDE	GEDORE	86,45	518,70
51	1	UNID	BOMBA DE ENGRAXAR, PNEUMÁTICA MOD. LUB-5000, MANGUEIRA 1/4 2AT, CARRINHO PARA TRANSPORTE, CONEXÃO "Z", VÁLVULA CONTROLE DE GRAXA, RESERVATÓRIO DE 50 KG	LUMAGI	1.700,00	1.700,00
52	1	UNID	COMPRESSOR DE AR MOD. CSL 20-BR 200 LT COM MOTOR TRIFÁSICO	SCHULZ	3.650,00	3.650,00
54	6	JOGO	JOGO DE CHAVE ESTRELA 6 A 32 C/ 12 CHAVES	ROBUST	115,00	690,00
55	6	JOGO	JOGO DE SOQUETE ENC.. 1/2" 12 a 32 C/ 23 PEÇAS	ROBUST	207,57	1.245,42

58	6	UNID	ALICATE FECHAR ANEL CURVO	ROBUST	20,00	120,00
59	6	UNID	ALICATE ABRIR ANEL CURVO	ROBUST	20,00	120,00
67	6	UNID	TALHADEIRA 3/4 X 10	FAMASTIL	11,00	66,00
68	6	UNID	ESPÁTULA REDONDA 380 MM X 18 MM	CORNETA	34,97	209,82
70	6	UNID	TRENA 03 METROS	ECOFRER	3,49	20,94
71	6	UNID	CADEADO E-25	PADO	8,50	51,00
TOTAL GERAL					R\$ 16.280,68	

Ata 102-2011 PREFEITURA

Ata nº 102/2011 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2011 - Registro de preços para aquisição de ferramentas e equipamentos para montagem de oficina mecânica na Sec. de Infraestrutura. Fornecedor: MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA ME - CNPJ nº 09.006.650/0001-19- Caçador, SC. Prazo: 12 meses.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
43	1	UNID	MACACO CHICÃO	SKAY	2.805,00	2.805,00
TOTAL GERAL					R\$ 2.805,00	

Ata 103-2011 PREFEITURA

Ata nº 103/2011 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2011 - Registro de preços para aquisição de ferramentas e equipamentos para montagem de oficina mecânica na Sec. de Infraestrutura. Fornecedor: PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA-ME- CNPJ nº 08.932.456/0001-00- Fraiburgo, SC. Prazo: 12 meses.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	20	METRO	CABO DE SOLDA 50 MM 1/0 AWG	COBRE-CON	26,00	520,00
3	1	UNID	ESMERILHADEIRA 4.1/2" 8.115	SKIL	145,46	145,46
4	1	UNID	ESMERILHADEIRA 7" 21.180	DWT	359,48	359,48
8	2	UNID	MÁSCARA DE SOLDA POLIPROPILENO VISOR FIXO	VONDER	16,62	33,24
12	3	UNID	TRENA 05 METROS	ECOFRER NOVE54	5,48	16,44
14	6	UNID	CAIXA DE FERRAMENTA 05 GAVETAS, SEM FERRAMENTAS	ECOFRER	49,00	294,00
16	2	UNID	MARRETA 08 KG. C/ CABO	ECOFRER	138,98	277,96
19	2	JOGO	JOGO DE BROCA 1,5 A 13,0 MM C/ 25 BROCAS	VONDER	193,26	386,52
22	2	JOGO	JOGO DE CHAVE ALLEN LONGA ABAULADA 1,5 A 10 MM C/ 09 CHAVES	VONDER	31,92	63,84
24	2	JOGO	JOGO DE CHAVE TORX CANIVETE T-10 A T-40 C/ 09 CHAVES	VONDER	17,88	35,76
26	2	UNID	CHAVE P/ CANO 12"	ECOFRER	20,00	40,00

27	2	UNID	CHAVE P/ CANO 24"	VONDER	65,00	130,00
28	2	UNID	CHAVE AJUSTÁVEL 10"	ECOFRER	21,78	43,56
29	2	UNID	CHAVE AJUSTÁVEL 15"	ECOFRER	59,75	119,50
32	1	JOGO	JOGO DE CHAVE COMBINADA 6 A 32 C/ 15 CHAVES	ECOFRER	97,43	97,43
33	1	JOGO	JOGO DE CHAVE COMBINADA 1/4 A 1.1/4 C/ 16 CHAVES	MAYLE	175,00	175,00
34	2	UNID	CHAVE DE BOCA 1/2 X 9/16	ECOFRER	3,74	7,48
35	2	UNID	MACACO GARRAFA 12 TON	ECOFRER	122,63	245,26
36	1	UNID	MOTO ESMERIL 1 CV. TRIFÁSICO	MOTOMIL	670,00	670,00
37	16	UNID	TALHADEIRA REDONDA 3/4 X 12"	VONDER	13,82	221,12
39	8	UNID	MARRETA 02 KG. C/ CABO	ECOFRER	31,35	250,80
46	3	UNID	ARCO DE SERRA 12"	ECOFRER	10,43	31,29
53	6	JOGO	JOGO DE CHAVE FIXA 6 A 32 C/ 12 CHAVES	ECOFRER	95,00	570,00
56	6	UNID	ALICATE UNIVERSAL 8"	ECOFRER	10,35	62,10
57	6	UNID	ALICATE PRESSÃO 8"	ECOFRER	21,98	131,88
60	6	UNID	CHAVE FENDA 3/16 X 4"	ECOFRER	1,43	8,58
61	6	UNID	CHAVE FENDA 1/4 X 6"	ECOFRER	1,77	10,62
62	6	UNID	CHAVE FENDA 5/16 X 8"	ECOFRER	5,97	35,82
63	6	UNID	CHAVE PHILLIPS 1/4 X 6"	ECOFRER	1,77	10,62
64	6	UNID	CHAVE PHILLIPS 3/16 X 4"	ECOFRER	1,41	8,46
65	6	UNID	MARTELO PENHA 500 GR	ECOFRER	15,59	93,54
66	6	UNID	MARRETA 1500 GR	ECOFRER	23,00	138,00
69	6	UNID	ESTILETE 18 MM	ECOFRER NOVE54	2,09	12,54
TOTAL GERAL					R\$ 5.246,30	

Camboriú

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial 009/2011 - FMAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2011-FMAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA SEREM CONSUMIDOS PELOS ADOLESCENTES QUE PERMANECEM


DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

INTEGRALMENTE NO LAR DE INTEGRAÇÃO FAMILIAR DO ADOLESCENTE - TERMO DE ADESÃO - FEAS ALTA COMPLEXIDADE. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 27 (vinte e sete) de Outubro de 2011, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 10 de Outubro de 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Termo de Errata do Pregão 24/11 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL 024/2011-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital de Pregão Presencial 24/2011 - PMC, tendo como objeto a "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO CONSUMO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ", sofreu as seguintes alterações:

Foram alterados os valores dos itens 55 - 56 e 57 do Lote 3, do anexo I, que passa a ter a seguinte redação:

- onde lê-se: CHARQUE BOVINO (CARN.SECA 1ª QUALIDADE) - QUANTIDADE 100KG, VALOR UNIT. MÁXIMO R\$ 17,90

- leia-se: CHARQUE BOVINO (CARN.SECA 1ª QUALIDADE) - QUANTIDADE 40KG, VALOR UNIT. MÁXIMO R\$ 25,00

- onde lê-se: LINGÜIÇA DEFUMADA MISTA 1ª QUALIDADE - QUANTIDADE 120KG, VALOR UNIT.MÁXIMO R\$15,90

- leia-se: LINGÜIÇA DEFUMADA MISTA 1ª QUALIDADE - QUANTIDADE 100KG, VALOR UNIT.MÁXIMO R\$17,90

- onde lê-se: BACON DEFUMADO - QUANTIDADE 40KG, VALOR UNIT.MÁXIMO R\$25,00.

- leia-se: BACON DEFUMADO - QUANTIDADE 120KG, VALOR UNIT. MÁXIMO R\$15,90.

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 24/10/2011 as 10h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 10 de Outubro de 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 6.676 de 11 de Outubro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.676 DE 11 DE OUTUBRO DE 2011

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial na Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme

estabelece em seu Artigo 23 Inciso I; Decreta:Art.1º) Nomear a Srª. MARILENE APARECIDA BINNER, ao cargo público de Agente Operacional I (Zeladora), Registro no Sistema sob nº 954959, a partir de 11 de outubro de 2011, até 20 de dezembro de 2011, Categoria Funcional ANB - Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, cujas atribuições e responsabilidades constantes do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, a qual autorizou sua criação.

Parágrafo único: A nomeação de que trata o Artigo 1º desta Portaria em substituição a Servidora Titular - MARIA OLÍVIA DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 0223, Registro no Sistema sob nº 549500, por motivo de estar em licença para tratamento de saúde.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 006/2002, é o de Nível P1 Sub-Nível 11 referência A, no valor de R\$ 575,00 (quinhentos e setenta e cinco reais) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. MARILENE APARECIDA BINNER, em 1º lugar no Concurso Público Municipal n.º 001/2007, homologado pelo Decreto nº 6.674 em data de 05 de outubro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 11 de outubro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 11/10/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Pregão Presencial Nº 69/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

RESUMO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2011

Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais a serem utilizados nas ocorrências e emergências nos atendimentos do 1º Grupoamento de Bombeiros de Campo Alegre
Critério de julgamento: Menor preço unitário, com fixação de valor máximo.

Abertura: 21/10/2011, às 14 horas, no prédio da Prefeitura Municipal, sito à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro - Campo Alegre-SC.

Prazo para entrega dos envelopes (documentação e proposta): até às 13h45min do dia 21/10/2011, no Protocolo da Prefeitura Municipal (conforme endereço acima).

O edital na íntegra está disponível no site do Município: www.campoalegre.sc.gov.br.

Campo Alegre, 11 de outubro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 69/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 69/2011

Objeto: O objeto do presente Contrato é a contratação de mão de obra para pintura padronizada nas instalações do sistema de tratamento de água.

Do Valor: O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o preço certo e ajustado de R\$.18.000,00 (dezoito mil reais), para a prestação de serviços de:

- 23 m² restauração de superfícies;
- 2.012 m² de Preparação, lavagem e lixamento de superfícies;
- 2.012 m² de Aplicação de fundo e pintura de superfícies.

Da Dotação Orçamentária: Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental; Unidade: 13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental; Função: 17 - Saneamento; Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano; Programa: 77 - Águas de Campo Alegre; Projeto: 2.124 - Manutenção e Conservação das Atividades da Secretaria de Saneamento; Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; Recurso: 0.1.0766 - Recursos Saneamento Básico

Vigência: Início em 10/10/2011/ e expira em 10/12/2011.

Contratada: JEISI MARIANI DA ROCHA MEI

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Campos Novos**PREFEITURA****Decreto Nº 6.368 de 27/09/2011**

DECRETO Nº 6.368 DE 27/09/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária), embasado no Decreto nº 6.330 de 21/07/11 que declara situação de emergência,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 21 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

PROJ/ATIV. 2.083 - Manutenção Da Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA

2-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) provenientes da subtração do provável excesso da arrecadação de recursos próprios:

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

27 de setembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Republicado Decreto Nº 6.370 de 04/10/2011

R E P U B L I C A D O

DECRETO Nº 6.370 DE 04/10/2011

REGULAMENTA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2003

- CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL - ISS CONSTRUÇÃO CIVIL

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a Tabela de Valores unitários de que trata o Art. 29, § 1º da Lei Complementar nº 03/2003 - Imposto Sobre Serviço da Construção Civil.

TIPO DE EDIFICAÇÃO	VALOR EM UFM
ALVENARIA	3,29 UFM
MISTA	2,29 UFM
PRÉ-MOLDADO	2,29 UFM
MADEIRA	1,64 UFM
GALPÕES	
- Pré-Moldado ou Estrutura Metálica	2,29 UFM
- Madeira	1,64 UFM

Art. 2º. O Imposto Sobre Serviço - ISS devido pelos serviços de construção civil relativos a obras de propriedade de pessoas físicas, deverá ser recolhido antecipadamente à emissão do Alvará de Construção, ou parcelado conforme disposições do Código Tributário Municipal, calculado por estimativa conforme tabela prevista no Artigo 1º.

Art. 3º. A atualização da tabela de valores ocorrerá de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 03/03.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

04 de outubro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Dispensa II de Licitação SOCIAL

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório 17/2011 Dispensa 05/2011

Objeto DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAS PARA DOAÇÃO A PESSOAS CARENTES QUE TIVERAM SEUS IMÓVEIS ATINGIDOS PELO VEDAVAL OCORRIDO EM 09/08/2011 E 29/08/2011 CONFORME DECRETO Nº6330/2011, DE 21/07/2011 QUE DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, DE ACORDO COM ARTIGO 24, INCISO IV, DA LEI 8.666/93. Valor R\$269.224,20 (duzentos e sessenta e nove mil duzentos e vinte quatro reais e vinte centavos)

Campos Novos 13 de outubro de 2011

VILIBALDO ERCH SCHMID

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Canoinhas Através da Anulação de Dotações Orçamentárias e Adota outras Providênc

LEI Nº. 4.811 DE 28/09/2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

ART. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 (Lei nº 4.564/2010) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 4.658/2010) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R\$ 29.202,00 (Vinte e nove mil duzentos e dois reais), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 15: FUMREBOMPM DE CANOINHAS

Unidade 15.01: FUMREBOMPM de Canoinhas - Corpo de Bombeiros

Função 6: Segurança Pública

Programa 29: Cidade Segura

Subfunção 122: Administração Geral

Atividade 2.030 - Manutenção do FUMREBOM de Canoinhas

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 29.202,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários

ART. 2º. Para suporte de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 (Lei 4.564/2010) e seus anexos e na Lei Orçamentária Anual 2011 e seus anexos, o valor de R\$ 29.202,00 (Vinte e nove mil duzentos e dois reais), conforme as seguintes fontes de recursos:

A)

Órgão 15: FUMREBOMPM DE CANOINHAS

Unidade 15.01: FUMREBOMPM de Canoinhas - Corpo de Bombeiros

Função 6: Segurança Pública

Programa 29: Cidade Segura

Subfunção 122: Administração Geral

Atividade 2.030 - Manutenção do FUMREBOM de Canoinhas

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 29.202,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários

ART. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

ART. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas, 28 de setembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 28/09/2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário de Administração e Finanças

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Canoinhas Através da Anulação de Dotações Orçamentárias e Adota Outras Providênc

LEI Nº. 4.812 DE 29/09/2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

ART. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 (Lei nº 4.564/2010) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 4.658/2010) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Programa 101: Educação de Qualidade Para Todos

Subfunção 361: Educação Fundamental

Atividade 2.007 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 100.000,00

Recurso 142 - Recursos FUNDEB 20%

B)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Programa 101: Educação de Qualidade Para Todos

Subfunção 365: Educação Infantil

Atividade 2.008 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 100.000,00

Recurso 142 - Recursos FUNDEB 20%

ART. 2º. Para suporte de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 (Lei 4.564/2010) e seus anexos e na Lei Orçamentária Anual 2011 e seus anexos, o valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), conforme as seguintes fontes de recursos:

A)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Programa 101: Educação de Qualidade Para Todos

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Projeto 2.007 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Fundamental
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 200.000,00
Recurso 142 - Recursos FUNDEB 20%

ART. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

ART. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas, 29 de setembro de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 29/09/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário de Administração e Finanças

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Tenistas do Planalto Norte - Muniz Tênis

LEI Nº. 4814 DE 29/09/2011

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS TENISTAS DO PLANALTO NORTE - MUNIZ TÊNIS

O povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação de Tenistas do Planalto Norte - Muniz Tênis, com sede e foro nesta cidade de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.881.819/0001-21, com estatuto registrado sob o nº 1419, fls. 78, do livro A, do Cartório Civil de Pessoas Jurídicas e de Títulos, desta Comarca.

Parágrafo Único: À Entidade beneficiada, ficam asseguradas prerrogativas e vantagens da Legislação vigente.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 29 de setembro de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 29/09/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº. 4813 de 29/09/2011

LEI Nº. 4813 DE 29/09/2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA ATRAVÉS DO EXCESSO E PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:
LEI

ART. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na

Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 (Lei nº 4.564/2010) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 4.658/2010) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R\$ 3.380.671,65 (Três milhões trezentos e oitenta mil, seiscentos e setenta e um reais e sessenta e cinco centavos), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 17.01 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01 - Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde

Programa 110: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses
Sub-Função 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Atividade 2.060 - Ações de MAC Ambulatorial e Hospitalar
3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas 3.380.671,65
Recurso - Recurso Produção MAC

ART. 2º. Para suporte de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o provável excesso de arrecadação até o mês 12/2011, conforme a tendência do exercício, no valor de R\$ 3.380.671,65 (Três milhões trezentos e oitenta mil, seiscentos e setenta e um reais e sessenta e cinco centavos), conforme as seguintes fontes de recursos:

Tabela 1 - Demonstrativo do excesso e/ou provável excesso de arrecadação

Item	Recurso	Estimativa	Arrecadado	Excesso
Provável Excesso	254	2.470.000,00	5.850.671,65	3.380.671,65
TOTAL		2.470.000,00	5.850.671,65	3.380.671,65

Fonte: Contabilidade, 2011.

ART. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

ART. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas, 29 de setembro de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 29/09/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário de Administração e Finanças

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Através do Excesso e Provável Excesso de Arrecadação e Adota outras Providências

DECRETO Nº 261/2011
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA ATRAVÉS DO EXCESSO E PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 4.813 de 29/09/2011, RESOLVE:
DECRETAR

ART. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei

4.813 de 29 de setembro de 2011, no valor de R\$ 3.380.671,65 (Três milhões trezentos e oitenta mil, seiscentos e setenta e um reais e sessenta e cinco centavos), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 17.01 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01 - Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde
Programa 110: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses
Sub-Função 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Atividade 2.060 - Ações de MAC Ambulatorial e Hospitalar
3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas 3.380.671,65
Recurso - Recurso Produção MAC

ART. 2º. Para suporte de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o provável excesso de arrecadação até o mês 12/2011, conforme a tendência do exercício, no valor de R\$ 3.380.671,65 (Três milhões trezentos e oitenta mil, seiscentos e setenta e um reais e sessenta e cinco centavos), conforme as seguintes fontes de recursos:

Tabela 1 - Demonstrativo do excesso e/ou provável excesso de arrecadação

Item	Recurso	Estimativa	Arrecadado	Excesso
Provável Excesso	254	2.470.000,00	5.850.671,65	3.380.671,65
TOTAL		2.470.000,00	5.850.671,65	3.380.671,65

Fonte; Contabilidade, 2011.

ART. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

ART. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas, 29 de setembro de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 29/09/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Canoinhas Através da Anulação de Dotações Orçamentárias e Adota Outras Providências

DECRETO Nº 260/2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 4.812 de 29/09/2011, resolve:
DECRETAR

ART. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 4.812 de 29 de setembro de 2011, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Programa 101: Educação de Qualidade Para Todos
Subfunção 361: Educação Fundamental
Atividade 2.007 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 100.000,00
Recurso 142 - Recursos FUNDEB 20%

B)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Programa 101: Educação de Qualidade Para Todos
Subfunção 365: Educação Infantil
Atividade 2.008 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 100.000,00
Recurso 142 - Recursos FUNDEB 20%

ART. 2º. Para suporte de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 (Lei 4.564/2010) e seus anexos e na Lei Orçamentária Anual 2011 e seus anexos, o valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), conforme as seguintes fontes de recursos:

A)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Programa 101: Educação de Qualidade Para Todos
Subfunção 361: Ensino Fundamental
Projeto 2.007 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 200.000,00
Recurso 142 - Recursos FUNDEB 20%

ART. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

ART. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas, 29 de setembro de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 29/09/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Autoriza Disponibilização de Veículo para

DECRETO Nº. 263/2011

"AUTORIZA DISPONIBILIZAÇÃO DE VEÍCULO PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º. Fica disponibilizado o veículo Microônibus, com placa MHN 5177, à Fundação Municipal de Esportes com seu respectivo condutor Sr. CLEVERSON SEBASTIÃO BUSKO, com destino à cidade de Bento Gonçalves - RS, com saída em 07/10/2011 e retorno em 10/10/2011, conforme comunicação interna.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de outubro de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 06/10/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreta Luto Oficial

DECRETO Nº. 262/2011
DECRETA LUTO OFICIAL

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, RESOLVE: DECRETA

Art.1º - Fica decretado luto oficial no Município de Canoinhas, por três (03) dias, tendo em vista o falecimento do Sr. ADÃO TADRA LAATSCH, ocorrido no dia 03 de outubro do corrente.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de outubro de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 03/10/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Equipe Representante da Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas no Festival de Dança do Mercosul

DECRETO Nº. 264/2011
EQUIPE REPRESENTANTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS NO FESTIVAL DE DANÇA DO MERCOSUL

LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

DECRETAR

Art.1º. A Associação Saúde e Company, inscrita no CNPJ sob nº05.246.363/0001-25, sendo seu nome artístico "GRUPO DE DANÇA STREET COMPANY", representará a Fundação Municipal de Esportes - FME no Festival de Dança do Mercosul, denominado "Bento em Dança", que realizar-se-á nos dias 08, 09 e 10 de outubro de 2011 no município de Bento Gonçalves - RS, conforme comunicação interna nº. 121/2011/FME.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de outubro de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 06/10/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Edital de Processo Seletivo para Contratação Temporária Nº 001/SMDR/2011

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 001/SMDR/2011

O Prefeito Municipal de Canoinhas, SC, torna público que se encontram abertas às inscrições ao Processo Seletivo para Contratação Temporária de Profissional para atuar junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.869 de 24/08/2005, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital:

I - DAS VAGAS, HABILITAÇÕES, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO
1.1. O número de vagas a serem preenchidas através deste Processo seletivo compreende:

Número de vagas	Função	Requisitos	Remuneração	Carga Horária Semanal
01	Médico Veterinário	Graduação Nível Superior em Medicina Veterinária e Registro no respectivo Conselho Profissional.	R\$ 2.095,18	30 horas

II - DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições serão realizadas entre 13 de outubro a 27 de outubro de 2011 das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 15:30, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, localizada junto à Prefeitura Municipal, situada na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas, SC.

2.2 O candidato deverá preencher o requerimento de inscrição e o Cartão de Identificação, com letra de forma, de forma clara e sem rasuras e apresentar o original e a fotocópia legível do documento de identidade. O requerimento de inscrição poderá ser efetuado pelo próprio candidato ou por procurador com poderes específicos.

2.3 Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá, no ato, o cartão de identificação com a indicação de seu número, sem o qual não terá ingresso no recinto onde se realizarão as provas.

2.4 Julgados os pedidos de inscrição com o exame da documentação apresentada, o Prefeito Municipal homologará as inscrições, ocorrendo, após, a publicação e a fixação junto à Prefeitura Municipal.

2.5 Havendo inscrições indeferidas é facultado ao candidato a interposição de recurso dirigido à Comissão Organizadora do presente Processo Seletivo, no prazo de dois dias úteis após a publicação da relação das inscrições deferidas.

2.6 Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

III - DOS REQUISITOS PARA ASSUMIR O CARGO E DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO:

3.1 Ter idade mínima de 18 anos;

3.2 No ato da contratação o candidato deverá apresentar a seguinte documentação, além dos já apresentados junto à inscrição:

3.2.1 Comprovação através de Diploma do Curso Superior em Medicina Veterinária e registro no respectivo órgão de classe (CRMV - Conselho Regional de Medicina Veterinária) e comprovação de sua regularidade;

3.2.2 Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

3.2.3 Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

3.2.4 Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

3.2.5 Cédula de Identidade (RG);

3.2.6 CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);

3.2.7 Comprovante de regularidade de inscrição no CPF;

3.2.8 Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;

3.2.9 Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;

3.2.10 Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;

3.3.11 Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;

3.3.12 Número de inscrição no PIS/PASEP;

3.3.13 Fotografia 3X4 recente;

3.3.14 Comprovante de residência atual;

3.3.15 Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

3.4 A contratação temporária objeto deste Processo Seletivo, decorre da necessidade de execução dos Programas desta Secretaria.

3.5 O prazo de vigência da contratação poderá ser de até 01 (um) ano, renovável por mais 01 (um) ano, podendo ser extinto antecipadamente tendo em vista o retorno do servidor efetivo titular da vaga, pois a vaga está vinculada à licença sem vencimentos do mesmo, em conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 3.869/2005 e subsidiariamente na Lei Municipal 2.305/1990.

IV - DO TIPO DE PROVA

4.1 A prova será na forma escrita, a ser realizada no dia 03 de novembro de 2011, com início às 14:00 horas e término às 18:00 horas, nas dependências da Universidade do Contestado - Centro, situada à Rua Roberto Elke, nº 86, Centro, neste município de Canoinhas-SC;

4.2 O candidato deverá estar no local da prova com trinta minutos de antecedência, portando seu cartão de inscrição e original de documento de identificação com foto;

4.3 Para realização da prova o candidato deverá utilizar caneta esferográfica transparente com tinta azul ou preta;

4.4 A prova será composta de 80 (oitenta) questões objetivas, sobre conhecimentos específicos da profissão, cujo conteúdo programático é parte integrante do presente Edital;

4.5 Os gabaritos serão divulgados em mural específico junto ao prédio da Prefeitura Municipal, a partir das 15h do dia de realização das provas.

4.6 A divulgação da classificação dos candidatos dar-se-á a partir do dia 16 de novembro de 2011 junto ao prédio da Prefeitura Municipal de Canoinhas.

V - DA CLASSIFICAÇÃO GERAL

5.1 Os candidatos que não obtiverem a nota mínima 5,0 (cinco) na prova escrita, estarão automaticamente desclassificados.

5.2 Os candidatos aprovados serão classificados em listas nominais

na ordem decrescente de acordo com a nota obtida;

5.3 Em caso de igualdade de notas na classificação terá preferência o candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato que apresentar maior nota na prova de conhecimentos específicos.

VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 O candidato que não apresentar cartão de inscrição e documento de identificação ou ainda, não comparecer no local e hora determinados para realizar a prova escrita, perderá o direito de realizar a prova, estando automaticamente desclassificado deste processo seletivo;

6.2 As inscrições poderão ser feitas por procuração, com poderes específicos, devidamente registrada em cartório, devendo o procurador apresentar, além das fotocópias dos documentos do candidato, documento que possibilite sua própria identificação;

6.3 Após a divulgação do resultado final (nota final), o candidato terá dois dias úteis para apresentar recurso, desde que fundamentado, endereçado à Comissão Organizadora e protocolado junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural;

6.4 Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos participantes;

6.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo;

6.6 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no setor especificado neste Edital. A contratação deverá ser realizada dentro do interesse e necessidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, observada a ordem de classificação dos candidatos;

6.7 O requerimento da inscrição implica no conhecimento e aceitação, pelo candidato, de todos os prazos estabelecidos no presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata e que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada e declarados nulos todos os atos dela decorrentes.

Canoinhas/SC, 11 de outubro de 2011.
LEOBERTO WEINERT
PREFEITO

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA A PROVA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (80 (oitenta) questões)

1. Conteúdo Programático:
2. Clínica veterinária de grandes animais.
3. Assistência técnica e sanitária aos animais.
4. Defesa sanitária animal.
5. Inspeção e fiscalização sob o ponto de vista sanitário, higiênico e tecnológico dos matadouros, frigoríficos, fábricas de conservas de carne e de pescado, fábricas de banha e gorduras em que se empregam produtos de origem animal, usinas e fábricas de laticínios, entrepostos de carne, leite, peixe, ovos, mel, cera e demais derivados da indústria pecuária.
6. Produção, manipulação, armazenamento e comercialização de alimentos de origem animal;
7. Peritagem sobre animais, identificação, defeitos, vícios, doenças, acidentes e exames técnicos.
8. Saúde pública no tocante às doenças de animais transmissíveis ao homem.
9. Padronização e a classificação dos produtos de origem animal.
10. Programas de criação e manejo de bovinos, suínos, aves, caprinos, ovinos, peixes e abelhas.
11. Alimentos, nutrientes e suas funções básicas no organismo dos animais.
12. Anatomia e fisiologia do aparelho digestivo e dos órgãos acessórios que o compõe.

13. Sintomas das principais doenças e carências dos animais e orientar as formas de prevenção e controle.

Edital de Processo Seletivo para Contratação Temporária Nº 08/SMS/2011

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 08/SMS/2011

O Prefeito Municipal de Canoinhas-SC, torna público que se encontram abertas as inscrições ao Processo Seletivo para Contratação Temporária de profissionais para atuarem junto à Secretaria Municipal de Saúde e Estratégia de Saúde da Família do bairro Alto das Palmeiras, em conformidade com as Leis Municipais nos 3.869/2005 de 24/08/2005, 3832/2005 de 25/05/2005, 4.132/2007 de 09/02/2007, 4.207 10/09/2007, 4.827/2011 de 10/10/2011 e 4.829/2011 10/10/2011.

I – DAS VAGAS, HABILITAÇÕES, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO

1.1 O número de vagas a serem preenchidas através deste Processo Seletivo compreende:

Nº DE VAGAS	FUNÇÃO	REQUISITOS	REMUNERAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	TIPO DE PROVA
01	Médico Auditor	- Graduação em Medicina; - Registro no CRM/SC;	R\$ 2.125,85	10 horas	Objetiva

Nº DE VAGAS	FUNÇÃO	REQUISITOS	REMUNERAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	TIPO DE PROVA
01	Médico Generalista - Estratégia de Saúde da Família (ESF)	Graduação em Medicina; Registro no CRM/SC.	R\$ 8.801,33	40 horas	Objetiva
01	Enfermeiro - Estratégia de Saúde da Família (ESF)	Graduação em Enfermagem; Registro no COREN/SC.	R\$ 2.024,38	40 horas	Objetiva
01	Técnico em Enfermagem - Estratégia de Saúde da Família (ESF)	Graduação Nível Médio; Curso Técnico em Enfermagem; Registro no COREN/SC.	R\$ 1.014,72	40 horas	Objetiva
04	Agente Comunitário de Saúde - Estratégia de Saúde da Família (ESF) (Bairro Alto das Palmeiras)	Graduação Nível Médio; Comprovante de Residência no bairro Alto das Palmeiras.	R\$ 563,38	40 horas	Objetiva
02	Agente Comunitário de Saúde - Estratégia de Saúde da Família (ESF) (Bairro Boa Vista)	Graduação Nível Médio; Comprovante de Residência no bairro Boa Vista	R\$ 563,38	40 horas	Objetiva

02	Odontólogo	Graduação em Odontologia; Registro no CRO/SC.	R\$ 1900,33	20 horas	Objetivo
01	Agente da Dengue	- Graduação em Nível Médio; - Carteira Nacional de Habilitação categoria "AB".	R\$ 625,84	40 horas	Objetiva

II – DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições serão realizadas entre 13 a 24 de outubro de 2011, das 08h às 12h, na Secretaria Municipal de Saúde, situada à Rua Felipe Schmidt nº 10 – Centro, Canoinhas-SC.

2.2 O candidato deverá preencher o requerimento de inscrição e o Cartão de Identificação, com letra de forma, de forma clara e sem rasuras. O requerimento de inscrição poderá ser efetuado pelo próprio candidato ou através de procurador com poderes específicos.

2.3 Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá no ato, o Cartão de Identificação com a indicação de seu número, sem o qual não terá ingresso no recinto onde se realizarão as provas.

2.4 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar a seguinte documentação:

2.4.1 Para o cargo de Médico Auditor o candidato deverá apresentar documento de identificação (RG e CPF), acompanhados das respectivas cópias; comprovante da graduação exigida para o cargo; comprovante do registro no CRM/SC;

2.4.2 Para o cargo de Médico Generalista (ESF) o candidato deverá apresentar documento de identificação (RG e CPF), acompanhados das respectivas cópias; comprovante da graduação exigida para o cargo através de Diploma de Curso Superior em Medicina; comprovante do registro no CRM/SC;

2.4.3 Para o cargo de Enfermeiro (ESF) o candidato deverá apresentar documento de identificação (RG e CPF), acompanhados das respectivas cópias; comprovante da graduação em Enfermagem; comprovante do registro no COREN/SC.

2.4.4 Para o cargo de Técnico em Enfermagem, o candidato deverá apresentar documento de identificação (RG e CPF), acompanhados das respectivas cópias, comprovação de Nível Médio através de Diploma ou Certificado; Diploma ou Certificado do Curso Técnico em Enfermagem; Registro no COREN/SC.

2.4.5 Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, o candidato deverá apresentar documento de identificação (RG e CPF), acompanhados das respectivas cópias, comprovação de Nível Médio através de Diploma ou Certificado, comprovante de residência no bairro Alto das Palmeiras ou Boa Vista.

2.4.6 Para o cargo de Odontólogo, o candidato deverá apresentar documento de identificação (RG e CPF), acompanhados das respectivas cópias, comprovante da graduação em Odontologia; comprovante do registro no CRO/SC;

2.4.7 Para o cargo de Agente da Dengue, o candidato deverá apresentar documento de identificação (RG e CPF), acompanhados das respectivas cópias, comprovação de Nível Médio através de Diploma ou Certificado, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria "AB".

2.5 Julgados os pedidos de inscrição com o exame da documentação apresentada, o Prefeito Municipal homologará as inscrições, ocorrendo, após, a publicação e afixação junto à Prefeitura Municipal.

2.6 Havendo inscrições indeferidas é facultado ao candidato a interposição de recurso dirigido à Comissão Organizadora do

presente Processo Seletivo, no prazo de dois dias úteis após a publicação das relações das inscrições deferidas.

2.7 Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento da inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sobre qualquer condição ou pretexto.

III – DOS REQUISITOS PARA ASSUMIR O CARGO E DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO

3.1 Ter idade mínima de 18 anos;

3.2 Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares (para candidatos do sexo masculino);

3.3 No ato da contratação o candidato deverá apresentar a seguinte documentação além dos já apresentados para a inscrição:

3.3.1 Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

3.3.2 Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

3.3.3 Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

3.3.4 Cédula de Identidade (RG);

3.3.5 CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);

3.3.6 Comprovante de regularidade de inscrição no CPF;

3.3.7 Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;

3.3.8 Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;

3.3.9 Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;

3.3.10 Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;

3.3.11 Número de inscrição no PIS/PASEP;

3.3.12 Fotografia 3X4 recente;

3.3.13 Comprovante de residência atual;

3.3.14 Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

3.5 O prazo máximo de vigência da contratação para o cargo de Médico Auditor poderá ser de até 01 (um) ano, renovável por mais 01 (um) ano, podendo ser extinto antecipadamente tendo em vista o retorno do servidor efetivo titular da vaga, pois a vaga está vinculada à licença sem vencimentos do mesmo, em conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 3.869/2005 e subsidiariamente na Lei Municipal 2.305/1990.

3.6 O prazo de vigência da contratação para os demais cargos será de (01) um ano, em conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 3.869/2005, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período conforme parágrafo único do Artigo 4º da Lei Municipal nº 3.869/2005, ou até a realização de concurso público.

IV – DAS ATRIBUIÇÕES

4.1 Médico Auditor

Ter conhecimento do Código de Ética Médica. Saber executar auditoria e análise de contas médico-hospitalares e, também, auditoria aplicada à estatística; ter conhecimento de tabelas de honorários e procedimentos médicos; exercer as atividades que envolvem conhecimentos administrativos, contábeis e burocráticos; liberar procedimentos; ler contratos; verificar se os pedidos estão de acordo com a técnica estabelecida pela medicina; analisar o registro de operações e rotinas contábeis; realizar estudos técnicos e estatísticos; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação superior.

4.2 Médico Clínico Geral - ESF

Realizar consultas clínicas na área adstrita; Executar ações de assistência integral às crianças, adolescentes, adultos e idosos; Realizar consultas e procedimentos na Unidade de Saúde e quando necessário no domicílio; Realizar atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias de intervenção na atenção básica definidas na NOAS; Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva; Fomentar criação de grupos de patologias específicas; Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências; Encaminhar aos serviços de maior complexidade, garantindo a continuidade do tratamento na Unidade de Saúde da Família, por meio do sistema de referência a contra-referência; Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; Indicar internação hospitalar perante avaliação; Solicitar exames complementares; Atestar óbitos; Identificar os problemas e os fatores de risco aos quais a população adstrita está exposta; Participar junto à equipe na elaboração das ações para a promoção da saúde, prevenção de doenças e reabilitação; Valorizar a relação médico-paciente e médico-família a fim de criar vínculo, afeto e respeito; Prestar assistência integral ao indivíduo sob sua responsabilidade; Conhecer a realidade das famílias pelas quais é responsável, em relação aos fatores sociais, culturais, religiosos, econômicos, demográficos e epidemiológicos; Participar junto à equipe nos procedimentos de vigilância à saúde e vigilância epidemiológica; Discutir com a comunidade e com a equipe sobre o conceito de cidadania, enfatizando os direitos à saúde e as bases legais; Participar do processo de programação, planejamento das ações e organização do processo de trabalho das Unidades de Saúde da Família; Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, diabéticos, saúde mental, entre outros; Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

4.3 Enfermeiro - ESF

Acolhimento, organização de fluxo, consulta de enfermagem com classificação de risco, desenvolver atividades de Vigilância Epidemiológica como notificação e investigação de agravos, desenvolver atividades inerentes às funções de enfermagem, realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias na Unidade de Saúde da Família (USF) e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; durante o tempo e frequência necessários de acordo com as necessidades de cada paciente; conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelos Conselhos de Enfermagem; planejar, gerenciar, coordenar e avaliar as ações desenvolvidas pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS); supervisionar, coordenar e realizar atividades de educação permanente dos ACS e da equipe de enfermagem; planejar, gerenciar e coordenar a USF.

4.4 Técnico em Enfermagem – ESF

Acolhimento, organização de fluxo, participar das atividades de assistência básica realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na Unidade de Saúde da Família (USF) e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc); realizar ações de educação em saúde a grupos específicos e a famílias em situação de risco, conforme planejamento da equipe; e participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

4.5 Agente Comunitário de Saúde

Realizar mapeamento de sua área; Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; Identificar áreas de risco;

Realizar ações e atividades no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básica; Estar sempre bem informado e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco; Realizar por meio de visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, realizando encaminhamentos conforme situação apresentada; Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; Promover a educação e a mobilização comunitária, visando o desenvolvimento de ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente; Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade, que possam ser potencializados pela equipe; Traduzir para a Equipe a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites; Auxiliar a equipe na promoção e proteção da saúde; Notificar aos serviços de saúde as doenças que necessitam vigilância; Estimular a participação comunitária; Atuar no controle das doenças epidêmicas; Acompanhar as condições de saúde das crianças, gestantes, hipertensos, diabéticos, entre outros; Prestar orientações sobre cuidados com a higiene; Realizar orientações de saúde à população de maneira integral; Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

4.6 Odontólogo

Realizar levantamento epidemiológico para traçar o perfil de saúde bucal da população; Realizar os procedimentos clínicos definidos na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde e na Norma Operacional Básica da Assistência à Saúde; Realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica para a população; Encaminhar e orientar os usuários que apresentam problema complexo a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento; Realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências; Prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos efetuados; Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência; Executar as ações de assistência integral, aliado a atuação clínica à saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupo específicos, de acordo com planejamento local; Coordenar ações coletivas voltadas para promoção e prevenção em saúde bucal; Examinar os dentes e cavidade bucal, para verificar presença de cáries e outras afecções; Identificar as afecções quanto à extensão e profundidade, para estabelecer o plano de tratamento; Aplicar anestesia, extrair raízes e dentes, restaurar cáries dentárias, fazer limpeza profilática, substituir ou restaurar partes de coroa dentária e tratar de infecções da boca; Fazer perícia odonto administrativa, examinando a cavidade bucal e os dentes; Aconselhar aos pacientes os cuidados de higiene; Diagnosticar e tratar infecções da boca, dentes e região maxiofacial utilizando processo clínico ou cirúrgico, para promover e recuperar a saúde bucal em geral; Efetuar restauração, extração, limpeza dentária, aplicação de flúor, pulpectomia e demais procedimentos necessários ao tratamento, devolvendo ao dente sua vitalidade, função e estética; Atender pacientes de urgência Odontologia, prescrevendo medicamentos de acordo com as necessidades e tipos de problemas detectados; Planejar, elaborar e implantar projetos de saúde bucal, acompanhando sua execução; Exercer outras atribuições da mesma natureza e mesmo grau de complexidade, de conformidade com determinação superior.

4.7 Agente da Dengue

Realizar a pesquisa larvária em imóveis para levantamento de índice; realizar a eliminação de criadouros; executar o tratamento focal e perifocal como medida complementar ao controle mecânico; orientar a população com relação aos meios de evitar a proliferação dos vetores; utilizar corretamente os equipamentos de proteção individual indicados para cada situação; repassar ao supervisor da área os problemas de maior grau de complexidade não

solucionados; manter atualizado o cadastro de imóveis e pontos estratégicos da sua área de abrangência; registrar as informações referentes às atividades executadas nos formulários específicos; encaminhar aos serviços de saúde os casos suspeitos de dengue; realizar visita domiciliar para inspeção de depósitos.

V – DA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

5.1 A prova escrita será realizada no dia 27 de outubro de 2011, com início às 08h30min e término às 12h, nas dependências da Universidade do Contestado, situada à Rua Roberto Elhke nº 85 - Centro, neste município de Canoinhas - SC;

5.2 As provas serão compostas de 20 questões objetivas que versarão sobre conhecimentos gerais, políticas de saúde e conhecimentos específicos do cargo, cujo conteúdo programático é parte integrante deste Edital (Anexo I);

5.3 Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, na grade de respostas estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada, que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível;

5.4 Não serão atribuídos pontos a questões divergentes do gabarito, que apresentarem rasura, duplicidade de resposta (mesmo que uma delas esteja correta), ou que estiverem em branco;

5.5 Na realização da Prova não é permitido pedir esclarecimentos sobre o enunciado das questões ou modo de resolvê-las;

5.6 Ao final das provas escritas, os três últimos candidatos deverão permanecer no recinto, juntamente com os fiscais;

5.7 Será excluído do Processo Seletivo candidato que:

- Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;

- For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato ou terceiros, bem como se utilizando de livros, notas, impressos ou equipamentos não permitidos;

- Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;

- Usar telefone celular no local da prova, ou qualquer outro meio de comunicação;

- Perturbar, de qualquer forma, a ordem dos trabalhos;

- Permanecer no local após a conclusão e entrega da prova.

5.8 No mesmo dia, após a realização das provas, serão divulgados os gabaritos em mural específico no próprio local de realização das provas;

5.9 A divulgação da classificação dos candidatos dar-se-á no dia 01 de novembro de 2011, junto à Prefeitura Municipal de Canoinhas.

VI – DA CLASSIFICAÇÃO GERAL

6.1 Serão considerados classificados aqueles que obtiverem nota igual ou superior a 4,0 (quatro) pontos na prova objetiva;

6.2 Os candidatos aprovados serão classificados em listas nominais na ordem decrescente de acordo com a nota obtida;

6.3 Em caso de igualdade de notas na classificação, terá preferência o candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato com maior número de dependentes.

VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 O candidato deverá apresentar-se, no ato da prova, munido do cartão de inscrição e documento original que possibilite sua identificação;

7.2 O candidato que não apresentar o cartão de inscrição e documento de identificação ou ainda, não comparecer no local e hora determinados, perderá o direito de realizar a prova, estando automaticamente desclassificado;

7.3 Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala deverão entregar a prova ao mesmo tempo e retirar-se, todos juntos da sala;

7.4 As inscrições poderão ser feitas por procuração, com poderes

específicos, devidamente registrada em cartório, devendo o procurador apresentar, além dos documentos do candidato, documento que possibilite sua própria identificação;

7.5 Após a divulgação do resultado final (nota final), o candidato terá dois dias úteis para apresentar recurso, desde que fundamentado, endereçado à Comissão Organizadora e protocolado junto à Secretaria Municipal de Saúde, sendo facultado ao candidato, durante este prazo, examinar a sua prova mediante a fiscalização;

7.6 Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos participantes;

7.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo;

7.8 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não assegura o candidato o direito de ingresso automático no programa especificado neste Edital;

7.9 O requerimento da inscrição implica no conhecimento e aceitação, pelo candidato, de todos os prazos estabelecidos neste Edital. O candidato que fizer sua declaração falsa ou inexata e que não satisfazer as condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada e declarados nulos todos os atos dela decorrentes.

Canoinhas, 11 de outubro de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito Municipal

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA A PROVA

1. COMUM A TODOS OS CARGOS

1.1 LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, compreensão e interpretação de textos; conhecimentos linguísticos gerais e específicos relativos à leitura e produção de textos; conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua; estrutura fonética: encontros vocálicos e consonantais, dígrafos, divisão silábica, ortografia, acentuação tônica e gráfica; classes de palavra: classificação, flexões nominais e verbais, emprego; teoria geral da frase e sua análise: orações, períodos e funções sintáticas; sintaxe de concordância: concordância nominal e verbal (casos gerais e particulares); crase; colocação de pronomes: próclise, mesóclise e ênclise; pontuação: emprego dos sinais de pontuação; novo acordo ortográfico.

1.2 MATEMÁTICA

Operações com números naturais; fracionários e decimais; sistema métrico decimal: perímetros e áreas de figuras planas; equação do 1º e 2º graus; regra de três simples e composta; porcentagem e juros simples; produtos notáveis e fatoração; funções: domínio e imagem, função do 1º e 2º graus, inequações do 1º e 2º graus; progressões aritméticas e geométricas.

1.3 CONHECIMENTOS GERAIS/ATUALIDADES

Noções gerais sobre a vida econômica, social, política, tecnológica, relações exteriores, segurança e ecologia com as diversas áreas correlatas do conhecimento juntamente com suas vinculações histórico-geográficas em nível nacional e internacional; descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; desenvolvimento urbano brasileiro; cultura e sociedade brasileira: artes, arquitetura, cinema, jornais, revistas, televisão, música e teatro.

1.4 POLÍTICAS DE SAÚDE

Organização dos serviços de saúde no Brasil; Sistema Único de Saúde: princípios e diretrizes, Controle social; Indicadores de

Saúde; Sistema de vigilância epidemiológica, Endemias e epidemias: situação atual, medidas de controle e tratamento, Modelo Assistencial, Planejamento e programação local de saúde, Política Nacional de Humanização; Constituição Federal de 1988 – Título VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, Da Saúde, Lei Federal nº 8.080 de 19/09/1990, Lei Federal nº 8.142 de 26/12/1990, NOB/96 e NOAS 01 e 02), Política Nacional de Atenção Básica à Saúde- Portaria 648/2006, Portaria nº 399 - Pacto de Gestão; Estratégia de Saúde da Família (ESF) e Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde (EACS); Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa para o SUS – ParticipaSUS.

2. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

2.1 MÉDICO AUDITOR

- Aspectos de interesse da auditoria médica na legislação brasileira: Constituição Federal, Códigos Civil e Penal, Código de Direitos do Consumidor e Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Interface entre o Código de Ética Médica e a auditoria médica;
- Resoluções do Conselho Federal e dos Conselhos Estaduais de Medicina sobre auditoria médica;
- Noções sobre ética médica e bioética;
- Noções sobre gerenciamento humano, gestão de custos e auditoria contábil;
- Noções sobre medicina baseada em evidências e sua aplicação como referencial para as práticas médicas;
- Auditoria Médica no SUS e órgãos governamentais.

2.2 MÉDICO CLÍNICO-GERAL - ESF

- Atenção Primária à Saúde;
- Medicina preventiva;
- Saúde Materno-Infantil;
- Saúde do Trabalhador;
- Saúde da Mulher;
- Saúde do Idoso;
- Generalidades e conceitos fundamentais;
- Atualidades sobre pesquisas médicas;
- Exames de Rotina;
- Parada cardíaca;
- Pneumonias;
- Doenças do aparelho respiratório, circulatório, digestivo e urinário;
- Disfunções hormonais;
- Uso de anestésicos;
- Esquema de vacinação;
- Intercorrências na gestação;
- Hipertensão Arterial Sistêmica;
- Diabetes Mellitus,
- Lúpus Eritematoso Sistêmico;
- Dermatofitoses;
- Prevenção do Câncer;
- Insuficiência Renal Crônica;
- Litíase Renal;
- Estratégia de Saúde da Família - ESF e Estratégia dos Agentes comunitários de Saúde –EACS.

2.3 ENFERMEIRO – ESF

- Esquema de vacinação;
- Controle de doenças sexualmente transmissíveis;
- Hipercalcemia;
- Cianose;
- Tuberculose;
- Hanseníase;
- Pneumonias;
- Rubéola;
- Alcalose respiratórias;

- Parada cardíaca;
- Meningite;
- Generalidades e conceitos fundamentais de enfermagem;
- As atribuições do profissional da categoria;
- Conhecimentos das técnicas de enfermagem;
- Normas de biossegurança;
- Assistência à Saúde do Adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial);
- Assistência à Saúde da Mulher, (pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama, planejamento familiar);
- Assistência à Saúde da Criança e do Adolescente;
- Assistência à Saúde do Idoso;
- Precauções universais, desinfecções de utensílios;
- Noções de vigilância epidemiológica e doenças transmissíveis;
- Estratégia de Saúde da Família – ESF e Estratégia dos Agentes Comunitários de Saúde - EACS;
- Unidades de transformação (g, mg, l, ml);
- Administração e Planejamento do Serviço de Enfermagem.

2.4 TÉCNICO EM ENFERMAGEM – ESF

- Esquema de vacinação;
- Controle de doenças sexualmente transmissíveis;
- Hipercalemia;
- Cianose;
- Tuberculose;
- Hanseníase;
- Pneumonias;
- Rubéola;
- Alcalose respiratórias;
- Parada cardíaca;
- Meningite;
- Generalidades e conceitos fundamentais de enfermagem;
- As atribuições do profissional da categoria;
- Conhecimentos das técnicas de enfermagem;
- Normas de biossegurança;
- Assistência à Saúde do Adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial);
- Assistência à Saúde da Criança e do Adolescente;
- Assistência à Saúde do Idoso;
- Precauções universais, desinfecções de utensílios;
- Noções de vigilância epidemiológica e doenças transmissíveis;
- Estratégia de Saúde da Família – ESF e Estratégia dos Agentes Comunitários de Saúde - EACS;
- Unidades de transformação (g, mg, l, ml).

2.5 AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

- Atribuições do Agente Comunitário de Saúde;
- Noções básicas sobre as principais doenças de interesse para a Saúde Pública: Diarréia, Cólera, Dengue, Doença de Chagas, Esquistossomose, Febre Tifoide, Meningite, Tétano, Sarampo, Tuberculose, Hepatite Hanseníase, Difteria, Diabetes Mellitus, Hipertensão Arterial, Raiva, Leishmaniose;
- Doenças Sexualmente Transmissíveis;
- Métodos Anticoncepcionais;
- Noções básicas sobre: higiene corporal, higiene da água e higiene dos alimentos;
- Noções sobre: vacinas, imunização, período de incubação, portador, transmissibilidade;
- Ciclo menstrual, gestação, parto, aborto, puerpério, pré-natal;
- Noções sobre desenvolvimento humano: nutrição, aleitamento materno;
- Coleta do lixo, tratamento adequado do lixo, reciclagem do lixo, classificação do lixo;
- Poluição ambiental e desmatamento.

2.6 ODONTÓLOGO

- Diagnósticos de cáries: evidênciação da dentina cariada, isolamento absoluto do campo operatório;
- Anestesia em odontopediatria técnica: tópica e infiltrativa e regional;
- Biossegurança em odontologia: esterilização, proteção do profissional e do paciente;
- Cistos e tumores da cavidade bucal: lesões pré-cancerosas, neoplasias benignas e malignas da cavidade bucal;
- Flúor: mecanismo de ação e toxicologia, flúor sistêmico e flúor tópico;
- Matérias para proteção do complexo dentina polpa: cimento fosfato de zinco, óxido de zinco, eugenol, hidróxido de cálcio, ionômero de vidro, adesivos dentinários;
- Materiais restauradores: amálgama, resina composta e ionômero de vidro;
- Procedimentos restauradores: em amalgamas e resinas compostas;
- Patologia da polpa, patologia dos tecidos periapicais: pericementite, abscesso periapical, granuloma radicular, cisto periapical;
- Patologia dos tecidos priodontais: gengivite e priodontite;
- Cáries dentárias: terapêutica e farmacologia odontológica, prescrição indicações e contra-indicações;
- Osteologia.

2.7 AGENTE DA DENGUE

- Sinais e Sintomas da Dengue;
- Vigilância Epidemiológica da Dengue;
- Prevenção e Controle da Dengue.

Edital Nº. 052/2011 - Convoca Candidatos Aprovados no Concurso Público Previsto no Edital Nº 002/2007
 EDITAL Nº. 052/2011
 CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 002/2007.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 76 de 08 de maio 2008; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital; Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:
 - a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
 - b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
 - c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
 - d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
 - e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA

AUTENTICADA);

- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 06 de setembro de 2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 052/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO 057 - TÉCNICO EM EMFERMAGEM

CLAUDIA SUDBRACK FONTANA

Edital Nº. 053/2011 - Convoca Candidatos Aprovados no Concurso Público Previsto no Edital Nº 002/2007
EDITAL Nº. 053/2011

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 002/2007.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 76 de 08 de maio 2008;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no



período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 22 de setembro de 2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 053/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO 072 - ODONTÓLOGO SUPORTE - CEO

BÁRBARA TREVISANI FUCK

Capinzal

PREFEITURA

Resolução Nº. 008/2011 - CONSELHO MUNICIPAL de ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº. 008/2011

CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMÁTICA NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAPINZAL/SC.

ROSELI ZANON CORDEIRO, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal (CMAS), Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 026, de 17 de novembro de 1995 e;

Considerando as disposições constantes na Lei Complementar nº 026, de 17 de novembro de 1995;

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito municipal;

Considerando que as Comissões Temáticas, devem ser aprovadas em Assembleia Geral, conforme a necessidade da demanda, e ser integrada por conselheiros (as) titulares e suplentes, podendo participar como colaboradores (as) representantes de outras entidades, representantes de usuários ou de organização de usuários, ou pessoas de notório saber, homologados pelo CMAS;

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Comissão Temática para discussão de assuntos do Conselho Municipal de Assistência Social, referentes a Normas, Regulamentos e Inscrições; Financiamento e Orçamento; Políticas; Divulgação e Comunicação.

Art. 2º A Comissão foi composta pelos seguintes membros do CMAS: Luciana Cristina Bussacro, Maria Leonis Pereira da Silva de Souza, Nádia Rech, Priscila Prévide, Roselaine Bevilaqua e Roseli Zanon Cordeiro.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal/SC.

Capinzal (SC), em 23 de setembro de 2011.

ROSELI ZANON CORDEIRO

Presidente

ROSELAINE BEVILAQUA

Secretária

Registrada e publicada a presente Resolução na data supra.

Resultado de Análise de Documentos Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 119/2011

RESULTADO DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 119/2011.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de Pavimentação Asfáltica com CAUQ (Concreto Asfáltico Usinado a Quente), drenagem pluvial e sinalização viária, na Rua Domingos Pelegrini com área de 1.771,55 m² - Rua Julio da Silva Almeida com área de 1.014,93 m² - Rua Henrique Markus Sobrinho com área de 730,04 m² - Rua Dorival R. Varela com área de 488,64 m² - Rua Alexandre Zampieri com área de 1.317,05m² - Rua Ivo Petry com área de 362,52 m² - Rua Simão Pereira de Lima com área de 1.343,69 m² - parte da Rua Adelmo Biavati com área de 225,95 m², área total a pavimentar de 7.254,37 m², recursos próprios.

EMPRESAS HABILITADAS:

Planaterra Terraplenagem e Pavimentação Ltda.;

Enghevia Serviços e Obras Ltda.;

Dallagnol Engenharia de Obras Ltda.;

Setep Construções S.A.; e

Viga Pavimentação e Obras Ltda.

Caso não existam recursos administrativos, fica marcada a abertura dos envelopes de propostas para às 08:30 horas do dia 24 de outubro de 2011.

Abre-se vistas ao processo e prazo de recurso nos termos da lei.

PAULO RONALDO WAMES

Presidente da Comissão de Licitações

Edital 086/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 767 86/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAL8211	8767001260	7455/0	10/05/2009	R\$ 85,12	218 * I
ABE9543	8767000614	7455/0	11/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
ABZ1593	8767000150	7455/0	27/03/2009	R\$ 85,12	218 * I
ACO5075	8767004085	7455/0	10/10/2009	R\$ 85,12	218 * I
ACV1109	8767000207	7455/0	31/03/2009	R\$ 85,12	218 * I
ADG9516	8767000892	7455/0	22/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
ADW3655	8767003194	7455/0	28/08/2009	R\$ 85,12	218 * I
AEW7279	8767000810	7455/0	25/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
AFP9336	8767003846	7455/0	27/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
AFV9067	8767000502	7463/0	11/04/2009	R\$ 127,69	218 * II
AHB1154	8767001102	7455/0	03/05/2009	R\$ 85,12	218 * I
AIA1317	8767004058	7463/0	08/10/2009	R\$ 127,69	218 * II
AIM0952	8767004211	7455/0	06/10/2009	R\$ 85,12	218 * I
AMV9861	8767003911	7455/0	30/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
BLP6763	8767004911	7455/0	27/04/2010	R\$ 85,12	218 * I
BUG5144	8767004657	7455/0	05/02/2010	R\$ 85,12	218 * I
BVU5768	8767001252	7455/0	10/05/2009	R\$ 85,12	218 * I
CBO2379	8767002868	7471/0	09/08/2009	R\$ 574,61	218 * III
CFO8959	8767003367	7463/0	06/09/2009	R\$ 127,69	218 * II
CIG8472	8767003342	7463/0	06/09/2009	R\$ 127,69	218 * II
CMB5691	8767000364	7455/0	11/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
COY5410	8767001064	7455/0	02/05/2009	R\$ 85,12	218 * I
COY5410	8767002387	7455/0	17/06/2009	R\$ 85,12	218 * I
CWK2453	8767003900	7455/0	29/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
DIA1239	8767003811	7463/0	23/09/2009	R\$ 127,69	218 * II
GXW4585	8767004177	7455/0	12/10/2009	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HRD7700	8767004881	7455/0	14/04/2010	R\$ 85,12	218 * I
HWB7462	8767003551	7463/0	12/09/2009	R\$ 127,69	218 * II
IAV9468	8767000537	7455/0	12/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
IBV4780	8767004672	7455/0	07/02/2010	R\$ 85,12	218 * I
IDD9183	8767003253	7455/0	05/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
IDY0745	8767000107	7455/0	29/03/2009	R\$ 85,12	218 * I
IDY0745	8767000168	7455/0	28/03/2009	R\$ 85,12	218 * I
IDY0745	8767000245	7455/0	01/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
IEE9769	8767000499	7455/0	11/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
IFZ9646	8767004092	7455/0	10/10/2009	R\$ 85,12	218 * I
IGS7234	8767002378	7455/0	21/06/2009	R\$ 85,12	218 * I
IGU7593	8767000990	7455/0	30/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
IHM6857	8767002092	7463/0	31/05/2009	R\$ 127,69	218 * II
IKK3456	8767001305	7455/0	14/05/2009	R\$ 85,12	218 * I
ILX3821	8767001381	7455/0	18/05/2009	R\$ 85,12	218 * I
IMZ8444	8767003443	7463/0	07/09/2009	R\$ 127,69	218 * II
JTK5136	8767003944	7455/0	01/10/2009	R\$ 85,12	218 * I
JYN8326	8767004811	7455/0	06/03/2010	R\$ 85,12	218 * I
LDA9867	8767000561	7455/0	13/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
LJS1572	8767002797	7455/0	08/08/2009	R\$ 85,12	218 * I
LKA4732	8767004576	7455/0	20/01/2010	R\$ 85,12	218 * I
LWV0987	8767000462	7455/0	10/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
LWV8032	8767003914	7455/0	30/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
LWV9758	8767003593	7455/0	15/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
LWW1288	8767001316	7455/0	14/05/2009	R\$ 85,12	218 * I
LXA8105	8767002024	7463/0	22/05/2009	R\$ 127,69	218 * II
LXG6554	8767000374	7463/0	12/04/2009	R\$ 127,69	218 * II
LXI4500	8767004735	7455/0	15/02/2010	R\$ 85,12	218 * I
LXI9666	8767003845	7455/0	27/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
LXJ1150	8767004874	7455/0	17/04/2010	R\$ 85,12	218 * I
LXM6138	8767003556	7455/0	12/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
LXM6979	8767002772	7455/0	06/08/2009	R\$ 85,12	218 * I
LXO0550	8767003520	7455/0	10/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
LXV7815	8767002506	7471/0	10/07/2009	R\$ 574,61	218 * III
LXX7947	8767000100	7455/0	29/03/2009	R\$ 85,12	218 * I
LXX9822	8767003528	7455/0	10/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
LXY6606	8767001170	7471/0	10/05/2009	R\$ 574,61	218 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYA4569	8767003630	7455/0	17/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
LYB0347	8767002500	7455/0	10/07/2009	R\$ 85,12	218 * I
LYB4361	8767003364	7455/0	06/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
LYC1826	8767003404	7455/0	07/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
LYI6860	8767002518	7455/0	11/07/2009	R\$ 85,12	218 * I
LYI6860	8767002810	7455/0	08/08/2009	R\$ 85,12	218 * I
LYK1638	8767000587	7455/0	14/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
LYK1638	8767000941	7463/0	04/05/2009	R\$ 127,69	218 * II
LYK1638	8767001337	7455/0	15/05/2009	R\$ 85,12	218 * I
LYK1638	8767002580	7455/0	18/07/2009	R\$ 85,12	218 * I
LYM8159	8767002599	7455/0	19/07/2009	R\$ 85,12	218 * I
LYP8319	8767002804	7455/0	08/08/2009	R\$ 85,12	218 * I
LYQ4742	8767002474	7455/0	05/07/2009	R\$ 85,12	218 * I
LYR4107	8767002811	7455/0	08/08/2009	R\$ 85,12	218 * I
LYR9444	8767000297	7463/0	04/04/2009	R\$ 127,69	218 * II
LYS3467	8767000910	7455/0	26/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
LYS3467	8767004159	7463/0	12/10/2009	R\$ 127,69	218 * II
LYT7361	8767000428	7455/0	09/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
LYY7104	8767003861	7455/0	28/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
LYZ7068	8767002784	7455/0	08/08/2009	R\$ 85,12	218 * I
LZB2736	8767003247	7455/0	07/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
LZB6969	8767004803	7455/0	07/03/2010	R\$ 85,12	218 * I
LZC3108	8767003125	7455/0	25/08/2009	R\$ 85,12	218 * I
LZC8605	8767000751	7455/0	23/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
LZC8605	8767001324	7463/0	15/05/2009	R\$ 127,69	218 * II
LZC8605	8767001341	7455/0	16/05/2009	R\$ 85,12	218 * I
LZC8605	8767002582	7455/0	18/07/2009	R\$ 85,12	218 * I
LZD4211	8767001040	7455/0	01/05/2009	R\$ 85,12	218 * I
LZE6001	8767000720	7455/0	24/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
LZF1804	8767002958	7463/0	16/08/2009	R\$ 127,69	218 * II
LZF1804	8767003692	7463/0	20/09/2009	R\$ 127,69	218 * II
LZF1804	8767003720	7455/0	21/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
LZF1804	8767003779	7455/0	22/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
LZF6972	8767002486	7455/0	13/07/2009	R\$ 85,12	218 * I
LZF6972	8767003923	7455/0	01/10/2009	R\$ 85,12	218 * I
LZO1018	8767003032	7455/0	21/08/2009	R\$ 85,12	218 * I
LZO1708	8767003534	7455/0	12/09/2009	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZO4463	8767000199	7455/0	30/03/2009	R\$ 85,12	218 * I
LZO7445	8767003213	7463/0	29/08/2009	R\$ 127,69	218 * II
LZR5286	8767002819	7463/0	09/08/2009	R\$ 127,69	218 * II
LZV8467	8767004652	7455/0	04/02/2010	R\$ 85,12	218 * I
LZW5072	8767003996	7455/0	11/10/2009	R\$ 85,12	218 * I
LZW8835	8767004024	7463/0	06/10/2009	R\$ 127,69	218 * II
LZW8877	8767003696	7455/0	20/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
LZW8877	8767003799	7455/0	23/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
LZX0466	8767001042	7455/0	01/05/2009	R\$ 85,12	218 * I
LZX0466	8767002440	7463/0	30/06/2009	R\$ 127,69	218 * II
LZX0671	8767000618	7455/0	13/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
LZZ0457	8767002364	7455/0	16/06/2009	R\$ 85,12	218 * I
LZZ2265	8767004798	7455/0	05/03/2010	R\$ 85,12	218 * I
LZZ4983	8767000820	7455/0	25/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
LZZ6695	8767003192	7455/0	28/08/2009	R\$ 85,12	218 * I
MAA1880	8767002071	7463/0	26/05/2009	R\$ 127,69	218 * II
MAB3518	8767002740	7455/0	01/08/2009	R\$ 85,12	218 * I
MAD4938	8767003981	7455/0	03/10/2009	R\$ 85,12	218 * I
MAD9054	8767004008	7455/0	05/10/2009	R\$ 85,12	218 * I
MAQ2295	8767002382	7455/0	21/06/2009	R\$ 85,12	218 * I
MAX7408	8767000757	7455/0	23/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
MAX9942	8767003316	7455/0	06/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
MBA7809	8767003709	7455/0	20/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
MBB5318	8767004574	7455/0	23/10/2009	R\$ 85,12	218 * I
MBB5318	8767004777	7463/0	26/02/2010	R\$ 127,69	218 * II
MBL5657	8767001077	7455/0	02/05/2009	R\$ 85,12	218 * I
MBP8676	8767001081	7471/0	02/05/2009	R\$ 574,61	218 * III
MBR6981	8767000831	7463/0	26/04/2009	R\$ 127,69	218 * II
MBR6981	8767003524	7455/0	10/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
MBU3553	8767000713	7455/0	21/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
MBU3553	8767002674	7455/0	26/07/2009	R\$ 85,12	218 * I
MBW4660	8767000795	7463/0	25/04/2009	R\$ 127,69	218 * II
MBZ7060	8767004600	7455/0	02/02/2010	R\$ 85,12	218 * I
MCA4292	8767000633	7455/0	11/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
MCB6340	8767000308	7463/0	04/04/2009	R\$ 127,69	218 * II
MCB6340	8767003532	7463/0	12/09/2009	R\$ 127,69	218 * II
MCG3570	8767001394	7463/0	19/05/2009	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCG7336	8767000281	7455/0	03/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
MCG9706	8767002268	7455/0	07/06/2009	R\$ 85,12	218 * I
MCH5395	8767004571	7455/0	22/10/2009	R\$ 85,12	218 * I
MCH8919	8767001086	7463/0	02/05/2009	R\$ 127,69	218 * II
MCM9180	8767002890	7455/0	10/08/2009	R\$ 85,12	218 * I
MCR1940	8767002778	7471/0	08/08/2009	R\$ 574,61	218 * III
MCT3082	8767003898	7455/0	29/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
MCZ1842	8767001345	7463/0	16/05/2009	R\$ 127,69	218 * II
MDA2228	8767004590	7463/0	01/02/2010	R\$ 127,69	218 * II
MDD2458	8767000886	7463/0	27/04/2009	R\$ 127,69	218 * II
MDI7699	8767003177	7455/0	27/08/2009	R\$ 85,12	218 * I
MDL1717	8767004876	7463/0	18/04/2010	R\$ 127,69	218 * II
MDN5738	8767002422	7455/0	28/06/2009	R\$ 85,12	218 * I
MDO1961	8767000261	7455/0	02/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
MDU0811	8767001103	7463/0	03/05/2009	R\$ 127,69	218 * II
MDV9231	8767000075	7455/0	26/03/2009	R\$ 85,12	218 * I
MDW1723	8767000126	7455/0	24/03/2009	R\$ 85,12	218 * I
MDZ6935	8767004107	7463/0	10/10/2009	R\$ 127,69	218 * II
MEB5308	8767003848	7463/0	27/09/2009	R\$ 127,69	218 * II
MEE9179	8767004064	7463/0	08/10/2009	R\$ 127,69	218 * II
MEJ1953	8767001321	7455/0	14/05/2009	R\$ 85,12	218 * I
MEL4554	8767000367	7455/0	11/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
MEL4554	8767002064	7455/0	25/05/2009	R\$ 85,12	218 * I
MEP1806	8767000401	7463/0	08/04/2009	R\$ 127,69	218 * II
MEU0662	8767001261	7455/0	10/05/2009	R\$ 85,12	218 * I
MEW8719	8767003289	7455/0	03/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
MEX2964	8767001304	7455/0	14/05/2009	R\$ 85,12	218 * I
MEY5480	8767001271	7463/0	12/05/2009	R\$ 127,69	218 * II
MEY5480	8767001278	7455/0	12/05/2009	R\$ 85,12	218 * I
MEY7293	8767003793	7455/0	22/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
MEY7293	8767003916	7463/0	01/10/2009	R\$ 127,69	218 * II
MEY9757	8767003896	7455/0	29/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
MEY9757	8767004531	7455/0	21/10/2009	R\$ 85,12	218 * I
MEZ0834	8767000938	7455/0	03/05/2009	R\$ 85,12	218 * I
MEZ0834	8767004638	7455/0	30/01/2010	R\$ 85,12	218 * I
MFD8513	8767001202	7463/0	08/05/2009	R\$ 127,69	218 * II
MFF4725	8767002923	7455/0	15/08/2009	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFN8470	8767003680	7463/0	19/09/2009	R\$ 127,69	218 * II
MFR3914	8767000286	7455/0	03/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
MFR6870	8767000813	7455/0	25/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
MFT2716	8767000578	7455/0	14/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
MFT3243	8767000395	7455/0	08/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
MFW4114	8767004013	7463/0	05/10/2009	R\$ 127,69	218 * II
MGA8450	8767002396	7455/0	24/06/2009	R\$ 85,12	218 * I
MGA8450	8767004524	7463/0	21/10/2009	R\$ 127,69	218 * II
MGC8493	8767002091	7455/0	31/05/2009	R\$ 85,12	218 * I
MGI0842	8767000549	7455/0	12/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
MGJ2960	8767004176	7455/0	12/10/2009	R\$ 85,12	218 * I
MGN7784	8767003758	7455/0	21/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
MGP8823	8767003662	7455/0	18/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
MGU1864	8767002025	7463/0	22/05/2009	R\$ 127,69	218 * II
MGU9803	8767002060	7455/0	25/05/2009	R\$ 85,12	218 * I
MHA5781	8767003893	7455/0	02/10/2009	R\$ 85,12	218 * I
MHC4925	8767003543	7455/0	12/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
MHC4925	8767003612	7455/0	16/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
MHD2224	8767002281	7455/0	10/06/2009	R\$ 85,12	218 * I
MHG5773	8767003071	7463/0	20/08/2009	R\$ 127,69	218 * II
MHR6962	8767001092	7455/0	02/05/2009	R\$ 85,12	218 * I
MKP4949	8767002960	7463/0	16/08/2009	R\$ 127,69	218 * II
MUT6528	8767002583	7455/0	18/07/2009	R\$ 85,12	218 * I
MUT6528	8767003499	7463/0	09/09/2009	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 10 DE OUTUBRO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 087/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 767 87/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CHQ2157	8767001020	7463/0	01/05/2009	R\$ 127,69	218 * II
DHG5653	8767004606	7455/0	03/02/2010	R\$ 85,12	218 * I
DHG5653	8767004771	7455/0	24/02/2010	R\$ 85,12	218 * I
DHG5653	8767004785	7455/0	24/02/2010	R\$ 85,12	218 * I
IDV6509	8767000013	7455/0	28/05/2010	R\$ 85,12	218 * I
IEQ2631	8767000829	7455/0	26/04/2009	R\$ 85,12	218 * I
LXW1786	8767000011	7455/0	01/06/2010	R\$ 85,12	218 * I
LYA1681	8767004569	7455/0	22/10/2009	R\$ 85,12	218 * I
LYG2357	8767002650	7455/0	23/07/2009	R\$ 85,12	218 * I
MBY3095	8767000005	7463/0	21/06/2010	R\$ 127,69	218 * II
MBZ5317	8767002692	7463/0	24/07/2009	R\$ 127,69	218 * II
MCQ9510	8767004729	7455/0	14/02/2010	R\$ 85,12	218 * I
MEW9263	8767003835	7455/0	26/09/2009	R\$ 85,12	218 * I
MFD5876	8767003757	7463/0	21/09/2009	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 10 DE OUTUBRO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 883/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 266 883/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDV9231	55037618D	6920/0	11/08/2011	233
MEB3591	54943469C	6610/2	02/08/2011	230 * VII
MEV4762	54942568C	6920/0	13/10/2010	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 10 DE OUTUBRO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 884/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 266 884/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIA1317	54240497D	5541/2	29/07/2011	181 * XVII
DJQ4920	54240529D	5541/2	06/08/2011	181 * XVII
LXI3888	54240479D	5541/2	25/07/2011	181 * XVII
LYT1518	54240525D	5541/2	05/08/2011	181 * XVII
MCD7496	54240581D	5541/2	24/08/2011	181 * XVII
MFZ6100	54240500D	5541/2	30/07/2011	181 * XVII
MGA8450	54941471C	5541/4	22/10/2010	181 * XVII
MGY9872	54240577D	5541/2	23/08/2011	181 * XVII
MGY9872	54240585D	5541/2	24/08/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 10 DE OUTUBRO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 885/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 885/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFB1548	55069574B	6920/0	20/06/2008	R\$ 127,69	233
MDD5861	54942523C	5010/0	09/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDD5861	54942524C	5061/0	09/06/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 10 DE OUTUBRO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 886/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 886/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAR0552	54240291D	5541/2	06/06/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBR1509	54240305D	5541/2	08/06/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 10 DE OUTUBRO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 887/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 266 887/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXS7051	55071085B	6920/0	24/08/2011	233
LYY2221	55071081B	6556/4	15/08/2011	230 * I
LYY2221	55071082B	6726/1	15/08/2011	230 * XVIII
LYY2221	55071083B	5010/0	15/08/2011	162 * I
LYY2221	55071084B	5061/0	15/08/2011	163 c/c 162 * I
LZD8576	54942985C	6920/0	17/08/2011	233
MGC3790	55037660D	6653/1	02/09/2011	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 10 DE OUTUBRO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 888/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 266 888/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKF8480	54240542D	5541/2	11/08/2011	181 * XVII
AMM3476	54240533D	5541/1	19/08/2011	181 * XVII
BZS0651	54240598D	5541/2	31/08/2011	181 * XVII
LWZ3199	54240590D	5541/4	06/09/2011	181 * XVII
MCA4292	54240503D	5541/2	01/08/2011	181 * XVII
MCI6537	54240554D	5541/2	12/08/2011	181 * XVII
MCL5688	54240501D	5541/2	30/07/2011	181 * XVII
MCN1203	54240588D	5541/2	26/08/2011	181 * XVII
MCQ4553	54240574D	5541/2	22/08/2011	181 * XVII
MDG6417	54240560D	5541/2	15/08/2011	181 * XVII
MDR7917	54240535D	5541/2	10/08/2011	181 * XVII
MDZ3126	54240518D	5541/2	05/08/2011	181 * XVII
MEY7293	54240530D	5541/2	06/08/2011	181 * XVII
MGC3790	55037658D	7056/1	02/09/2011	244 * III
MGC3790	55037659D	5215/1	02/09/2011	170
MGI6202	54240502D	5541/2	01/08/2011	181 * XVII
MJE7004	54240599D	5541/2	02/09/2011	181 * XVII
MJK5372	54240549D	5541/2	11/08/2011	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 10 DE OUTUBRO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 889/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 889/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IDZ4573	54942728C	5282/0	23/06/2011	R\$ 957,69	176 * I
IDZ4573	54942730C	5304/0	23/06/2011	R\$ 957,69	176 * III
IDZ4573	54942731C	6912/0	23/06/2011	R\$ 53,20	232
IJR0418	54943287C	5061/0	12/07/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
IJR0418	54943290C	5274/2	12/07/2011	R\$ 191,53	175
LYV8927	54943259C	5010/0	30/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
LYV8927	54943260C	5061/0	30/06/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LZG6708	54943415C	6920/0	11/07/2011	R\$ 127,69	233
MAV4814	54943449C	6920/0	27/07/2011	R\$ 127,69	233
MBZ5317	54943325C	6599/2	17/06/2011	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 10 DE OUTUBRO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLÍCIA

Edital 890/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 890/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IJR0418	54943288C	5185/1	12/07/2011	R\$ 127,69	167
IJR0418	54943289C	5185/2	12/07/2011	R\$ 127,69	167
LXX0588	54240346D	5541/2	17/06/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
LZC3108	54240373D	5541/2	29/06/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MEK8425	54240332D	5541/4	15/06/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MEZ1405	54240493D	5541/2	28/07/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 10 DE OUTUBRO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN
DIRETOR DE TRANSITO

Edital 891/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 266 891/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIK1469	54240565D	5541/2	16/08/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 10 DE OUTUBRO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 400/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 400/2011

- CONSIDERANDO a apresentação do Atestado Médico para Gestante;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto no Artigo 65 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e suas alterações,

RESOLVE

Art.1º Conceder Licença Maternidade a servidora DEBORA SCHMIDT DE SOUZA, ocupante do Cargo Professor Nível I ACT - 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, por 120 (cento e vinte) dias, conforme consta em Atestado Médico, pelo período de 10.10.11 a 06.02.12.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10.10.2011.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de outubro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 401/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 401/2011

- CONSIDERANDO, os efeitos da Portaria nº. 387 de 30.09.11.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal Nº 0085 de 30/06/99, Lei Complementar Nº 006 de 23/12/99 e Lei Complementar Nº 008 de 23/12/99,

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário EVILÂNEA DE OLIVEIRA, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 15 (quinze) horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na disciplina de Inglês, no Centro Educacional e Esportivo Valdemiro Manoel Chiquio, pelo período de 11.10.2011 a 20.10.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de outubro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Edital do Processo Licitatório nº 60/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 060/2011 - PM

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2011 - PM

A Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 28 de outubro de 2011, às 10:00, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA REFORMA DA PRAÇA PÚBLICA (1ª ETAPA), COM 1.205,03M2 E PALCO COM 115,96M2, LOCALIZADA NO CENTRO DESTE MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC, conforme projetos, memorial descritivo, quadro de quantidades e cronograma físico-financeiros em Anexos. As informações poderão ser obtidas pelo fone (47) 3537-0072 no horário de expediente.

Chapadão do Lageado (SC), 13 de outubro de 2011.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Lei Nº 4.345, de 6 de Outubro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.345, DE 6 DE OUTUBRO DE 2011.

Autoriza abertura de crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular parte da dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 19 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade Orçamentária 19.01 Fundação Municipal de Cultura

Projeto/Atividade 13.122.0073.1401 Modernização e Organização Administrativa da FMC

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 231.613,00

TOTAL ANULADO R\$ 231.613,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 19 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade Orçamentária 19.01 Fundação Municipal de Cultura

Projeto/Atividade 13.392.0072.2403 Ações de Difusão Cultural

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 133.642,00

Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 14.370,00

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 83.601,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 231.613,00.

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de agosto de 2011, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.01 Secretaria Municipal de Educação

Projeto/Atividade 12.361.0014.2012 Manutenção das Atividades-Meio da SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Receitas de Impostos e de Transferências

de Impostos - Educação R\$ 80.000,00

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental

Projeto/Atividade 12.306.0015.2014 Ações da Merenda Escolar

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 16.000,00

Projeto/Atividade 12.361.0019.1005 Modernização e Organização Administrativa da SEMED

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0001 Receitas de Impostos e de Transferências

de Impostos - Educação R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0.0.0019 Transferências do FUNDEB R\$ 100.000,00

Órgão 20 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária 20.01 Fundação Municipal de Esportes

Projeto/Atividade 27.812.0076.2453 Ações do Desporto Comunitário

Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 6.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 502.000,00.

Art. 4º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.108, de 13 de outubro de 2009; 4.179, de 10 de maio de 2010 e 4.259, de 20 de dezembro de 2010, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 5.623, de 23 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.623, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.

Regulamenta a Lei nº 4.341, de 23 de setembro de 2011, que

institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e autoriza a utilização da Nota Fiscal Eletrônica Conjugada no âmbito do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º A utilização da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e instituída pela Lei nº 4.341, de 23 de setembro de 2011, será obrigatória para os contribuintes abaixo discriminados:

I - os prestadores de serviços que já estejam obrigados à utilização da Nota Fiscal Eletrônica Conjugada - NF-e, conforme estabelecido no art. 23 do Anexo 11 do Regulamento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS do Estado de Santa Catarina;

II - os prestadores de serviços mencionados no Anexo Único deste Decreto, que se enquadrem nas seguintes situações:

a) pessoas jurídicas que tenham auferido receita bruta igual ou superior a R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) no ano calendário anterior;

b) os microempreendedores individuais que tenham auferido receita bruta igual ou superior a R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) no ano calendário anterior.

§ 1º A obrigação de que trata o caput deste artigo será facultativa para os profissionais liberais (pessoa física) a que se refere o art. 38 do Código Tributário Municipal.

Art. 2º As empresas obrigadas a emitir a NF-e Mercantil poderão incluir no Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica - DANFE as informações relativas a NFS-e, enviando ao Município de Concórdia as informações (em arquivo XML) relativas aos serviços, e ao Estado o arquivo completo, obedecendo as regras específicas de cada ente para a emissão da NF-e e incluindo o número de série das respectivas notas.

Art. 3º Caso o contribuinte opte por efetuar as emissões da NFS-e em seu próprio sistema de informação, conforme disposto no art. 12 da Lei nº 4.341/2011, deverá enviar e-mail para: datacenter@ipm.com.br e solicitar o manual do integrador ou baixá-lo na própria ferramenta de escrita fiscal.

Parágrafo único. A NFS-e emitida pelo aplicativo de que trata o caput deste artigo poderá ser exportada para outras ferramentas gerenciais e fiscais em opção própria, no menu da ferramenta de emissão da NFS-e.

Art. 4º Até que o Município passe a receber ou acessar os arquivos XML das NF-e e as informações gerenciais por parte da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, nos termos da cláusula segunda, inciso II, do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos, de 25 de outubro de 2010, celebrado entre a Secretaria de Estado da Fazenda e a FECAM, o contribuinte autorizado deverá:

I - imprimir em papel ofício, A4, exceto papel jornal, uma via da NF-e ou do DANFE;

II - manter a via impressa em arquivo pelo prazo decadencial.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 23 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

ANEXO ÚNICO

LISTA DE SERVIÇOS PARA COBRANÇA DO ISSQN

ITEM	SERVIÇOS
1	Serviços de informática e congêneres
1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas
1.02	Programação
1.03	Processamento de dados e congêneres
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação
1.06	Assessoria e consultoria em informática
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas
2	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza
3	Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres
3.01	-
3.02	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda
3.03	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza
3.04	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza
3.05	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário
4	Serviços de saúde, assistência médica e congêneres
4.01	Medicina e biomedicina
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres
4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres
4.04	Instrumentação cirúrgica
4.05	Acupuntura
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares
4.07	Serviços farmacêuticos
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia
4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental
4.10	Nutrição
4.11	Obstetrícia
4.12	Odontologia

4.13	Ortóptica
4.14	Próteses sob encomenda
4.15	Psicanálise
4.16	Psicologia
4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres
4.18	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres
4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres
4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie
4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres
4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres
4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário
5	Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres
5.01	Medicina veterinária e zootecnia
5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária
5.03	Laboratórios de análise na área veterinária
5.04	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres
5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres
5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie
5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres
5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres
5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária
6	Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres
6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres: - localizados na zona nobre (centro) do Município - localizados nos bairros e localidades da zona rural do Município
6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres: - localizados na zona nobre (centro) do Município - localizados nos bairros e localidades da zona rural do Município
6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres
6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas
6.05	Centros de emagrecimento, spa e congêneres
7	Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia
7.04	Demolição

7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço
7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres
7.08	Calafetação
7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos
7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres
7.14	-
7.15	-
7.16	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres
7.17	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres
7.18	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres
7.19	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo
7.20	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres
7.21	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretização, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais
7.22	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres
8	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza
8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza
9	Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres
9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service, condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços)
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres
9.03	Guias de turismo
10	Serviços de intermediação e congêneres
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada
10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária

10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring)
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios
10.06	Agenciamento marítimo
10.07	Agenciamento de notícias
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial
10.10	Distribuição de bens de terceiros
11	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie
12	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres
12.01	Espectáculos teatrais
12.02	Exibições cinematográficas
12.03	Espectáculos circenses
12.04	Programas de auditório
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres
12.06	Boates, taxi-dancing e congêneres
12.07	Shows, balé, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não
12.10	Corridas e competições de animais
12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador
12.12	Execução de música
12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, balé, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres
12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza
13	Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia
13.01	-
13.02	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres
13.03	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres
13.04	Reprografia, microfilmagem e digitalização
13.05	Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia
14	Serviços relativos a bens de terceiros
14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)
14.02	Assistência técnica

14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)
14.04	Recaptação ou regeneração de pneus
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido
14.07	Colocação de molduras e congêneres
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres
14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento
14.10	Tinturaria e lavanderia
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral
14.12	Funilaria e lanternagem
14.13	Carpintaria e serralheria
15	Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no país e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais
15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo
15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins
15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing)

15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral
15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados
15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários
15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio
15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento
15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral
15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão
15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário
16	Serviços de transporte de natureza municipal
16.01	Serviços de transporte de natureza municipal
17	Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares
17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão de obra
17.05	Fornecimento de mão de obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários
17.07	-
17.08	Franquia (franchising)
17.09	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas
17.10	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres
17.11	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS)

17.12	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros
17.13	Leilão e congêneres
17.14	Advocacia
17.15	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica
17.16	Auditoria
17.17	Análise de Organização e Métodos
17.18	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza
17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares
17.20	Consultoria e assessoria econômica ou financeira
17.21	Estatística
17.22	Cobrança em geral
17.23	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring)
17.24	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres
18	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres
19	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres
20	Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários
20.01	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres
20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres
20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres
21	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais
22	Serviços de exploração de rodovia
22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais
23	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres
23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres
24	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres

24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres
25	Serviços funerários
25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres
25.02	Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos
25.03	Planos ou convênio funerários
25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios
26	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres
26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres
27	Serviços de assistência social
27.01	Serviços de assistência social
28	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza
29	Serviços de biblioteconomia
29.01	Serviços de biblioteconomia
30	Serviços de biologia, biotecnologia e química
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química
31	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres
31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres
32	Serviços de desenhos técnicos
32.01	Serviços de desenhos técnicos
33	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres
33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres
34	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres
34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres
35	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas
35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas
36	Serviços de meteorologia
36.01	Serviços de meteorologia
37	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins
37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins
38	Serviços de museologia
38.01	Serviços de museologia
39	Serviços de ourivesaria e lapidação
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço)
40	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda
40.01	Obras de arte sob encomenda

Decreto Nº 5.624, de 27 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.624, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 8º da Lei nº 4.259, de 20 de dezembro de 2010.



DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de agosto de 2011, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Unidade Orçamentária 11.01 Secretaria Municipal de Transportes
Projeto/Atividade 26.782.0043.2041 Ações do Transporte Rodoviário

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 100.000,00.

Art. 2º Fica suplementada, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2010, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.451.0029.2029 Ações de Serviços Urbanos

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0017 Recursos da Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP R\$ 370.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 370.000,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de setembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 5.625, de 3 de Outubro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.625, DE 3 DE OUTUBRO DE 2011.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 8º da Lei nº 4.259, de 20 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de agosto de 2011, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.301.0049.2102 Ações de Atenção Básica

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0064 Atenção Básica R\$ 100.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 100.000,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 735/2011, de 23 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 735/2011, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.

Dá nova redação à alínea "b" do inciso II do art. 2º do Decreto nº 768/2009, de 24 de setembro de 2009 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 2.940, de 9 de setembro de 1996 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "b" do inciso II do art. 2º do Decreto nº 768/2009, de 24 de setembro de 2009 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, do Município de Concórdia, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º ()

b) suplente: TEREZINHA LUCIA GHIDORSI, representante do Centro de Integração Empresa Escola - CIEE;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

MAURO KICHEL

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 736/2011, de 23 de Setembro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 736/2011, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.

Prorroga o mandato dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 2.940, de 9 de setembro de 1996 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado até 29 de fevereiro de 2012, o mandato dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, designados pelo Decreto nº 768/2009, de 24 de setembro de 2009 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

MAURO KICHEL

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Decreto Nº 737/2011, de 29 de Setembro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 737/2011, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora SILVANA ROY.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2011, à servidora SILVANA ROY, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 14 de setembro de 2006 a 13 de setembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de setembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa**Decreto Nº 738/2011, de 29 de Setembro de 2011**
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 738/2011, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.

Designa a servidora JENECIR LOURDES MANDUCA BERNARDI para responder, interinamente, pelo cargo de Chefe do Departamento de Administração do Terminal Rodoviário; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora JENECIR LOURDES MANDUCA BERNARDI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para responder pelo cargo de Chefe do Departamento de Administração do Terminal Rodoviário, no período de 3 a 17 de outubro de 2011, enquanto perdurar o afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa, no mesmo período, a gratificação concedida à referida servidora, pelo inciso I, do art. 3º do Decreto nº 176/2011, de 18 de fevereiro de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de setembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 739/2011, de 29 de Setembro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 739/2011, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.

Nomeia GENESIO DE AUGUSTIN - Servente Braçal.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, GENESIO DE AUGUSTIN, no cargo de Servente Braçal, Grupo Ocupacional Base - GB, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 3 de outubro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de setembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 740/2011, de 29 de Setembro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 740/2011, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.
Nomeia LEONARDO VARGAS OLIVA NETTO - Motorista.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, LEONARDO VARGAS OLIVA NETTO, no cargo de Motorista, Grupo Ocupacional Operacional - GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 3 de outubro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURO KICHEL
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de setembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 741/2011, de 29 de Setembro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 741/2011, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.
Nomeia MAICO ZANFONATO - Torneiro Mecânico.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, MAICO ZANFONATO, no cargo de Torneiro Mecânico, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a

partir de 3 de outubro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de setembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 742/2011, de 29 de Setembro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 742/2011, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.
Nomeia PATRICIA PAZA no cargo de Arquiteto.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, PATRICIA PAZA, no cargo de Arquiteto, Grupo Ocupacional Especialista - GE, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 3 de outubro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de setembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 743/2011, de 29 de Setembro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 743/2011, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.
Nomeia MARCELO VOSS GONÇALVES - Técnico em Telecomunicações.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 9º, I, 36, I e 41, VI, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, MARCELO VOSS GONÇALVES, no cargo de Técnico em Telecomunicações, Grupo Ocupacional Técnico - GT, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do

Poder Executivo, a partir de 3 de outubro de 2011.

Art. 2º Em face da nomeação constante no art. 1º deste Decreto fica o servidor afastado do cargo de provimento efetivo de Eletricista de Manutenção, declarada a vacância e assegurada a recondução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de setembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 744/2011, de 30 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 744/2011, DE 30 DE SETEMBRO DE 2011.

Concede gratificação, pelo exercício de função de chefia, ao servidor DARLAN BALBINOTT.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida ao servidor DARLAN BALBINOTT, ocupante do cargo de Agente Administrativo, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o vencimento, pelo exercício de função de chefia do Setor de Protocolo Geral e Arquivo, com dedicação exclusiva, a partir de 3 de outubro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de setembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 745/2011, de 3 de Outubro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 745/2011, DE 3 DE OUTUBRO DE 2011.

Designa membros para integrar o Conselho de Administração do Fundo Municipal de Assistência ao Servidor - FUMAS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 163, de 26 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.177, de 5 de novembro de 1999.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas, para integrar o Conselho de Administração do Fundo Municipal de Assistência ao Servidor - FUMAS, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 5 de outubro de 2011, as pessoas abaixo relacionadas:

I - membros natos:

a) presidente: BEATRIZ FATIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA - Secretária Municipal de Administração;

b) membros:

1. JOAQUIM PEDRO DE BARROS BICCA NETO SEGUNDO - Secretário Municipal de Finanças;

2. GENAIR LOURDES BOGONI - Secretária Municipal de Saúde;

II - representantes dos servidores municipais:

a) efetivos:

1. FLAVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA;

2. MARCIO LUIS BENELLI;

3. HAIDE GOSSENHEIMER;

b) suplentes:

1. LIONI INES BENDER;

2. MAURO MARTINI;

3. GRACIELE SPERANDIO;

III - representantes do Poder Legislativo:

a) efetivo: MARCO ANTONIO TAGLIARI;

b) suplente: IVONEI GASPARIN GIORDANI.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 746/2011, de 3 de Outubro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 746/2011, DE 3 DE OUTUBRO DE 2011.

Exonera, a pedido, a servidora JULIANE BROCH.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei

Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora JULIANE BROCH, do cargo de provimento em comissão de Controladora da Divisão Administrativa, a partir de 3 de outubro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 747/2011, de 3 de Outubro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 747/2011, DE 3 DE OUTUBRO DE 2011.

Altera expressão constante no art. 1º do Decreto nº 59/2009, de 2 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a movimentação das contas bancárias da Fundação Municipal de Esportes - FMEC.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a expressão: "da conta bancária nº 027.290-8," para: "das contas bancárias", constante no art. 1º do Decreto nº 59/2009, de 2 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a movimentação das contas bancárias da Fundação Municipal de Esportes - FMEC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 748/2011, de 3 de Outubro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 748/2011, DE 3 DE OUTUBRO DE 2011.

Designa o servidor CESAR JOSE MACHADO para responder, interinamente, pelo cargo de Diretor de Urbanismo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do

Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor CESAR JOSE MACHADO, ocupante do cargo de Chefe do Departamento Administrativo, para responder pelo cargo de Diretor de Urbanismo, no período de 3 a 16 de outubro de 2011, enquanto perdurar o afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 749/2011, de 3 de Outubro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 749/2011, DE 3 DE OUTUBRO DE 2011.

Dispõe sobre o desligamento da servidora IDA MARTINI PICHETTI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 3 de outubro de 2011, a servidora IDA MARTINI PICHETTI, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, Grupo Ocupacional Operacional - GO, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Idade, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 750/2011, de 4 de Outubro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 750/2011, DE 4 DE OUTUBRO DE 2011.

Altera expressão constante no art. 1º do Decreto nº 282/2011, de 22 de março de 2011, que concede promoção vertical a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o cargo da servidora Silmara Tobaldini Pereira da Costa para: "Agente Administrativo", constante no art. 1º do Decreto nº 282/2011, de 2 de março de 2011, que concede promoção vertical à servidores.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 751/2011, de 4 de Outubro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 751/2011, DE 4 DE OUTUBRO DE 2011.

Acresce inciso IX ao art. 2º do Decreto nº 626/2011, de 3 de agosto de 2011 e alterações, que designam Pregoeiros e Equipe de Apoio.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 5.028, de 13 de setembro de 2005.

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescido inciso IX ao art. 2º do Decreto nº 626/2011, de 3 de agosto de 2011 e alterações, que designam Pregoeiros e Equipe de Apoio, com a seguinte redação:

"Art. 2º ()

IX - CRISTIAN SCHIAVINI." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de setembro de 2011.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 752/2011, de 4 de Outubro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 752/2011, DE 4 DE OUTUBRO DE 2011.

Acresce alínea "I" ao inciso V do art. 1º do Decreto nº 625/2011, de 3 de agosto de 2011 e alteração, que dispõem sobre a Comissão Permanente de Licitação.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Delegada nº 01, de 3 de setembro de 1993 e alteração e no Decreto nº 3.546, de 19 de setembro de 1994.

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescida a alínea "I" ao inciso V do art. 1º do Decreto nº 625/2011, de 3 de agosto de 2011 e alteração, que dispõem sobre a Comissão Permanente de Licitação, com a seguinte redação:

"Art. 1º ()

I) CRISTIAN SCHIAVINI." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de setembro de 2011.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Portaria Nº 139/2011, de 4 de Outubro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 139/2011, DE 4 DE OUTUBRO DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 16097, em 6 de setembro de 2011, do qual se extrai que o servidor MARCOS ROBERTO HENGEN, teria descumprido ordem do superior, e nos dias 8 e 9 de setembro de 2011, teria registrado o ponto, sem contudo ter trabalhado.

- que o servidor infringiu, em tese, o disposto nos arts. 151, IV e X, e 152, II e XIII, da Lei Complementar nº 90/1994;

- o Parecer da Assessoria Jurídica, de 26 de setembro de 2011, no sentido de instauração de Processo Administrativo Disciplinar;

- que, se comprovada a culpabilidade do servidor, o mesmo sujeitar-se-á à penalidade prevista no art. 163, III, c/c o disposto no art. 168, XIV, da Lei Complementar nº 90/1994.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor MARCOS ROBERTO HENGEN, ocupante do cargo de Servente Braçal, Grupo Ocupacional Base - GB.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgar oportunas, em face do presente Processo Administrativo Disciplinar:

I - presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, servidora estável, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Ocupacional Especialista - GE;

II - secretária: ANEMARIE RECH, servidora estável, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

III - vogal: PAULO HENRIQUE VICARI, servidor estável, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 135/2011, de 29 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 135/2011, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Finanças, na CI 216, de 26 de setembro de 2011.

R E S O L V E :

Art. 1º Convocar a servidora SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT, ocupante do cargo de Contador Adjunto, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 3 a 9 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 136/2011, de 29 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 136/2011, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 13336, em 22 de julho de 2011, do qual se extrai que a servidora DILAMAR DAROLD, estaria praticando conduta incompatível com suas atribuições, além de ter-se demonstrado pouco cordial no trato com colegas, no seu local de trabalho;
- que a servidora infringiu, em tese, o disposto no art. 152, XVII e

XVIII, da Lei Complementar nº 90/1994;

- o Parecer da Assessoria Jurídica, de 26 de setembro de 2011, no sentido de instauração de Sindicância;

- que, se comprovada a culpabilidade da servidora, a mesma poderá sujeitar-se à penalidade prevista no art. 163, II, c/c o disposto no art. 166, da Lei Complementar nº 90/1994.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora DILAMAR DAROLD, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional - GO.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I - presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Operacional Especialista - GE;

II - secretária: ANEMARIE RECH, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

III - vogais:

a) MARILENE CARMEN BONISSONI DO PRADO, ocupante do cargo de Escriurário;

b) PAULO HENRIQUE VICARI, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 137/2011, de 3 de Outubro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 137/2011, DE 3 DE OUTUBRO DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - ANDRE DE PARIS DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 3 a 13 de outubro de 2011;

II - MARCIA ROSA HEYDT ROGOWSKI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 100552-00, no período de 3 a 17 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 138/2011, de 3 de Outubro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 138/2011, DE 3 DE OUTUBRO DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto nos arts. 127-A e 127-B da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994, acrescidos pela Lei Complementar nº 463, de 22 de setembro de 2006.

R E S O L V E :

Art. 1º Renovar, por 1 (um) ano, a partir de 6 de outubro de 2011, o prazo da licença para acompanhamento de excepcional, objeto da Portaria nº. 58/2007, de 26 de março de 2007, concedida à servidora SALETE HANAUER, ocupante do cargo de Escriturário, respeitado o cumprimento de 25 (vinte e cinco) horas semanais, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Editais de Tomada de Preço Nº 31/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 31/2011 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos) para execução de obra de reforma da Escola Básica Municipal Giuseppe Sette, neste Município, de acordo com o Projeto Básico constante no Anexo "D" deste Edital. Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16:00h do dia 21/11/2011.

Abertura: dia 22/11/2011, às 08:30h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 11 de outubro de 2011

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 14/2011 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2011 - FMS

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde, torna público o ato do Diretor Administrativo do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para Credenciamento de empresa para prestação de serviços de saúde para consultas especializadas de Alta Complexidade, exames de alto custo e cirurgias eletivas, para atendimento à população, a favor da empresa CARDIODONTO SERVIÇOS DE CARDIOLOGIA LTDA, no valor estimado de R\$ 15.900,00 (Quinze mil e novecentos reais).

Concórdia, SC, 11 de outubro de 2011.

GENAIR LOURDES BOGONI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Editais de Convocação Nº 3/2011, de 3 de Outubro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 3/2011, DE 3 DE OUTUBRO DE 2011.

Convoca as famílias cadastradas e demais interessados para participarem da realização do sorteio das unidades habitacionais referente ao Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida - Empreendimento Loteamento Frei Lency II.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar as famílias cadastradas e demais interessados para participarem da realização do sorteio das unidades habitacionais referente ao Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida - Empreendimento Frei Lency II, localizado no Loteamento Frei Lency, que se realizará no dia 22 de outubro de 2011, às 9 horas, no auditório do Centro de Eventos Concórdia, situado no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana.

Art. 2º Cópia deste Edital, bem como quaisquer outros esclarecimentos necessários, poderão ser obtidos junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação - SEDES, situada na Rua Leonel Mosele, 285, Concórdia, SC, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, de segunda à sexta-feira, ou pelo telefone (49) 3442 0118.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MAURO KICHEL

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Cordilheira Alta**PREFEITURA****Extrato de Edital de Licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 37/2011

PREGÃO PRESENCIAL PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 25/2011

A Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, nos termos da Lei 10.520/02 e Decreto Municipal 017, de 17 de janeiro de 2007, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 25/2010, do tipo menor preço por Lote, tendo como objeto: Aquisição de Lousas Iterativas Digitais e Micro - Computadores, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos. Os envelopes serão aceitos até as 09:00 horas do dia 25 de outubro de 2011, e Credenciamento será realizado a partir das 09:00 horas do dia 25 de outubro de 2011. Abertura da sessão será realizada às 09:30 horas do mesmo dia, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta. Informações: de segunda a sexta, no horário de expediente da Prefeitura Municipal, Rua Celso Tozzo, 27, centro ou pelo fone (49) 3358-9100.

Cordilheira Alta, em 11 de outubro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito

Notificação de Recebimento Recursos Federais 03/10/2011
Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 03/10/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.414,03
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.414,03
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.414,03
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	848,42
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	565,61

Notificação de Recebimento Recursos Federais 04/10/2011
Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 04/10/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		13.924,99
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	11.356,11
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	11.356,11
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	2.958,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	8.398,11
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.568,88
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	2.568,88
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.541,33
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.027,55

Notificação de Recebimento Recursos Federais 05/10/2011**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 05/10/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		3.744,40
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	3.744,40
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	3.744,40
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	2.246,64
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.497,76

Notificação de Recebimento Recursos Federais 06/10/2011**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 06/10/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		7.231,41
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	6.592,25
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	6.592,25
4.1.7.2.1.33.02.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	6.592,25
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	639,16
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	639,16
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	383,50
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	255,66

Notificação de Recebimento Recursos Federais 07/10/2011**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 07/10/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		628,09
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	628,09
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	628,09
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	376,85
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	251,24

Corupá

PREFEITURA

Pregão Presencial 039/11 - Registro de Preço

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO DE LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇOS
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 039/11

OBJETO: Eventuais aquisições parceladas de Sacos de Cimento e Barras de Ferro 5/8, para uso da Secretaria de Infra Estrutura do Município de Corupá-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 11/10/2011, às 09h00min do dia 26/10/2011.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 26/10/11

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: compras@corupa.sc.gov.br.

Corupá, 11 de Outubro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Pregão 040/11 - Veículo Usado

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 040/11

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO USADO TIPO CAMINHÃO , MOTOR A DIESEL, CARROCERIA TIPO MADEIRA ANO E MODELO MÍNIMO 2004, - 4 CILINDROS -TANQUE DE COMBUSTIVEL 100 LITROS - COMPRIMENTO DE CABINE 1.630 - INJEÇÃO DIRETA. 4300 CM3 - CARGA UTIL MAIS CARROCERIA 3.535 - CABINE DUPLA, para compor a frota Municipal da Secretaria Municipal de Infra Estrutura do Município de Corupá-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 13/10/2011, às 09h00min do dia 25/10/2011.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 25/10/11

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: compras@corupa.sc.gov.br.

Corupá, 11 de Outubro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Pregão 040/11 - Veículo Usado

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 040/11

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO USADO TIPO CAMINHÃO , MOTOR A DIESEL, CARROCERIA TIPO MADEIRA ANO E MODELO MÍNIMO 2004, - 4 CILINDROS -TANQUE DE COMBUSTIVEL 100 LITROS - COMPRIMENTO DE CABINE 1.630 - INJEÇÃO DIRETA. 4300 CM3 - CARGA UTIL MAIS CARROCERIA 3.535 - CABINE DUPLA, para compor a frota Municipal da Secretaria Municipal de Infra Estrutura do Município de Corupá-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 13/10/2011, às 09h00min do dia 25/10/2011.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 25/10/11

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: compras@corupa.sc.gov.br.

Corupá, 11 de Outubro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Tomada de Preços 014/11 - Creche Bomplandt

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 014/11 -

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia para construção do centro de educação infantil no Bairro Bomplandt, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, ferramentas e equipamentos, conforme projeto arquitetônico, orçamento, cronograma, memorial descritivo e quantitativo anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 11/10/2011, às 09h00min do dia 27/10/2011.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 27/10/2011

TIPO: Menor Preço.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: compras@corupa.sc.gov.br.

Corupá, 10 de Outubro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços Nº38/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº38/2011.

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: Contratação, por quilometro rodado, de empresa especializada em transporte rodoviário de passageiros, para a condução de pacientes em Tratamento Fora do Domicílio. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 31/10/2011, às 14h00, mesma data e horário marcados para o início da sessão do Pregão. Os interessados poderão ter acesso a integra do Edital em www.curitibanos.sc.gov.br, ou retirar pessoalmente junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376, durante o horário comercial.

Curitibanos, 10 de outubro de 2011.
ALZANI ADRIANO SCUR
Secretário Mun. Saúde

RICARDO BROCARDO
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 142/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/2011.

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de equipamentos de informática para Secretaria de Administração e Finanças, conforme descrições mínimas constantes no anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 25/10/2011, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 25/10/2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 04 de Outubro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços Nº37/2011.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº37/2011.

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: Aquisição de móveis e equipamentos para instalação em Unidades de Saúde do município. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 01/11/2011, às 14h00, mesma data e horário marcados para o início da sessão do Pregão. Os interessados poderão ter acesso a integra do Edital em www.curitibanos.sc.gov.br, ou retirar pessoalmente junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376, durante o horário comercial.

Curitibanos, 10 de outubro de 2011.
ALZANI ADRIANO SCUR
Secretário Mun. Saúde

RICARDO BROCARDO
Pregoeiro

Ermo

PREFEITURA

Decreto N.º 050, de 04 de outubro de 2011.

DECRETO N.º 050, de 04 de outubro de 2011.
Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

EDSON TADEO GREGORINI, Prefeito Municipal de Ermo em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I da Lei nº 282 de 06/12/2010 (Lei Orçamentária Anual) e Art. 22, da Lei 280, de 28/09/2010 (LDO);

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a saber:

03.01- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0020.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (36) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04.01-SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
20.605.0022.2.005 - Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (43) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da Fonte 80 (recursos próprios).

Art. 3º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a saber:

06.01- SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP. E SERV.URBANOS
26.782.0033.2.021 - Manutenção da Secr. Obras, Viação, Transp.

e Serv. Urbanos
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0080.0 (17) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 4º. A suplementação de que trata o Art.3º, correrá por conta da anulação do item orçamentário abaixo especificado:

06.01- SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP. E SERV.URBANOS
26.782.0033.2.021 - Manutenção da Secr. Obras, Viação, Transp. e Serv. Urbanos
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0080.0 (19) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 04 de outubro de 2011.
EDSON TADEO GREGORINI
Prefeito Municipal em exercício

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças interino

Forquilha

PREFEITURA

Lei Nº 1.715, de 14 de Setembro de 2011.

LEI Nº 1.715, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.
ACRESCE DISPOSITIVO À LEI Nº 822, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA
Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescido o artigo 13-A a Lei nº 822 de 13 de dezembro de 2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13-A. Os Microempreendedores Individuais (MEI) e os Autônomos, assim enquadradas na forma da legislação Estadual pertinente, gozarão de isenção no pagamento da Taxa de Segurança Contra Incêndios - TSI e da Taxa de Prevenção Contra Sinistros - TPS.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 14 de setembro de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 14 de setembro de 2011.

ADEMIR BRANDIELLI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1.716, de 14 de Setembro de 2011.

LEI Nº 1.716, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.
INSTITUI A NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA
Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Seção I Da Definição da NFS-e

Art. 1º Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviço.
Parágrafo único. Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura do Município de Forquilha, Governo do Estado de Santa Catarina ou Governo Federal, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, de existência exclusivamente digital, com validade jurídica que deverá ser garantida por assinatura digital do emitente e autorização de uso fornecida pela Secretaria de Administração e Finanças antes da ocorrência do fato gerador.

CAPÍTULO II DO ACESSO AO SISTEMA DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Seção I Do Acesso pelo Contribuinte

Art. 2º O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e que conterá dados fiscais de interesse dos contribuintes, será realizado mediante a utilização de senha de segurança.

Art. 3º Para obter acesso ao sistema de que trata essa Lei, as pessoas deverão efetuar o cadastramento diretamente no Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal de Forquilha, através de requerimento e apresentação conjunta da última alteração do contrato social da empresa, documento de identidade do representante legal da empresa e dos blocos de notas fiscais anteriormente autorizados.

Art. 4º Após a solicitação de acesso, na conformidade do artigo 4º desta Lei e comprovação, pela Secretaria de Administração e Finanças, da regularidade das informações, proceder-se-á a liberação ao sistema da NFS-e.

§ 1º No caso de se constatar qualquer inconsistência nas informações prestadas, a pessoa física ou jurídica interessada na obtenção da senha será informada, via correio eletrônico (e-mail) informado no cadastramento, para, no prazo de até dez (10) dias, tomar as providências necessárias ao seu desbloqueio.

§ 2º Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, sem que sejam tomadas as providências mencionadas, a pessoa física ou jurídica terá que comparecer ao Departamento de Tributação para providências.

Art. 5º A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa física ou jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível.

Art. 6º Será cadastrada apenas uma senha de segurança para cada estabelecimento prestador, levando-se em consideração o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ ou cada número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas

- CPF junto ao Ministério da Fazenda, desde que estejam inscritos perante a Receita Federal, Estadual e Municipal.

Parágrafo único. A liberação de acesso fornecida à pessoa jurídica, será concedida ao representante legal indicado no formulário de "AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DA NFS-E", e conterá as seguintes funções:

I - gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outros.

Art. 7º A pessoa física ou jurídica detentora da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da nota fiscal eletrônica.

Seção II

Do Acesso pela Administração Fazendária

Art. 8º O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e que conterá dados fiscais de interesse da Secretaria de Administração e Finanças, será realizado mediante a utilização de senha de acesso.

Art. 9º A senha de acesso prevista do artigo anterior será outorgada ao Gerente do Departamento de Fiscalização de Tributos, bem como aos fiscais de tributos, a qual conterá as seguintes funções:

I - Habilitar e desabilitar usuários;

II - Criar ou modificar perfis de utilização do sistema;

III - Incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e da Administração Fazendária no portal da NFS-e.

Art. 10. Ao Gerente e fiscais de tributos da Secretaria de Administração e Finanças será permitido acesso ao sistema da NFS-e conforme o perfil habilitado levando-se em consideração a função exercida.

CAPITULO III

DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Art. 11. A NFS-e deve conter as seguintes indicações:

I - número sequencial;

II - código de verificação de autenticidade;

III - data da emissão;

IV - identificação do prestador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

e) inscrição no Cadastro Mobiliário;

V - identificação do tomador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

VI - discriminação do serviço;

VII - valor total da NFS-e;

VIII - valor da dedução na base de cálculo, se houver e na forma prevista na legislação municipal;

IX - valor da base de cálculo;

X - alíquota e valor do ISS;

XI - indicação no corpo da NFS-e de:

a) isenção ou imunidade relativas ao ISS, quando for o caso;

b) serviço não tributável pelo Município de Forquilha, nas hipóteses em que o imposto seja devido no local da prestação, em conformidade com a lei complementar federal e municipal.

c) retenção de ISS na fonte;

d) empresas enquadradas com base de cálculo por estimativa ou outra forma de tratamento tributário diferenciado;

e) existência de decisão judicial suspendendo a exigibilidade do ISSQN;

f) número e data do Recibo Provisório de Serviços - RPS emitido,

nos casos de sua substituição.

§ 1º A NFS-e conterá, no cabeçalho, as expressões "Prefeitura Municipal de Forquilha", "Governo do Estado de Santa Catarina" e "Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e".

§ 2º O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, iniciado pelo nº 01, e será específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§ 3º A NFS-e deverá ser assinada pelo emitente, com assinatura digital certificada por entidade credenciada, contendo o CNPJ de qualquer estabelecimento do emitente ou o CPF do responsável.

Art. 12. A NFS-e deve ser emitida "on-line", por meio da Internet, no endereço eletrônico <http://www.prefeituramoderna.com.br>, somente pelos prestadores de serviços estabelecidos no Município de Forquilha, mediante a liberação de acesso.

Parágrafo único. A NFS-e poderá ser impressa em tantas vias quantas se fizerem necessárias, podendo inclusive ser enviada por correio eletrônico ("e-mail") ao tomador de serviços.

Art. 13. As notas fiscais eletrônicas emitidas poderão ser consultadas e impressas, nos meios eletrônicos da Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 14. Todo estabelecimento prestador é obrigado a gerar notas fiscais para todos os serviços prestados.

Seção I

Da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e por pessoa física

Art. 15. É facultada às pessoas físicas já inscritas no Cadastro Mobiliário Municipal, solicitar a geração e a impressão da NFS-e na sede da Secretaria de Administração e Finanças/Departamento de Tributação, caso em que haverá a incidência do respectivo preço público.

Parágrafo único. O ISSQN relativo às NFS-e geradas nas instalações da Secretaria de Administração e Finanças, deverá ser recolhido nos bancos credenciados mediante autenticação mecânica no Documento Arrecadatório Municipal eletrônico - DAM-e.

Art. 16. A NFS-e na forma dos artigos anteriores será gerada por intermédio da senha específica do Gerente e dos fiscais de tributos municipais destacado para este fim.

Parágrafo único. A liberação para impressão da NFS-e dar-se-á mediante comprovação visual da autenticação mecânica do DAM-e.

Seção II

Da Emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviço Municipal - NFS-e por Bancos e demais Instituições Financeiras Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil

Art. 17. Os bancos e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam dispensados de gerar notas fiscais eletrônicas de serviços municipais - NFS-e.

Sessão III

Do Cancelamento da NFS-e

Art. 18. A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema informatizado ("on line"), no endereço eletrônico <http://www.prefeituramoderna.com.br>, na rede mundial de computadores (Internet), antes do pagamento ou vencimento do imposto, seja ele por retenção ou não.

§ 1º Após o pagamento do imposto a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo fiscal regular, no qual deverão ser apresentadas as razões que motivaram o pedido.

§ 2º Havendo o cancelamento da NFS-e, o contribuinte deverá registrar eletronicamente, em campo próprio, os motivos que levaram a anulação do documento, momento em que o sistema

enviará automaticamente mensagem eletrônica ao tomador do serviço noticiando a operação. (pedir para Bauhaus colocar um campo)

§ 3º O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema da NFS-e e sobre ele deverá ser inserida marca identificando a invalidade do mesmo.

Art. 19. Não se admite cancelamento da NFS-e em razão do não recebimento do preço do serviço, sendo o imposto devido em razão da prestação do serviço, conforme disposto na Lei nº 494/1998.

CAPÍTULO IV DA PERMANENCIA DA UTILIZAÇÃO DO BLOCO DE NOTAS FISCAIS

Sessão I Da utilização do bloco de notas

Art. 20. Nas hipóteses abaixo relacionadas, ficam, as pessoas físicas e jurídicas prestadoras de serviços, desobrigadas de emitir NFS-e, devendo, contudo, emití-los por meio de papel:

- I - adoção pelo contribuinte de regimes especiais;
 - II - prestações de serviços efetuadas fora do estabelecimento prestador;
 - III - impossibilidade de acesso à página eletrônica da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica;
 - IV - prestadores de serviços que não disponham em seus estabelecimentos de acesso à rede mundial de computadores (internet).
- Parágrafo único. As pessoas físicas ou jurídicas enquadradas neste artigo não estão desobrigadas de apresentar a (DES) Declaração Eletrônica de Serviço.

Seção III Do Sistema de "Emissão de Cupom Fiscal - ECF"

Art. 21. O Cupom Fiscal para os estabelecimentos que exerçam as atividades mistas de venda de mercadorias ou bens e prestação de serviços sujeitas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, enquadradas para utilização e emissão de seus documentos fiscais por equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF, pela Legislação Estadual - RICMS/SC, deverá observar o seguinte:

- I - a autorização para utilização e emissão de Cupom Fiscal - ECF será em regime especial, após comprovada a autorização de uso pelo Fisco Estadual;
- II - as normas referentes ao equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF e sua emissão, serão observadas segundo os dispositivos definidos na Legislação Municipal do ISS e na Legislação Estadual vigente - RICMS/SC;
- III - a autorização para adoção do Cupom Fiscal não dispensa o contribuinte das demais obrigações acessórias definidas na Legislação Municipal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

Art. 22. As pessoas jurídicas que emitirem Cupom Fiscal ficam dispensadas de emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

CAPÍTULO V DA INSUFICIÊNCIA OU NÃO RECOLHIMENTO DO ISSQN

Art. 23. A geração da NFS-e constitui declaração de confissão de dívida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência de seu recolhimento sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

CAPÍTULO VI DAS PENALIDADES

Art. 24. Nas infrações relativas à NFS-e, aplicar-se-á multa no valor igual a:

- I - 40 UFM's para cada NFS-e não emitida ou de outro documento

- ou declaração exigida pela Administração;
- II - 160 UFM's para cada emissão indevida de NFS-e tributáveis como isentos, imunes, ou não tributáveis;
- III - 80 UFM's para cada NFS-e Municipal indevidamente cancelada.

Art. 25. Sem prejuízo de outras imputações fiscais e penais, configura crime de estelionato e outras fraudes, bem como de falsidade ideológica, o uso indevido do sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, tendente a acobertar operações de prestação de serviços inexistentes, com o objetivo de:

- I - aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres;
- II - registrar despesas ou créditos indevidos a tributos federais, estaduais ou municipais.

Parágrafo único - A infração ao presente artigo será punida com multa igual a 1.000 UFM's.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26. Para efeito desta Lei, entende-se por processo administrativo regular, todo aquele instaurado via protocolo no Departamento de Tributação do Município pelo contribuinte mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados da NFS-e.

Parágrafo único. O processo administrativo referido neste artigo, somente se admite antes de instaurado processo regular de fiscalização.

Art. 27. No ato da homologação do requerimento de senha para uso do sistema eletrônico da NFS-e, fica a Autoridade Fiscal obrigada a inserir de ofício no Cadastro Mobiliário Municipal, todas as informações incompletas, ressalvadas aquelas que dependam de expressa licença administrativa, tais como:

- I - mudança de endereço;
- II - mudança de ramo de atividade.

Art. 28. Fica estabelecido um período de transição de 90 (noventa) dias a contar da data da obrigatoriedade do uso da NFS-e, para os contribuintes utilizarem o sistema sem que as operações irregulares impliquem nas penalidades previstas no Capítulo VI desta Lei.

Parágrafo único. As irregularidades cometidas no decurso do período de transição deverão ser corrigidas pelo contribuinte em até 30 (trinta) dias após a data de sua ocorrência, sob pena de se sujeitarem às sanções previstas no Capítulo VI desta Lei.

Art. 29. Ficam sujeitos os microempreendedores individuais aos dispositivos desta Lei.

Art. 30. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 31. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 14 de setembro de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 14 de setembro de 2011.

ADEMIR BRANDIELLI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1.721, de 16 de Setembro de 2011.
LEI Nº 1.721, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011.
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº. 494, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1998, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescido o artigo 402-A a Lei nº 494, de 15 de dezembro de 1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 402-A. Nos termos dos parâmetros da legislação estadual, os microempreendedores individuais terão uma redução de 50% (cinquenta por cento), no “quantum” da Taxa.”

Art. 2º Fica acrescido o § 7º ao artigo 410 da Lei nº 494, de 15 de dezembro de 1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 7º Nos termos dos parâmetros da legislação estadual, os microempreendedores individuais terão uma redução de 50% (cinquenta por cento), no “quantum” da Taxa.”

Art. 3º Ficam alterados os incisos III e VI do artigo 330 da Lei nº 494, de 15 de dezembro de 1998, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“III - quando retido por substituição tributária, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente.

[]

VI - nos demais casos, o imposto será recolhido no dia 15 (quinze) do mês seguinte ao da prestação do serviço.”

Art. 4º Altera o artigo 474 da Lei nº 494, de 15 de dezembro de 1998, renumerando o parágrafo único para § 1º e acrescentando o § 2º com os incisos I e II, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 474. A falta de pagamento de qualquer tributo no prazo legal, sujeitará o contribuinte ou responsável a:

I - multa de 0,33 % (trinta e três décimos por cento) ao dia, até atingir o limite máximo de 10% (dez por cento);

II - juros moratórios de 1 % (um por cento) ao mês;

III - correção monetária do débito calculado seguindo os índices oficiais;

§ 1º A multa e os juros incidirão sobre o valor corrigido.

§ 2º Fica determinado como valor mínimo para recolhimento da DAM, o valor de 8 UFM's.

I - Nos meses em que os recolhimentos forem inferior ao estipulado no parágrafo anterior, deverão ser acumulados até atingir o mínimo estabelecido.

II - Em caso da impossibilidade da acumulação estipulado no inciso anterior fica desobrigado do pagamento.”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Art. 6º Revogam as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de setembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de setembro de 2011.

ADEMIR BRANDIELLI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1.722, de 16 de Setembro de 2011.

LEI Nº 1.722, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011.

ALTERA O ARTIGO 10 DA LEI 1.500/09 QUE DISPOE E REGULAMENTA O TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO AS MICROEMPRESAS, AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AOS

MICROEMPRESARIOS INDIVIDUAIS DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº123/04 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o artigo 10 da Lei 1500 de 11 de dezembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. O valor devido mensalmente a título de ISS pelas microempresas optantes pelo Simples Nacional que obtiverem receita bruta, no ano-calendário anterior, igual ou inferior ao valor devido no §18 do art. 18 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, será pelo faturamento mensal de:

I - até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ano - R\$ 20,00 (vinte reais);

II - de R\$ 5.000,01 (cinco mil e um reais) até 40.000,00 (quarenta mil reais) ano - R\$ 40,00 (quarenta reais);

III - de 40.000,01 (quarenta mil e um reais) a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) ano - R\$ 75,00 (setenta e cinco reais);

IV - acima de R\$ 60.000,01 (sessenta mil e um reais) ano - R\$ 100,00 (cem reais).

§ 1º O valor do faturamento mensal, nos termos dos incisos I, II, III e IV, será aplicado a partir do exercício seguinte ao da publicação desta Lei Complementar.

§ 2º As microempresas que possuam mais de um estabelecimento ou que estejam no ano-calendário de início de atividades ficam impedidas de utilizar o disposto neste artigo.

§ 3º O valor apurado na forma deste artigo deverá ser incluído no valor devido pela microempresa relativamente ao Simples Nacional, quando da geração do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de setembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de setembro de 2011.

ADEMIR BRANDIELLI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1.723, de 16 de Setembro de 2011.

LEI Nº 1.723, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011.

AUTORIZA O CANCELAMENTO DE DÉBITOS DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO NÃO EFETIVADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a promover o cancelamento de débitos tributários lançados e inscritos ou não em dívida ativa relativos às licenças de construção não quitadas no prazo de um ano após ter sido emitido o alvará de aprovação prévia que trata o artigo 92 da Lei Complementar nº 18/2011.

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo a promover o cancelamento de débitos tributários lançados e inscritos ou não em dívida ativa relativos às licenças de construção efetivadas na vigência

da Lei Complementar nº 06/2005 não quitados no prazo de seis meses após a aprovação prévia.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de setembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de setembro de 2011.

ADEMIR BRANDIELLI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Contrato PMF Nº. 172/2011

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 172/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - GAVA SOM E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL LTDA. ME.

OBJETO - contratação de empresa especializada para locação de equipamentos de sonorização necessários para a realização da V Heimatfest, para os dias 11 a 16 de outubro do ano corrente.

VALOR - R\$ 30.400,00 (trinta mil e quatrocentos reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2011.

DOTAÇÃO - 0802.2042.3390 (125).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Carta Convite nº. 108/PMF/2011

DATA DA ASSINATURA - 04 de outubro de 2011

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 61/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 61/2011

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 199/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. ME

DO OBJETO -Execução dos serviços na reforma e adaptação do Centro Comunitário de Santa Líbera na Rodovia Vante Rovaris, Bairro Santa Líbera, município de Forquilha/SC, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 199/PMF/2010 de 29/09/2011 para 28/10/2011 bem como a vigência do contrato para 28/01/2012.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 28 de setembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 62/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 62/2011

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 199/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. ME

DO OBJETO -Execução dos serviços na reforma e adaptação do Centro Comunitário de Santa Líbera na Rodovia Vante Rovaris, Bairro Santa Líbera, município de Forquilha/SC, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias

DO VALOR - O presente termo tem por objeto o aditamento em R\$ 21.583,25 (vinte e um mil quinhentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos) do Contrato nº 199/PMF/2010 para maior, haja vista que, devido a serviços adicionais por modificação do projeto e necessidade de obras , se faz necessário o acréscimo de alguns serviços, conforme laudo do Engenheiro Civil Ademar João Back, que é parte integrante do presente termo, independentemente de sua transcrição.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 30 de setembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0296/2011

DECRETO Nº 0296, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 83.030,17 (oitenta e três mil, trinta reais e dezessete centavos)l, quatrocentos e noventa reais e dois centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.00 - Gabinete do Prefeito

02.01 - Gabinete do Prefeito

04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0200 (08) R\$ 10.700,00

04.00 - Controladoria Interna

04.01 - Controladoria interna

04.122.0002.2.004 - Manutenção da Controladoria Geral do Município

3.1.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0200 (13) R\$ 5.000,00

05.00 - Secretaria de Administração e Planejamento

05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento

04.122.0002.2.005 - Manutenção da secretaria de Administração e Planejamento

3.3.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0200 (21) R\$



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

17.832,00

06.00 - Secretaria de Finanças

06.02 - Encargos Gerais do Município

28.846.0000.0.400 - Indenizações e Restituições

3.1.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0200 (44) R\$ 1.000,00

09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

09.01 - secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

20.606.0021.2.045 - Manutenção da secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

3.3.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0200 (134) R\$ 10.000,00

10.00 - Secretaria de Infraestrutura

10.01. - Secretaria de infraestrutura

15.452.0023.2.050 - Manutenção da Iluminação Pública

3.3.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0217 (154) R\$ 29.536,14

3.3.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.3.0217 (227) R\$ 962,03

11.00 - Secretaria de Ação Social

11.02 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
08.243.0025.2.059 - Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

3.3.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0200 (189) R\$ 3.000,00

12.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

12.01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

23.695.0028.2.063 - Programa de Manutenção e Promoção do Turismo

3.1.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0200 (201) R\$ 2.000,00

3.3.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0200 (204) R\$ 3.000,00

Total R\$ 83.030,17

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

02.00 - Gabinete do Prefeito

02.01 - Gabinete do Prefeito

04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

4.4.90.00 - Aplicações Diretas Recursos 0.1.0200 (09) R\$ 10.700,00

04.00 - Controladoria Interna

04.01 - Controladoria interna

04.122.0002.2.004 - Manutenção da Controladoria Geral do Município

4.4.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0200 (15) R\$ 5.000,00

05.00 - Secretaria de Administração e Planejamento

05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento

04.122.0002.2.005 - Manutenção da secretaria de Administração e Planejamento

3.1.71.00 - Transf. Consórcios Públicos - Recursos 0.1.0200 (17) R\$ 11.371,20

3.3.71.00 - Transf. Consórcios Públicos - Recursos 0.1.0200 (20) R\$ 3.012,97

4.4.71.00 - Transf. Consórcios Públicos - Recursos 0.1.0200 (23) R\$ 3.447,83

06.00 - Secretaria de Finanças

06.02 - Encargos Gerais do Município

28.846.0000.0.400 - Indenizações e Restituições

3.3.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0200 (45) R\$ 1.000,00

09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

09.01 - secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

20.606.0021.2.045 - Manutenção da secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos - Recursos 0.1.0200 (132)

R\$

10.000,00

10.00 - Secretaria de Infraestrutura

10.01. - Secretaria de infraestrutura

15.452.0023.2.050 - Manutenção da Iluminação Pública

4.4.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0217 (155) R\$ 29.536,14

4.4.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.3.0217 (228) R\$ 962,03

11.00 - Secretaria de Ação Social

11.02 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
08.243.0025.2.059 - Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

4.4.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0200 (191) R\$ 3.000,00

12.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

12.01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

23.695.0028.2.063 - Programa de Manutenção e Promoção do Turismo

3.3.71.00 - Transf. Consórcios Públicos - Recursos 0.1.0200 (203) R\$ 5.000,00

Total R\$ 83.030,17

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Fraiburgo, 11 de Outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0297/2011

DECRETO Nº 0297, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 35.600,00 (trinta e cinco mil e seiscentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 - Secretaria de Saúde

08.01 - Fundo Municipal de saúde

10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de saúde

3.3.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0200 (46) R\$ 35.600,00

Total R\$ 35.600,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde
08.01 - Fundo Municipal de saúde
10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de saúde
3.3.50.00 - Transferências à Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos - Recursos 0.1.0200 (43)
R\$
35.600,00

Total R\$ 35.600,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 11 DE OUTUBRO DE 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0298/2011

DECRETO Nº 0298, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 14 da Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2011 créditos adicional suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
07.01 - Educação Geral
12.361.0007.2.014 - Manutenção das Atividades Esportivas do Ensino Fundamental
3.1.90.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0322 (72) R\$ 30.000,00
3.3.90.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0323 (304) R\$ 20.000,00
12.366.0012.2.026 - Manutenção da Educação de Jovens e Adultos
3.3.90.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (104) R\$ 5.000,00

13.392.0014.2.029 - Manutenção das Atividades Culturais
3.3.90.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (115) R\$ 30.000,00

10.00 - Secretaria de infraestrutura
10.01 - Secretaria de Infraestrutura
15.452.0023.2.050 - Manutenção da Iluminação Pública
3.3.90.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (305) R\$ 65.000,00

Total R\$ 150.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta do provável excesso a ser

apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417210102 - Cota Parte do FPM R\$ 100.000,00
4172401 - Transferência dos Recursos do FUNDEB R\$ 50.000,00

Total R\$ 150.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 11 DE OUTUBRO DE 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0299/2011

DECRETO Nº 0299, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 14 da Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2011 créditos adicional suplementar no valor de R\$ 351.000,00 (trezentos e cinquenta e um mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde
08.01 - Fundo Municipal de Saúde
10.301.0016.2.032 - Manutenção da Atenção Básica
3.1.90.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0403 (05) R\$ 45.000,00
3.1.90.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0409 (06) R\$ 20.000,00
3.3.90.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0416 (11) R\$ 50.000,00
4.4.90.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0415 (14) R\$ 6.000,00

10.301.0016.2.033 - Saúde da Família
3.1.90.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0405 (17) R\$ 90.000,00

10.301.0016.2.034 - Agentes Comunitários de saúde
3.1.90.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0406 (22) R\$ 110.000,00
3.3.90.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0406 (24) R\$ 30.000,00

Total R\$ 351.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta do provável excesso a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417213301 - Transf. De Recursos do SUS - PAB R\$ 45.000,00
417213303 - Transf. De Recursos do SUS - PSF R\$ 90.000,00
417213304 - Transf. De Recursos do SUS - PACS R\$ 140.000,00
417213307 - Transf. De Recursos do SUS - Saúde Bucal
R\$
20.000,00
417213311 - Transf. De Recursos do SUS - Especificidades
R\$
6.000,00



417223304 - Transf. Recursos do Estado - Atenção Básica
R\$
50.000,00

Total R\$ 351.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 11 DE OUTUBRO DE 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0300/2011

DECRETO Nº 0300, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011.
NOTIFICA CONTRIBUINTES INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA PARA COM A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 755 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 053/2003.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições e de conformidade com as disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam notificados os contribuintes inscritos em dívida ativa, conforme anexo I, para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da sua publicação, regularizar sua situação junto ao Departamento de Tributos da Prefeitura Municipal de Fraiburgo.

Parágrafo único. Em não havendo a regularização no prazo determinado, a dívida tributária ou não-tributária será imediatamente enviada para a cobrança judicial.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 11 DE OUTUBRO DE 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1879/2011

PORTARIA N.º 1.879 DE 11 DE OUTUBRO DE 2011.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0025 de 17 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, IZABEL RIBEIRO DE GOES MACIEL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 744.218.169-49, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com

carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de outubro de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1880/2011

PORTARIA N.º 1.880 DE 11 DE OUTUBRO DE 2011.

Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARIA HELENA MARCONDES ZANELLA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 024.596.709-58, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 24 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de outubro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1881/2011

PORTARIA N.º 1.881 DE 11 DE OUTUBRO DE 2011.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003, de 14 de fevereiro de 2011 e Contrato Administrativo, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE OPERACIONAL, para atender excepcional interesse público, na área da SANEFRAI;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JULIANO DE JESUS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 048.425.989-05, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de outubro de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1882/2011

PORTARIA N.º 1.882 DE 11 DE OUTUBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004, de 31 de março de 2011 e Contrato Administrativo, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

Considerando a necessidade de contratação temporária de INSTALADOR HIDRÁULICO, para atender excepcional interesse público, na área da SANEFRAI;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LINDOMAR PRATES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 423.311.109-72, contratado em caráter temporário na função de INSTALADOR HIDRÁULICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de outubro de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0019/2011 -FMS- RP 0010

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0019/2011 - FMS

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0010/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições em contratações futuras de combustíveis (óleo diesel e gasolina comum) para abastecimento dos veículos que fazem o deslocamento dos munícipes (pacientes) na cidade de Florianópolis/SC, durante os meses de novembro de 2011 a outubro de 2012. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 26/10/2011. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 10 de outubro de 2011.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde

Aviso do Pregão Presencial Nº 0132/2011-PMF-RP0062

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0132/2011 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0062/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de café, açúcar, fruta desidratada para chá e água mineral, para consumo do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante o período de outubro de 2011 a novembro de 2012. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 25/10/2011. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 10 outubro de 2011.

EDILBERTO CARLOS FERREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Edital de Notificação de Dívida Ativa Nº 002/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 002/2011

Nos termos do Decreto Municipal nº 0300 de 11 de Outubro de 2011, ficam notificados os contribuintes inscritos em dívida ativa para com a Fazenda Pública Municipal de Fraiburgo, conforme determina o Artigo 755 da Lei Complementar nº 053/2003, para, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da sua publicação, regularizar amigavelmente sua situação junto ao Departamento de Tributos da Prefeitura, sob pena de a dívida ativa ser imediatamente enviada para a cobrança judicial. Ficam notificados: ALBA MARIA DE MORAIS SONDA; ALCIDES DIAS DE MORAES; ALESSANDRO CLAIR SCHUERMANN; ALTAYR SARTORI; AMBIENTAL ECO VERDE RESIDUOS E TRANSPORTES LTDA ME; ANTONINHO MOACYR SOMENSI; BERNADETE DE FATIMA SEMAM; BERNADINO FIORELLI; BRASIL TELECOM S/A; CARLINHOS DOMINGUES DOS SANTOS; CLAUDIA TRAVALINI DE ABREU; CLEMILDA DE OLIVEIRA SANTOS; CRISTIANE CACHOEIRA ME; DANESEART DESIGN ARTES GRÁFICAS LTDA; DARI ALVES PEREIRA; DISRAELI EVERDAN PERGHER; DOMISAN SERVIÇOS FLORESTAIS LTDA -ME; EDEMAR GALARDÃO; EDEMAR GALARDÃO; EDGAR REGIS; ERCIO RIBEIRO ZORTEA; ERONI SCOLARO; ESTEVAM MALINOSKI; FRANCISCO LEFFER LUCIANO; FRANCISCO VITOR DIAS; G P CHOCOLATARIA LTDA ME; GLB REPRESENTACOES LTDA; GUILHERME LUDWICK EITZ; HUGO KRUGER; ILSE RIBEIRO DE SOUZA; IMAGEM - COM. DE MATERIAL DE SEGURANCA E PUBLICIDADE LTDA; IRIIO DAHMER; IRTO JOSE BUZZACARO - SASMET; ITACIR ANDRADE DOS SANTOS; IVONE BUZZACARO - ME; IVONETE MARIA SCHNEIDER; JANETE DIAS DOS SANTOS MILANI; JBRE TRANSPORTES LTDA; JOAO CARLOS GONCALVES; JOAO CARLOS RUSCHEL; JOAO GONCALVES DE CARVALHO; JOÃO MARIA DE SOUZA; JOAO MARIA PADILHA; JOSE JORGINO COELHO; JOSE SADI FERREIRA; JOSIEL DA SILVA; JULIO CESAR FERREIRA; JULIO CESAR LEGNANI; KATIA SOARES DOS SANTOS; LEANDRO ARLINDO LENZ; LEONICE MARIA GARCES HANKE; LEUKOS REPRESENTACOES LTDA. ME; LICIANE SUZANA LUCKMANN; LSC ESCOLA DE IDIOMAS LTDA ME; LUCILA DOS SANTOS; LUIZ EDUARDO FURTADO; LUIZ SEMAN; MARCELO WERNER DE SOUZA; MARCIA APARECIDA DOS SANTOS; MARILENE PIRES DE SOUZA; MARIZETE A. BENKE MENA BARRETO; MARLENE MARQUES MOREIRA; MECANICA E CHAPEACAO W.E. LTDA; NADIR DE JESUS FERNANDES; NATALIN DE JESUS CAMARGO; NP PROMOCOES E EVENTOS LTDA; ORTOPHISYS C. F. ESTETICA LTDA; PORFIRIO DE OLIVEIRA ME; PROGRESSO AUTOMOVEIS MULTIMARCAS LTDA; RALF ZINK; REGINALDO TEIXEIRA FRANCO; RESTAURANTE PARQUE DE AVENTURAS LTDA. ME; RM INDUSTRIA E COM. DE CARNES; RODRIGUES LOURENCO

E ROSA DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA; ROQUE MARILDO DOS SANTOS; ROSANE GUBIANI; SANDRA LUIZA CONSATTI DALAZEN; SAULO GERONIMO FELISBINO; TATIANA DE LIMA FERREIRA; TERESINHA MATTANNA; VIDRACARIA FRAIBURGO LTDA ME; VILMAR DE DOMENICO; VITALINA APARECIDA DE OLIVEIRA; WALDIR RODRIGUES MAFRA; WALLACE XAVIER PONTES e ZENI BUENO DE OLIVEIRA (CIRCO TEATRO BLUE STAR). SECRETARIA DE FINANÇAS

Garuva

PREFEITURA

Lei 1534/2011

LEI Nº 1534, DE 29 DE JUNHO DE 2011

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO LÍRIO AMARELO”.

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção, no exercício de 2011, no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), para a Associação Lírio Amarelo.

Parágrafo Único - O repasse será efetuado em uma parcela de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e 06 parcelas de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) devendo a entidade prestar contas ao Poder Executivo no prazo de 30 dias após o recebimento de cada parcela.

Art. 3º - As despesas com a presente lei serão apropriadas em rubrica do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1535/2011

LEI Nº 1535, DE 06 DE JULHO DE 2011

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO AO GARUVA ESPORTE CLUBE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção ao Garuva Esporte Clube, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n. 83.641.779/0001-51, sem fins lucrativos, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), como incentivo à sua participação no campeonato da Série A da Liga Joinvilense de Futebol, como representante do município de Garuva.

Parágrafo único - O valor acima será repassado em 06 parcelas, sendo: 1 parcela de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e 05 parcelas de R\$ 13.000,00 (treze mil reais)

Art. 2º - As despesas com a presente lei serão apropriadas em rubrica do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1536/2011

LEI Nº 1536, DE 06 DE JULHO DE 2011

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PALMITAL”.

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção, no exercício de 2011, no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), para a Associação Comunitária Palmital, declarada de Utilidade Pública através da Lei nº 1239/2005.

Parágrafo Único - O repasse será efetuado em uma única parcela de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) devendo a entidade prestar contas ao Poder Executivo no prazo de 30 dias após o recebimento da parcela.

Art. 3º - As despesas com a presente lei serão apropriadas em rubrica do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1537/2011

LEI Nº 1537, DE 06 DE JULHO DE 2011

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O GARUVA ESPORTE CLUBE”

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a o Garuva Esporte Clube, entidade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 83.641.779/0001-51, conforme estatuto de Fundação em apenso a presente Lei.

ART. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

João Romão
Prefeito Municipal

Lei Nº 1538/2011

LEI Nº 1538, de 18 de JULHO de 2011

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Disposição Preliminar

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/00 as diretrizes orçamentárias do Município de Garuva para o exercício financeiro de 2012, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública, em consonância com o Plano Plurianual 2010/2013;
- II - a organização e estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida e ao endividamento público municipal;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre a receita e as alterações na legislação tributária do Município;
- VII - as disposições sobre política tarifária;
- VIII - as disposições finais.

CAPÍTULO I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º - Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2012, especificadas de acordo com os programas estabelecidos no Plano Plurianual, são as apontadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2012 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo único - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2012, o poder executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO II

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 3º - O orçamento programa para o exercício financeiro de 2012 abrangerá o poder Legislativo, o poder Executivo e seus Fundos e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

§1º - para os efeitos desta lei, entende-se por:

- I - função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;
- II - sub-função, uma partição da função visando agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;
- III - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- IV - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- V - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e
- VI - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 2º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 3º - Cada atividade, projeto e operação especial estará

identificada pela função e a sub-função às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 4º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificados no projeto de lei orçamentários por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

§ 5º - Os projetos, atividades e operações especiais serão desdobradas em subtítulos, sem alteração da finalidade e da denominação das metas correspondentes, para especificar a localização geográfica integral ou parcial da ação desenvolvida.

§ 6º - As metas físicas serão indicadas em nível de projeto e atividade e suas descrições e quantificações deverão ser claras e uniformes.

§ 7º - A estrutura organizacional da Prefeitura é composta dos seguintes órgãos e suas atividades:

Poder Legislativo

01.00 - CÂMARA DE VEREADORES

01.01 - Câmara de Vereadores

Poder Executivo

I - Órgãos de Assessoramento Superior:

02.00 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - Departamento de Gabinete

02.02 - Departamento de Comunicação

02.03 - Departamento de Controladoria Geral

02.04 - Departamento do Gabinete do Vice-prefeito

03.00 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

II - Unidade Administrativa de Atividade - Meio:

04.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS

04.01 - Departamento de Administração e Planejamento

04.02 - Departamento de Licitação e Compras

04.03 - Departamento de Recursos Humanos.

04.04 - Departamento de Contabilidade

04.05 - Departamento de Finanças

III - Unidades Administrativas de Atividades - Fim:

05.00 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTE E TURISMO

05.01 - Departamento de Esporte

05.02 - Departamento para Assuntos da Juventude

06.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

06.01 - Departamento de Desenvolvimento Econômico

07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

07.01 - Departamento de Ensino

07.02 - Departamento Administrativo de Educação

08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE

08.01 - Departamento de Saúde

09.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

09.01 - Departamento de Desenvolvimento Social e Habitação

10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO;

10.01 - Departamento de Urbanismo

10.02 - Departamento de Manutenção Predial

10.03 - Departamento de Infraestrutura

11.00 - SECRETARIA DE ESTRATÉGIAS RURAIS

11.01 - Departamento de Estratégias Rurais



12.00 - SECRETARIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL**12.01 - Departamento de Saneamento Ambiental****ÓRGÃOS AUTÔNOMOS**

13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA - Subordinado à Secretaria Municipal De Estratégias Rurais.

14.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Subordinado à Secretaria Municipal de Saúde

15.00 - FUNDO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - Subordinado a Secretaria do Desenvolvimento Social e Habitação.

16.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA DE GARUVA- Subordinado a Secretaria do Desenvolvimento Social e Habitação..

17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - Subordinado a Secretaria do Desenvolvimento Social e Habitação.

18.00 - FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS - Subordinado a Secretaria de Administração Planejamento e Finanças.

Com as seguintes atividades:

Poder Legislativo

01.00 - Câmara de Vereadores

01.01 - Câmara de Vereadores

Com as seguintes atividades:

Atividades Administrativas

1) Treinamento dos servidores e vereadores do Poder Legislativo com a participação em cursos, seminários, congressos ou outra modalidade de aperfeiçoamento diretamente relacionada com o cargo ou função, desde que de interesse da Administração do Poder Legislativo Municipal;

2) Concessão de bolsas de estudos de nos cursos de graduação e pós-graduação para servidores desde que seja da área de interesse do Poder Legislativo Municipal, após aprovação da Mesa Diretora;

3) Implementação de normas e sistemas de avaliação funcional, aprimoramento de recursos humanos e outras ações inerentes à administração de pessoal;

4) Desenvolvimento de mecanismos com os objetivos para melhorar o processo legislativo, inclusive com a aquisição/substituição de softwares e outros equipamentos, visando a integração dos sistemas de informática;

5) Melhoramentos da página da Câmara na web, visando maior alcance e publicidade das informações, inclusive com transmissão on line das sessões;

6) Elaboração de peças orçamentárias (PPA, LDO, LOA) com programas/atividades do Poder Legislativo atendendo a legislação em vigor;

7) Modernização dos controles, especialmente para atendimento à legislação com melhoria funcional;

8) Aquisição de produtos de acordo com a discriminação de dotações na elaboração da peça orçamentária, tais como: material e suprimentos de escritório, suprimentos de informática, materiais de distribuição gratuita, placas de homenagens, de instalação, de manutenção, bem como contratação de serviços para realização de reparos nas instalações físicas, de equipamentos, materiais de expediente, copa, cozinha, higiene e limpeza entre outros;

9) Divulgação institucional das atividades do legislativo, melhoria do sistema de comunicação, divulgação dos atos e das atividades administrativas, acesso a internet, homepage, e-mails, periódicos, jornais, etc.

10) Melhoria do Controle Interno do Poder Legislativo;

11) Assinaturas de jornais, revistas, periódicos, informativos de interesse da administração do Poder Legislativo;

12) Concessão de diárias, desde que atendida a legislação em vigor;

13) Contratação de Consultoria Técnica presencial ou a distância para auxílio de atendimento das necessidades legais do Poder Legislativo;

14) Criação e implementação de verba indenizatória parlamentar, após aprovação de lei específica;

15) Contratação de serviços de terceiros para sonorização e gravação das sessões ordinárias da Câmara Municipal, bem como da Câmara Mirim, estendendo-se as necessidades quando da realização de audiências públicas, sessões extraordinárias, sessões itinerantes, ou outros eventos de interesse do Poder Legislativo;

16) Criação, ativação e implementação da Câmara Mirim;

17) Revisão, alteração, reformulação do Regimento Interno, inclusive com assessoria de pessoa física ou jurídica especializada que dê suporte gratuito, ou mediante remuneração;

18) Outras despesas necessárias a manutenção e administração do Poder Legislativo Municipal.

Atividades Relacionadas com Despesas de Pessoal

Nomeação e posse dos servidores aprovados mediante concurso público para preenchimento de vagas no quadro permanente de pessoal;

19) Contribuição para a Previdência Social;

20) Concessão da revisão geral anual para os servidores e agentes políticos do Poder Legislativo;

21) Reajuste dos vencimentos dos servidores do Legislativo até o limite de 15 % (quinze por cento);

22) Elaboração, implantação, alteração do Plano de Cargos e Carreiras do Poder Legislativo com a conseqüente adequação da remuneração;

23) Investiduras por aprovação para cargo ou emprego público, designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;

24) Contratações de pessoal temporário, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem a necessidade do Poder Legislativo, após aprovação em lei específica de origem do Poder Legislativo, até a realização de concurso público, com posterior nomeação dos aprovados;

25) Concessão de vantagens (quinqüênio) e progressão funcional aos servidores do Poder Legislativo asseguradas na legislação, podendo as mesmas ser indenizadas de acordo com Ato da Mesa Diretora;

26) Reforma da Estrutura Administrativa do Poder Legislativo com a conseqüente criação, adequação ou extinção de cargos, dentre os quais:

a) Criação de 02 (duas) vagas para estagiários, sendo uma de nível médio e uma de nível superior;

b) Criação de função de confiança de Diretor Legislativo e Coordenador da Câmara Mirim;

c) Criação de cargo comissionado para Assessor de Bancada, Assessor da Presidência;

d) Alteração, extinção, adequação dos cargos existentes na atual estrutura administrativa para a estrutura a ser implantada, com alteração dos vencimentos, alteração dos nomes que designam os cargos, alteração das atribuições de cada cargo

e) Pagamento da diferença do benefício concedido pelo INSS em caso de ser inferior ao valor da remuneração do vereador ou servidor, até o limite de sua remuneração

Parágrafo único - as alterações produzidas pela reforma administrativa não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) da quantidade de cargos existentes na atual estrutura administrativa do Poder legislativo.

Investimentos:

Aquisição de imóveis, veículos, equipamentos e material permanente, em especial equipamentos de informática, móveis e utensílios, de acordo com as dotações aprovadas na Lei

Orçamentária e posterior alterações;
27) Ampliação e reforma da sede do Poder Legislativo Municipal;

Poder Executivo

02.00 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - Departamento de Gabinete

Construção do novo Gabinete do Prefeito; Aquisição de equipamento e material permanente; Melhoria no sistema de comunicação e divulgação dos atos e atividades administrativas, acesso à internet, homepage, e-mails, projeto de informatização total das atividades municipais, como forma de propiciar o acesso de todo e qualquer cidadão aos registros públicos do município; Apoio e continuidade na gestão de atividades e fornecimento de meios físicos, materiais e de pessoal destinados à manutenção da Comarca, Casa da Cidadania e outros mecanismos da justiça civil e eleitoral e da segurança do município, medidas para a implementação de planejamento estratégico de gestão, acompanhamento de metas e riscos fiscais, de políticas de investimento e atos de representação do município; Programa de controle, avaliação e auditoria; Manutenção da filiação da Prefeitura em órgãos e entidades de representação de municípios como AMUNESC, FECAM, CNM, entre outros; Apoio a eventos de congraçamento e de reconhecimento aos servidores públicos municipais; Apoio a comemoração de datas cívicas e festivas do Município; Atuação conjunta com o Corpo de Bombeiros do Município com a disponibilização de pessoal para atuar na Defesa Civil; Apoio as entidades com reconhecimento de Utilidade Pública e Associações Comunitárias; Promover assinatura de convênios visando à obtenção de financiamento para investimentos em obras e equipamentos; consorciar-se com outros municípios ou associações para o desenvolvimento de programas e fiscalização ou regulação dos serviços concessionados.

02.02 - Departamento de Comunicação

Aquisição de equipamento e material permanente; divulgação institucional, das atividades e potencialidades do município, cerimonial para ancorar os eventos oficiais.

02.03 - Controladoria Geral

Manutenção e aquisição de equipamento e material permanente, Manutenção do sistema de controle interno, que atuará de forma integrada com o Poder Legislativo, com abrangência em todos os órgãos e agente público da administração direta, indireta e entidades ou pessoas beneficiadas com recursos públicos, para assegurar a boa gestão dos recursos públicos e apoiar o controle externo na sua missão institucional de fiscalizar os atos da administração relacionados à execução contábil, financeira, operacional e patrimonial, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

02.04 - Departamento do Gabinete do Vice-Prefeito

Realizar os objetivos fundamentais do município, pautado na cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político, na moralidade administrativa e na responsabilidade pública; Desenvolver, coordenar, avaliar e controlar Programas que atendam aos interesses da comunidade; Aquisição de veículos; Aquisição de equipamento e material permanente; Aquisição de combustível; Melhoria no sistema de comunicação e divulgação dos atos e atividades administrativas, acesso à internet, home-page, e-mails, projetos de informatização total das atividades municipais, como forma de propiciar o acesso de todo e qualquer cidadão aos registros públicos do município; Apoio a eventos de congraçamento e de reconhecimento aos servidores públicos municipais. Apoio à comemoração de datas cívicas e festivas do Município; Apoio às entidades com reconhecimento de Utilidade Pública e Associações Comunitárias; Apoio aos Secretários Municipais atendendo aos interesses e assuntos inerentes a pasta que cada um representa;

03.00 - PROCURADORIA JURÍDICA

Despesas de pessoal e contribuição previdenciária. Manutenção e aquisição de equipamentos e material permanente, material de consumo. Pagamento de diligências, e perícias em processos de execução fiscal, e outras demandas Judiciais que o Município for parte. Despesas com diárias, de acordo com Lei Municipal. Aquisição ou locação de software para controle dos processos Judiciais e Administrativos da Procuradoria. Contratação de Assessoria Jurídica especializada, quando houver necessidade, para elaboração de parecer e ou defesa em processo judicial.

04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS

04.01 - Departamento de Administração e Planejamento

Aquisição de materiais para escritório, oficina, combustível entre outros, além de equipamentos e material permanente. Realização de Operação de Crédito para aquisição de máquinas e equipamentos e aprimoramento da Administração Municipal. Realização de leilão para venda de veículos e equipamentos usados; Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração incluindo o 13º salário e assentamento funcional dos servidores municipais e dos agentes políticos, controle de lotação dos cargos, cálculo da folha mensal e das obrigações patronais; Contribuição para a Previdência Social; Contribuição ao PASEP; Treinamento de servidores públicos; Continuidade na implantação do plano de cargos, salários e carreiras; Alteração do estatuto do servidor; Implantação do sistema de previdência própria; Aprimoramento dos recursos humanos; Avaliação, pagamento de dívidas parceladas junto ao INSS; Implantação do Regime Previdenciário Próprio; Reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais; Elaboração de lei específica para implantação do PDV (Programa de Demissão Voluntária); Alteração da estrutura administrativa do poder Executivo, com a possibilidade de criação, alteração e extinção de cargos. Emissão de CDA para ajustamento de execução fiscal. Levantamento e consolidação patrimonial, com a implementação de rotinas administrativas visando o controle dos bens e próprios municipais. Unificação do sistema informatizado. Ampliação e recuperação de prédios; Municipalização do serviço de água e esgoto. Aquisição de materiais para escritório, oficina, combustível entre outros, além de equipamentos e material permanente, controle rígido do processo de compras; Elaboração de processos licitatórios. Elaboração de orçamento programa do município, assessoria aos orçamentos dos órgãos autônomos. Atualização do cadastro imobiliário para fins de IPTU; Regularização fundiária. Recadastramento fiscal, para fins de cobrança de taxas de poder de polícia. Manutenção das atividades do Conselho Tutelar. Manutenção das atividades do Conselho da Cidade. Locação de imóveis necessários à ação municipal. Modernização do código tributário; Remodelação dos sistemas de cobrança; Implantação e desenvolvimento de serviços de fiscalização de tributos; Atualização dos softwares de gestão tributária; Providências e fiscalização destinadas ao controle de movimento econômico do município; Implementação de novos mecanismos de cobrança dos tributos municipais, como forma de melhorar as receitas próprias do município e atendimento as novas regulamentações da gestão fiscal; Criar programa de recuperação de crédito fiscal. Implantação de Programa de Educação Fiscal e desenvolvimento Empresarial. Apoio às entidades filantrópicas e entidades municipalistas. Promoção de desapropriações necessárias à ação municipal.

04.02 - Departamento de Licitação e Compras

Aquisição de material de consumo, material permanente e equipamento. Licitação; princípios e finalidade; objeto, obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade. Modalidades de licitação: concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão. Procedimento: edital, publicação, convite, recebimento da documentação e proposta, homologação e adjudicação, anulação e revogação.

04.03 - Departamento de Recursos Humanos

Aquisição de material de consumo, material permanente e equipamento. Criar diretrizes e planos de ações que contribuam para a modernização, eficiência e eficácia funcional. Acesso à intranet aos servidores como forma de melhoria na comunicação interna. Implantação de programa de atenção à saúde servidor. Criação de grupos multidisciplinares de Recursos Humanos a fim de promover a democratização das relações de trabalho no serviço público, contribuindo para o aprofundamento e conhecimento das Leis. Promover programas, atividades e ações que visem a valorização e a integração do servidor público municipal. Melhoria no atendimento ao público interno e externo através de acesso direto a internet com home page própria. Atualização dos softwares da folha de pagamento. Implementação de normas e regulamentos de trabalho. Desenvolvimento de mecanismos que visem a melhoria na gestão dos arquivos inativos referentes à recursos humanos.

04.04 - Departamento de Contabilidade

Aquisição de materiais para escritório, equipamentos e material permanente. Melhoria da eficiência funcional. Modernização nos controles, especialmente para atendimento à legislação fiscal, registros contábeis; Emissão de demonstrativos e melhoria da eficiência funcional. Pagamento de amortização e juros da Dívida Pública; Desenvolvimento de mecanismos para o controle do fluxo de caixa; Melhoria no atendimento ao público através de acesso a internet com home page própria, resultando numa maior eficiência funcional.

04.05- Departamento de Finanças

Aquisição de materiais de expediente, além de equipamentos e material permanente; modernização nos controles, especialmente para atendimento à legislação fiscal e registros contábeis; Pagamento de amortização e juros da Dívida Pública; Desenvolvimento de mecanismos para o controle do fluxo de caixa; Melhoria no atendimento ao público através de acesso a internet com home page própria, resultando numa maior eficiência funcional.

05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO**05.01 Departamento de Esporte**

Aquisição de equipamentos e material permanente. Construção, manutenção e reforma de quadras, estádios, módulos esportivos e poliesportivos em geral. Apoio à manutenção e desenvolvimento das atividades para o desenvolvimento de campeonatos municipais em modalidades esportivas diversas. Participação em eventos esportivos oficiais. Apoio à participação de representantes ou equipes esportivas do município em competições e eventos esportivos de caráter regional, estadual e nacional. Aquisição de material esportivo e implantação e manutenção de escolinhas de esportes. Manutenção do programa Segundo Tempo. Implantação de concurso de atividades relacionadas ao esporte. Treinamento de professores, atletas e árbitros esportivos.

05.02 - Departamento para Assuntos da Juventude

Aquisição de equipamentos, material permanente e de consumo, Criação do Conselho da Juventude, Manutenção e apoio de equipes competitivas de diversas modalidades que envolvam jovens; Acesso ao esporte, lazer e atividade física para o jovem; Criação e fortalecimento de organizações juvenis, estimulando a participação e a parceria desses segmentos organizados; Criar redes institucionais para garantir o acesso dos jovens aos serviços municipais oferecidos pelas políticas públicas.

05.03 Setor de Cultura

Estímulo à cultura, preservação do patrimônio histórico, cultural e artístico. Construção de Centro Multiuso/Centro eventos e Museu/Casa de Memória. Reforma e ampliação das instalações dos prédios administrativos destinados à cultura. Implantação de grupos folclóricos e étnicos. Construção, locação ou adaptação de um

imóvel e manutenção da Biblioteca Pública Municipal e Casa da Cultura. Legalização e regulamentação da Casa da Cultura. Aquisição de livros para a biblioteca pública. Implantação de concurso de poemas, poesias, teatro e outras atividades, relacionadas a cultura. Apoio a participação de grupos culturais e folclóricos em eventos que visem a divulgação da cultura garuvense. Incentivo e apoio a manifestações culturais diversas. Aquisição de imóveis.

05.04 Setor de Turismo

Divulgação das potencialidades do município para a atração de novos investimentos. Apoio e desenvolvimento de atividades turísticas. Construção de aparelhos turísticos diversos. Criação e manutenção de infra-estrutura de sinalização informativa e turística e paisagismo de roteiros turísticos. Incentivos ao turismo rural e ecológico. Promover a construção e aparelhamento de centro cultural e portal turístico. Apoio financeiro a eventos visando às comemorações de datas cívicas e festivas do município. Produção de vídeos e impressos sobre o Município. Participação do Município em feiras e exposições.

06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**06.01 - Departamento de Desenvolvimento Econômico.**

Aquisição de equipamentos e material permanente, desenvolvimento de políticas destinadas à implementação do desenvolvimento econômico. Dinamização do conselho municipal de emprego e renda, do conselho de desenvolvimento econômico. Estudo para aquisição de áreas e unidades prediais, destinados ao estímulo necessário à implantação e ampliação de empresas e/ou negócios. Incentivos a manutenção de áreas industriais. Promoção de eventos e apoio ao empresário local com intuito de gerar renda e empregos. Fortalecimento da divisão através de parcerias da Associação Comercial e Industrial de Garuva. Implantação de cursos de Qualificação e cursos Técnicos Profissionalizantes. Manutenção e ampliação das áreas industriais. Fomentos de atividades micro-empresariais. Manutenção do SINE. Apoio na realização de eventos que promovam as potencialidades do município.

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**07.01 - Departamento de Ensino**

Desenvolvimento e manutenção das atividades na área de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Supletivo do Ensino Fundamental, de acordo com o que estabelece o MEC, a LDB, o FUNDEB e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Programa de capacitação de docentes, técnicos, especialistas e profissionais de serviço de apoio escolar. Pesquisa e concursos de qualidade na educação, reforço escolar, aceleração e atenção à saúde física e mental do estudante. Contratação de assessoria e aquisição de material para otimização dos resultados educacionais esperados. Implantação gradativa do programa de escola em tempo integral. Levantamento da necessidade e supervisão da qualidade na aquisição de equipamentos e material permanente. Supervisão na qualidade do sistema de transporte escolar. Levantamento da necessidade e supervisão da qualidade na aquisição de material escolar, didático e uniforme aos alunos. Levantamento da necessidade e supervisão da qualidade dos laboratórios de informática, bibliotecas, quadras de esportes e sala de vídeo. Levantamento da necessidade e supervisão da qualidade de construção, locação ou adaptação de um imóvel para Centro de Apoio Pedagógico EMAP (Equipe Multidisciplinar de Apoio Pedagógico) com contratação de psicopedagogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos. Levantamento da necessidade e supervisão da qualidade na aquisição de material pedagógico especial para atendimento aos alunos com dificuldades e deficiências de aprendizagem. Levantamento da necessidade e supervisão na qualidade de construção, ampliação e reforma de pré-escolas com aquisição de moveis, equipamentos e utensílios. Levantamento da necessidade e supervisão da qualidade de construção, ampliação e reforma de escolas, com aquisição de móveis, equipamentos, utensílios e material didático.

Levantamento da necessidade e supervisão da qualidade de construção, ampliação e reforma de creches com aquisição de móveis, equipamentos, utensílios e material pedagógico. Levantamento da necessidade e supervisão da qualidade de aquisição de imóveis para Educação Infantil e Ensino Fundamental. Supervisão na qualidade da manutenção dos projetos/programas Socioambiental Ser Cidadão e Unidade Móvel de Informática. Levantamento da necessidade e supervisão da qualidade de construção, locação ou adaptação de um imóvel para o projeto/programa Musicart e Cidadania com contratação de maestros e projeto/oficina de dança com contratação de professor. Levantamento da necessidade e supervisão da qualidade de aquisição de imóveis para Educação Infantil e Ensino Fundamental.

07.02 - Departamento Administrativo de Educação

Aquisição de equipamentos e material permanente. Melhoria e manutenção do sistema de transporte escolar. Compra e distribuição eficaz de merenda escolar de acordo com as normas estabelecidas pelo MEC e Ministério da Saúde, atingindo as especificações calóricas e proteicas, na refeição distribuída no período em que a criança permanece na escola. Aquisição e distribuição de material escolar, didático e uniforme, aos alunos. Criação de laboratórios de informática, bibliotecas, cozinhas, refeitórios, quadras de esportes, sala de vídeo e manutenção/ampliação dos já existentes. Construção, locação ou adaptação de um imóvel para Centro de Apoio Pedagógico EMAP (Equipe Multidisciplinar de Apoio Pedagógico) com contratação de psicopedagogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos. Aquisição de material pedagógico especial para atendimento aos alunos com dificuldades e deficiências de aprendizagem. Construção, ampliação e reforma de pré-escolas com aquisição de móveis, equipamentos e utensílios. Construção, ampliação e reforma de escolas, com aquisição de móveis, equipamentos, utensílios e material didático. Construção, ampliação e reforma de creches com aquisição de móveis, equipamentos, utensílios e material pedagógico. Aquisição de imóveis para Educação Infantil e Ensino Fundamental. Manutenção dos projetos/programas Socioambiental Ser Cidadão e Unidade Móvel de Informática. Construção, locação ou adaptação de um imóvel para o projeto/programa Musicart e Cidadania com contratação de maestros e o projeto/oficina de dança com contratação de professor. Aquisição de veículos para manutenção do Ensino. Auxílio ao estudante para professores. Apoio e convênio junto as APPs. Aquisição de imóveis para Educação Infantil e Ensino Fundamental. Contratação de veículos diversos. Construção, ampliação e reforma de instalações para atender o Setor de Educação com aquisição de móveis e equipamentos. Aquisição de material de limpeza e suprimento de informática. Promover a divulgação das avaliações municipais e nacionais dos índices educacionais

08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

08.01 - Departamento de Saúde

Construção de Unidades de Saúde. Ampliação do Setor de Saúde. Informatização da Secretaria Municipal de Saúde. Capacitação dos Profissionais da área de Saúde em Atenção Básica, Urgência e Emergência e Programas de Saúde. Implantação do Programa Municipal Saúde Mental. Implantação do Programa Municipal Saúde do Trabalhador. Manutenção dos Programas já implantados. Manutenção e aquisição de equipamentos permanentes para as Unidades de Saúde. Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento. Manutenção e aquisição de equipamentos permanentes para o Pronto Atendimento. Manutenção e aquisição de equipamentos para Vigilância Sanitária. Manutenção e aquisição de equipamentos para Vigilância Epidemiológica. Manutenção e aquisição de equipamentos permanentes para Secretaria Municipal de Saúde. Aquisição de Unidade Móvel de Saúde. Aquisição de ambulância equipada. Aquisição de veículos. Manutenção e implementação do quadro funcional da Secretaria Municipal de Saúde. Manutenção de serviços de consultoria. Manutenção e contratação de serviços terceirizados. Repasse de recursos para manutenção do CIS/

AMUNESC. Repasse de recursos para manutenção do SAMU. Implantação do Programa de Controle, Avaliação e Auditoria. Dinamizar as ações na promoção do atendimento a Vigilância Sanitária e inspeção municipal de produtos de origem animal. Implantação do Centro de Bem Estar Animal. Manutenção da Frota de veículos.

09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

Instituir ações, apoio técnico e financeiro ao Fundo Municipal de Assistência Social; atendimento as comunidades em situação de vulnerabilidade social, acompanhamento e avaliação sócio econômica, encaminhamento de pessoas de acordo com as suas necessidades; fornecimento de bens e serviços de acordo com parecer social, que indique tal providência; acompanhamento e avaliação das ações das associações comunitárias e outras ações inerentes ao atendimento social da população. Manutenção do Abrigo Provisório, manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Social com aquisição de equipamento e material permanente. Informatização da Secretaria de Desenvolvimento Social, capacitação dos profissionais da área social e toda equipe da secretaria, aquisição e manutenção de veículos. Manutenção de serviços de consultoria. Manutenção e contratação de serviços terceirizados, contratação de técnicos para área social; contratação de estagiários para auxiliarem nas demandas da Secretaria. Construção e manutenção do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO

10.01 - Divisão de Infra-estrutura.

Aquisição de equipamentos e material permanente, projetos e pavimentação de vias públicas, recuperação de pavimentação em vias urbanas. Construção e recuperação de bueiros, pontes de concreto e pontilhões de madeira. Abertura, retificação e ampliação de novas ruas, recuperação e conservação com ensaibramento da pista de rodagem das vias do quadro urbano. Recuperação de equipamentos, veículos leves, máquinas, e caminhões. Sinalização viária do quadro urbano. Serviços de drenagem com limpeza de valas e colocação de tubos de drenagem em diversas ruas no município. Administração de cemitérios e outras atividades inerentes. Ampliação e melhoria de iluminação pública. Construção e reforma e ajardinamento de praças e vias públicas, construção e recuperação de abrigos de passageiros (ponto de ônibus). Reforma de prédios municipais. Apoio à implantação da Unidade de Corpo de Bombeiros no município. Aquisição e contratação de veículos, máquinas e equipamentos.

10.02 - Divisão de Manutenção

Manutenção de pavimentação em vias urbanas; Manutenção de pontilhões de madeira, pontes de concreto e tubulações no quadro urbano; Construção e manutenção de capelas mortuárias e cemitérios municipais; Manutenção de iluminação pública através de contratação de serviço; Manutenção e reforma de praças e prédios municipais; Manutenção do Paço Municipal; Manutenção do Setor de serviços públicos.

10.03 - Departamento de Manutenção Predial.

Reforma de prédios municipais. Apoio à implantação da Unidade de Corpo de Bombeiros no município. Manutenção de iluminação pública através de contratação de serviço; Manutenção e reforma de praças e prédios municipais; Manutenção do Paço Municipal; Manutenção do Setor de serviços públicos.

11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESTRATÉGIAS RURAIS

11.01 - Departamento de Estratégias Rurais

Manutenção da folha de pagamento dos servidores. Aquisição de equipamentos e material permanente e manutenção do setor. Manutenção e aquisição de veículos. Construção, ampliação e melhoria de sistema de abastecimento de água potável na área rural. Realização de eventos promocionais. Manutenção e contratação

de serviços de terceiros. Repasse de recursos para entidades privadas de utilidade pública. Construção do Centro de Eventos. Manutenção e aquisição de Patrulha Mecanizada. Aquisição de saibros e material para manutenção das estradas e pontes do interior do município. Capacitação do quadro funcional. Ampliação e manutenção do Programa Microbacias. Manutenção e ampliação da regularização fundiária. Implementação do Programa de Hora Máquina. Dinamizar, ampliar e aparelhar os Programas de Inseminação Artificial, Sanidade Animal e o serviço de inspeção municipal dos produtos de origem animal e vegetal. Promover e colaborar com a Festa do Colono, Promover o desenvolvimento da agropecuária através de programas contratando serviços, fornecendo combustível para realização dos mesmos. Apoio técnico e financeiro ao Fundo Municipal de Agricultura; Implantação de programas de incentivo aos produtores rurais. Implantação de viveiro de mudas nativas. Aquisição de equipamentos e material permanente para recuperação de estradas do interior. Construção e recuperação de bueiros, pontes de concreto e pontilhões de madeira nas estradas da zona rural. Abertura, retificação e ampliação de novas ruas, recuperação e conservação com ensaibramento da pista de rodagem e limpeza das laterais das vias e estradas da zona rural. Recuperação de equipamentos, veículos leves, máquinas, e caminhões. Sinalização viária da zona rural. Serviços de drenagem com limpeza de valas e colocação de tubos de drenagem nas ruas da zona rural do município. Construção de tratamento individual de esgoto primário, construção e ampliação de rede de água. Aquisição e contratação de veículos, máquinas e equipamentos.

12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

12.01 - Departamento de Saneamento Ambiental

Manutenção da folha de pagamento dos servidores. Criação e gestão das Áreas de Proteção Ambiental do Rio Palmital, Monte Crista e Quiriri; implementação de arborização urbana; desapropriação das áreas adjacentes as captações de água, (redes CASAN e água da Serra), para preservação e/ou implantação, de áreas verdes do município; elaboração e execução de projetos de recuperação de áreas degradadas; gerenciamento, ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água potável na área urbana e rural, através da realização de estudos sobre a viabilidade da municipalização do sistema de água ou implantação de Autarquia (SAMAE/Garuva); manutenção e implementação de melhorias no Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos de Garuva - CENTRAG; implementação de coleta seletiva; aquisição de veículo (caminhão) compactador para serviço de coleta de resíduos sólidos urbano e rural, com opção de permitir, através de licitação a contratação de terceiros para coleta e transbordo dos resíduos sólidos para aterro devidamente autorizado; aquisição de equipamentos e material permanente; aquisição e manutenção de veículo para fiscalização; capacitação e revitalização do setor de fiscalização ambiental; aquisição de equipamentos e materiais destinados à promoção da educação ambiental. Elaboração e execução de projetos voltados à implantação do sistema de saneamento básico. Participação em seminários, cursos e capacitação técnica, análises laboratoriais, despesas relacionadas ao Plano Municipal de Saneamento Básico. Formatação e assinatura de convênio com SDM/FATMA e governo do estado repassando atribuições de licenciamento e arrecadação de atividades passíveis de licenciamento ambiental.

13 - FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Aquisição de equipamentos e material permanente. Aquisição e manutenção de veículos, tratores e implementos agrícolas. Manutenção e contratação de serviços de terceiros. Manutenção e ampliação do Programa de inseminação artificial, Hora Máquina e Porteira Adentro. Capacitação de servidores. Capacitação de agricultores e pecuarista. Desenvolver e celebrar convênios com outras entidades governamentais. Estimular o setor agropecuário do município. Divulgar nos meios de comunicação dados técnicos e de interesse do setor.

14 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Construção de Unidades de Saúde. Ampliação do Setor de Saúde. Capacitação dos profissionais da área de saúde em Atenção Básica, Urgência e Emergência e Programas de Saúde. Implantação de Equipes de Estratégia Saúde da Família, Equipes de Saúde Bucal e Equipe de Núcleo de Apoio a Saúde da Família. Implantação do Programa Municipal Saúde Mental. Manutenção dos Programas já implantados. Manutenção e aquisição de equipamentos permanentes para as Unidades de Saúde. Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento. Manutenção e aquisição de equipamentos permanentes para o Pronto Atendimento. Manutenção e aquisição de equipamentos para Vigilância Sanitária. Manutenção e aquisição de equipamentos para Vigilância Epidemiológica. Aquisição de Unidade Móvel de Saúde. Aquisição de ambulância equipada. Aquisição de veículos. Manutenção e implementação do quadro funcional da Secretaria Municipal de Saúde. Manutenção de serviços de consultoria. Manutenção e contratação de serviços terceirizados. Dinamizar as ações na promoção do atendimento a Vigilância Sanitária e inspeção municipal de produtos de origem animal. Implantação do Centro de Bem Estar Animal. Manutenção da frota de veículos. Manutenção do Conselho Municipal de Saúde.

15 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em conformidade com o que foi aprovado no PPA há necessidade de aquisição de equipamentos e material permanente, manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social, criação do Fundo Municipal do Idoso, manutenção do Conselho Municipal do Idoso e dos programas de auxílios sociais, acompanhamento e controle social dos programas existentes na Secretaria de Desenvolvimento Social, implementação de ações para desenvolvimento de novos projetos habitacionais. O Conselho Municipal de Assistência Social, quando da sua aprovação, dará apoio às entidades não governamentais para os projetos específicos. Construção do CRAS com aquisição de equipamentos. Aquisição de material de consumo para manutenção do CRAS. Aquisição do corpo Técnico e funcional para atender no CRAS; contratação de estagiários para auxiliar nos serviços administrativos. Proteção Social Básica para atender serviços específicos de proteção, bem como: atividades com Idosos, criança de 0 a 6 anos, atividades com BPC, atendimento as famílias com múltiplas ações: cestas básicas, auxílio funeral, passagens, atendimentos emergenciais. Aquisição de material permanente e material para manutenção da unidade de acolhimento institucional- Abrigo. Ampliação do espaço físico do Abrigo Provisório. Aquisição de corpo técnico e funcional para atender a unidade de acolhimento institucional do município. Implementação e manutenção dos Programas de Serviço de Enfrentamento a Violência, abuso e exploração sexual de Criança e Adolescente, PETI e BOLSA FAMÍLIA. Aquisição e manutenção de um carro para atender todos os Programas e Projetos da Secretaria de Desenvolvimento Social. Contratação de um motorista. Ampliação do espaço físico do CREAS, com a construção de uma cozinha. Aquisição de material permanente e de consumo para manutenção do CREAS. Aquisição do corpo Técnico (pedagoga e advogado) e funcional (agente administrativo e auxiliar de serviços gerais) para atender o CREAS. Manutenção de serviços de consultoria bem como manutenção e contratação de serviços terceirizados. Convênios com entidades e empresas privadas visando melhorar atendimento na área social. Construção ou aquisição de espaços para a Secretaria de Desenvolvimento Social manutenção desses espaços com aquisição de material. Manutenção de cursos de formação para os técnicos e demais servidores lotados na Secretaria. Manutenção de viagens para ações desenvolvidas pela Secretaria de Desenvolvimento Social. Manutenção de programas para famílias em vulnerabilidade social.

16 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA DE GARUVA

Aquisição de equipamentos e material permanente, aquisição de móveis e utensílios, implantação de serviços assistências a

crianças, adolescentes e portadores de necessidades especiais. Construção ampliação e aquisição de prédios para atendimento de crianças e adolescentes. Erradicação do trabalho infantil no município, contratação de serviços de terceiros de suporte técnico, aquisição de veículos, celebração de convênios para atendimento de maneira geral às crianças e suas famílias, em consonância com o Programa Fome Zero, do governo Federal, realização de campanhas de conscientização e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, drogas, entorpecentes e álcool. Manutenção das atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

17 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Criar e implantar uma política habitacional para o município, prevendo a formação do corpo técnico, com uma estruturação organizacional que atenda a demanda da política habitacional. Implantar e seguir ações previstas da PLHIS. Implantação dos serviços de planejamento, captação e aplicação de recursos destinados à habitação popular, com construção e melhorias habitacionais; aquisição de equipamentos e material permanente, móveis e utensílios, programa de recuperação e manutenção do crédito habitacional, projetos para unidades de médio e baixo custo. Estudos de novas tecnologias e materiais alternativos para desenvolvimento de novos núcleos de habitação verticalizadas ou horizontalizadas e outras ações de interesse da população com vista ao desenvolvimento de atos e ações para minimizar as carências da falta de habitação e saneamento básico. Contratação de estagiários para auxiliar no atendimento das demandas da habitação. Manutenção de cursos de formação para técnicos e conselheiros do CMH.

18 - FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Aquisição de equipamentos e material permanente, aquisição de móveis e utensílios, manutenção e contratação de serviços terceirizados, aquisição de insumos para recuperação ambiental; confecção de projetos de recuperação ambiental; investimentos em licenças ambientais e manutenção das atividades atribuídas ao Fundo.

19 - FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE GARUVA - FUMREBOM

Aquisição de equipamentos e material permanente, aquisição de móveis e utensílios para manutenção da Unidade do Corpo de Bombeiros, e manutenção das atividades atribuídas do Fundo.

Art. 4º - A lei de Orçamento evidenciará a Receita por rubrica em cada unidade gestora e a Despesa de cada unidade gestora, (por função, programa, sub-função, PORTARIA 42), projeto ou atividade.

Parágrafo Único - O orçamento fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, especificando a modalidade de aplicação e os grupos de despesa conforme a seguir discriminado:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - juros e encargos da dívida;
- III - outras despesas correntes;
- IV - investimentos.

V - inversão financeira, incluída, se for o caso, quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas, e;

VI - amortização da dívida.

Art. 5º - O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas dependentes, e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no sistema de contabilidade central do Município.

Art. 6º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal até 30/10/2011 será constituído de:

- I - texto da lei;
- II - documentos referenciados nos artigos 2º e 22, da Lei Federal 4.320/64;
- III - quadros orçamentários consolidados;
- IV - anexo do orçamento fiscal discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- V - documentos a que se refere o art.5º, II da Lei Complementar 101/00;

Parágrafo Único - Para efeito do disposto nos artigos anteriores, o Poder Legislativo, e os órgãos da Administração Indireta encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo até 15 de outubro de 2011 suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

CAPÍTULO III

Das Diretrizes Para Elaboração e Execução
Dos Orçamentos do Município e suas Alterações

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 7º - Os estudos para definição do orçamento da receita de 2012 deverão observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

§ 1º - As transferências constitucionais, base de cálculo para a contribuição ao FUNDEB, constarão do Orçamento da Receita pelos seus valores brutos;

§ 2º - Em atendimento ao disposto no parágrafo terceiro, do artigo segundo da Lei Complementar 101/00, o menor valor do FUNDEB, entre o recebido e pago, será excluído da Receita Corrente Líquida.

Art. 8º - Se a receita estimada para 2012, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, solicitará ao executivo a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 9º - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da despesa afetará o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos no montante necessário, obedecendo rigorosamente à ordem das seguintes despesas abaixo:

- I - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão até o limite de 30% dos cargos ocupados;
- II - racionalização de gastos com diária;
- III - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- IV - eliminação de despesas com horas extras;
- V - redução de até 20% dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
- VI - redução dos investimentos programados.

§ 1º - Os projetos de lei de créditos adicionais serão apresentados à Câmara de Vereadores para aprovação, como também, os decretos de créditos suplementares serão autorizados pelo Poder Executivo, sendo dependentes de lei específica, sob pena de nulidade, na forma e com os detalhamentos estabelecidos na lei orçamentária anual.

§ 2º - Os projetos de créditos adicionais, bem como suas modificações, serão acompanhados de demonstrativos, contendo, por

projetos, atividades, operações especiais e respectivos subtítulos, a dotação inicial, os cancelamentos e suplementações efetuados, a dotação empenhada, a despesa realizada, a repercussão nas metas e a justificativa das alterações propostas.

§ 3º - Os decretos de crédito suplementar, autorizados na lei orçamentária anual, observados os limites e detalhamentos por ela fixados, serão publicados com demonstrativos das informações necessárias e suficientes para a avaliação dos acréscimos e cancelamentos das dotações neles contidas, das fontes de recursos que os atenderão e das metas a serem atingidas.

Art. 10 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederá, no exercício de 2012, a 5% da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2011, de conformidade com o artigo 4º, § 2º, da Lei Complementar 101/00.

Art. 11 - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos após autorização do Poder Legislativo, com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2011, caso ocorra;

Parágrafo Único - Sendo esses recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 12 - O orçamento para o exercício de 2012, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, em consonância com o disposto no artigo 5º, III, da Lei Complementar 101/00.

Parágrafo único - para os efeitos desta lei, entendem-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas impossíveis de qualquer previsão e as ações/intempéries da natureza tais como, enchentes, vendavais, estiagem entre outras.

Art. 13 - As despesas de investimentos com prazo de realização superior a 12 (doze) meses somente constarão da Lei Orçamentária Anual, se estiverem contempladas no Plano Plurianual de Investimentos, conforme dispõe no artigo 5º, § 5º, da Lei Complementar 101/00.

Art. 14 - O Executivo Municipal fica obrigado a elaborar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o cronograma do exercício a qual ela se refere, contendo a previsão de desembolso mensal para suas unidades gestoras.

Art. 15 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, somente serão executados e utilizados se ocorrer o seu efetivo ingresso no fluxo de caixa.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 2º - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial.

Art. 16 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2012, serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 17 - A transferência de recursos a qualquer título por parte do Tesouro Municipal, quando a entidades, somente será possível

quando estas sejam de caráter educativo, social, assistencial, cultural ou desportivo e de cooperação técnica, que sejam exclusivamente sem fins lucrativos e declarados por lei de utilidade pública, e ainda, que comprovadamente existam e tenha atividade regular a pelo menos dois anos.

§ 1º. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá estar constituída há no mínimo 02 (dois) anos, estar cadastrada no órgão competente do Poder Executivo, apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2012, por no mínimo uma autoridade local e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º. Cumprir em seu estatuto, o preceito do Código Civil Brasileiro

§ 4º. As transferências efetuadas na forma deste artigo deverão ser precedidas da celebração do respectivo convênio.

Art. 18 - Não se aplicam o disposto no artigo 17, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas, em que o município for associado.

Art. 19 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 20 - Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação somente serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes após autorização do legislativo e previstos recursos na lei orçamentária.

Parágrafo Único - A cessão de pessoal do quadro de servidores do município, somente será possível, quando o ente de destino arcar com os custos efetivos, inclusive de remuneração, vantagens e acréscimos decorrentes de despesas de previdência, excetuando-se aqueles que forem previstos nos instrumentos citados no "caput" do presente artigo.

Art. 21 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2012 a preços correntes.

Art. 22 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a suplementações orçamentárias, quando houver:

I - insuficiências nas dotações orçamentárias até o limite de quinze por cento do valor total de cada unidade orçamentária, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por lei, desde que limitada a cinco por cento do valor total de cada unidade orçamentária, nos termos do art. 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b) de excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

c) da reserva de contingência, até o limite total de 50% (cinquenta por cento), do seu valor fixado, e o seu saldo ficando reservado para contingenciamentos derivados de situações configuradas como de emergência ou calamidade pública;

II - insuficiência de recursos relativa aos grupos de despesas: outras despesas correntes, investimentos, inversões financeiras e outras despesas de capital, constantes dos subtítulos objeto da suplementação, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor originalmente aprovado para o grupo de despesa, desde que os recursos para esse fim sejam oriundos de anulação de dotações

destinadas aos mencionados grupos de despesa, no âmbito da mesma unidade orçamentária;

III - do superávit financeiro dos fundos e das entidades da administração indireta apurada em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 1º, I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, desde que limitado a vinte por cento do valor de cada projeto ou atividade;

IV - para incorporar aos Orçamentos do Município os créditos suplementares e as transferências concedidas pela União ou pelo Estado, bem como os recursos oriundos de convênios e operações de crédito, durante o exercício financeiro, respeitado os valores e a destinação programática;

Art. 23 - Durante a execução orçamentária do exercício de 2012, o Executivo Municipal, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 24 - A administração da dívida pública municipal interna ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º. Serão garantidos na Lei Orçamentária recursos para pagamento da dívida.

§ 2º. O Município, através de seus Poderes, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 25 - Na lei orçamentária para o exercício de 2012, as despesas com precatórios, amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas, nas decisões judiciais e nas autorizações concedidas até a data do encaminhamento do respectivo projeto de lei à Câmara Municipal.

Art. 26 - A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito, subordinando-se às normas estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

Art. 27 - A Lei Orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar 101/00 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

CAPÍTULO V

Das Disposições Relativas às Despesas do Município com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 28 - No exercício financeiro de 2012, as despesas com pessoal do Poder Executivo, observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar 101/00, assim como os projetos de lei sobre criação ou transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados:

I - de declaração do ordenador de despesas com as premissas e metodologia de cálculo utilizado, conforme estabelecem os arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101 de 2000;

II - simulação que demonstre o impacto orçamentário e financeiro da despesa com a medida proposta, destacando ativos e inativos e a análise sobre o mérito do resultado obtido;

III - de manifestação do Conselho de Política e Remuneração de Pessoal de que trata o art. 39 da Constituição Federal da República do Brasil, ou na falta deste, da manifestação dos servidores representados pela sua Associação.

Art. 29 - Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/00, aplicar-se-á a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 30 - Se a despesa com pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101/00, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de educação, saúde, assistência social e de saneamento.

Art. 31 - No exercício de 2012, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, e no art. 33 desta Lei, somente poderão ser admitidos servidores se houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa.

Art. 32 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, parágrafo 1o, inciso II, da Constituição Federal, fica autorizado, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico, desde que observados o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar 101/00:

I - NO PODER EXECUTIVO

a) aumentos de remuneração em percentual de até 10% (dez por cento);

b) criação de cargos, empregos públicos e funções de confiança;

c) reforma do plano de carreira do magistério público municipal;

d) alterações de estrutura de carreiras;

e) investidas por admissão por aprovação para cargos ou emprego público, designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;

f) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal vigente e que venham a atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada face às características da necessidade da contratação;

g) revisão geral anual.

Art. 33 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2011, acrescida de até 10% (dez pontos percentuais), obedecidos os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um inteiros e trinta centésimos de pontos percentuais) e 5,70% (cinco inteiros e setenta centésimos de pontos percentuais), da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 34 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento de pontos percentuais), do limite estabelecido no art. 20, III da Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme previsão do art. 22, § único, V, do mesmo diploma legal.

Art. 35 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal:

I - Dispensa de funcionários de outras pessoas de direito público cedidos com ônus para o município;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - eliminação das despesas com horas extras;

IV - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;

V - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 36 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal", sub-elemento do elemento de despesa - Serviços de Terceiros e Encargos e computadas como despesas de pessoal na apuração do seu limite estabelecido no art. 20 da Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Garuva, ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais e equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 37 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VI

Das Disposições sobre a Receita e as Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 38 - O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2012 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

Art. 39 - A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

- I - atualização da planta genérica de valores do Município;
- II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- V - revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos e de Bens Móveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
- VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

Art. 40 - O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado ou editado se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar no 101/00.

Parágrafo Único - Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput.

Art. 41 - Na estimativa das receitas do projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 42 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para a cobrança, sejam muito próximos ou superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante

autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 43 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, a qualquer título, somente entrará em vigor após a adoção de medidas de compensação, se for o caso, e inclusive:

- I - indiquem a estimativa de renúncia de receita e as despesas, em idêntico valor, que serão anuladas;
- II - definam os limites de prazo e valor;
- III - tenham período de vigência igual ao da lei que aprovar o plano plurianual.

Art. 44 - A política tarifária dos serviços públicos, de responsabilidade exclusiva do Município, compatibilizará os princípios de:

- I - cobertura dos custos com justa remuneração do capital investido;
- II - capacidade de pagamento em relação a cada segmento sócio-econômico de usuários;
- III - concentração de esforços no aumento da eficiência com redução de custos.

Parágrafo único - Quaisquer subsídios tarifários incluídos no orçamento ficarão expressamente vinculados às categorias específicas de usuários de baixa renda, ressalvados os casos previstos em lei específica.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais

Art. 45 - É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 46 - O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultado de ações de governo.

Art. 47 - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101/00, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3o, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.

Art. 48 - Os Poderes Executivo e Legislativo deverão elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da lei orçamentária de 2012, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do art. 8o da Lei Complementar no 101/00.

Art. 49 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único - A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira, efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 50 - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2o, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, após autorização Legislativa, utilizando as fontes de recursos previstas no art. 43 da Lei 4.320/64.

Art. 51 - Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento das despesas orçamentárias, sem que estejam acompanhados da estimativa do impacto orçamentário e financeiro definido no art. 16 da Lei Complementar 101/00 e da indicação das fontes de recursos.

Art. 52 - As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação, especificando o elemento de despesa.

Art. 53 - O Poder executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação do projeto de lei do orçamento anual, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 54 - Ocorrendo assistência pela União prevista no art. 64 da Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município deverá:

I - encaminhar junto com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o anexo de Metas Fiscais para o triênio seguinte e o Anexo de Riscos Fiscais na forma previstas da Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

II - elaborar os Demonstrativos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal conforme previsto em dispositivos da Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

III - implantar sistema de controle de custo e avaliação de resultados conforme preconiza o art. 4º, I, "e" da Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

IV - elaborar o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais, de acordo com normas da Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 55 - O Executivo Municipal enviará até o dia 15 de Outubro de 2011, a proposta orçamentária a Câmara Municipal, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2011.

§ 1º - a Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado para sanção até o início do exercício de 2012, qualquer despesa só poderá ser efetuada após a aprovação de Lei específica, respeitados os limites e dispositivos da Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior, serão após a sanção da lei orçamentária anual, mediante abertura de créditos adicionais suplementares, através de Lei específica, usando como fontes de recursos eventuais saldos de Superávit Financeiro do Exercício de 2011, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 56 - Serão consideradas legais as despesas pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 57 - A administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 58 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos nos exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo, após aprovação de lei específica.

Art. 59 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com os Governos Estaduais e ou Municipais, através de seus

órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras, serviços de competência exclusiva do município.

Art. 60 - O poder executivo no exercício de 2012 poderá realizar, após autorização de Lei específica:

I - Operações de crédito a longo prazo, com destinação específica e vinculação ao projeto;

II - Operações de crédito por antecipação de receita, respeitada a legislação específica;

III - Celebrar convênios, ajustes ou contratos, com outras pessoas de direito público ou privado com o objetivo de desenvolver programas prioritários, que atendam interesses da população do município, nas áreas de ação da administração pública municipal.

IV - Os recursos recebidos para operações de crédito a longo prazo e por convênios, contratos ou ajustes com qualquer outra esfera de governo, ou particulares, servirão de fonte de receita para a abertura de créditos adicionais, podendo sua formalização ser feita por decreto, e deverão ser integralmente aplicados no programa específico.

Art. 61 - O poder executivo, através da administração direta ou dos fundos, poderá conceder contribuição, subvenção, auxílio ou ajuda financeira a outras pessoas de direito público e privado, estas sem fins lucrativos, e declaradas por lei de utilidade pública, para a manutenção, prestação de serviços ou execução de obras com o objetivo de atender as necessidades comunitárias, de acordo com o projeto de aplicação dos recursos apresentados por cada beneficiário, que obrigatoriamente participará com a contrapartida definida em lei específica.

Art. 62 - O orçamento consignará dotações para:

I - Contribuição para entidades públicas e privadas sem fins lucrativos e contribuições estatutárias para as entidades municipalistas em que o município for associado.

II - Transferência financeira aos Fundos Municipais de Agricultura, Saúde, Assistência Social e da Infância e da Adolescência, Habitação, Meio ambiente e FUMREBOM;

III - Ajuda as APP's - Associação de Pais e Professores legalmente constituídas e declaradas de utilidade pública;

IV - Transferência financeira a pessoas, desde que consideradas em condição de carência, através de estudo social com a emissão de parecer específico, firmado por profissional habilitado.

V - Contribuição à CIS/AMUNESC, AMUNESC, FECAM, IBAM, CNM, SAMU.

Art. 63 - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar, por decreto as dotações, as de pessoal civil, e obrigações patronais até o limite dos reajustes concedidos por Lei, utilizando-se para tanto de recursos de eventual excesso de arrecadação, ou de saldos de programas ou projetos que serão postergados ou que não tiveram mais utilização prevista.

Art. 64 - Os Secretários Municipais, e gestores de Fundos Municipais, ficam autorizados a ordenar as despesas de suas unidades orçamentárias, passando a ter as prerrogativas e responsabilidades de ordenadores primários das mesmas.

Art. 65 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

ANEXO I - LEI Nº 1538/2011

PROJETOS

1 Gestão Administrativa Executivo Municipal
2 Processo Legislativo

3 Apoio Administrativo
 4 Gestão de Recursos Humanos
 5 Gestão de Patrimônio
 6 Compras Governamentais
 7 Gestão da Administração Contábil e Financeira
 8 Conselho Tutelar
 9 Administração Tributária
 10 Planejamento
 11 Gestão da Saúde
 12 Estratégia Saúde da Família
 13 Estratégia Saúde Bucal
 14 Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde
 15 Política Nacional de Humanização na Ass. em Saúde
 16 Assistência Farmacêutica
 17 Vigilância Epidemiológica
 18 Vigilância Sanitária
 19 Transferência ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU
 20 Transferência Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMU-NESC
 21 Unidade de Pronto Atendimento 24 horas
 22 Construção e Ampliação de Prédios
 23 Promoção e Prevenção do Desenvolvimento Social
 24 Implantação do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS
 25 Implantação do Centro de Referência Esp. Assistência Social - CREAS
 26 Programa de Proteção Especial - Abrigo Municipal
 27 Programa de Proteção Básica - Família em foco
 28 Educação em foco
 29 Cultura em foco
 30 Programa de Educação Infantil
 31 Esporte em foco
 32 Programa de Alimentação Escolas
 33 Urbanização, Humanização e Infraestrutura Urbana e Rural
 34 Promoção do Desenvolvimento Empresarial
 35 Promoção do Desenvolvimento Turístico
 36 Gestão do Desenvolvimento Rural
 38 Desenvolvimento da Pecuária
 39 Desenvolvimento Agroindustrial
 40 Sanidade Animal

ATIVIDADES

1 Gestão Administrativa Executivo Municipal
 1.1 Manutenção e Investimentos do Gabinete do Prefeito e Vice
 1.2 Manutenção e Investimentos da Divisão Assessoria Jurídica
 1.3 Manutenção e Investimentos do Departamento de Imprensa
 1.4 Manutenção e Investimentos do Departamento de Controladoria Geral
 2 Processo Legislativo
 2.1 Manutenção do Legislativo
 3 Apoio Administrativo
 3.1 Manutenção da Divisão de Administração, Planejamento e Finanças
 3.1 Contribuição a Entidades e Associações
 3.3 Operações de Crédito Externa (Financiamentos)
 4 Gestão de Recursos Humanos
 4.1 Manutenção do Departamento de Recursos Humanos
 5 Gestão de Patrimônio
 5.1 Manutenção do Setor de Patrimônio
 6 Compras Governamentais
 6.1 Manutenção do Departamento de Compras e Licitações
 7 Gestão da Administração Contábil e Financeira
 7.1 Manutenção dos Departamentos de Contabilidade e Finanças
 7.2 Amortização do Principal e Encargos da Dívida Pública
 7.3 Contribuição ao PASEP
 8 Conselho Tutelar
 8.1 Manutenção do Conselho Tutelar

9 Administração Tributária
 9.1 Reestruturação do Cadastro Econômico
 9.2 Manutenção do Setor de Tributos
 9.3 Projeto de Conscientização Tributária
 10 Planejamento
 10.1 Reestruturação do Cadastro Imobiliário/Geoprocessamento
 10.2 Efetivação dos Planos Setoriais - Plano Diretor
 10.3 Manutenção da Divisão de Planejamento
 10.4 Manutenção do Conselho da Cidade
 11 Gestão da Saúde
 11.1 Manutenção do Departamento de Saúde
 11.2 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 11.3 Controle da Tuberculose
 11.4 Controle de Hanseníase
 11.5 Controle do Tabagismo
 11.6 Assistência Integral a Saúde da Mulher
 11.7 Saúde da Criança
 11.8 Hipertensão arterial e Diabetes Mellitus
 11.9 Saúde do Trabalhador
 11.10 Serviço de Saúde Mental Básica
 12 Estratégia Saúde da Família
 12.1 Manutenção do Programa Saúde da Família
 13 Estratégia Saúde Bucal
 13.1 Manutenção do Programa Saúde Bucal
 14 Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde
 14.1 Capacitação Permanente dos Agentes de Saúde
 15 Política Nacional de Humanização na Ass. em Saúde
 15.1 Capacitação Permanente dos Profissionais de Saúde
 16 Assistência Farmacêutica
 16.1 Medicamentos para consumo e distribuição SUS
 17 Vigilância Epidemiológica
 17.1 Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica
 18 Vigilância Sanitária
 18.1 Manutenção do Setor de Vigilância a Saúde
 19 Transferência ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU
 19.1 Repasse de Recursos para Manutenção do SAMU
 20 Transferência ao Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMUNESC
 20.1 Repasse de Recursos para manutenção do CIS/AMUNESC
 21 Unidade de Pronto Atendimento 24 horas
 21.1 Manutenção do Setor de Pronto Atendimento 24 horas
 22 Construção e Ampliação de Prédios
 22.1 Construção e Reforma de Unidades de Saúde
 23 Promoção e Prevenção do Desenvolvimento Social
 23.1 Manutenção do Departamento do Desenvolvimento Social e Habitação
 23.2 Manutenção do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social
 24 Implantação do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS
 24.1 Implantação, Estrutura Física do CRAS
 24.2 Contratação de Profissionais para atendimento do CRAS
 25 Implantação do Centro de Referência Esp. Assistência Social - CREAS
 25.1 Implantação da Estrutura Física do CREAS
 25.2 Contratação de Profissionais para Atendimento do CREAS
 26 Programa de Proteção Especial - Abrigo Municipal
 26.1 Manutenção do Atendimento no Abrigo
 26.2 Contratação de Profissionais para atendimento do Abrigo
 27 Programa de Proteção Básica - Família em foco
 27.1 Manutenção do Proteção Básica - Família em foco
 27.2 Manutenção do Fundo Municipal de Infância e Adolescência
 28 Educação em foco
 28.1 Desapropriação de terrenos/construção/ampliação e reforma de escolas municipais
 28.2 Manutenção do Departamento Administrativo de Educação
 28.3 Contribuições a entidades educacionais
 28.4 Manutenção de convênios diversos
 29 Cultura em foco

29.1 Construção e aquisição de imóveis para cultura
 29.2 Construção Centro de Eventos
 29.3 Manutenção do Setor de Cultura
 29.4 Contribuição a entidades culturais
 30 Programa de Educação Infantil
 30.1 Construção, Ampliação e Reforma de Creches Municipais
 30.2 Construção, Ampliação e Reforma de Pré-Escolas
 30.3 Serviço de Ensino Infantil - Creche
 30.4 Serviço de Ensino Infantil - Pré - Escola
 31 Esporte em Foco
 31.1 Construção e Ampliação de parques, estádios e ginásios
 31.2 Manutenção do Departamento de Esportes
 31.3 Contribuições a Entidades Esportivas
 32 Programa de Alimentação Escolar
 32.1 Merenda Escolar
 33 Urbanização Humanização e Infraestrutura Urb. E Rural
 33.1 Abertura/retificação de Estradas Urbanas
 33.2 Construção e Ampliação de Rede de esgoto Pluvial em Vias
 33.3 Construção, Ampliação e Retificação de Estradas Municipais Rurais
 33.4 Construção, Ampliação de Praças Parques e Jardins
 33.5 Drenagem e Macrodrenagem Urbana e Rural
 33.6 Sinalização/Urbanização de Vias Urbanas
 33.7 Limpeza Urbana
 33.8 Construção de Pontes Galerias e Bueiros nas Estradas Municipais
 33.9 Aquisição de Novos Maquinários e Veículos
 33.10 Construção e Recuperação de Abrigos de Ônibus
 33.11 Manutenção do Paço
 33.12 Construção Ampliação de Capelas Mortuárias e Cemitérios
 33.13 Implantação de Loteamentos Urbanizados e Regularizados
 33.14 Manutenção de Convênios com a Segurança Pública
 33.15 Construção de Parques Infantis e Praças de Esporte
 33.16 Manutenção dos Departamentos de Urbanismo e Infraestrutura
 33.17 Manutenção do Departamento de Manutenção Predial
 33.18 Manutenção do Fundo Municipal de Habitação
 33.19 Manutenção do Fundo Municipal de Reequipamentos do Corpo de Bombeiros
 33.20 Construção da Unidade do Corpo de Bombeiros
 34 Promoção do Desenvolvimento Empresarial
 34.1 Manutenção do Departamento de Desenvolvimento Econômico
 34.2 Incentivos e Manutenção das Áreas Industriais
 34.3 Aquisição de Imóveis para Ampliação das Áreas Industriais
 35 Promoção do Desenvolvimento Turístico
 35.1 Manutenção do Setor de Turismo
 35.2 Promoção de Eventos do Setor Turístico
 36 Gestão do Desenvolvimento Rural
 36.1 Manutenção do Departamento de Melhoramentos Rurais
 36.2 Manutenção do Fundo de Agricultura
 36.3 Aquisição de Imóvel e Construção do Centro de Convenções
 36.4 Subvenção a Entidades
 36.5 Hora Máquina
 36.6 Porteira a Dentro
 36.7 Desenvolvimento de Práticas Agrícolas e Agroecológicas
 38 Desenvolvimento da Pecuária
 38.1 Manutenção do Setor de Pecuária
 39 Desenvolvimento Agroindustriais
 39.1 Manutenção Desenvolvimento Agroindustriais
 40 Sanidade Animal
 40.1 Manutenção Sanidade Animal

Lei Nº 1539/2011

LEI Nº 1539, DE 03 DE AGOSTO DE 2011

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA VILA GEORGIA PAULA".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção, no exercício de 2011, no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), para a Associação de Moradores e Amigos da Vila Georgia Paula, declarada de Utilidade Pública através da Lei Nº 983/1998.

Parágrafo Único - O repasse será efetuado em uma única parcela de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) devendo a entidade prestar contas ao Poder Executivo no prazo de 30 dias após o recebimento da parcela.

Art. 3º - As despesas com a presente lei serão apropriadas em rubrica do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
 Prefeito Municipal

Lei Nº 1540/2011

LEI Nº 1540, DE 03 DE AGOSTO DE 2011

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.301.1011.2083 Man. do Fundo Municipal de Saúde
 3390 01.02.00 R\$ 70.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos da anulação da seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.301.1011.2083 Man. do Fundo Municipal de Saúde
 4490 01.02.00 R\$ 70.000,00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 24.597,00 (vinte e quatro mil quinhentos e noventa e sete reais) no orçamento do Fundo Municipal de Habitação de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

17.001.016.482.1033.2086 Man. do Fundo Municipal de Habitação
 3390 01.24.54 R\$ 24.597,00

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3º, serão utilizados recursos oriundos do excesso de arrecadação relativo ao Contrato de Repasse 0251.121-55 celebrado com a União Federal através do Ministério das Cidades.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
 Prefeito Municipal

Lei Nº 1541/2011

LEI Nº 1541, DE 09 DE AGOSTO DE 2011

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

05.001.027.812.1031.1005 Constr. e ampl de parques, estádios e gin. 4490 01.00.00 R\$ 8.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º., serão utilizados recursos da seguinte dotação orçamentária:

05.001.027.812.1031.2019 Manutenção do Setor de Esportes 3390 01.00.00 R\$ 8.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1542/2011

LEI Nº. 1542 DE 17 DE AGOSTO DE 2011

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.003.015.451.1033.2058 Abertura/retificação de Estradas Urbanas 4490 01.83.00 R\$ 4.000.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º., serão utilizados recursos oriundos da Operação de Crédito a ser realizada junto a Caixa Econômica Federal no âmbito do Programa Pró-transporte do Ministério das Cidades.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1543/2011

LEI Nº 1543, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa

Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

10.002.015.451.1033.2062 Manutenção do Paço Municipal 4490 01.00.00 R\$ 35.000,00

12.001.015.452.1042.2075 Coleta e disp.final do lixo domiciliar 3390 01.00.00 R\$ 29.000,00

12.001.018.451.1042.2081 Manutenção do Setor de Meio-Ambiente 3390 01.00.00 R\$ 7.000,00

18.001.018.541.1042.2087 Manutenção do Fundo Mun. de Meio Amb 3390 01.00.00 R\$ 3.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º., serão utilizados recursos da anulação da seguinte dotação orçamentária:

04.001.004.122.1003.2007 Man. do Departamento de Administração 3390 01.00.00 R\$ 74.000,00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, na seguinte dotação orçamentária:

19.001.006.182.1033.1028 Constr.da Unidade do Corpo de Bombeiros 4490 01.00.00 R\$ 14.000,00

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3º., serão utilizados recursos da anulação da seguinte dotação orçamentária:

04.001.004.122.1003.2007 Man. do Departamento de Administração 3390 01.00.00 R\$ 14.000,00

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 111.636,00 (cento e onze mil seiscentos e trinta e seis reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.301.1011.2083 Manutenção do Fundo Mun. de Saúde 4490 01.23.54 R\$ 111.636,00

Art. 6º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 5º., serão utilizados recursos do Programa de Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde do Governo Federal.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1544/2011

LEI Nº 1544, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 400.200,00 (Quatrocentos Mil

e Duzentos Reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:
 14.001.010.301.1011.2083 Man. do Fundo Municipal de Saúde 3190 01.02.00 R\$ 242.000,00
 14.001.010.302.1021.2050 Man. do Pronto Atendimento 24 Horas 3190 01.02.00 R\$ 150.000,00
 14.001.010.301.1020.2049 Repasse de rec. para man. CIS/Amunesc 3350 01.02.00 R\$ 8.200,00

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional
 Suplementar na importância de R\$ 225.000,00 (Duzentos e Vinte e Cinco Mil Reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:
 08.001.010.301.1011.2033 Manutenção do Setor de Saúde 3190 01.02.00 R\$ 225.000,00

Art. 3º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar dos Artigos 1º e 2º serão utilizados recursos da anulação da seguinte dotação orçamentária:
 14.001.010.301.1012.2041 Manutenção do Progr. Saúde da Família 3190 01.02.00 R\$ 625.200,00

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional
 Suplementar na importância de R\$ 15.900,00 (Quinze Mil e Novecentos Reais) no orçamento do Fundo Municipal de Agricultura de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:
 13.001.020.605.1036.2082 Man. do Fundo Mun. de Agricultura 3390 01.00.00 R\$ 15.900,00

Art. 5º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 4º serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:
 13.001.020.605.1039.2072 Manutenção desenv. agroindustrial 3390 01.00.00 R\$ 5.000,00
 13.001.020.604.1040.2073 Manutenção sanidade animal 3390 01.00.00 R\$ 2.900,00
 13.001.020.602.1038.2071 Manutenção da pecuária 3390 01.00.00 R\$ 8.000,00

Art. 6º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional
 Suplementar na importância de R\$ 515.000,00 (Quinhentos e Quinze Mil Reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:
 04.001.004.122.1003.2007 Man. do Departamento de Administração 3190 01.00.00 R\$ 33.000,00
 05.004.023.695.1035.2023 Manutenção do Setor de Turismo 3190 01.00.00 R\$ 47.000,00
 07.001.012.361.1028.2028 Manutenção do Setor de Educação 3190 01.18.00 R\$ 155.000,00
 09.001.008.244.1023.2089 Man. do Depto de Des.Social e Hab 3190 01.00.00 R\$ 100.000,00
 10.003.017.512.1033.1015 Constr. e ampl.redes de esg.pluvial em vias 3390 01.00.00 R\$ 100.000,00
 11.001.026.782.1033.1016 Constr. ampl. de estr. municipais rurais 4490 01.00.00 R\$ 80.000,00

Art. 7º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 6º serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:
 04.001.008.243.1008.2014 Manutenção Do Conselho Tutelar 3190 01.00.00 R\$ 4.000,00
 04.002.004.122.1006.2010 Manutenção do Depto de Lic. e Compras 3190 01.00.00 R\$ 7.000,00
 04.003.004.122.1004.2008 Manutenção do Depto de Rec. Humanos 3190 01.00.00 R\$ 22.000,00
 05.003.013.392.1029.2021 Manutenção do Setor de Cultura 3190

01.00.00 R\$ 47.000,00
 07.001.012.365.1030.2031 Serviço de Ensino Infantil - Creche 3190 01.19.00 R\$ 55.000,00
 07.001.012.365.1030.2032 Serviço de Ensino Infantil - Pré-Escola 3190 01.18.00 R\$ 73.000,00
 07.001.012.365.1030.2032 Serviço de Ensino Infantil - Pré-Escola 3190 01.19.00 R\$ 27.000,00
 15.001.008.243.1026.2054 Manutenção dos atendimentos no abrigo 3190 01.00.00 R\$ 16.000,00
 15.001.008.244.1023.2051 Man. do Progr.de Prom.e Prev.Des.Social 3190 01.00.00 R\$ 46.000,00
 15.001.008.244.1023.2051 Man. do Progr.de Prom.e Prev.Des.Social 3190 01.51.00 R\$ 38.000,00
 10.003.015.451.1033.2058 Abertura/retificação de Estradas Urbanas 4490 01.00.00 R\$ 100.000,00
 06.001.022.661.1034.2026 Incent. e man. das áreas industriais 3390 01.00.00 R\$ 80.000,00

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional
 Suplementar na importância de R\$ 2.503.000,00 (Dois Milhões Quinhentos e Três Mil Reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:
 05.001.027.812.1031.2019 Manutenção do Setor de Esportes 3190 01.00.00 R\$ 5.000,00
 02.001.004.122.1001.2002 Man. e investimentos do Gabinete 3190 01.00.00 R\$ 73.000,00
 02.003.004.122.1001.2004 Man. e invest.do Dep. de Contr. Geral 3190 01.00.00 R\$ 15.000,00
 03.001.002.062.1001.2006 Man. e invest. da Procuradoria Geral 3190 01.00.00 R\$ 42.000,00
 04.001.004.122.1003.2007 Man. do Departamento de Administração 3190 01.00.00 R\$ 322.000,00
 04.004.004.123.1007.2011 Manutenção dos Dep. de Cont.e Finanças 3190 01.00.00 R\$ 37.000,00
 06.001.022.661.1034.2025 Manutenção do Setor de Des. Econômico 3190 01.00.00 R\$ 2.000,00
 07.001.012.361.1028.2028 Manutenção do Setor de Educação 3190 01.18.00 R\$ 1.155.000,00
 09.001.008.244.1023.2089 Man. do Depto de Des.Social e Hab 3190 01.00.00 R\$ 10.000,00
 10.003.015.452.1033.2065 Man. do Setor de Obras e Serv. Públicos 3190 01.00.00 R\$ 305.000,00
 11.001.020.605.1036.2066 Man. do Setor de Estratégias Rurais 3190 01.00.00 R\$ 132.000,00
 12.001.018.451.1042.2081 Manutenção do Setor de Meio-Ambiente 3190 01.00.00 R\$ 170.000,00
 03.001.002.062.1001.2006 Man. e invest. da Procuradoria Geral 3390 01.00.00 R\$ 35.000,00
 11.001.026.782.1033.1016 Constr. ampl. de estr. municipais rurais 4490 01.00.00 R\$ 200.000,00

Art. 9º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional
 Suplementar na importância de R\$ 623.000,00 (Seiscentos e Vinte e Três Mil Reais) no orçamento do Fundo Municipal de Agricultura de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:
 13.001.020.606.1036.2068 Hora máquina 3390 01.00.00 R\$ 17.000,00
 13.001.020.605.1036.2082 Man. do Fundo Mun. de Agricultura 4490 01.00.00 R\$ 6.000,00
 13.001.020.606.1036.1024 Aqu.de imóvel/Constr.do Centro de Conv. 4490 01.00.00 R\$ 600.000,00

Art. 10 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar dos Artigos 8º e 9º serão utilizados recursos do excesso de arrecadação evidenciado na fonte de recursos ordinários.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1545/2011

LEI Nº 1545, DE 02 DE SETEMBRO DE 2011

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR EM LEILÃO BENS INSERVÍVEIS DE DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes do Município de Garuva que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a alienar através de Leilão os bens inservíveis de domínio público municipal, a partir dos valores apurados pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria 179, de 06 de maio de 2011, conforme planilha em anexo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

ANEXO

Lei Nº 1545/2011

Lote	Descrição do bem	Estado de Conservação	Avaliação
1	Veículo marca Ford, modelo Fiesta, gasolina, cor branca, ano 1998, placas LZL 5562 – RENAVAL: 694825441, Chassi: 9BFZZZFHA-WB19788, no estado em que se encontra (em funcionamento).	Bom	R\$ 2000,00 (Dois mil reais)
2	Veículo marca Ford, modelo Fiesta, gasolina, cor Branca, ano 1998 placas LZV 6522 – RENAVAL: 696592550 - Chassi: 9BFZZZFHA-WB204611, no estado em que se encontra (em funcionamento).	Bom	R\$ 2000,00 (Dois mil reais)
3	Veículo marca Ford, modelo Fiesta, gasolina, cor Branca, ano 1998 placas LZL 5512 – RENAVAL: 694824674 - Chassi: 9BFZZZFHA-WB201889, no estado em que se encontra (em funcionamento).	Bom	R\$ 2000,00 (dois mil reais)
4	Veículo marca Ford, modelo Fiesta, gasolina, cor Branca, ano 2000 placa MBI 5582 – RENAVAL: 735245614 - Chassi: 9BFBSZFHA2B310096, no estado em que se encontra.	Bom	R\$ 2500,00 (dois mil e quinhentos reais)
5	Veículo marca Ford, modelo Fiesta, gasolina, cor Branca, ano 2002 placa MFT 6080 – RENAVAL: 773889280 - Chassi: 9BFBRZFHA2B398835, no estado em que se encontra.	Bom	R\$ 2800,00 (dois mil e oitocentos reais)
6	Veículo marca Renault, modelo Kangoo, gasolina, cor Branca, ano 2000 placa MDC 7432 – RENAVAL: 784627827 - Chassi: 8A1FC0Y251L229838, no estado em que se encontra.	Razoável	R\$ 2000,00 (dois mil reais)

7	Veículo marca Renault, modelo Kangoo, gasolina, cor Branca, ano 2000 placa MBR 2144 – RENAVAL: 784504156 - Chassi: 8A1FC0025YL142087, no estado em que se encontra.	Razoável	R\$ 2000,00 (dois mil reais)
8	Veículo marca Renault modelo Trafic, gasolina, cor vermelha, ano 1997, placa LZX 1184 RENAVAL: 700674527 - Chassi: 8A1TA-1CZZUS005544, no estado em que se encontra.	Ruim	R\$ 1800,00 (um mil e oitocentos reais)
9	Veículo marca Ford, modelo F-11000, com equipamento p/ coleta de lixo, diesel, cor Branca, ano 1991/1992, placa ACM 5031 - RENAVAL: 602083818 - Chassi: 9BFWF11M9MDB62085, no estado em que se encontra (em funcionamento).	Bom	R\$ 12000,00 (doze mil reais)
10	25 CPU'S, 18 Monitores, 11 Teclados, 08 Impressoras (Sucata).	Sucata	R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais)
11	Sucata de ferro velho, (Contendo cadeiras e carteiras escolares, arquivos de aço e outros materiais, totalizando 700 kg), no estado em que se encontram	Sucata	R\$ 100,00 (cem reais)

Lei Nº 1546/2011

LEI Nº 1546, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A AÇÃO SOCIAL NOSSA SENHORA DOS POBRES."

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção, no exercício de 2011, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para a Ação Social Nossa Senhora dos Pobres, declarada de Utilidade Pública através da Lei Nº 1019/1999.

Parágrafo Único - O repasse será efetuado em uma única parcela de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais) devendo a entidade prestar contas ao Poder Executivo no prazo de 30 dias após o recebimento da parcela.

Art. 2º - As despesas com a presente lei serão apropriadas em rubrica do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1547/2011

LEI Nº 1547, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011

"CONCEDE SUBVENÇÃO PARA A UNIÃO GARUVENSE DOS ESTUDANTES - UGE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara

Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção, no exercício de 2011, no valor de R\$ 57.000,00 (Cinquenta e Sete Mil Reais) para União Garuense dos Estudantes, declarada de Utilidade Pública através da Lei nº 899/1997.

Art. 2º - Os repasses serão efetuados em 03(três) parcelas de R\$ 19.000,00 (Dezenove Mil Reais) , a partir do mês de outubro de 2011, devendo a entidade prestar contas ao Poder Executivo no prazo de 30 dias após o recebimento de cada parcela.

Art. 3º - As despesas com a presente lei serão apropriadas em rubrica do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1548/2011

LEI Nº 1548, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

15.001.008.244.1024.1013 Implantação da estrutura física do CRAS 4490 01.00.00 R\$ 40.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o., serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

15.001.008.244.1027.2057 Man. de proteção básica-família em foco 4490 01.00.00 R\$ 29.000,00

15.001.008.244.1024.2052 Contratação de profiss.p/ atend.do CRAS 3390 01.00.00 R\$ 11.000,00

Art. 3o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, na seguinte dotação orçamentária:

19.001.006.182.1033.2088 Manutenção do FUMREBOM 3390 01.00.00 R\$ 20.000,00

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o., serão utilizados recursos da anulação da seguinte dotação orçamentária:

04.001.004.122.1003.2007 Man. do Departamento de Administração 3390 01.00.00 R\$ 20.000,00

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1549/2011

LEI Nº 1549, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E RECREATIVA DE GARUVA”.

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária e Recreativa de Garuva, inscrita no CNPJ nº 07.880.391/0001-25, com sede social na Avenida Paraná - Km 02 - Garuva - SC.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1550/2011

LEI Nº 1550, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE GARUVA”.

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção, no exercício de 2011, no valor de R\$ 29.000,00 (Vinte e Nove Mil Reais), para Associação dos Servidores Públicos Municipais, declarada de Utilidade Pública através da Lei Nº 1179/2003.

Art. 2º - O repasse será efetuado em uma única parcela de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), devendo a entidade prestar contas ao Poder Executivo no prazo de 30 dias após o recebimento da parcela.

Art. 3º - As despesas com a presente lei serão apropriadas em rubrica do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria 268/2011

PORTARIA Nº 268, de 15 de agosto de 2011

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, CELSO MOYA, do cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL, admitido através da portaria nº. 080/2011, de 09 de fevereiro de 2011.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

NIVIA ESTEVAM
Secretária Municipal de Saúde

Portaria 269/2011

PORTARIA Nº. 269, de 15 de agosto de 2011
"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Saúde, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Admitir em caráter temporário, MARIA APARECIDA NUNES FONTANA, inscrita no CI-RG 6.193.767 e CPF 452.981.300-20, na função de Médico Clínico Geral, por 110 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

NIVIA MARIA COSTA DE ARAUJO ESTEVAM
Secretária Municipal de Saúde

Portaria 270/2011

PORTARIA Nº. 270, de 15 de agosto de 2011
"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Saúde, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Admitir em caráter temporário, VANESSA DE SOUZA CHAVES, inscrita no CI-RG 3.244.506 e CPF 047.671.599-70, na função de Técnica em Enfermagem, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

NIVIA MARIA COSTA DE ARAUJO ESTEVAM
Secretária Municipal de Saúde

Portaria 271/2011

PORTARIA Nº 271, de 16 de agosto de 2011.
"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, JOSIANE EDNA PEREIRA, do cargo de Professora Nível I, admitida através da portaria nº. 220/2011, de 30 de junho de 2011.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria 272/2011

PORTARIA Nº 272, de 16 de agosto de 2011.
"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ODETE DANIEL DA CRUZ, inscrita no CI-RG 2.510.805 e CPF 279.556.809-87, na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 17 de agosto de 2011.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Gaspar

PREFEITURA

Aviso de Alteração no Pregão Presencial Nº 138/2011 PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC AVISO DE ALTERAÇÃO NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2011

O Município de Gaspar torna público e para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada, a qual tem por objeto a aquisição de equipamento rodoviário e veículos automotores, que foram efetivadas alterações no Edital. Fica mantida a data do dia 25/10/2011, às 9h para o recebimento dos envelopes e às 9h30min do mesmo dia para a abertura do certame. O local para entrega e abertura, bem como para a retirada do Aditivo é o Depto. de Compras do Paço Municipal, sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435 - Centro, Gaspar/SC, ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 11 de outubro de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Aviso do Pregão Presencial Nº 14/2011 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC Aviso do Pregão Presencial nº 14/2011

O OBJETO é o Registro de Preços para materiais e equipamentos odontológicos utilizados nas Unidades de Saúde do Município. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 27/10/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 27/10/2011 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 11 de Outubro de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

SAMAE

Portaria n º 103/2011 - SAMAE PORTARIA Nº 103 DE 07 DE OUTUBRO DE 2011 EXONERA A PEDIDO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE SERVIÇOS EXTERNOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR MARCELO POFFO

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, a partir do dia 01 de outubro de 2011, o servidor MARCELO POFFO, portador do CPF nº. 935.479.609-59 e da CI nº. 3/R 3.279.627 do cargo em comissão de Diretor de Serviços Externos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos ao dia 01 de outubro de 2011

Gaspar (SC) em, 07 de outubro de 2011.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor-Presidente

Aditivo do Pregão Presencial Nº 41/2011 - SAMAE AVISO DE ALTERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2011

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Gaspar, torna público e para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada, a qual tem por objeto: a aquisição de equipamentos para análises de água dos sistemas de tratamento e distribuição, a ser realizada no laboratório da ETA V - Belchior, que foram efetivadas alterações. Ficam mantidas as datas de entrega e abertura dos envelopes. A retirada do Aditivo poderá ser efetuada no Departamento de Compras do SAMAE, sito a Rua Barão do Rio Branco nº 500 - Centro, Gaspar - SC ou através do site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), 11 de outubro de 2011.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Extrato do Contrato Nº 25/2011 - SAMAE SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE EXTRATO CONTRATOS / 2011

Número do contrato: 25/2011
Data vigência: 06/10/2011
Data vencimento: 31/12/2011
Número da Licitação: 42/2011 - Modalidade: Inexigibilidade
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DO CORAL INFANTO JUVENIL CRIANÇA FELIZ - CNPJ/CPF do contratado: 01.628.316/0001-95
Objeto: Contratação de Coral para apresentação em 17 de dezembro de 2011, relativo à comemoração dos 40 anos do SAMAE.
Valor: R\$ 6.640,00 (seis mil, seiscentos e quarenta reais).

Gaspar (SC), em 6 de outubro de 2011.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Extrato do termo aditivo Nº. 003/2011 ao Contrato Nº. 133/2010 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 003/2011 AO CONTRATO Nº. 133/2010.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS.
CONTRATADO: CONSTRUTORA DE ÂNGELO LTDA - EPP.
OBJETO: Contratação de empresa para construção com fornecimento de material da unidade básica de saúde em Palmas, conforme edital, projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária.
CLÁUSULA SEGUNDA - PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL: Fica prorrogado o prazo do contrato original previsto na Cláusula Sétima - Da vigência, para até 06 de fevereiro de 2012

em consonância com disposto no art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 10 de outubro de 2011.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES
Prefeito Municipal.

Guaramirim

PREFEITURA

Extrato edital anulado 99/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
AVISO DE LICITAÇÃO
ANULADO

Edital: Pregão - Registro de Preço 99/2011
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM.
Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

Guaramirim (SC), 10/10/2011.
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Extrato pregao 120/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - Registro de Preço 120/2011
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM.
Entrega dos Envelopes: 25/10/2011 às 14:00h
Abertura dos Envelopes: 25/10/2011 às 14:15h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

Guaramirim (SC), 10/10/2011.
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 956/2011

PORTARIA Nº 956/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora MARGARETE VOLPATO PRONER (Matr. 1013), nascida aos 05/10/1966, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/E, anexo III, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência - 7/A, anexo III, a partir de 05 de outubro de 2011, de conformidade com os artigos 25 a 33 da Lei Complementar Nº 081 de 04 de dezembro de 1998.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de outubro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 957/2011

PORTARIA Nº 957/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora NEIDE RIBEIRO DOS SANTOS (Matr. 95), nascida aos 06/10/1967, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 11/A, anexo III, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 11/B, anexo III, a partir de 06 de outubro de 2011, de conformidade com os artigos 25 a 33 da Lei Complementar Nº 081 de 04 de dezembro de 1998.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de outubro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 958/2011

PORTARIA Nº 958/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar a pedido, conforme requerimento anexo, a Servidora FRANCIA TALITA CYRINO RAMOS (Matr. 3260), a partir de 10 de outubro de 2011, a qual exercia a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Outubro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 959/2011

PORTARIA Nº 959/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 6 (seis) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 010/2011, à Servidora CHARLENE RAMPAZZO (Matr. 1008), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível - 9, Referência "C", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de fevereiro de 2009 a 02 de fevereiro de 2010, para serem gozadas a partir de 10 de outubro de 2011 a 15 de outubro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Outubro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 0033/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0097/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0033/2011

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço Unitário

OBJETO

Aquisição de Equipamento para Pintura a Cal/Tinta para pintura de meio fio, postes e encostas de concreto, conforme especificações técnicas descritas no Anexo

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 16:00 horas do dia 24/10/2011

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, , Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 13,15 (treze reais e quinze centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br onde poderão retirá-lo, mediante identificação, endereço, número de telefone, fac-símile e/ou e-mail e CNPJ ou CPF, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 10 de outubro de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA**Portaria DGP/SEAGP N.º 215/2011**

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 215, de 10 de outubro de 2011.

Dispõe sobre fixação de período de fruição de férias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar o período de fruição de FÉRIAS concedida ao servidor JAILSON MARIA, Assistente Administrativo, nos termos da sentença exarada nos autos da AT n.º 995-74/2010, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Fruição
2008/2009	1º/11/2011 a 30/11/2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 10 de outubro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Extrato SEINFRA 2011/194 - A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato SEINFRA 2011/194 - A00

Contratada: CASTELO ENGENHARIA LTDA.

CNPJ: 07.185.611/0001-09

Objeto: Pavimentação com peças pré-moldadas de concreto - pcc da Rua Novo Horizonte - Nova Brasília.

PRAZO: 04/04/2011 Valor: R\$ 1.295.526,91

Fundamento: Processo nº. 150/2011 Concorrência nº. 07/2011

Imbituba, 04 de outubro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

CASTELO ENGENHARIA LTDA

Representante legal

Contratado

Iomerê

PREFEITURA

Portaria 1754/2011

PORTARIA Nº 1754 DE 03 DE OUTUBRO DE 2011.

Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais, :

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares, a contar de 06 de outubro de 2011, pelo período de até 2(dois) anos, a Servidora IZABETE BADO MARIANI, inscrita no CPF sob nº950.762.049-49 matriculada sob nº197.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomere, 3 de outubro de 2011.

MIRIO EBELING

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 03 de outubro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1755/2011

PORTARIA Nº 1755, DE 03 DE OUTUBRO DE 2011

Cessa efeitos de portaria

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Art. 1º Cessar efeitos da portaria nº1537 de 27 de julho de 2010 que concede função gratificada nível 5 para SOLANGE DE BORTOLI BEAL.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Iomerê, 03 de outubro de 2011.

MIRIO EBELING

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 03 de outubro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1756/2011

PORTARIA Nº 1756 DE 03 DE OUTUBRO DE 2011.

Concede Função Gratificada a Servidor Público

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal 320/05 de 13 de julho de 2005 e suas alterações:

RESOLVE

Art. 1º Conceder Função Gratificada Nível 3 - Atividades de Nível Superior II, à SOLANGE DE BORTOLI BEAL, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, para exercício da função de Secretária Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Para exercício da Função caput do artigo anterior, o servidor perceberá o valor fixado para o Nível 3 do Anexo III da Lei 0320/05, o qual não será incorporado ao valor do vencimento básico do servidor.

Art 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

Iomere, 03 de outubro de 2011.

MIRIO EBELING

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 03 de outubro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 1757/2011

PORTARIA Nº 1757 DE 03 DE OUTUBRO DE 2011.

Concede Função Gratificada a Servidor Público

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal 320/05 de 13 de julho de 2005 e suas alterações:

RESOLVE

Art. 1º Conceder Função Gratificada Nível 5 - Atividades de Administração Geral II, à RONI MARCELO MENEGUZZI, ocupante do cargo efetivo de Operador de Pá Carregadeira, para auxiliar nos serviços gerais da Secretaria de Obras.

Art. 2º Para exercício da Função caput do artigo anterior, o servidor perceberá o valor fixado para o Nível 5 do Anexo III da Lei 0320/05, o qual não será incorporado ao valor do vencimento básico do servidor.

Art 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

Iomere, 03 de outubro de 2011.

MIRIO EBELING

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 03 de outubro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 1758/2011

PORTARIA Nº 1758, DE 03 DE OUTUBRO DE 2011

Cessa efeitos de portaria

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Art. 1º Cessar efeitos da portaria nº1661 de 01 de março de 2011 que concede função gratificada nível 3 para ELIZETE BUFFON BALBINOT

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 03 de outubro de 2011.
MIRIO EBELING
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 03 de outubro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Irineópolis

PREFEITURA

Republicação - Teste Seletivo para Contratação Temporária

TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL Nº 003/2011
Prefeitura Municipal de Irineópolis

O Município de Irineópolis, através do Excelentíssimo Prefeito Municipal Senhor Wanderlei Lezan, torna público que se encontram abertas de 10/10/2011 a 13/10/2011 as inscrições ao Teste Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Profissionais, para o exercício de 2011 e 2012, com fundamento na Lei Complementar Municipal 013/2003, com alteração na Lei Complementar Municipal nº 022/2005, Art.2º, Inciso 4º; para atuação de Auxiliar de Serviços Gerais, o qual se regerá pelas instruções deste Edital:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Teste Seletivo destina-se ao provimento de vagas para cargos de Auxiliar de Serviços Gerais disponíveis na Prefeitura Municipal, a serem admitidos em Caráter Temporário para o ano de 2011 e 2012.

1.2. A divulgação oficial das etapas deste Teste Seletivo dar-se-á através de avisos afixados no mural de publicações da Prefeitura Municipal e no site www.amplanorte.org.br.

2. DAS VAGAS

2.1. O preenchimento das vagas dar-se-á, conforme a necessidade da Prefeitura Municipal e na ocorrência de necessitar de substituição de servidores efetivos em afastamento.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. A inscrição deverá ser feita através da internet, no site www.amplanorte.org.br. Para efetuar a inscrição pela internet, o candidato deverá:

- Ler atentamente o Edital de Abertura de Inscrições e o Formulário de Inscrição;
- Acessar www.amplanorte.org.br para INSCRIÇÃO ON LINE e preencher o requerimento de Inscrição, conforme instruções contidas na página;
- Imprimir o requerimento de inscrição;
- Entregar os documentos exigidos para a efetivação da inscrição até o dia 14/10/2011 até as 11:30hs na Secretaria Municipal de Educação para análise da Comissão do Teste Seletivo.

e. Efetuar o depósito no valor da inscrição, no Banco do Brasil - Agência 0206-2, Conta Corrente nº 22.366-2. (AMPLANORTE)

3.2. É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal, o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a apresentação da documentação exigida. Ao inscrever-se, o candidato deverá, obrigatoriamente, preencher no Requerimento

de Inscrição a opção, pela área e pela disciplina.

3.3. A inscrição do candidato implica no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pela Comissão do Teste Seletivo.

3.4. Após a efetivação da inscrição, não será aceito pedido de mudança de opção de disciplina ou área.

3.5. As informações prestadas no Requerimento de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal. Reserva-se a Comissão do Teste Seletivo o direito de excluir do mesmo aquele que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

3.6. O candidato ou seu representante deverá informar no requerimento número de telefone e/ou endereço eletrônico para contato.

3.7. O descumprimento de qualquer das instruções para inscrição, poderá acarretar o indeferimento do requerimento da inscrição.

3.8. O valor da inscrição será de R\$20,00 (vinte reais) para todos os cargos.

3.9. As inscrições deferidas e/ou indeferidas serão publicadas imediatamente dois dias úteis após o término das inscrições, no mural de publicações da prefeitura municipal e nos sites definidos no item 1.2 deste edital, onde caberá recurso no prazo de 48 horas (quarenta e oito horas) dirigido à Comissão do Teste Seletivo.

4. DAS VAGAS DESTINADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Aos candidatos portadores de necessidades especiais que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas conforme o artigo 37, da Constituição Federal, fica assegurado o direito de inscrição no teste seletivo desde que a deficiência de que são portadores sejam compatíveis com o exercício do cargo.

4.2. Serão reservadas vagas aos candidatos portadores de necessidades especiais, na proporção de 5% (cinco por cento).

4.2. Inexistindo candidatos portadores de deficiência, as vagas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância à ordem de classificação.

4.3. Não serão considerados como deficiência, os distúrbios passíveis de correção, segundo os padrões clinicamente estabelecidos.

4.4. Os candidatos que concorrerem na condição prevista neste artigo serão classificados em lista separada e de acordo com as vagas por lei reservadas.

4.5. Havendo laudo médico oficial contrário à condição de deficiente, o candidato será excluído da listagem correspondente.

4.6. A publicação do resultado final do Teste Seletivo será feito em duas listas, contendo na primeira a pontuação total de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiências e, a segunda relação somente com a classificação dos portadores de deficiência (para os cargos que atinjam o percentual reservado).

4.7. Quando da convocação para a contratação, o candidato portador de deficiência passará por avaliação médica a fim de atestar a deficiência alegada e analisar a compatibilidade entre a deficiência do candidato e a função a ser desempenhada.

4.8. Caso fique comprovado que o candidato não é portador de deficiência, o mesmo perderá o direito a vaga, da mesma forma que se verificar a incompatibilidade entre a deficiência do candidato e a função a ser desempenhada.

5. DOS REQUISITOS - DOCUMENTOS

5.1. O Candidato deverá anexar à ficha de inscrição os seguintes documentos:

5.1.1. Prova de identidade; (Fotocópia RG ou Carteira Profissional);

5.1.2. Certidão de nascimento dos filhos fotocópia (para fins de desempate);

5.1.3. Fotocópia Título Eleitoral e comprovante de quitação eleitoral;

5.1.4. CPF (fotocópia);

5.1.5. Fotocópia de conclusão do Ensino Fundamental (séries iniciais).

6. DA SELEÇÃO

6.1. A seleção tem por finalidade a formação de um cadastro reserva de profissionais para a Prefeitura Municipal de Irineópolis.

6.2. As provas serão elaboradas e aplicadas pela comissão de apoio - AMPLANORTE, designada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

7. DAS PROVAS:

7.1. Prova Escrita: Esta etapa terá caráter eliminatório e classificatório e consistirá na resolução de 20 (vinte) questões objetivas com 04 (quatro) opções de respostas, (A, B, C, e D), com apenas uma resposta correta, com valor de 05 (cinco) pontos cada resposta certa, sendo: 10 (dez) questões de conhecimentos específicos aos cargos pretendidos; 10 (dez) questões de conhecimentos gerais.

7.2. Serão considerados classificados na prova objetiva os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

7.3. Conteúdo Programático - conforme Anexo I, deste Edital.

8. DA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA:

8.1. A prova escrita terá duração máxima de 1h 30min (uma hora e trinta minutos) e será realizada no dia 16/10/2011, com início às 09 (nove) horas, nas dependências do Centro de Uso Múltiplo, cito a Rua Guanabara.

8.2. O candidato deverá comparecer ao local determinado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de documento de identificação com foto e comprovante de inscrição, caneta esferográfica, de cor azul ou preta, lápis e borracha.

8.3. Não será permitida a realização da prova em data, local e horário diferentes do estabelecido, seja qual for o motivo alegado.

8.4. Durante a realização das provas, não será permitido ao candidato, sob pena de anulação de sua prova:

I - comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao teste seletivo;

II - consultar qualquer espécie de livro ou apontamentos;

III - utilizar-se de telefone celular, Pager, fone de ouvido ou de qualquer outro aparelho eletro-eletrônico;

IV - ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente em casos especiais na companhia do fiscal;

V - portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos;

VI - tratar com descortesia qualquer dos examinadores, auxiliares ou autoridades presentes.

8.5. Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato, ou de pessoas estranhas ao teste seletivo, no local onde será aplicada a prova.

8.6. Os candidatos não poderão sair da sala da aplicação da prova, antes de decorridos 45 minutos a partir do início.

8.7. Os três últimos candidatos de cada sala deverão permanecer no local até a conclusão da prova do último candidato, para assinarem o lacre dos envelopes contendo as provas e os cartões resposta, juntamente com o fiscal.

9. CLASSIFICAÇÃO GERAL

9.1. O resultado final do Teste Seletivo para os cargos estarão disponíveis no Mural Público ou Átrio da Prefeitura Municipal de Irineópolis e no endereço eletrônico: www.amplanorte.org.br, após concluídas todas as fases do Teste Seletivo Público.

9.2. Somente serão aceitos recursos da classificação dos candidatos, interpostos nos dias 19 e 20 de outubro de 2011, encaminhados através de requerimentos à Secretaria Municipal de Educação, para análise da Comissão do Teste Seletivo.

9.3. A apreciação dos recursos será efetuada pela comissão organizadora do processo seletivo e, após a análise de todos os recursos interpostos tempestivamente será divulgada nova lista de classificação até o dia 21/10/2011 às 15:00 horas;

9.4. A Classificação Geral se dará com o máximo de pontos

alcançado pelo (a) candidato (a).

9.5. Os candidatos serão classificados em listas nominais, na ordem decrescente de acordo com a pontuação obtida;

9.6. Em caso de igualdade de pontuação na classificação terá preferência o candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato com maior número de dependentes.

10. DAS CONDIÇÕES PARA O PROVIMENTO DOS CARGOS

10.1. No ato da contratação o candidato deverá apresentar os requisitos e documentos abaixo exigidos. A não comprovação dos requisitos e documentos eliminará o candidato do Teste Seletivo.

a) Idade mínima de dezoito anos completos até a data de admissão.

b) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

c) Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado admissional fornecido pelo médico.

d) Declaração expressa, com firma reconhecida por verdadeira do candidato, que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública.

e) Cópia dos seguintes Documentos: - Cédula de Identidade- Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino; - Cadastro de Pessoa Física - CPF; - Comprovante de escolaridade exigido para o cargo; - Título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral; - Comprovar idade mínima de 18(dezoito) anos; - Carteira de Profissional de trabalho; - Certidão de nascimento ou casamento; - Certidão de Nascimento dos filhos menores; - Comprovante de residência atual; - Uma foto 3x4; - ASO - Atestado de Saúde Ocupacional; - Certidão Negativa de Antecedentes Criminais; - Prova de quitação com as obrigações eleitorais; - Apresentar outros documentos que se fizerem necessários a época da admissão.

10.2. Os classificados serão notificados a comparecer no departamento de Recursos Humanos, e terão o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentar a documentação exigida e assumir o cargo. O não comparecimento neste prazo acarretará na desistência automática, sendo convocado o próximo candidato de acordo com a classificação.

10.3. O candidato aprovado deverá manter, durante todo o prazo de validade do Teste Seletivo, seu endereço atualizado junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal. Caso o candidato não seja localizado por alteração de endereço ou por endereço insuficiente, será considerado como desistente.

11. DO REGIME JURÍDICO

11.1. Os aprovados e classificados no Teste Seletivo serão admitidos sob o regime Especial Administrativo em Caráter Temporário, nos termos da Lei Municipal, vinculadas ao regime geral de Previdência Social.

12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Todos os casos omissos, problemas ou questões que surgirem e que não estejam expressamente previstos no presente Edital, serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo, já devidamente constituída e nomeada pelo Prefeito Municipal, através de Portaria, tornando pública a decisão, cabendo recurso diretamente à Prefeitura Municipal;

12.2 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram a (o) candidato (a) o direito de ingresso automático nos quadros de profissionais contratados do Poder Executivo Municipal. A contratação deverá ser realizada dentro do interesse e necessidade da Prefeitura Municipal, observada a ordem de classificação dos candidatos;

12.3 O requerimento da inscrição implica no conhecimento e aceitação, pelo candidato, de todos os prazos estabelecidos no presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata e que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada e declarados nulos todos os atos dela decorrentes.

12.4 A Comissão Organizadora do Processo Seletivo fará divulgar,

sempre que necessárias normas complementares ao presente Edital.

12.5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Itaíópolis (SC), 07 de outubro de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL Nº 003/2011

Prefeitura Municipal de Itaíópolis

ANEXO I

CONHECIMENTOS GERAIS COMUNS PARA O CARGO A NÍVEL DE ENSINO FUNDAMENTAL/ANOS INICIAIS

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Serviços auxiliares de limpeza. Requisição de materiais necessários aos seus serviços. Normas de segurança no trabalho. Princípios fundamentais para o bom atendimento. Cuidados com a saúde. Qualidade de vida. Conservação do mobiliário e material de trabalho. Postura profissional e apresentação pessoal. Equipamentos de segurança. Os alimentos. Proteção dos alimentos. Preparação dos alimentos. Conservação e validade dos alimentos. Noções de limpeza e higiene; Aproveitamento de nutrientes e alimentos de baixo custo. Alimentação de escolar e pré-escolar. Pirâmide de alimentos. Higiene dos alimentos. Produtos e maneiras apropriadas para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos. Meio ambiente. Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Preservação ambiental. Educação ambiental. Aquecimento global. Atmosfera. Poluição. Saneamento básico.

Itaíópolis

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 49/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2011.

Objeto: aquisição de materiais de construção, hidráulico, elétrico, tinta, madeira, de reposição para montagem de Casa Histórica (para funcionamento do Centro de Recepção de Visitantes, Venda de Artesanato e Produtos Coloniais), na Praça Brasil; pintura externa da Casa da Cultura e Biblioteca Pública Municipal. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaíópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 26 de Outubro de 2011, até às 09hs15min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 26 de Outubro de 2011, às 09hs30min. O Edital estará à disposição dos interessados no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaipolis.sc.gov.br.

Itaíópolis 11 de Outubro de 2011.

HELIO CÉSAR WENDT

Prefeito Municipal.

Editais de Notificações

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 645/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALX4084	55957332C	5010/0	24/07/2011	162 * I
BQF8924	55957908C	6920/0	29/07/2011	233
LXP5427	54781936C	5010/0	28/07/2011	162 * I
MAE3053	55957791C	6920/0	22/07/2011	233
MDW2161	55957789C	6920/0	22/07/2011	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2011

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 646/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEL8791	55957842C	6599/2	13/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
ILD4450	55957299C	6920/0	09/06/2011	R\$ 127,69	233
LZK7707	55957839C	5169/1	10/06/2011	R\$ 957,69	165
LZM0787	55957772C	5169/1	14/05/2011	R\$ 957,69	165
LZM0787	55957773C	5010/0	14/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
LZM0787	55957774C	6599/2	14/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
LZR2682	55957312C	6599/2	20/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBD2407	54781043C	6920/0	09/06/2011	R\$ 127,69	233
MDG7288	54781589C	6920/0	29/10/2010	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2011

LAURO LANGER JUNIOR
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 647/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZK7707	55957840C	5045/0	10/06/2011	R\$ 191,53	162 * V
LZK7707	55957841C	5029/3	10/06/2011	R\$ 957,69	162 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2011

LAURO LANGER JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 648/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKQ8684	55957343C	6920/0	08/08/2011	233
ALV6939	55957337C	5010/0	05/08/2011	162 * I
AUW0227	54781940C	6912/0	05/08/2011	232
LZF2539	55957544C	5010/0	08/08/2011	162 * I
LZF2539	55957545C	6599/2	08/08/2011	230 * V
LZI7612	55232511D	6599/2	08/08/2011	230 * V
MEI3400	54781945C	5010/0	05/08/2011	162 * I
MEI3400	54781946C	6726/1	05/08/2011	230 * XVIII
MEI3400	54781947C	5118/0	05/08/2011	164 c/c 162 * I
MHU2451	55957547C	5010/0	15/08/2011	162 * I
MHU2451	55957548C	6661/0	15/08/2011	230 * XII
MIM3469	55957340C	5010/0	05/08/2011	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2011

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 649/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGJ0569	55957476C	6920/0	13/05/2011	R\$ 127,69	233
AGT2955	55957771C	6920/0	29/04/2011	R\$ 127,69	233
AHF3202	54781930C	6920/0	22/06/2011	R\$ 127,69	233
AHO2495	55957412C	5541/1	20/06/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
AJH5980	55957512C	6530/0	08/05/2011	R\$ 127,69	228
AJJ1639	54781800C	6920/0	30/09/2010	R\$ 127,69	233
ANC0155	55957461C	6920/0	19/04/2011	R\$ 127,69	233
AQS4859	55957502C	5010/0	17/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
BMM3551	55957832C	5541/5	11/04/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
CDM6805	55957472C	6920/0	13/05/2011	R\$ 127,69	233
LZO6900	55957413C	6599/2	08/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
LZX3394	55957673C	6599/2	18/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
LZX3394	55957674C	5010/0	18/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MAE3053	55957783C	6599/2	18/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
MAE3053	55957784C	5010/0	18/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MAE3053	55957785C	5169/1	18/06/2011	R\$ 957,69	165
MAF2062	55957836C	5169/1	26/04/2011	R\$ 957,69	165
MAF2062	55957837C	5010/0	26/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBR5636	55957666C	6920/0	12/04/2011	R\$ 127,69	233
MBY0391	55957410C	5541/1	20/06/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBY4992	55957768C	7030/1	23/04/2011	R\$ 191,53	244 * I
MCC6522	55957775C	6920/0	17/05/2011	R\$ 127,69	233
MDZ4705	55957952C	6920/0	27/06/2011	R\$ 127,69	233
MFI4392	55957506C	5010/0	17/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFJ2680	55957504C	5010/0	17/04/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFJ2680	55957505C	6599/2	17/04/2011	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGD6189	55957833C	5010/0	20/04/2011	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2011

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 650/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYF9799	55957339C	6912/0	05/08/2011	232
MBA3769	54781948C	6556/5	02/09/2011	230 * I
MBA3769	54781949C	6726/1	02/09/2011	230 * XVIII
MBA3769	54781950C	6912/0	02/09/2011	232
MBQ6855	55957425C	6599/2	08/08/2011	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2011

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 651/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAO1140	55957532C	5169/1	25/06/2011	R\$ 957,69	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2011

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 652/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJJ4087	55957546C	5010/0	08/08/2011	162 * I
GRR5307	55957856C	6920/0	19/08/2011	233
LWU6543	55232551D	6599/2	05/09/2011	230 * V
LWU6543	55232553D	7030/1	05/09/2011	244 * I
LXT0811	55232556D	5550/0	08/09/2011	181 * XVIII
MEV3594	55957795C	7366/2	25/08/2011	252 * VI
MFV5055	55232603D	5541/1	06/09/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2011

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 653/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABX5326	54781039C	6599/2	26/03/2011	R\$ 191,53	230 * V
AEA4788	54781040C	6920/0	09/06/2011	R\$ 127,69	233
AHY9010	55957906C	5010/0	10/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
BNP7767	55957409C	6599/2	11/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
ICR6835	54781045C	6920/0	09/06/2011	R\$ 127,69	233
LXM7621	54781042C	6920/0	09/06/2011	R\$ 127,69	233
LXZ6255	55957848C	5010/0	25/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
LXZ6255	55957849C	6556/1	25/06/2011	R\$ 191,53	230 * I
LXZ6255	55957850C	6912/0	25/06/2011	R\$ 53,20	232
MBK4001	55957330C	6920/0	15/06/2011	R\$ 127,69	233
MDW7596	55957540C	5010/0	13/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDW7596	55957541C	6599/2	13/07/2011	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2011

LAURO LANGER JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

Itapoá

PREFEITURA

Ata de Sessão Bica Corrida

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 34/2011
REGISTRO DE PREÇO Nº 29/2011
PROCESSO 86/2011

Aos dez dias do mês de outubro de dois mil e onze, às 10h:00min, na sede da Prefeitura Municipal de Itapoá/SC, reuniram-se a Pregoeira Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA conforme Decreto nº 1349/2011, e a Equipe de apoio, composta por Isabela R. Dutra Pohl e Carlito Joaquim Custódio Júnior, conforme Decreto nº 1299/2011, para os procedimentos inerentes a Sessão de Pregão em epígrafe, conforme Edital respectivo e seus anexos. A Pregoeira deu início a sessão constatando que não houve entrega de envelopes, desta forma o presente certame foi DESERTO. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão indo esta assinada por todos os presentes exatamente às 09h:40m.

Itapoá, 10 de outubro de 2011.
FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR
Membro

ISABELA R.DUTRA POHL
Membro

Edital de Pregão Eletrônico Nº 27/2011 TONERS e CARTUCHOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2011
REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/011
PROCESSO Nº 74/2011

O Município de Itapoá, CNPJ nº 81.140.303/0001-01, através da Secretaria de Saúde e Secretaria de Administração e Finanças, por intermédio de sua Pregoeira Oficial, Sra. Fernanda Cristina Rosa, designada pelo Decreto nº 1349/2011 de 01/08/2011, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, a qual obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº. 10.520/02 e, os artigos 42, 43, 44, 45, e 46 da LC-123/06, Decreto Municipal nº. 877/09 e Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações posteriores, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, destinado ao recebimento de propostas para o REGISTRO DE PREÇO DE TONERS E CARTUCHOS, para a Secretária Municipal de Administração e Finanças e Saúde conforme descrito no Anexo I do edital. E para conhecimento dos interessados estará recebendo propostas eletrônicas no portal BLL Compras (www.bll.org.br) a partir das 07h:30m do dia 13 de outubro de 2011 até às 14h:00m do dia 25 de outubro de 2011, neste mesmo dia a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa estará fazendo a abertura das propostas devidamente cadastradas às 14h:01m, e às 14h:30m dará início a sessão de disputa de preços no ambiente de Pregão Eletrônico da BLL (Bolsa de Licitações e Leilões). Para aquisição na íntegra do Edital através do site da Prefeitura Municipal no endereço eletrônico www.itapoa.sc.gov.br ou através do site www.bll.org.br, no link "acesso público pregões".

Itapoá, 11 de outubro de 2011.
FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial

Edital de Pregão Presencial Nº 36/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2011
REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2011
PROCESSO Nº 89/2011

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 08h30m estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:00m, do dia 27 de outubro de 2011, na sala do Setor de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de seixo de cava para recuperação e manutenção de vias públicas não pavimentadas do município de Itapoá, conforme especificações do Anexo V do Edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h:00m às 12h:00m, e das 13h:30m das 16h:30m.

Itapoá, 11 de outubro de 2011.
FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto Nº 3.897 de 06 de Outubro de 2011.

DECRETO Nº 3.897 DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.
"NOMEIA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em atendimento especificamente ao que se reporta a Lei 8.666/93, em seu art. 51 § 4º,

DECRETA:

Art. 1º NOMEAR os servidores a seguir relacionados, para compor a Comissão Municipal de Licitações, responsável pela promoção dos trabalhos gerais de Licitação de Município de Joaçaba:

Presidente: ALTEVIR DA CAS
Membros: ALEXANDRO SOUZA
CHEILA SACCHETTI
DIANE CARINA MATANA
DONIZETE MARIA BILIBIO ANGONESE
FÁBIO AUGUSTO CONTE
ISABELA TOSCAN MITTERER
PEDRO DORLI BELOTTO
WALKIRIA SUZANA MARTINS TREVISAN

Parágrafo único - A Comissão de Licitações de que trata o "caput" deste artigo fica designada para funcionar como equipe de apoio para atuar nos Processos Licitatórios - modalidade Pregão, do Município de Joaçaba.

Art. 2º A Comissão designada é caracterizada por "múnus publico".

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 06 de outubro de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Decreto Nº 3.898 de 06 de Outubro de 2011.

DECRETO Nº 3.898 DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.

NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DO FÓRUM DA 1º CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para compor COMISSÃO ORGANIZADORA DO FÓRUM DA 1º CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL no ano de 2011.

Presidente: Juliana Aparecida Kasburg Brustolin, Coordenadoria do Controle Interno

Vice-Presidente: Ivone Zanatta, Secretaria de Ação Social

Membros: Maristela Rosa Abatti Schuler, Secretaria Municipal de Ação Social

Gildete Pogere Coradi, Secretaria Municipal de Gestão Financeira

Sonia Aparecida Borchers, Coordenadoria do Controle Interno

Elizabet Maria Zanela Sartori, SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto

Norma Sonalio, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joaçaba

Marize Coletti, AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense.

§ 1º. O Fórum terá como tema geral "A sociedade no acompanhamento e controle da gestão pública".

§ 2º. As funções a serem desempenhadas pelos membros ora nomeados, caracterizam-se por serviço relevante e de interesse público, não havendo remuneração.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 06 de outubro de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Decreto Nº 3.899 de 06 de Outubro de 2011.

DECRETO Nº 3.899 DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.

"REVOGA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 2.753/06 QUE TRATA DO SISTEMA ELETRÔNICO DE GESTÃO DE IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o artigo 26 do Decreto nº 2.753/06, que trata do sistema eletrônico de gestão de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza no Município de Joaçaba.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 06 de outubro de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Decreto Nº 3.901 de 06 de Outubro de 2011.

DECRETO Nº 3.901 DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.

"NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA(SC), órgão colegiado com caráter permanente e deliberativo, na forma do artigo 2º da Lei Nº 1.678 de 05 de abril de 1991 alterada pela Lei Nº 4.143/11, fica assim constituído:

- REPRESENTANTES DO GOVERNO, PRESTADORES DE SERVIÇOS E PROFISSIONAIS DE SAÚDE:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE SAÚDE

Titular: Elizete Marques

Suplente: Sulany Welter

Titular: Lucia S. Mantovani

Suplente: Ana Paula Franke

REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS CONVENIADOS

Titular: Anderson Bezerra da Silva - Hospital Universitário Santa Terezinha - HUST

Suplente: Gláucio Grando Galli - Laboratório Pasteur

Titular: Cristian Ouriques Breda - Laboratório CEPAC

Suplente: Nádia Aparecida Lorencette - Instituto de Patologia Joaçaba

REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Titular: Juliana Kusnier - Assoc. Profissionais de Serviço Social - APROSSMOSC

Suplente: Joviane Colombelli - Assoc. Profissionais de Serviço Social - APROSSMOSC

Titular: Reanir Terezinha Machado - Sind. dos Trabalhadores em Saúde de Joaçaba

Suplente: Irene Souza Haus - Sind. dos Trabalhadores em Saúde de Joaçaba

Titular: João Otávio Castegnaro - Conselho Reg. de Odontologia - CRO/SC

Suplente: Walmor Silvestre Dresc Neto Stroher - Conselho Reg. de Odontologia - CRO/SC

Titular: Giolly Muriel Moreira - Sindicato dos Psicólogos de SC - SINPSI/SC

Suplente: Athos Flávio Santiago Neves - Conselho Regional de Medicina - CREMESC

- REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS

REPRESENTANTES DOS SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES CLASSISTAS

Titular: Arno Lebkuhen - Sindicato do Comércio Varejista - SINDILOJAS

Suplente: Aquilino Rodrigues - Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Joaçaba

Titular: Luiz Néri Karloh - Assoc. dos Aposentados e Pensionistas da Prev. Social - ASSAPREV

Suplente: Almiro Alves Dias - Sindicato dos Vigilantes - SINVAC

Titular: Aurélio José Biazotto - Sindicato dos Bancários
Suplente: Derli Francisco da Silva - Sindicato dos Trab. no Serviço Público - SITESPM

REPRESENTANTES DA UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E CONSELHOS COMUNITÁRIOS

Titular: Jair Antonio Schüller - União das Associações de Moradores de Joaçaba
Suplente: Neusa Enmerich - Associação de Moradores do Bairro João Paulo II

Titular: Mauro Nei Rodrigues - União das Associações de Moradores de Joaçaba
Suplente: Luiz Magains - Associação de Moradores do Bairro Jardim Cidade Alta

Titular: Vilmar Zilio - Associação de Moradores do Bairro Cruzeiro do Sul
Suplente: Lurdes C. de Ávila - Associação de Moradores do Bairro Santa Tereza

REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÕES DE PACIENTES

Titular: Wanda Maria Freiburger - Rede Feminina de Combate ao Câncer
Suplente: Ricardo Tommasi - Comunidade Casa Esperança e Vida - CCEV

Titular: Iracema Milagres Martins Ferri - União da Melhor Idade
Suplente: Dirceu Nora - Núcleo dos Transplantados Renais de Joaçaba

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 06 de outubro de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato Contrato 57/2011/FAS - TA 1/2011/FAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/2011/FAS
TA 01/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-JOAÇABA - SC.
CONTRATADA: POSTO DE COMBUSTÍVEIS MICHELLOS LTDA
OBJETO: TERMO ADITIVO ao contrato nº 57/2011/FAS, firmado em 03/02/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2011/FMAS, instaurado pelo Edital PP nº 01/2011/FMAS, homologado no dia 03/02/2011, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, de combustíveis e óleos lubrificantes destinados à manutenção dos veículos que atendem aos programas mantidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Joaçaba, SC, durante o exercício financeiro de 2011, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR

O valor do contrato original fica suprimido em R\$ 504,38 (quinhentos e quatro reais e trinta e oito centavos), correspondente a 2,543% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.
DATA DE ASSINATURA: 10/10/2011

Extrato Contrato 63/2011/FAS - TA 1/2011/FAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 63/2011/FAS
TA 01/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-JOAÇABA - SC.

CONTRATADA: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
OBJETO: TERMO ADITIVO ao contrato nº 65/2011/FAS, firmado em 28/04/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 9/2011/FAS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 6/2011/FAS, homologado no dia 28/04/2011, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de material didático, de expediente e suprimentos de informática, destinados à manutenção dos projetos e serviços mantidos pelo Fundo Municipal de Assistência Social durante o exercício financeiro de 2011, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor do contrato original fica suprimido em R\$ 773,51 (setecentos e setenta e três reais e cinquenta e um centavos), correspondente a 15,11% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.
DATA DE ASSINATURA: 10/10/2011

Extrato Contrato 65/2011/FAS - TA 1/2011/FAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/2011/FAS
TA 01/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-JOAÇABA - SC.

CONTRATADA: COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA
OBJETO: TERMO ADITIVO ao contrato nº 65/2011/FAS, firmado em 28/04/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 9/2011/FAS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 6/2011/FAS, homologado no dia 28/04/2011, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de material didático, de expediente e suprimentos de informática, destinados à manutenção dos projetos e serviços mantidos pelo Fundo Municipal de Assistência Social durante o exercício financeiro de 2011, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor do contrato original fica suprimido em R\$ 506,31 (quinhentos e seis reais e trinta e um centavos), correspondente a 19,38% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.
DATA DE ASSINATURA: 10/10/2011

Extrato Contrato 66/2011/FAS - TA 1/2011/FAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 66/2011/FAS

TA 01/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-JOAÇABA - SC.

CONTRATADA: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA OBJETO: TERMO ADITIVO ao contrato nº 66/2011/FAS, firmado em 28/04/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 9/2011/FAS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 6/2011/FAS, homologado no dia 28/04/2011, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de material didático, de expediente e suprimentos de informática, destinados à manutenção dos projetos e serviços mantidos pelo Fundo Municipal de Assistência Social durante o exercício financeiro de 2011, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor do contrato original fica suprimido em R\$ 1.608,52 (mil seiscentos e oito reais e cinquenta e dois centavos), correspondente a 11,10% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.
DATA DE ASSINATURA: 10/10/2011

Extrato Contrato 77/2011/FAS - TA 1/2011/FAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 77/2011/FAS

TA 01/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-JOAÇABA - SC.

CONTRATADA: REUNIDAS TURISMO S/A

OBJETO: TERMO ADITIVO ao contrato nº 77/2011/FAS, firmado em 03/08/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 14/2011, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 11/2011, homologado no dia 03/08/2011, cujo objeto é a realização, pela CONTRATADA, de viagens especiais no transporte de servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Conselho Tutelar para a participação de cursos e conferências, bem como, dos integrantes dos programas e projetos mantidos pelo Fundo Municipal de Assistência Social para participação de eventos fora do Município, no exercício financeiro de 2011, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA PRIMEIRA - CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO: O valor do contrato original fica suprimido em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), correspondente a 14,88% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93. CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.
DATA DE ASSINATURA: 10/10/2011

Extrato Contrato 821/2011/PMJ - TA 1/2011/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 821/2011/PMJ - TA 01/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao contrato nº 821/2011/PMJ, firmado

em 27/05/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 50/2011/PMJ - Edital TP nº 5/2011/PMJ, homologado em 27/05/2011, cujo objeto é a execução, pela CONTRATADA, dos serviços com o fornecimento dos materiais necessários para a pavimentação asfáltica em C.A.U.Q.- concreto asfáltico usinado a quente da Rua Marieta Coelho Taugem, Loteamento Jardim Itália, no Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato original fica prorrogada para 11/11/2011 a contar de 13/10/2011, em atendimento à solicitação da CONTRATADA acatada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, em conformidade com o disposto no § 1º, II, do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.
DATA DE ASSINATURA: 10/10/2011.

SIMAE**Homologação Pregão 32/2011 SIMAE**

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2011 - PR Processo Administrativo: 44/2011 Processo de Licitação: 44/2011 Data do Processo: 19/08/2011
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 44/2011
- b) Licitação Nr.: 1/2011-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 10/10/2011
- e) Data da Adjudicação: 10/10/2011 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE RASTREAMENTO VEICULAR, PARA MONITORAÇÃO CONSTANTE DA FROTA PARA MELHORAR A LOGÍSTICA DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS PELO SIMAE, BEM COMO REDUZIR CUSTOS COM MANUTENÇÃO E COMBUSTÍVEL.

			(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 007986 - CELTEC RASTREAMENTO LTDA ME	1	0,0000	30.792,00
	1		30.792,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (26) Saldo: 114.874,66

Joaçaba, 10 de Outubro de 2011.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Resumo Contrato JHL 0067/2011

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0067/2011
TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0014/2011.
TOMADA DE PREÇOS JHL 0002/201
LICITAÇÃO 0007/2011.

Data: 10/10/2011

Objeto: Acréscimo no quantitativo de 130m3 no item Escavação Mecânica em Solo categoria "C" profundidade até 2,0m.

Contratado: Andrade Construções Ltda

Valor acrescido R\$ 30.628,00 (Trinta mil, seissentos e vinte e oito reais)

Projeto/atividade - 04.01.1052

Função/Programa: 4.4.90.51.99.00

Prazo de vigência: 10/10/2011 a 01/04/2012

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

José Boiteux

PREFEITURA

Decreto 060/2011

DECRETO nº. 60/2011, de 16 de Setembro de 2011.
AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1 - Fica suplementada por conta do provável excesso de arrecadação a importância de R\$30.000,00 (trinta mil reais), conforme especificação a seguir:

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças

Unidade : 03.001 Secretaria de Administração e Finanças

Projeto/Atividade : 03.001.0004.0122.000.2011 Contribuição ao Pasep

Elemento Despesa : 3.3.20.00.00.00.00.00 Transferências a União

Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários

Valor : R\$ 30.000,00

2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 16 de Setembro de 2011.

ALCINO PEREIRA

Prefeito Municipal

Decreto 061/2011

DECRETO nº. 61/2011, de 03 de Outubro de 2011.
AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1 - Fica suplementada por conta do provável excesso de arrecadação a importância de R\$69.680 (sessenta e nove mil seissentos e oitenta reais), conforme especificação a seguir:

Órgão : 02 Gabinete do Prefeito e Vice

Unidade : 02.001 Gabinete do Prefeito e Vice

Projeto/Atividade : 02.001.0004.0122.1020.2004 Manut. Da Est. do Gabinete do Prefeito

Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários

Valor : R\$ 3.000,00

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde

Unidade : 12.001 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade : 12.001.0010.0301.1050.2062 Incentivo e Atendimento a Pop. Indígena

Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Recurso : 0.1.6409 Incentivo e Atendimento a Pop. Indígena

Valor : R\$ 9.500,00

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde

Unidade : 12.001 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade : 12.001.0010.0301.1050.2032 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Recurso : 0.1.0200 Receita de Impostos Saúde

Valor : R\$ 10.000,00

Órgão : 13 Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade : 13.001 Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade : 13.001.0008.0244.1094.2095 Centro de Referência de Assistência Social

Elemento Despesa : 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Recurso : 0.1.5200 Outras Transf. De Recursos do FNAS

Valor : R\$ 780,00

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças

Unidade : 03.001 Secretaria de Administração e Finanças

Projeto/Atividade : 03.001.0004.0122.0000.2009 Amort. do Principal e Encargos da Dívida

Elemento Despesa : 4.6.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários

Valor : R\$ 39.000,00

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças

Unidade : 03.001 Secretaria de Administração e Finanças

Projeto/Atividade : 03.001.0004.0123.1030.2006 Manutenção Geral da Secretaria de Adm.

Elemento Despesa : 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários

Valor : R\$ 2.400,00

Órgão : 06 Secretaria de Educação Cultura e Desporto

Unidade : 06.001 Secretaria de Educação Cultura e Desporto

Projeto/Atividade : 06.001.0012.0306.1060.2023 Merenda Escolar

Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Recurso : 0.1.6051 Transferências PNAE

Valor : R\$ 5.000,00

2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 03 de Outubro de 2011.

ALCINO PEREIRA

Prefeito Municipal

Portaria 351/2011
PORTARIA Nº 351/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, I, § 1º, I da Lei nº 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO, (a pedido) da Servidora Cheila Heusser Dietrich, admitido através da Portaria n. 052/2011, no cargo temporário de Professora, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 11.10.2011.

José Boiteux, 03 de outubro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 352/2011
PORTARIA Nº 352/2011.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE ADMITIR EM CARATER TEMPORÁRIO nos termos do artigo 30 da Lei Complementar n. 002/2005, o servidor Arlini Diana Rodrigues Seola para exercer o cargo de Professor Nível I NH, Grupo I, Docente - DOC, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03.10.2011.

José Boiteux, 03 de outubro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 353/2011
PORTARIA Nº 353/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Mairo Lunelli, relativas ao período aquisitivo de 01.04.2008 31.03.2009 que serão usufruídas no período de 10.10.2011 a 24.10.2011 (15 dias) de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 03 de outubro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 354/2011
PORTARIA Nº 354/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, IV da Lei nº 170 de 28.02.92 RESOLVE DECLARAR VACANTE, o cargo de Motorista, a partir de 05.10.2011, ocupado pelo servidor José Ferreira de Paula, nomeado por concurso pela portaria nº 385/1994, em virtude da concessão Aposentadoria pelo Benefício n. 1500285096 do Instituto Nacional do Seguro Social, conforme copia anexa.

José Boiteux, 04 de outubro de 2011.
ALCINO PEREIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 355/2011
PORTARIA Nº 355/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE DESIGNAR, a servidora Mariluci Gomes, ocupante do cargo de Enfermeira, para atuar na Vigilância Epidemiológica.

José Boiteux, 05 de outubro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 356/2011
PORTARIA Nº 356/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE ADMITIR EM CARATER TEMPORÁRIO nos termos do artigo 26 da Lei Complementar n. 001/2005, a servidora Laudiceia Amendo Clendo, para exercer o cargo de Servente, Código 3.11, Grupo III, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 10.10.2011 a 22.12.2011.

José Boiteux, 10 de outubro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 357/2011
PORTARIA Nº 357/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, §1º, II "a", da Lei nº 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO DE OFÍCIO, do Servidor Giomar Blaesing, admitido através da Portaria n. 235/2011, no cargo comissionado de Chefe de Departamento, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 14.10.2011.

José Boiteux, 10 de outubro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 358/2011
PORTARIA Nº 358/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, I, § 1º, I da Lei nº 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO, (a pedido) do Servidor Jurandir de Almeida, admitido através da Portaria n. 330/2009, no cargo efetivo de Motorista, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 07.10.2011.

José Boiteux, 10 de outubro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Processo Licitatório 33/2011

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX - SC
PROCESSO LICITATÓRIO 33/2011
TOMADA DE PREÇO Nº 007/2011

O Prefeito Municipal de José Boiteux - SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Tomada de Preço Para Obra e Serviço Engenharia, no dia 28/10/2011, às 10:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS DA RUA 25 DE DEZEMBRO NO CENTRO DE JOSE BOITEUX. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 11:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 11 de Outubro 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

CV 22 e 23-2011 FMAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Lages, torna público o lançamento dos Editais:

MOD	Nº	Objeto	Abertura	
			Dia	Hora
CV	22/2011 FMAS	Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Expediente e Material de Higiene e Limpeza para o Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS.	20/10/11	16:00
CV	23/2011 FMAS	Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Higiene e Limpeza, Material de Consumo e para o Programa Acolher da Secretaria Municipal de Assistência Social.	20/10/11	14:00

A retirada do Edital obter-se-á somente na Sala de Licitações, sito à Rua Benjamin Constant nº 13, Lages/SC, sem ônus.
Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 11 de outubro de 2011.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

PE 28-2011 FMAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE LAGES, torna público o lançamento do Edital:
- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2011- FMAS
OBJETO: Aquisição de um Veículo Popular para uso dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 27/10/2011 às 13:30 h.
TIPO: Menor Preço por Item
LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS SESSÕES PÚBLICAS: www.caixa.gov.br
Os interessados poderão obter a íntegra do Edital pelo site: www.lages.sc.gov.br
INFORMAÇÕES: No Setor de Licitações à Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, nesta cidade, pelo telefone (49) 3221-1169, pelo fax (49) 3221-1043 ou pelo e-mail pregaoeletronico@lages.sc.gov.br

Lages, 11 de outubro de 2011.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

PP 52-2011 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Lages, torna público o lançamento do Edital:

MOD	Nº	Objeto	Abertura	
			Dia	Hora
PG	52/2011 PML	Aquisição de Computadores e Equipamentos de Informática para uso na 8ª Ciretran e na Procuradoria Geral do Município.	04/11/11	14:00

A retirada do Edital, obter-se-á no Setor de Licitações, à Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo site: www.lages.sc.gov.br, sem ônus.
Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 11 de outubro de 2011.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Extrato Concurso

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES-SC
CONCURSO PÚBLICO 02/2011
EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA No. 02/2011

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Lages, o Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições, torna público as instruções especiais destinadas à realização do Concurso Público para o preenchimento de cargo existente na Prefeitura do Município de Lages/SC. As provas teórico-objetivas de caráter competitivo, terão a coordenação técnico-administrativa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM. São de competência da Prefeitura do Município de Lages os procedimentos admissionais competentes.

Cargos/Vagas/Carga horária semanal	Escolaridade/Valor de Inscrição e Vencimentos
Assistente Técnico Educacional (61)	Nível Médio.
Carga horária semanal 40h	Valor de inscrição R\$ 50,00 Vencimentos de R\$ 970,93

Obs. Todos os servidores recebem vale alimentação de acordo com o Decreto 9756/09.

As inscrições serão realizadas no período de 17/10/2011 à 16/11/2011 pela internet no site www.ibam-concursos.org.br e com apoio de internet no endereço: Centro Ambiental Ida Schmidt, Parque Jonas Ramos (Tanque) – Centro – Lages/SC
Edital Completo: Disponível na internet www.ibam-concursos.org.br e no mural de Atos da Prefeitura do Município de Lages. Informações pelo tel. (47) 3041-6262.
Data das provas: 18/12/2011 no período matutino.

Lages, 06/10/2011.

ANTONIO CÉSAR ALVES DE ARRUDA

Secretário Municipal de Administração do Município de Lages/SC.

Leoberto Leal

PREFEITURA

Portaria N.º 156, de 20 de setembro de 2011.

Portaria N.º 156, de 20 de setembro de 2011.

“Nomeia Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe conferem o inciso VII do art. 66, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado a Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado nº 007/2011, para a contratação de servidores em caráter temporário para o cargo de Operador de Equipamentos II, Patrula e Retroescavadeira, que será composta sem prejuízo de suas atribuições normais, pelos seguintes servidores públicos municipais:

MARCIO LOPES

Presidente

ANA HELENA CURTIUS GARCIA

Secretario

VALDIR LONGEN

Membro

EDSON FRUTUOSO

Membro

Art. 2º - A Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado terá como poderes e funções elaborar o Edital, receber as inscrições, divulgar a lista com os nomes dos inscritos, homologar as inscrições, proceder a avaliação das provas segundo os critérios estabelecidos no Edital, divulgar a lista de aprovados, apreciar os recursos e requerimentos e manifestar-se nos casos omissos do respectivo Edital.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 20 de setembro de 2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

RENATO ROBERTO OTTO

Secretario de Administração e Finanças

Portaria n.º 157, de 21 de setembro de 2011.

Portaria n.º 157, de 21 de setembro de 2011.

“Nomeia Comissão Especial de Processo Simplificado e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe conferem o inciso VII do art. 66, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado a Comissão Especial de Processo Seletivo nº 008/2011, para a contratação de servidores em caráter temporário para os cargos de Professores de Educação Infantil, Ensino Fundamental Séries Iniciais e Finais e Professor Alfabetizador/Nivelador do CEJA, que será composta sem prejuízo de suas atribuições normais, pelos seguintes servidores públicos municipais:

MARCIO LOPES

Presidente

ANA HELENA CURTIUS GARCIA

Secretaria

VALDIR LONGEN

Membro

GUILHERME RANGEL DE SOUZA

Membro

KARLA ADRIANA ENGEL FRANÇA

Membro

Art. 2º - A Comissão Especial de Processo Seletivo nº 008/2011, terá como poderes e funções elaborar o Edital, receber as inscrições, divulgar a lista com os nomes dos inscritos, homologar as inscrições, proceder a avaliação das provas segundo os critérios estabelecidos no Edital, divulgar a lista de aprovados, apreciar os recursos e requerimentos e manifestar-se nos casos omissos do respectivo Edital.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 21 de setembro de 2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

RENATO ROBERTO OTTO

Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 158, de 28 de setembro de 2011.

Portaria nº 158, de 28 de setembro de 2011.

“Nomeia Membros do Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS, e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e em atenção a Lei nº 612, de 23 de dezembro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída o Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS Municipal, com a seguinte composição:

Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;

Sr. Vitor Norberto Alves

Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

Sr. Renato Roberto Otto

Representante do Poder Legislativo Municipal;

Sr. Andréia Aparecida Eger Hamm

Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Leoberto Leal;

Sr. Mauri Marian

Representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Leoberto Leal - SINTRIAL;

Srª Jaqueline Rosália Guchert Hoffmann

Representante da Ação Social Sagrado Coração de Jesus;

Sr. Valdino Braz Guckert

Representante da Comunidade Evangélica Luterana do Município de Leoberto Leal;

Sr. Ary Hilário Guchert

Representante da Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Bertino Silva;

Srª Angélica Cecília Lohn

Parágrafo Único: O mandato dos respectivos representantes do Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS será de 02 (dois) anos, permitido uma recondução ou reeleição.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL

CNPJ: 82.924.390/0001-50

Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20

Fone/Fax (048) 268-1212

88445-000 LEOBERTO LEAL - SC

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 213 de 05 de novembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal, 28 de setembro de 2011.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO

Secretário de Administração e Finanças

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Aviso Licitação Fracassada

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2011

GENIR LOLI - Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que a Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2011, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, objetivando a contratação de empresa especializada em informática para prestação de serviços de conversão de dados, implantação, treinamento, fornecimento mediante locação, atualização e manutenção dos sistemas de informática nas áreas de Saúde e Ação Social, foi DECLARADA FRACASSADA, no dia 07 de outubro de 2011 as 12:35 horas, pois a única empresa presente no certame teve sua proposta técnica desclassificada por não atender as exigências mínimas solicitadas no edital. Demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 10 de outubro de 2011.

GENIR LOLI

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Resultado Fase de Habilitação - Tomada de Preços 10/2011

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2011

RESULTADO DA FASE DE HABILITAÇÃO

Após análise da documentação apresentada, todas as empresas participantes do certame foram declaradas habilitadas pois apresentaram toda a documentação solicitada no edital. Tendo em vista que somente a licitante Construcórdia Construções Ltda, apresentou termo de renúncia da fase de habilitação, e as demais licitantes não apresentaram tal documento, o certame foi suspenso, e aberto o prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação desta decisão, para interposição de eventuais recursos contra a decisão da comissão permanente de licitações que julgou os documentos de habilitação das licitantes. Em não havendo a impetração de nenhum recurso no prazo supracitado, fica desde já marcada para as 08:15 horas do dia 21 de outubro de 2011, a sessão pública para abertura e julgamento das propostas de preços das licitantes habilitadas, que ocorrerá na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, situada na Rua Tamarandá, 98, centro, neste município. Neste mesmo local, no horário de expediente, poderão ser obtidas demais informações, ou pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 11 de outubro de 2011.

Comissão Permanente de Licitações

Luzerna

PREFEITURA

Lei 1007

LEI Nº 1007 de 11 de outubro de 2011.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS RENATO MARCON, Prefeito Municipal em exercício de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

L E I:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CESSÃO DE USO com o CORAL VOZES DE LUZERNA, sociedade civil, sem fins lucrativos, que objetiva o cultivo da música e do canto e proporcionar aos sócios atividades culturais e artísticas de forma amadorista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.315.341/0001-55, com sede neste Município de Luzerna(SC), objetivando a cedência do espaço físico do CENTRO DE EVENTOS SÃO JOÃO BATISTA, neste MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), consistindo na sala nº 80, destinada a guarda de materiais da referida entidade.

Parágrafo Único - As condições da cessão de Uso constarão do Termo a ser firmado com a entidade.

Art.2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 11 de outubro de 2011.

CARLOS RENATO MARCON

Prefeito Municipal em exercício

Lei 1008

LEI Nº 1008 de 11 de outubro de 2011.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS QUE ESPECIFICA"

CARLOS RENATO MARCON, Prefeito Municipal em exercício de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a despender recursos financeiros até o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para a realização do 1º ENDURO CIDADE DE LUZERNA, 13ª e 14ª ETAPA OESTE DE ENDURO DE REGULARIDADE, até o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para a realização da COPA OESTE DE GAIOLAS e até o valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) para a realização da COPA OESTE DE VELOCROSS.

Art.2º- As despesas provenientes da execução desta Lei correrão a conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 11 de outubro de 2011.

CARLOS RENATO MARCON

Prefeito Municipal em exercício

Extrato de Homologação fmas.035.2011 - ALIMENTOS IDOSOS

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão nº 0035/2011

O Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social de Luzerna, ORLANDO FÁVERO, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 070/2011, nos seguintes termos:

Modalidade: Pregão para Registro de Preço

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, referente ao convênio - Piso Básico Variável II - Idoso.

Proponente(s) Vencedora(s):

. LUISA SALETE ZAGO CORSO ME

. DOCES E SALGADOS LUZERNA LTDA ME

Valor Homologado: R\$ 5.000,00

Luzerna (SC), 11 de outubro de 2011.

ORLANDO FÁVERO

Gestor do FMAS

Macieira

PREFEITURA

Aviso de licitação

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0015/2011

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 0032/2011

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira, SC, através do Sr. EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, devidamente cadastradas no Município no ramo pertinente, que se encontra aberto o Processo Licitatório nº 0032/2011, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0015/2011, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que até 09h00min, do dia 26 de outubro de 2011, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço antes citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 2304, de 03 de janeiro de 2011, estará recebendo propostas para aquisição de peças e mão de obras destinadas a recuperação de motor de micro ônibus placas MDC 0851, pertencente à Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações do anexo I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 26/10/2011, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como o Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão, ou através do telefone (49) 3574-2000, de segunda à sexta-feira, das 08h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira, SC, 11 de outubro de 2011.

EMERSON ZANELLA,

Prefeito Municipal.

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº. 2281 de 04 de Outubro de 2011

DECRETO Nº. 2281 DE 04 DE OUTUBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1256 de 07 de Dezembro de 2010, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0601 - GERENCIA DE SAÚDE
0601.017.512.0170.2071 - Dessassoreamento de Rios e Ribeirões
0601 - 33900000 - Aplicações Diretas
0601 - 30000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 04 de Outubro de 2011
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº004/2011 - 11/10/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571
e-mail: cvm@netuno.com.br CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 004/2011

11/10/2011

Concede ajuda de custo mensal aos Vereadores Jovens

O Presidente da Câmara Municipal de Massaranduba, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com que lhe confere o artigo 16, Inciso XXVIII da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica o Presidente do Poder Legislativo Municipal de Massaranduba, autorizado a conceder Ajuda de Transporte, no valor de R\$ 20,00 (vinte Reais) por reunião aos Vereadores Mirins da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba, instituído pelo Decreto nº. 001/2011

§ 1º. Somente terão direito a ajuda de vale transporte os Vereadores Jovens que moram a mais de cinco (5) km da Sede da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba,

§ 2º Os pagamentos serão efetuados aos pais ou responsáveis mediante recibo e apresentação de nota fiscal de combustível identificando a placa do veículo e kilometragem.

§ 3º Os valores serão reajustados anualmente, verificando-se o aumento anual do Combustível.

Art. 2º. O presente Decreto Legislativo terá efeito retroativo a 01 de Agosto de 2011.

Câmara Municipal de Massaranduba em 11 de Outubro de 2011.

JOSE OSNIR RONCHI

Presidente

PUBLICADO NO EXPEDIENTE DA DATA SUPRA

JAIR MICHELUZZI

Assistente Legislativo

Meleiro

PREFEITURA

Aditivo n.º 001/2011 - Contrato Nº. 017/2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

READEQUAÇÃO DE QUANTIDADES E SERVIÇOS (ADIÇÃO)

Aditivo n.º 001/2011

Contrato n.º. 017/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: JOSE AMBONI PRESA EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENE PARA O EXERCÍCIO DE 2011.

Valor: R\$ 12.799,36

Data da assinatura: 23 de setembro de 2011.

Aditivo n.º 001/2011 - Contrato Nº. 029/2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

READEQUAÇÃO DE QUANTIDADES E SERVIÇOS (ADIÇÃO)

Aditivo n.º 001/2011

Contrato n.º. 029/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: TRASPORTE MELEIRO LTDA ME

Objeto: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR COM ÔNIBUS PRÓPRIO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 (QUARENTA E CINCO) LUGARES SENTADOS, A SEREM REALIZADOS NO ANO LETIVO DE 2011.

Valor: R\$ 37.192,30

Data da assinatura: 23 de setembro de 2011.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 007/2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 007/2011

Contratante: SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO.

Contratado: JOÃO BOSIO ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM PRESSURIZADOR AUTOMÁTICO DE

REDES TIPO "BOOSTER", PARA ÁGUA POTÁVEL, PREVISTO PARA OPERAR COM ATÉ 40,0 mCA, E COM VAZÃO DE ATÉ 5,50 l/s (19,8m³/h), COM MOTOR DE 10 CV, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAMAE.

Valor: R\$ 8.500,00

Vigência: Início: 06/09/2011 Término: 31/12/2011.

Data da assinatura: 06 de setembro de 2011.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 077/2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 077/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: A.R. CONSULTORIA E SANEAMENTO LTDA.
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA O PROJETO DA REDE DE COLETA, POÇOS DE VISITA E ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DO ESGOTO SANITÁRIO NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO REFERENTE AO PAC 2.

Valor: R\$ 12.353,00

Vigência: Início: 19/09/2011 Término: 18/11/2011.

Data da assinatura: 19 de setembro de 2011.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 078/2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 078/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: ASFALTECPAV TECNOLOGIA EM ASFALTOS LTDA ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO, COM SACAS DE 25KG, PARA COLOCAÇÃO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 10.140,00

Vigência: Início: 20/09/2011 Término: 31/12/2011.

Data da assinatura: 20 de setembro de 2011.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 079/2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 079/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: F.A BURGUEÑO LÓPEZ.
Objeto: AQUISIÇÃO DE TINTA DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA, MICROSFERA E SOLVENTE PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA.

Valor: R\$ 3.060,00.

Vigência: Início: 21/09/2011 Término: 31/12/2011.

Data da assinatura: 21 de setembro de 2011.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 080/2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 080/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: M.A.J MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE TINTA DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA, MICROSFERA E SOLVENTE PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

VIÁRIA.

Valor: R\$ 800,00.

Vigência: Início: 21/09/2011 Término: 31/12/2011.

Data da assinatura: 21 de setembro de 2011.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 081/2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 081/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: REFLETO SINALIZAÇÃO E TERMOPLÁSTICO LTDA.
Objeto: AQUISIÇÃO DE TINTA DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA, MICROSFERA E SOLVENTE PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA.

Valor: R\$ 7.100,00

Vigência: Início: 21/09/2011 Término: 31/12/2011.

Data da assinatura: 21 de setembro de 2011.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 082/2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 082/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES RECORD LTDA EPP.

Objeto: Realização de cursos específicos de Transporte Coletivo e a complementação de estudos para formação em Transporte Escolar dentro da carga horária e exigências determinadas pela resolução 168/04 e 285/08 do CONTRAN.

Valor: R\$ 5.100,00

Vigência: Início: 27/09/2011 Término: 31/12/2011.

Data da assinatura: 27 de setembro de 2011.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 083/2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 083/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: LOGOS ASSESSORIA E PROJETOS LTDA EPP.
Objeto: Prestação de Serviços especializados, através de empresa do ramo pertinente, para a captação de recursos junto ao Governo Federal e instituições financeiras com o objetivo de promover a melhoria da infra-estrutura e dos serviços públicos oferecidos à população através da Prefeitura de Meleiro/SC.

Valor: R\$ 39.600,00.

Vigência: Início: 27/09/2011 Término: 26/09/2012.

Data da assinatura: 27 de setembro de 2011.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 084/2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 084/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME.
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DRENAGEM PLUVIAL EM RUAS DO MUNICÍPIO (RUA AFONSO MANFREDINI, RUA LUIZA

NAPOLI CANELA, RUA SÃO JUDAS TADEU, TRAV. MANOEL BER-NADINO DUARTE, RUA DOZOLINA FURNALETTO MANFREDINI E RUA DEMÉTRIO DÁRIO), COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO BÁSICO.

Valor: R\$ 101.112,22

Vigência: Início: 27/09/2011 Término: 31/12/2011.

Data da assinatura: 27 de setembro de 2011.

Edital 03/2011

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADO-
LESCENTE DE MELEIRO - CMDCA
EDITAL 03/2011

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Meleiro, no uso de suas atribuições legais, torna público que, com base na Lei nº 8069/90, e Lei Muni-
cipal nº 1488/2011, estão abertas as inscrições para escolha dos 5 (cinco) membros do Conselho Tutelar e seus Suplentes.

1. DA ESCOLHA

a) A escolha será feita por votação secreta, por representantes das entidades cadastradas junto ao CMDCA, coordenada pelo pre-
sidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Ado-
lescente - CMDCA e fiscalizada pelo Ministério Público.

b) A inscrição do representante apto a votar se dará mediante a
presença do Presidente ou representante da entidade através de
ofício emitido pelo presidente da entidade representativa.

2. DA IMPUGNAÇÃO

a) Qualquer cidadão poderá impugnar o presente edital no prazo
de 05 (cinco) dias, a contar da publicação deste;

b) Expirado o prazo para impugnação, inicia-se o prazo para o
registro das candidaturas;

c) Qualquer cidadão poderá impugnar o resultado da votação, no
prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação.

3. DO REGISTRO DE CANDIDATOS

a) Poderão concorrer os candidatos registrados, que preencham
os seguintes critérios:

I - Reconhecida idoneidade moral;

II - Idade superior a 21 anos;

III - Residir no município de Meleiro (apresentar comprovante de
residência);

IV - Ensino fundamental completo.

b) O prazo para registro das candidaturas será de 30 (trinta) dias,
iniciando-se no dia 19/10/2011 com termino no dia 18/11/2011;

c) O recebimento de inscrição será das 13:15 às 16:30 horas, de
2ª a 6ª feira junto a Secretaria Municipal de Saúde, com a Fernan-
da e/ou Katrine.

4. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

a) Formulário de Pedido de Inscrição fornecido pelo Conselho Mu-
nicipal dos Direitos da Criança e do adolescente, disponível na
Secretaria Municipal de Saúde;

b) Original e cópia da cédula de identidade;

c) Original e cópia do título de eleitor;

d) Original e cópia do CPF;

e) Original e cópia do comprovante de residência;

f) Certidão dos distribuidores civil e criminal da Comarca de Me-
leiro;

g) Original e cópia do comprovante de escolaridade.

5. DA PUBLICAÇÃO DAS CANDIDATURAS

a) Encerrado o prazo de registro, será publicado edital com a rela-
ção de candidatos, na Prefeitura Municipal, bem como, no fórum
desta comarca, para a ciência pública.

6. DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO

a) A votação será realizada no dia 26/11/2011, tendo início as
13h30min, no Centro de Convivência dos Idosos - Meleiro.

b) Os votos, após o término da eleição, serão escrutinados pelos
membros do CMDCA, com a presença de um representante do
Ministério Público desta Comarca;

c) Serão considerados eleitos os 10 (dez) candidatos que obti-
verem maior votação, sendo os 5 (cinco) primeiros efetivos e os
subseqüentes serão suplentes;

d) Em caso de empate, terá preferência o candidato com mais
idade.

7. DA REMUNERAÇÃO

a) As funções de Conselheiro Tutelar serão remuneradas na impor-
tância de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais);

b) Os suplentes não serão remunerados.

7. DO CALENDÁRIO OFICIAL

13/10/2011 - Publicação Oficial do Edital

19/10/2011 - Início do prazo para impugnação do edital

18/11/2011 - Último dia para inscrição dos candidatos

19/11/2011 - Publicação dos candidatos

26/11/2011 - Assembléia de escolha e apuração

01/12/2011 - Posse dos conselheiros

Meleiro, 11 de outubro de 2011.

ROGÉRIA CASAGRANDE

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
Adolescente

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Decreto № 077/2011

DECRETO № 077/2011

"ESTABELECE OS NOVOS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNI-
CIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

O senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da
Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que
lhe são conferidas pelo art. 69, IX, da Lei Orgânica Municipal e de
conformidade com o artigo 12 da Lei 858, de 14/12/1995:

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL:

I - AREA GOVERNAMENTAL:

Secretaria da Família e do Desenvolvimento Social

Titular: Rosangela Pagnan Maragno

Suplente: Cínara de Rochi

Secretaria da Educação e Cultura

Titular: Mariana Guollo Recco

Suplente: Márcia Salvan Gabriel Saviatto

Secretaria da Administração

Titular: Cintya Sartor

Suplente: Mirella Marques Mendes

Esfera Estadual

Titular: Jeverson Guollo

Suplente: Sibeli Salvan Naspolini

Epagri

Titular: Bernadete Sartor

Suplente: Vanessa Ferreira do Nascimento

II - ÁREA NÃO-GOVERNAMENTAL

APAE

Titular: Luciana Pagnan Maragno

Suplente: Ocineia Maragno Maccari

AFFAS

Titular: Cecília Colonette Pellegrin

Suplente: Zenir Bez Fontana Maragno

PROFAS

Titular: Mari Neuza Espindola Bif

Suplente: Jaqueline Tuon

Pastoral da Saúde

Titular: Alzira Maccari Sartor

Suplente: Adelina Delfino de Jesus

Cantinho do Amor

Titular: Isterlita Maccari

Suplente: Márcia Pellegrin Nicolet

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça, 07 de outubro de 2011.

BALTAZAR PELLEGRIN

Prefeito Municipal

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário Interino de Administração e Planejamento

Registre-se e publique-se:

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário Interino de Administração e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Concorrência Pública nº 140/2011PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 140/2011PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se

encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRÊNCIA REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REMODELAGEM DO PASSEIO PÚBLICO DA AVENIDA JOÃO SACAVERM, ATRAVÉS DO CONTRATO Nº 0330557-04/2010 CONVÊNIO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 21/11/2011. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 21/11/2011. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 11 de outubro de 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 120/2011PMN >

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2011PMN

TERCEIRA CHAMADA

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONSERVATO DE FECHADURAS, CÓPIAS DE CHAVES, INSTALAÇÃO DE FECHADURAS DE ARMÁRIOS, MESAS, ARQUIVOS E ABERTURA DE FECHADURAS DAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 26/10/2011. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 26/10/2011. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 11 de outubro de 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 136/2011PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2011PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE 06 (SEIS) MOTOCICLETAS "ANO 2011 E MODELO 2012" PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 26/10/2011. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 26/10/2011. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 13 de outubro de 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 137/2011PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2011PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE APROXIMADAMENTE 30.000 CARNÊS DE IPTU PARA O ANO DE 2012, PARA A DIRETORIA DA RECEITA (IPTU) DA SECRETARIA DE FINANÇAS DESTE MUNICÍPIO.

Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 25/10/2011.
Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 25/10/2011. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 11 de outubro de 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 138/2011PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2011PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA MANUTENÇÃO, REVISÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS DE FABRICA DAS MAQUINAS QUE INTEGRAM A FROTA MUNICIPAL, SENDO ESTES REQUISITOS PARA ASSEGURAR A GARANTIA DE FABRICA. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 25/10/2011. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 25/10/2011. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 11 de outubro de 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato de Homologação e Adjudicação ao PL Nº 046/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/11
CARTA CONVITE Nº 013/2011

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 10/10/2011
CONTRATADO: PATOESTE ELETRO INSTALADORA LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: O objeto da presente licitação consiste na seleção de propostas mais vantajosa, na contratação de empresa para Execução do Projeto Elétrico, destinado a construção de rede de AT com instalação de 02 (dois) transformadores 75KVA 220/380 V, destinado a implantação de uma rede de distribuição aérea de Energia Elétrica, em alta e baixa tensão para atender a área destinada a Implantação de Indústria, com área total de 30.475,75 metros, em regime de empreitada por preço global, conforme Projetos, memorial descritivo, e demais Anexos integrantes deste edital.
VALOR DA DESPESA: R\$ 88.612,14 (oitenta e oito mil seiscentos e doze reais e quatorze centavos)
DATA: 10/10/11

SANTOS ZILLI
Prefeito Municipal.

Extrato Contratual Nº 045/2011

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº.: 045/2011

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada : PATOESTE ELETRO INSTALADORA LTDA

Valor : 88.612,14 (oitenta e oito mil seiscentos e doze reais e quatorze centavos)

Vigência : Início: 10/10/2011 Término: 31/12/2011

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 13/2011

Recursos: Dotação: 1.005.4.4.90.00.00.00.00.00 (70),
2.021.4.4.90.00.00.00.00.00 (81), 1.005.4.4.90.00.00.00.00.00 (179)

Objeto : O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para Execução do Projeto Elétrico, destinado a construção de rede de AT com instalação de 02 (dois) transformadores 75KVA 220/380 V, destinado a implantação de uma rede de distribuição aérea de Energia Elétrica, em alta e baixa tensão para atender a área destinada a Implantação de Indústria, com área total de 30.475,75 metros, em regime de empreitada por preço global, conforme Projetos, memorial descritivo, e demais Anexos integrante deste Processo.

NOVO HORIZONTE, 10 de Outubro de 2011

Palhoça

PREFEITURA

Decreto Nº 1.317, de 10 de outubro de 2011.

DECRETO Nº 1.317, DE 10 DE OUTUBRO DE 2011.

LICITAÇÃO. Institui a Comissão Permanente de Licitação e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições e, nos termos da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Palhoça.

§ 1º A Comissão Permanente será responsável por todos os procedimentos licitatórios da Prefeitura Municipal de Palhoça, de forma centralizada.

§ 2º A Superintendência de Administração será responsável pelos processos administrativos referentes aos procedimentos licitatórios citados no § 1º deste artigo.

Art. 2º A Comissão, será designada mediante Portaria pelo Chefe do Executivo e terá a seguinte composição:

I - 01 (um) Presidente;

II - 04 (quatro) Pregoeiros;

III - 02 (dois) Membros; e

IV - Equipe de Apoio.

Parágrafo único. A Superintendência de Administração será responsável pela organização e estruturação administrativa da Comissão Permanente de Licitação.

Art. 3º A Comissão deverá respeitar o regulamento disposto no Decreto Municipal n. 1.320, de 12 de agosto de 2003 e Decreto n.

1.187, de 26 de outubro de 2010.

Art. 4º Ficam revogados os Decretos n. 1.109, de 05 de maio de 2010 e n. 1.293, de 08 de julho de 2011.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de 17 de outubro de 2011.

Gabinete do Prefeito, em 10 de outubro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Contrato de Prestação de Serviços Nº 178/2011

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 178/2011. PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E IFC SERVIÇOS EDU-CACIONAIS LTDA.

OBJETO: prestação de serviços que consiste na realização do Seminário de Prevenção à Dependência Química, para capacitação dos professores da rede municipal de ensino. VALOR: R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "329" - 11.11.01.12.361.0010.20.21.3.3.90.00.00.00.00.00.00.03/3.3.90.39.48.

DATA: 16/09/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal.

Contrato de Prestação de Serviços Nº 159/2011

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 159/2011. PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E M2A COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - ME.

OBJETO: concessão do direito de uso do sistema informatizado SAESC - Sistema de Alimentação Escolar.

VALOR: R\$ 12.654,00 (doze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "106" 11.11.01.12.361.0010.2.021.3.3.90.00.00.00.00.00.00/3.3.90.39.99

DATA: 01/09/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal.

Contrato Nº164/2011

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SUPERINTENDÊNCIA ÁGUAS DE PALHOÇA

CONTRATO N.º164/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MJG - TECNOLOGIA E SERVIÇOS DE INFORMATICA - LTDA. OBJETO: aquisição de suprimentos de informática. VALOR: 47.630,00(quarenta e sete mil seiscentos e trinta reais). DATA: 05/09/2011.

Contrato Nº165/2011

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SUPERINTENDÊNCIA ÁGUAS DE PALHOÇA

CONTRATO N.º165/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MJG - TECNOLOGIA E SERVIÇOS DE INFORMATICA - LTDA. OBJETO: aquisição de Central Telefônica. VALOR: 9.900,00 (nove mil e novecentos reais).

DATA: 05/09/2011.

Contrato Nº166/2011

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º166/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa FW ASSESSORIA EM CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: serviços de mão de obra para manutenção de ar condicionado com fornecimento de peças. VALOR: 41.650,00 (quarenta e um mil seiscentos e cinquenta reais). DATA: 05/09/2011.

Contrato Nº168/2011

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º168/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LEANDRO PICLER - ABIT SERVICE INFORMÁTICA. OBJETO: aquisição de materiais diversos. VALOR: 7.094,98 (sete mil noventa e quatro reais e noventa e oito centavos). DATA: 08/09/2011.

Extrato de Contrato Nº162/2011

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SUPERINTENDÊNCIA ÁGUAS DE PALHOÇA

CONTRATO N.º162/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HANG EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. OBJETO: Execução de calçamento, cortinas de concreto e pavimentação de calçadas de concreto em diversas ruas da Pinheira, Praia do Sonho, Ponta do Papa-gaio e Guarda do Embaú. VALOR: 146.713,96 (cento e quarenta e seis mil setecentos e treze reais e noventa e seis centavos). DATA: 02/09/2011.

Termo Aditivo Nº 163/2011

TERMO ADITIVO Nº 163/2011 - (PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS N. 096/2010). PARTES: ÁGUAS DE PALHOÇA E SATÉLITE TO-POGRAFIA E ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: Fica acrescido o valor de R\$ 241.664,50 (duzentos e quarenta e um mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos), conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia, cor-respondente a readequação ao projeto inicial, demonstrado nas pe-ças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, correspondente ao percentual de 24,86622% do contrato nº 096/2011. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "9" - 24.24.01.17.512.0042.2.136.4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0133/4.4.90.51.91.

DATA: 05/09/2011.

LUIS CARLOS DUNCKE
Superintendente da Águas de Palhoça.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal.

Termo Aditivo Nº 167/2011

TERMO ADITIVO Nº 167/2011 - (PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS N.110/2011.).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E SATÉLITE TOPO-GRAFIA E ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras n.º 110/2011.

DATA: 05/09/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal.

Termo Aditivo Nº 183/2011

TERMO ADITIVO Nº 183/2011 - (PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS N.135/2011.).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E SATÉLITE TOPO-GRAFIA E ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras n.º 135/2011.

DATA: 29/09/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal.

Termo Aditivo Nº 184/2011

TERMO ADITIVO Nº 184/2011 - (PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS N.128/2011.).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E SATÉLITE TOPO-GRAFIA E ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras n.º 128/2011.

DATA: 29/09/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal.

Termo Aditivo Nº160/2011

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TERMO ADITIVO Nº160/2011 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º070/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: Fica incluído na Ata de Registro de Preços de Fornecimento de Combustível n.º 070/2011, o veículo FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX, Placa MDD2195 de uso exclusivo da Procuradoria Geral do Município. DATA: 02/09/2011.

Termo Aditivo Nº161/2011

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CAMBIRELA DO MEIO AMBIENTE

TERMO ADITIVO Nº161/2011 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º073/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: Fica incluído na Ata de Registro de Preços de Fornecimento de Combustível n.º 073/2011, o veículo FIAT/PALIO WK ADVENTURE FLEX, Placa MJC6472 de

uso exclusivo da Fundação Cambirela do Meio Ambiente. DATA: 02/09/2011.

Ata de Registro de Preço Nº032/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA N.º032/2011 do PREGÃO Nº055/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TARCIANE LOHN BOECHAT EPP. OBJETO: Aquisição de material de limpeza para Casa Lar. VALOR: R\$13.762,00. DATA: 20/04/2011 A 20/04/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preço Nº041/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º041/2011 do PREGÃO Nº097/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de material escolar para unidades escolares. VALOR: R\$ 103.152,10. DATA: 27/05/2011 A 27/05/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preço Nº042/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º042/2011 do PREGÃO Nº097/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JÚLIA CRISTINA MEURER DE SOUZA ME. OBJETO: Aquisição de material escolar para unidades escolares. VALOR: R\$ 118.736,62. DATA: 27/05/2011 A 27/05/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preço Nº043/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º043/2011 do PREGÃO Nº097/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA ME. OBJETO: Aquisição de material escolar para unidades escolares. VALOR: R\$ 126.251,50. DATA: 27/05/2011 A 27/05/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preço Nº044/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º044/2011 do PREGÃO Nº097/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PROJETO CULTURAL LTDA ME. OBJETO: Aquisição de material escolar para unidades escolares. VALOR: R\$ 484,80. DATA: 27/05/2011 A 27/05/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preço Nº045/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º045/2011 do PREGÃO N.º097/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TECNO INFORMÁTICA LTDA ME. OBJETO: Aquisição de material escolar para unidades escolares. VALOR: R\$ 20.560,00. DATA: 27/05/2011 A 27/05/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preço N.º059/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º059/2011 do PREGÃO N.º114/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIMENBLOC INDÚSTRIA DE PRÉ MOLDADOS. OBJETO: Aquisição de tubos de concreto. VALOR: R\$70.330,00. DATA: 10/06/2011 A 10/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
1	Tubos de concreto simples d=20 cm	700	11,50
2	Tubos de concreto simples d=30 cm	700	15,90
3	Tubos de concreto simples d=40 cm	500	23,00
4	Tubos de concreto simples d=50 cm	635	34,00
5	Tubos de concreto simples d=60 cm	420	43,00
			70.330,00

Ata de Registro de Preço N.º060/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º060/2011 do PREGÃO N.º125/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DISCOPEGRE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE PEÇAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA. OBJETO: Aquisição de peças. VALOR: R\$15.017,50. DATA: 16/06/2011 A 16/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
1	Disco 28" liso p/ trator 275 MF	12	159,00
2	Disco 20" p/ trator 275 MF	24	44,50
3	DISCO Trator Massey Ferguson modelo 265.	24	44,50
4	Mancal Atrito para Grade Trator	8	60,00
5	Separador Implemento disco grade 182mm/ trator MF 275	20	19,00
6	Engrenagem Superior para Rotativa	1	600,00
7	Engrenagem Intermediária para Rotativa	1	700,00
8	Engrenagem Inferior para Rotativa	1	880,00
9	Conjunto Rolamento Caixa Lateral Rotativa	1	389,00
10	MANCAL 27430	1	70,00
11	MANCAL 4-21530.	1	180,00
12	Ponta eixo. Ford 2422 eletrônico.	1	300,00
13	Enxada Rotativa para Rotativa	100	8,00
14	JOGO FACA ENSILADEIRA 37621	1	600,00
15	Contra Faca para Ensiladeira, confeccionada em aço especial e tratadas termicamente, são equipadas com caixa de transmissão e dois rolos alimentador.	1	70,00
16	REBOLO 47457	1	200,00
17	Ponteira do Canteirador da Rotativa	1	179,50
18	Tampa 83438800 CX TRATOR VALMET 785	1	800,00
19	Tampa do hidráulico 795 p/ trator MF 275	1	500,00
20	Bucha 086 p/ trator 275 MF	2	40,00
21	CAMISA DO HIDRAULICO	1	300,00
22	Pistão 164700 TRATOR VALMET 785	1	100,00

23	Válvula do Hidráulico para Trator Valtra 785	1	1.400,00
24	Cubo 334 p/ trator 275 MF	3	150,00
25	Rolamento 8780 p/ trator 275 MF	9	35,00
26	SAPATA GRADE 64408	8	30,00
27	PONTA DE EIXO TRASEIRA	1	800,00
28	Rolamento 242160 para Trator 785	2	80,00
			15.017,50

Ata de Registro de Preço N.º061/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º061/2011 do PREGÃO N.º128/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AMD COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais para conserto, manutenção e conservação de vias, bocas de lobo e tubulação de drenagem deste município. VALOR: R\$17.000,00. DATA: 17/06/2011 A 17/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
2	Tijolo cerâmico 6 furos - 9 cm.	10.000	0,26
3	Bloco de concreto 9 cm.	12.000	1,20
			17.000,00

Ata de Registro de Preço N.º062/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º062/2011 do PREGÃO N.º128/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RONALDO DA ROSA JR EPP. OBJETO: Aquisição de materiais para conserto, manutenção e conservação de vias, bocas de lobo e tubulação de drenagem deste município. VALOR: R\$263.355,00. DATA: 17/06/2011 A 17/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
4	Bloco de concreto 14 cm	15.000	1,25
5	Lajota sextavada 25x25x8	5.000	18,00
6	Grelha de ferro fundido	300	80,00
8	Arame recozido E=18 bw6=18 1,24	300	4,10
9	Ferro 3/8 com 12 mts para construção	300	22,00
10	Ferro 5/16 barra com 12 metros CA 50	500	16,25
11	Ferro 5,00mm - 12 mts	900	6,00
12	Cimento CP II saca 50 kg	5.750	19,00
			263.355,00

Ata de Registro de Preço N.º063/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º063/2011 do PREGÃO N.º128/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TECNOART COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais para conserto, manutenção e conservação de vias, bocas de lobo e tubulação de drenagem deste município. VALOR: R\$13.494,00. DATA: 17/06/2011 A 17/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
1	Tijolo maciço rústico 19x09x05cm	15.000	0,23
7	Cal Pintura saca 5kg branco	3.100	3,24
			13.494,00

Ata de Registro de Preço Nº064/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º064/2011 do PREGÃO Nº142/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AMD COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO: Aquisição de material para manutenção de ruas e avenidas. VALOR: R\$38.916,00. DATA: 29/06/2011 A 29/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
2	Cimento CP II saca 50 kg	1.500	16,50
3	Arame reduzido 1 kg BWG 18	30	4,20
5	Ferro 5/16 12 mts CA 50	150	13,10
6	Ferro 5,0 12 mts CA 50	250	3,90
9	Tijolo maciço (rústico) 19x09x05 cm	3.500	0,24
10	Tijolo cerâmico 6 furos 14x19x09 cm	3.500	0,23
11	Bloco de concreto 09x19x39 cm	4.500	0,99
12	Bloco de concreto 14x19x39 cm	5.000	1,00
			38.916,00

Ata de Registro de Preço Nº065/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º065/2011 do PREGÃO Nº142/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RONALDO DA ROSA JR EPP. OBJETO: Aquisição de material para manutenção de ruas e avenidas. VALOR: R\$40.465,00. DATA: 29/06/2011 A 29/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
1	Lajota de concreto 25x25x08 sextavado	2.000	16,45
4	Ferro 3/8 12 mts Ca 50	100	17,35
7	Grelha de concreto (boca de lobo) 30x60 cm	180	16,00
8	Cal para pintura saca 5 kg branco	1.000	2,95
			40.465,00

Paulo Lopes

PREFEITURA

Lei 1460-2011

LEI Nº. 1460 DE 11 DE OUTUBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo de Paulo Lopes, por seus representantes aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Orçamento do Município de Paulo Lopes, para o exercício de 2012, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – As metas fiscais;

II – As prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2010/2013;

III – A estrutura dos orçamentos;

IV – As diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – As disposições sobre dívida pública municipal;

VI – As disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – As disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII – As disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2012, 2013 e 2014, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Demonstrativo I desta lei, e que conterà ainda:

I- Demonstrativo II – Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício 2010;

II- Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as fixadas nos três exercícios Anteriores;

III- Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Receita;

IV- Memória de Cálculo das Metas Fiscais das Despesas;

V- Memória de Cálculo das metas Fiscais de Resultado Primário;

VI- Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

VII- Memória de Cálculo das Metas fiscais do Montante da Dívida;

VIII- Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

IX- Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

X- Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

XI- Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XII- Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesa Obrigatórias de Caráter Continuado;

XIII- Demonstrativo IX – Prioridades e Metas;

XIV- Demonstrativo X – Demonstrativo dos Riscos fiscais;

XV- Demonstrativo XI – Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e conservação do Patrimônio Público.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2012

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2012, são aquelas definidas e apresentadas nos Demonstrativos de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2012, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Demonstrativo IX, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
 IV – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
 V – Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
 VI – Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
 VII – Receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
 VIII – Execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
 IX – Execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
 X – Execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Legislação Federal vigente.

§ 2º - A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2012 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2012 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);
 II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
 III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
 IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
 V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
 VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da

Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF)

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais (Art. 5º, III)

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

§ 1º - O Orçamento dos Fundos que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º - O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

II – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

Art. 9º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a pelo menos 0,001% da Receita Corrente Líquida prevista.

Art. 10 - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Fundo

Municipal de Saúde, se for o caso, será constituída recursos da destinação "00" - Ordinários.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11 - Os Orçamentos para o exercício de 2012 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 12 - Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X desta lei (QDD).

§ 1º - Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 13 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2012 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 14 - Se a receita estimada para 2012, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo VIII observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 17 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo X desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2011.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 18 - Os orçamentos para o exercício de 2012 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,001% das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF)

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Demonstrativo X. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2012, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 20 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF)

Art. 21 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2012 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

Art. 22 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2012, constantes do Demonstrativo VII desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF)

Art. 23 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF)

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

Art. 24 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade ou em arquivo próprio.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2012, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF)

Art. 25 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Parágrafo Único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão demonstrados no Demonstrativo XI desta lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF)

Art. 26 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF)

Art. 27 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2012 a preços correntes.

Art. 28 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a

transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF)

Art. 29 - Durante a execução orçamentária de 2012, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2012 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 30 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Art. 31 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2012, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF)

Art. 32 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 - A Lei Orçamentária de 2012 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 120% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 34 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 35 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2012, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os

limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2012 ou em créditos adicionais.

Art. 37 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 38 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF)

- I – Eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – Eliminação das despesas com horas extras.
- III – Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Paulo Lopes, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF)

Art. 41 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 42 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2011.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º - Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2012, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 47 - O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais e extrajudiciais.

Art. 48 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Paulo Lopes, 11 de outubro de 2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios em 13 de outubro de 2011.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretária Municipal de Administração



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

1

DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2012

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2012			2013			2014		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	12.117.000,00	11.650.961,54	0,0130	12.844.020,00	11.875.018,49	0,0138	13.614.661,20	12.104.072,90	0,0146
Receitas Primárias (I)	12.117.000,00	11.650.961,54	0,0130	12.844.020,00	11.875.018,49	0,0138	13.614.661,20	12.104.072,90	0,0146
Despesa Total	12.117.000,00	11.650.961,54	0,0130	12.844.020,00	11.875.018,49	0,0138	13.614.661,20	12.104.072,90	0,0146
Despesas Primárias (II)	11.785.000,00	11.331.730,77	0,0126	12.492.100,00	11.549.648,67	0,0134	13.241.626,00	11.772.427,10	0,0142
Resultado Primário (III) = (I – II)	-332.000,00	-319.230,77	-0,0004	351.920,00	325.369,82	0,0004	373.035,20	331.645,80	0,0004
Resultado Nominal	-207.000,00	-199.038,46	-0,0002	-206.000,00	-190.458,58	-0,0002	-138.000,00	-122.688,48	-0,0001
Dívida Pública Consolidada	1.981.000,00	1.904.807,69	0,0021	1.775.000,00	1.641.087,28	0,0019	1.637.000,00	1.455.369,84	0,0018
Dívida Consolidada Líquida	1.981.000,00	1.904.807,69	0,0021	1.775.000,00	1.641.087,28	0,0019	1.637.000,00	1.455.369,84	0,0018

FONTE:

NOTA :

1) NA = Não se aplica

2) Valor Corrente = Valor projetado com o índice de inflação acumulada de cada exercício.

3) Valor Constante = Valor deflacionado para evidênciação a preço de 2011, ano da elaboração da LDO.

4) O cálculo das metas fiscais acima descritas foi realizado considerando as seguintes premissas:

a) Comportamento histórico da arrecadação em cada uma das principais contas de receita;

b) Medidas adotadas de combate à evasão e a sonegação fiscal;

c) Inflação de 4% ao ano;

d) Crescimento de 2% do PIB

5) Metodologia de cálculo dos valores a preços constantes (sem inflação):

a) Ano de referência 2012 = Valor Corrente / 1.04 {1.04 = 1 + (4 / 100)}

b) Ano de referência 2013 = Valor Corrente / 1.0816 {1.0816 = 1 + (4 / 100) x 1 + (4 / 100)}

c) Ano de referência 2014 = Valor Corrente / 1.1248 {1.1248 = 1 + (4 / 100) x 1 + (4 / 100) x 1 + (4 / 100)}

5) PIB de SC 2006 = R\$ 93.173.498.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

2

DEMONSTRATIVO II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2012

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	<Ano-2> 2010 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2010 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	12.258.400,00	0,0132	11.574.584,03	0,0124	-683.815,97	-5,5783
Receitas Primárias (I)	11.558.000,00	0,0124	11.465.922,34	0,0123	-92.077,66	-0,7967
Despesa Total	12.258.400,00	0,0132	11.555.742,00	0,0124	-702.658,00	-5,7321
Despesas Primárias (II)	12.098.000,00	0,0130	11.250.122,93	0,0121	-847.877,07	-7,0084
Resultado Primário (III) = (I-II)	-540.000,00	-0,0006	215.799,41	0,0002	755.799,41	-139,9629
Resultado Nominal	693.000,00	0,0007	1.360.876,67	0,0015	667.876,67	96,3747
Dívida Pública Consolidada	1.080.000,00	0,0012	1.930.260,85	0,0021	850.260,85	78,7279
Dívida Consolidada Líquida	1.080.000,00	0,0012	819.589,54	0,0009	-260.410,46	-24,1121

FONTE:

NOTA :

1) PIB de SC 2006 = R\$ 93.173.498.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

3

DEMONSTRATIVO III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2012

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2009	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
Receita Total	10.017,00	12.258,00	22,37	12.209,00	-0,40	12.117,00	-0,75	12.844,00	6,00	13.614,00	6,00
Receitas Primárias (I)	9.967,00	11.558,00	15,96	11.409,00	-1,29	12.117,00	6,21	12.844,00	6,00	13.614,00	6,00
Despesa Total	1.017,00	12.258,00	1.105,31	12.209,00	-0,40	12.117,00	-0,75	12.844,00	6,00	13.614,00	6,00
Despesas Primárias (II)	9.896,00	12.098,00	22,25	11.877,00	-1,83	11.785,00	-0,77	12.492,00	6,00	13.241,00	6,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	71,00	-540,00	-860,56	-468,00	-13,33	-332,00	-29,06	351,00	-205,72	373,00	6,27
Resultado Nominal	119,00	693,00	482,35	812,00	17,17	-207,00	-125,49	-206,00	-0,48	-138,00	-33,01
Dívida Pública Consolidada	134,00	1.080,00	705,97	2.527,00	133,98	1.981,00	-21,61	1.775,00	-10,40	1.637,00	-7,77
Dívida Consolidada Líquida	28,00	1.080,00	3.757,14	2.527,00	133,98	1.981,00	-21,61	1.775,00	-10,40	1.637,00	-7,77

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2009	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
Receita Total	10.834,39	12.748,32	17,67	12.209,00	-4,23	11.650,96	-4,57	11.875,00	1,92	12.103,49	1,92
Receitas Primárias (I)	10.780,31	12.020,32	11,50	11.409,00	-5,09	11.650,96	2,12	11.875,00	1,92	12.103,49	1,92
Despesa Total	1.099,99	12.748,32	1.058,95	12.209,00	-4,23	11.650,96	-4,57	11.875,00	1,92	12.103,49	1,92
Despesas Primárias (II)	10.703,51	12.581,92	17,55	11.877,00	-5,60	11.331,73	-4,59	11.549,56	1,92	11.771,87	1,92
Resultado Primário (III) = (I - II)	76,79	-561,60	-831,31	-468,00	-16,67	-319,23	-31,79	324,52	-201,66	331,61	2,19
Resultado Nominal	128,71	720,72	459,95	812,00	12,67	-199,04	-124,51	-190,46	-4,31	-122,69	-35,58
Dívida Pública Consolidada	144,93	1.123,20	674,97	2.527,00	124,98	1.904,81	-24,62	1.641,09	-13,84	1.455,37	-11,32
Dívida Consolidada Líquida	30,28	1.123,20	3.608,79	2.527,00	124,98	1.904,81	-24,62	1.641,09	-13,84	1.455,37	-11,32

FONTE:

Metodologia de Cálculo dos Valores a Preços Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2009	2010	2011	2012	2013	2014
4	4	4	4	4	4

2009 = Valor Corrente X 1,0816 (1,0816 = 1,04 X 1,04)

2010 = Valor Corrente X 1,04

2011 = Valor Corrente X 1,00

2012 = Valor Corrente / 1,04

2013 = Valor Corrente / 1,0816 (1,0816 = 1,04 X 1,04)

2014 = Valor Corrente / 1,1248 (1,1248 = 1,04 X 1,04 X 1,04)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

4

Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita – Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Lei de Diretrizes Orçamentária para 2012

R\$ 1,00

Código	DR	ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO
		UNIDADE GESTORA PREFEITURA	11.209.000,00
1000.00.00		RECEITAS CORRENTES	12.819.800,00
1100.00.00		Receita Tributária	1.556.000,00
1110.00.00		Impostos	1.332.000,00
1112.00.00		Imposto sobre o Patrimônio e a Renda	332.000,00
1112.02.00	0.1.00.000000	Imposto Predial e Territorial Urbano	98.400,00
	0.1.01.000000	Imposto Predial e Territorial Urbano	41.000,00
	0.1.02.000000	Imposto Predial e Territorial Urbano	24.600,00
1112.04.00		Imposto s/a Renda e Proventos Qualquer Natureza	118.000,00
		IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	118.000,00
1112.04.31	0.1.00.000000	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	70.800,00
	0.1.01.000000	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	29.500,00
	0.1.02.000000	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	17.700,00
		Imp.s/Transm.Iner Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/Imóv.	50.000,00
1112.08.00	0.1.00.000000	Imp.s/Transm.Iner Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/Imóv.	30.000,00
	0.1.01.000000	Imp.s/Transm.Iner Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/Imóv.	12.500,00
	0.1.02.000000	Imp.s/Transm.Iner Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/Imóv.	7.500,00
1113.00.00		Imposto sobre a Produção e Circulação	1.000.000,00
1113.05.00	0.1.00.000000	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	600.000,00
	0.1.01.000000	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	250.000,00
	0.1.02.000000	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	150.000,00
1120.00.00		Taxas	224.000,00
1121.00.00		Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	167.000,00
1121.17.00	0.1.00.000000	Taxas de Fiscalização Sanitária	25.000,00
1121.25.00	0.1.00.000000	Tx.Lic. P/Functo. Estab. Com., Ind. e Prestadora de Serviços	140.000,00
1121.29.00	0.1.00.000000	Tx. de Licença para Execução de Obras	2.000,00
1122.00.00		Taxa pela Prestação de Serviços	57.000,00
1122.05.00	0.1.00.000000	Taxa de Expediente	3.000,00
1122.28.00	0.1.00.000000	Taxa de Cemitérios	4.000,00
1122.90.00	0.1.00.000000	Taxa de Limpeza Pública	50.000,00
1200.00.00		Receita de Contribuições	320.000,00
1230.00.00	0.1.17.000000	Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública	320.000,00
1600.00.00		Receita de Serviços	20.000,00
1600.45.00	0.1.00.000000	Serviços Preparação Terra Propriedades Particulares	20.000,00
1700.00.00		Transferências Correntes	10.552.000,00
1720.00.00		Transferências Intergovernamentais	10.552.000,00
1721.00.00		Transferências da União	5.252.000,00
1721.01.00		Participação na Receita da União	4.804.000,00
		Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.800.000,00
1721.01.02	0.1.00.000000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	2.880.000,00
1721.01.02	0.1.01.000000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	1.200.000,00
1721.01.02	0.1.02.000000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	720.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

5

		Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	4.000,00
1721.01.05	0.1.00.000000	Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	2.400,00
1721.01.05	0.1.01.000000	Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	1.000,00
1721.01.05	0.1.02.000000	Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	600,00
1721.09.00		Outras Transferencia da União	0,00
1721.22.00		Transferência da Compensação Financeira	102.000,00
1721.22.20	0.1.00.000000	Cota-Parte da Com. Finac. de Extração Mineral - CFEM	30.000,00
1721.22.70	0.1.00.000000	Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira p/Prod. Petróleo	72.000,00
1721.34.00		Transf. de Recursos do FNAS - FMAS	61.000,00
1721.34.01	0.1.29.000003	Transf. FNAS-API/BIDO/PBT	0,00
1721.34.02	0.1.29.000004	Transf. FNAS-PAC/BINF/PBT	0,00
1721.34.03	0.1.29.000005	Transf. FNAS-PPD/EADEPTMC	4.000,00
1721.34.04	0.1.29.000006	Transf. FNAS - PETI	45.000,00
1721.34.05	0.1.29.000056	Transf. BOLSA FAMÍLIA	12.000,00
1721.35.00		Transf. de Recursos do Fundo Nacional do Desenv. da Educação	265.000,00
1721.35.01	0.1.15.000049	Transferências do Salário Educação	165.000,00
1721.35.02	0.1.15.000050	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PDDE	10.000,00
1721.35.03	0.1.15.000051	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNAE/PNAC	60.000,00
1721.35.04	0.1.15.000052	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNATE	30.000,00
		Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	20.000,00
1721.36.00	0.1.00.000000	Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	12.000,00
1721.36.00	0.1.01.000000	Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	5.000,00
1721.36.00	0.1.02.000000	Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	3.000,00
1721.99.00	0.1.00.000000	Outras Transferências da União	0,00
1722.00.00		Transferências dos Estados	3.450.000,00
1722.01.00		Participação na Receita dos Estados	3.265.000,00
		Cota-Parte do ICMS	2.700.000,00
1722.01.01	0.1.00.000000	Cota-Parte do ICMS	1.620.000,00
1722.01.01	0.1.01.000000	Cota-Parte do ICMS	675.000,00
1722.01.01	0.1.02.000000	Cota-Parte do ICMS	405.000,00
		Cota-Parte do IPVA	480.000,00
1722.01.02	0.1.00.000000	Cota-Parte do IPVA	288.000,00
1722.01.02	0.1.01.000000	Cota-Parte do IPVA	120.000,00
1722.01.02	0.1.02.000000	Cota-Parte do IPVA	72.000,00
		Cota-Parte do IPI sobre Exportação	50.000,00
1722.01.04	0.1.00.000000	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	30.000,00
1722.01.04	0.1.01.000000	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	12.500,00
1722.01.04	0.1.02.000000	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	7.500,00
1722.01.13	0.1.16.000000	Cota-Parte da CIDE	35.000,00
1722.99.00		Outras Transferencia dos Estados	185.000,00
1722.99.01	0.1.22.001001	Transf. Transp. Escolar Estadual	185.000,00
1724.00.00		Transferências Multigovernamentais	1.850.000,00
1724.01.00		Transferências de Recursos do FUNDEB	1.850.000,00
1724.01.01	0.1.18.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB - 60%	1.110.000,00
1724.01.02	0.1.19.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB - 40%	740.000,00
1730.00.00		Transferência de Instituições Privadas	0,00
1730.01.00	0.1.99.001003	Transf. de Instituições Privadas	0,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

6

1750.00.00		Transferências de Pessoas	0,00
1750.01.00	0.1.99.001002	Transf. de Pessoas	0,00
1900.00.00		Outras Receitas Correntes	371.800,00
1910.00.00		Multas e Juros de Mora	52.000,00
1911.00.00		Multas e Juros de Mora dos Tributos	3.000,00
		Multas e Juros de Mora sobre o IPTU	1.000,00
1911.38.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora sobre o IPTU	600,00
1911.38.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora sobre o IPTU	250,00
1911.38.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora sobre o IPTU	150,00
		Multas e Juros de Mora sobre o ISS	1.000,00
1911.40.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ISS	600,00
1911.40.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ISS	250,00
1911.40.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ISS	150,00
1911.99.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.000,00
1913.00.00		Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	35.000,00
		Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU	18.000,00
1913.11.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU	10.800,00
1913.11.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU	4.500,00
1913.11.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU	2.700,00
		Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS	5.000,00
1913.13.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS	3.000,00
1913.13.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS	1.250,00
1913.13.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS	750,00
1913.99.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	12.000,00
1919.00.00		Multas de Outras Origens	14.000,00
1919.15.00	0.1.24.000019	Multas por Infração da Legislação de Trânsito	14.000,00
1920.00.00		Indenizações e Restituições	0,00
1921.00.00		Indenizações	0,00
1921.99.00	0.1.00.000000	Outras Indenizações	0,00
1922.99.00	0.1.00.000000	Outras Restituições	0,00
1930.00.00		Receita da Dívida Ativa	88.000,00
1931.00.00		Receita da Dívida Ativa Tributária	88.000,00
		Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	50.000,00
1931.11.00	0.1.00.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	30.000,00
1931.11.00	0.1.01.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	12.500,00
1931.11.00	0.1.02.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	7.500,00
		Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	8.000,00
1931.13.00	0.1.00.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	4.800,00
1931.13.00	0.1.01.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	2.000,00
1931.13.00	0.1.02.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	1.200,00
1931.99.00	0.1.00.000000	Receita de Dívida Ativa de Outros Tributos	30.000,00
1990.00.00		Receitas Diversas	231.800,00
1990.99.00	0.1.00.000000	Outras Receitas	231.800,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

7

2000.00.00		RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2100.00.00		Operações de Crédito	0,00
2110.00.00		Operações de Crédito Internas	0,00
2114.00.00	0.1.90.000024	Op. de Créd. Contr. Int. Relativas a Programas de Governo	0,00
2200.00.00		Alienação de Bens	0,00
2210.00.00		Alienação de Bens Móveis	0,00
2217.00.00		Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos Não Vinculados	0,00
2217.01.00	0.1.92.000029	Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos Não Vinculados	0,00
2400.00.00		Transferências de Capital	0,00
2470.00.00		Transferências de Convênio	0,00
2471.00.00		Transferência de Convênios da União e suas Entidades	0,00
2471.08.00	0.1.22.001103	Convênio Ministério da Educação	0,00
2471.10.00	0.1.24.001108	Convênio Ministério do Planejamento - PAC	0,00
2471.13.00	0.1.24.001102	Convênio Ministério das Cidades	0,00
2471.14.00	0.1.24.001112	Convênio Pronat - UFSC	0,00
2471.15.00	0.1.24.001113	Convênio Ministério da Cultura	0,00
2472.00.00		Transf. de Conv. dos Estados e do DF e suas Entidades	0,00
2472.06.00	0.1.24.001111	Convênio STO	0,00
2472.07.00	0.1.24.001114	Convênio SOL	0,00
2472.08.00			
9000.00.00		DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-1.610.800,00
9721.01.00		Dedução Receita p/ Formação FUNDEB - Transf. União	-964.800,00
9721.01.02.02	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - FPM	-960.000,00
9721.01.05.02	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-800,00
9721.36.02.00	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ICMS Desoner.	-4.000,00
9722.01.00		Dedução Receita p/Formação FUNDEB - Transf. Estados	-646.000,00
9722.01.01.02	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ICMS	-540.000,00
9722.01.02.02	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - IPVA	-96.000,00
9722.01.04.02	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - IPI Exp.	-10.000,00
		SOMA	11.209.000,00
		UNIDADE GESTORA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
1000.00.00		RECEITAS CORRENTES	908.000,00
1700.00.00		Transferências Correntes	908.000,00
1721.33.00		Transf. De Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	813.000,00
1721.33.01	0.2.14.002000	Transferência PAB	145.000,00
1721.33.02	0.2.14.002001	Transferência PSF	265.000,00
1721.33.03	0.2.14.002003	Transferência Saude Bucal	80.000,00
1721.33.04	0.2.14.002002	Transferência PACS	155.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

8

1721.33.05	0.2.14.002004	Transferência MAC	1.000,00
1721.33.06	0.2.14.002005	Transferência Compensação das Especif. regionais	90.000,00
1721.33.08	0.2.14.002006	Transferência Vig. Sanitária	20.000,00
1721.33.09	0.2.14.002007	Transferência Vig.Epidemiológica	7.000,00
1721.33.10	0.2.14.002008	Transferência Farmácia Básica	50.000,00
1722.99.00		Outras Transferências dos Estados	95.000,00
1722.99.00.01	0.2.14.002001	Transferência PSF - Incentivo Estadual	60.000,00
1722.99.00.02	0.2.14.002008	Transferência Estado - Farmácia Básica	35.000,00
20.000.000		RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2400.00.00		Transferência de Capital	0,00
2471.00.00		Transferência de Convênios da União e suas Entidades	0,00
24.71.06.00	0.2.23.001101	Convenio Ministério da Saúde	0,00
2472.00.00		Transferência de Convênios dos Estados e suas Entidades	0,00
2472.06.00	0.2.23.001115	Convenio SDR - Saúde	0,00
		SOMA	908.000,00
		TRANSFERENCIA FINANCEIRA RECEBIDA 0.1.00	0,00
		TRANSFERENCIA FINANCEIRA RECEBIDA 0.1.02	0,00
		TOTAL	908.000,00
		TOTAL GERAL DA RECEITA CONSOLIDADA	12.117.000,00
		RECEITA DO MUNICIPIO DE PAULO LOPES CONSOLIDADA	12.117.000,00

ESPEC.	FONTES DE RECURSOS (PREFEITURA) :	VALOR
0.1.00.000000	- Recursos Ordinários	6.302.200,00
0.1.01.000000	- 25 % Educação	756.450,00
0.1.02.000000	- 15 % Saúde	1.420.350,00
0.1.17.000000	- COSIP	320.000,00
0.1.29.000003	- Transferências FNAS - API	0,00
0.1.29.000004	- Transferências FNAS - PAC	0,00
0.1.29.000005	- Transferências FNAS - PPD	4.000,00
0.1.29.000006	- Transferências FNAS - PETI	45.000,00
0.1.29.000056	- Transferências FNAS - Bolsa Família	12.000,00
0.1.15.000049	- Transferências do Salário Educação	165.000,00
0.1.15.000050	- Transf. Diretas do FNDE referentes ao PDDE	10.000,00
0.1.15.000051	- Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNAE	60.000,00
0.1.15.000052	- Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNATE	30.000,00
0.1.16.000000	- Cota-Parte da CIDE	35.000,00
0.1.22.001001	- Transf. Transp. Escolar Estadual	185.000,00
0.1.18.000000	- Transferências de Recursos do FUNDEB - 60%	1.110.000,00
0.1.19.000000	- Transferências de Recursos do FUNDEB - 40%	740.000,00
0.1.99.001003	- Transf. de Instituições Privadas	0,00
0.1.99.001002	- Transf. de Pessoas/Fia	0,00
0.1.24.000019	- Multas por Infração da Legislação de Trânsito	14.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

9

0.1.90.000024	- Op. de Créd. Contr. Int. Relativas a Programas de Governo	0,00
0.1.22.001103	- Convênio Ministério da Educação	0,00
0.1.24.001108	- Convênio Ministério do Planejamento - PAC	0,00
0.1.24.001102	- Convênio Ministério das Cidades	0,00
0.1.24.001111	- Convênio STO	0,00
0.1.24.001112	- Convênio Pronat / UFSC	0,00
0.1.24.001113	- Convênio Ministério da Cultura	0,00
0.1.24.001114	- Convênio SOL	0,00
	TOTAL	11.209.000,00

ESPEC.	FONTES DE RECURSOS (FUNDO DE SAÚDE) :	VALOR
0.2.14.002000	- Transf. SUS - PAB Fixo	145.000,00
0.2.14.002001	- Transf. SUS - PSF	325.000,00
0.2.14.002002	- Transf. SUS - PACS	155.000,00
0.2.14.002003	- Transf. SUS - Saúde Bucal	80.000,00
0.2.14.002004	- Transf. SUS - MAC	1.000,00
0.2.14.002005	- Transf. SUS - Compensação das Especificidades Regionais	90.000,00
0.2.14.002006	- Transf. SUS - Vigilância Sanitária	20.000,00
0.2.14.002007	- Transf. SUS - Vigilância Epidemiológica	7.000,00
0.2.14.002008	- Transf. SUS - Assistência Farmacêutica	85.000,00
0.2.23.001101	- Convênio Ministério da Saúde	0,00
0.2.23.001115	- Convênio SDR - Saúde	0,00
	TOTAL	908.000,00

	TOTAL GERAL	12.117.000,00
--	--------------------	----------------------

Memória e Metodologia de Cálculo das Principais Fontes de Receitas

01. O estudo para estimativa das receitas levou em consideração as variáveis capazes de afetar cada uma das fontes de recursos, como índice de inflação, crescimento econômico, crescimento populacional, alteração da legislação tributária, recadastramento imobiliário, intensificação da fiscalização, incentivos fiscais, aperfeiçoamento da máquina arrecadadora, etc.
02. Para projeção das receitas, levou-se em consideração uma previsão de inflação da ordem de 4% (quatro por cento), um crescimento econômico do país em torno de 2% (dois por cento), além da correção da planta de valores para arrecadação dos tributos e intensificação na fiscalização municipal.
03. Levamos em consideração, também, o efetivo censo escolar de 2011 para determinação dos valores de retorno do FUNDEB.
04. As receitas estão discriminadas pelo seu valor líquido, já consideradas as renúncias de receitas previstas no Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

10

Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesa

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Lei de Diretrizes Orçamentária para 2012

R\$ 1,00			
CÓDIGO	PROGRAMA	CÓDIGO	R\$
	UNIDADE GESTORA PREFEITURA	DR	2012
0001	Processo Legislativo	0.1.00.000000	750.000,00
0009	Administração Geral	0.1.00.000000	1.131.000,00
		0.1.24.001019	14.000,00
0012	Administração Financeira	0.1.00.000000	280.000,00
0018	Acesso e Permanência da Criança na Escola	0.1.00.000000	111.000,00
		0.1.01.000000	1.051.000,00
		0.1.15.000049	165.000,00
		0.1.15.000050	10.000,00
		0.1.15.000051	60.000,00
		0.1.15.000052	30.000,00
		0.1.18.000000	1.160.000,00
		0.1.19.000000	690.000,00
		0.1.22.001001	185.000,00
		0.1.22.001103	0,00
		0.1.29.000005	4.000,00
0021	Esporte é Saúde	0.1.00.000000	100.000,00
		0.1.22.001103	0,00
0025	Saúde, um Direito de Todos	0.1.00.000000	45.000,00
		0.1.02.000000	2.176.000,00
		0.2.14.002000	145.000,00
		0.2.14.002001	325.000,00
		0.2.14.002002	155.000,00
		0.2.14.002003	80.000,00
		0.2.14.002004	1.000,00
		0.2.14.002005	90.000,00
		0.2.14.002006	20.000,00
		0.2.14.002007	7.000,00
		0.2.14.002008	85.000,00
		0.2.23.001101	0,00
		0.2.23.001115	0,00
0027	Criança e Adolescente Assistido	0.1.00.000000	80.000,00
		0.1.99.001002	0,00
		0.1.99.001003	0,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

11

0028	Assistência Social	0.1.00.000000	187.000,00
		0.1.29.000003	0,00
		0.1.29.000004	0,00
		0.1.29.000006	45.000,00
		0.1.29.000056	12.000,00
0031	Crescer com mais Qualidade e Proteção	0.1.00.000000	1.552.000,00
		0.1.16.000000	35.000,00
		0.1.17.000000	320.000,00
		0.1.24.001102	0,00
		0.1.24.001111	0,00
0034	Água Potável	0.1.00.000000	70.000,00
		0.1.24.001108	0,00
0040	Programa Social de Habitação e Família	0.1.00.000000	84.000,00
		0.1.24.001108	0,00
0048	Crescer com a Natureza – Crescer com Emprego e Renda	0.1.00.000000	256.000,00
		0.1.24.001108	0,00
		0.1.24.001112	0,00
0051	Cultura Viva Turismo com Meio Ambiente para Todos	0.1.00.000000	49.000,00
		0.1.24.001113	0,00
		0.1.24.001114	0,00
0000	Operações Especiais	0.1.00.000000	552.000,00
9999	Reserva de Contingência	0.1.00.000000	5.000,00
	TOTAL GERAL		12.117.000,00

Memória e Metodologia de Cálculo da Meta Fiscal de Despesa

O estudo para definição das prioridades e metas para 2012 levou em consideração os seguintes aspectos:

01. Os objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual;
02. O volume de recursos previstos para 2012;
03. Os custos de operação e manutenção dos serviços já criados;
04. A geração de despesas oriundas da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental;
05. O crescimento nominal dos gastos com ações continuadas nos últimos três exercícios;
06. A inflação projetada para 2012, medida pela variação do INPC, estimada em 4,0%;
07. O custo unitário das diversas obras priorizadas para 2012, conforme memorial descritivo, orçamento ou revistas especializadas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

12

Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário

R\$ 1,00

METAS FISCAIS – RESULTADO PRIMÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014
RECEITA TOTAL	12.117.000,00	12.844.020,00	13.614.661,20
(-) Rendimento de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos			
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I)	12.117.000,00	12.844.020,00	13.614.661,20
DESPESA TOTAL	12.117.000,00	12.844.020,00	13.614.661,20
(-) Juros e Encargos da Dívida	2.000,00	2.120,00	2.247,20
(-) Concessão de Empréstimos			
(-) Aquisição de Título de Capital Integr.			
(-) Amortização da Dívida	330.000,00	349.800,00	370.788,00
(+) Reserva de Contingência			
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II)	11.785.000,00	12.492.100,00	13.241.626,00
RESULTADO PRIMÁRIO	332.000,00	351.920,00	373.035,20

Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2011	2012	2013	2014
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.325.000,00	1.981.000,00	1.775.000,00	1.637.000,00
DEDUÇÕES (II)				
Ativo Disponível				
Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados				
DÍV. CONS. LÍQUIDA (III = I – II)	2.325.000,00	1.981.000,00	1.775.000,00	1.637.000,00
Receitas de Privatizações (IV)				
Passivos Reconhecidos (V)	137.000,00	0,00	0,00	0,00
DÍV. FISCAL LÍQUIDA (VI = III + IV - V)	2.188.000,00	1.981.000,00	1.775.000,00	1.637.000,00
RESULTADO NOMINAL (VI de X1 – VI de X0)		-207.000,00	-206.000,00	-138.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

13

Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDOS		
	2012	2013	2014
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.981.000,00	1.775.000,00	1.637.000,00
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	344.000,00	138.000,00	0,00
Precatórios posteriores a 05.05.2000	1637.000,00	1.637.000,00	1.637.000,00
Operações de crédito inferiores a 12 meses			
Parcelamento de dívidas			
De tributos			
De contribuições Sociais			
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais contribuições Sociais			
Do FGTS			
Outras dívidas			
DEDUÇÕES (II)			
Ativo Disponível			
Haveres Financeiros			
(-) Restos a pagar processados			
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC			
Precatórios anteriores a 05.05.2000			
Insuficiência financeira			
Outras obrigações			
DÍV. CONSOLIDADA LÍQUIDA (I - II)	1.981.000,00	1.775.000,00	1.637.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	12.117.000,00	12.844.020,00	13.614.661,20
% DE COMPROMETIMENTO DA RCL	16,35	13,82	12,02

A meta fiscal montante da dívida para os exercícios de 2012, 2013 e 2014, foi calculada levando em consideração o limite de endividamento autorizado na LDO e/ou na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, o estoque da dívida projetada para o final de 2011, os novos financiamentos, atualizações e as amortizações programadas até 2014.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

14

DEMONSTRATIVO IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2012

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010	%	2009	%	2008	%
Patrimônio/Capital						
Reservas						
Resultado Acumulado	6.914.775,88	100,00	7.387.608,93	100,00	6.600.111,85	100,00
TOTAL	6.914.775,88	100,00	7.387.608,93	100,00	6.600.111,85	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010	%	2009	%	2008	%
Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados						
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

15

DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2012

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2010 (a)	2009 (b)	2008 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	33.000,00	0,00	77.000,00
Alienação de Bens Móveis	33.000,00	0,00	77.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2010 (d)	2009 (e)	2008 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	23.916,00	53.084,00
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	0,00	23.916,00	53.084,00
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
SALDO FINANCEIRO	2010 (g) = ((Ia - IId) + IIIf)	2009 (h) = ((Ib - IId) + IIIf)	2008 (i) = (Ic - IIIf)
VALOR (III)	33.000,00	0,00	23.916,00

FONTE:

Nota :



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

16

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2012

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

<u>RECEITAS</u>	2008	2009	2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições			
Patronal			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial			
Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

17

<u>DESPESAS</u>	2008	2009	2010
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00
<u>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</u>			
<u>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO</u>			
<u>DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</u>			
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			
Plano Financeiro			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			
FONTE:			

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

18

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2012

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)

FONTE:

Nota: Projeção atuarial elaborada em <DATA DA AVALIAÇÃO>



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

19

DEMONSTRATIVO VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2012

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2012	2013	2014	
IPTU		Isenção de IPTU para pessoas carentes	10.112,00	10.718,72	11.361,84	Dispensada, conforme artigo 14, I da LRF.
IPTU e Taxas		Isenção de Tributos para entidades sem fins lucrativos	2.650,00	2.809,00	2.977,54	Dispensada, conforme artigo 14, I da LRF.
IPTU, ISS e Taxas		Incentivo a implantação de Indústrias	21.518,00	22.809,08	24.177,62	Dispensada, conforme artigo 14, I da LRF.
IPTU, ISS e Taxas		Isenção de Juros, Multas e Correção Monetária da Dívida Ativa	35.850,00	38.001,00	40.281,06	Dispensada, conforme artigo 14, I da LRF.
TOTAL			70.130,00	74.337,80	78.798,07	-

FONTE:

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

20

DEMONSTRATIVO VIII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADOMUNICÍPIO DE PAULO LOPES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**
2012

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2012
Aumento Permanente da Receita	658.600,00
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	658.600,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	658.600,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	658.600,00

FONTE:

APR de 2012 = RC de 2012 – RC de 2011

APR de 2012 = 12.117.000,00 – 11.458.400,00

APR de 2012 = 658.600,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

21

DEMONSTRATIVO IX – Planilha das Prioridades e Metas

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES					
CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO LOPES					
PRIORIDADES DE METAS PARA 2012					
ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.					
PROGRAMA					
0001 – PROCESSO LEGISLATIVO					
DIAGNÓSTICO					
O legislativo municipal, composto de nove vereadores, funciona em imóvel alugado, com autonomia financeira e apoio de cinco servidores.					
DIRETRIZES					
Realização de sessões ordinárias conforme regimento interno; realização de sessões extraordinárias quando convocadas; realização de reuniões pelas diversas comissões; recebimento, discussão e votação das leis; apresentação de projetos de leis, projetos de resoluções e indicações, discussão e votação; fiscalização dos atos da administração; julgamento das contas anuais do Prefeito; execução das demais atribuições do legislativo municipal.					
OBJETIVOS					
Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
01 - Manutenção do Poder Legislativo	Manutenção	Manutenção	01	700.000,00	0.1.00.000000
66- Aquisição de Terreno e Construção da Sede Administrativa da Câmara Municipal	Terreno	M²	360	50.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				750.000,00	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

22

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES					
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					
PRIORIDADES DE METAS PARA 2012					
ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.					
PROGRAMA					
0009 – ADMINISTRAÇÃO GERAL					
DIAGNÓSTICO					
Este programa será executado pela estrutura do gabinete do prefeito e sua assessoria, bem como do setor de recursos humanos, pelo setor do patrimônio público municipal e setor de serviços gerais.					
DIRETRIZES					
Coordenação das audiências e políticas pública, defesa dos interesses do Município, planejamento das ações da administração, acompanhamento e avaliação das ações de governo. Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração e assentamentos funcionais dos servidores municipais ; controle da lotação dos cargos, cálculo da folha mensal e das obrigações patronais; cadastro, identificação e lotação dos bens patrimoniais; inventário periódico dos bens; atualização periódica do valor dos bens; controle dos processos; controle da frota, do almoxarifado e conservação do patrimônio; elaboração dos processos licitatórios.					
OBJETIVOS					
Melhorar e ampliar os serviços públicos Municipais, praticar o princípio da transparência, melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle da administração. Manter o controle dos atos de pessoal, do patrimônio público e dos serviços gerais da administração, produzindo informações gerenciais para tomada de decisões.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
02 - Manutenção do gabinete do Prefeito	Manutenção	Manutenção	01	337.000,00	0.1.00.000000
03- Manutenção da Secretaria de Administração.	Manutenção	Manutenção	01	794.000,00 14.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.000019
TOTAL				1.145.000,00	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

23

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES					
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					
PRIORIDADES DE METAS PARA 2012					
ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.					
PROGRAMA					
0012- ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA					
DIAGNÓSTICO					
Este programa será executado pela estrutura do setor de cadastro e tributação, setor de arrecadação e pagamentos e setor de registros contábeis. O espaço físico e o mobiliário são fatores que não contribuem para um bom ambiente de trabalho.					
DIRETRIZES					
Atualização dos cadastros imobiliário e econômico, lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, fiscalização tributária, de obras e posturas, arrecadação de tributos e outras receitas, pagamento a fornecedores, controle dos saldos de caixa e bancos, registro contábil dos atos e fatos da administração, controle da aplicação de recursos vinculados, emissão de relatórios gerenciais, apresentação de prestação de contas, etc.					
OBJETIVOS					
Arrecadar os tributos de competência do Município, controlar os limites de gastos para atender a legislação e cumprir o mandamento constitucional do controle interno.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
05 - Manutenção da Secretaria de Finanças.	Manutenção	Manutenção	01	280.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				280.000,00	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

24

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES					
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
PRIORIDADES DE METAS PARA 2012					
ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.					
PROGRAMA					
0018 - PROGRAMA ACESSO E PERMANENCIA DA CRIANÇA NA ESCOLA					
DIAGNÓSTICO					
A Rede Municipal de Ensino possui 07 Unidades Escolares. No Ensino Fundamental, 587 alunos e na Educação Infantil 196 alunos matriculados. Para atendimento aos alunos, temos 03 diretores, 04 responsáveis por escolas, 02 secretárias escolar, 01 coordenador geral de ensino, 01 assistente técnica pedagógica, 01 auxiliar de direção, 02 monitoras de laboratório de informática, 01 atendente de biblioteca, 60 professores do ensino fundamental, 16 merendeiras e 01 nutricionista. O Município também conta com 01 Escola de Educação Ambiental. O transporte escolar é realizado diariamente, atendendo aproximadamente 1.750 alunos da rede municipal e estadual. A frota é composta de 05 ônibus, 01 H100, 02 Sprinter e 01 Ducato.					
DIRETRIZES					
Adequar a rede física de acordo com o crescimento da demanda, além de oportunizar cursos de aperfeiçoamento aos professores, agentes de serviços gerais/merendeiras e funcionários administrativos da Secretaria Municipal de Educação, visando oferecer uma educação com melhor qualidade.					
OBJETIVOS					
Garantir o acesso e permanência dos alunos na escola, promover uma educação que respeite a diversidade, garantindo a todos um ensino de qualidade.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
06 - Aquisição de veículo escolar	Veículo	Unidade	01	35.000,00	0.1.01.000000
				80.000,00	0.1.19.000000
				75.000,00	0.1.15.000049
07 – Construção e Ampliação de escolas Educação Infantil	Escola	M²	100	65.000,00	0.1.01.000000
				20.000,00	0.1.15.000049
08 – Construção e Ampliação de Escolas do Ensino Fundamental	Escola	M²	185	65.000,00	0.1.01.000000
				60.000,00	0.1.19.000000
				40.000,00	0.1.15.000049
10 – Manutenção da Educação Infantil	Aluno atendido	Unidade	250	80.000,00	0.1.01.000000
				190.000,00	0.1.18.000000
				10.000,00	0.1.19.000000
				10.000,00	0.1.00.000000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

25

11 – Manutenção do Ensino Fundamental	Aluno atendido	Aluno	800	785.000,00	0.1.01.000000
				1.150.000,00	0.1.18.000000
				320.000,00	0.1.19.000000
				10.000,00	0.1.15.000050
				30.000,00	0.1.15.000049
				15.000,00	0.1.00.000000
12 – Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Infantil	Aluno atendido	Aluno	250	6.000,00	0.1.00.000000
				12.000,00	0.1.15.000051
13 – Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Fundamental	Aluno atendido	Aluno	800	38.000,00	0.1.00.000000
				48.000,00	0.1.15.000051
14 – Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Infantil	Aluno atendido	Aluno	250	1.000,00	0.1.01.000000
				5.000,00	0.1.19.000000
				6.000,00	0.1.15.000052
				10.000,00	0.1.22.001001
15 – Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental	Aluno atendido	Aluno	1650	20.000,00	0.1.01.000000
				35.000,00	0.1.19.000000
				24.000,00	0.1.15.000052
				175.000,00	0.1.22.001001
16 – Atendimento ao Deficiente	Criança Atendida	Criança	40	42.000,00	0.1.00.000000
				4.000,00	0.1.29.000005
TOTAL				3.466.000,00	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

26

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES					
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER					
PRIORIDADES DE METAS PARA 2012					
ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.					
PROGRAMA					
0021 - ESPORTE É SAÚDE – LAZER É PREVENÇÃO					
DIAGNÓSTICO					
O município possui apenas um ginásio de esportes para atender a população. Existe a necessidade de construção de um novo Ginásio de Esportes e espaços esportivos, além de ações de apoio ao esporte amador e ao lazer da população.					
DIRETRIZES					
Construção de espaços esportivos e áreas de lazer, promoção de eventos esportivos e manutenção dos equipamentos existentes.					
OBJETIVOS					
Estimular a prática esportiva, desenvolver o espírito competitivo e a integração entre as diversas comunidades, descobrir novos talentos, afastar os jovens das drogas.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
18 – Construção e Reforma de Equipamentos Esportivos	Equipamentos	unidade	2	10.000,00	0.1.00.000000
19 – Apoio ao lazer e esporte amador	Atleta	unidade	125	90.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				100.000,00	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

27

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES					
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE					
PRIORIDADES DE METAS PARA 2012					
ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.					
DIAGNÓSTICO					
O Conselho Tutelar é formado por 05 membros eleitos por voto direto , possui 01 veículo e sala para reuniões e atendimentos, mas necessita de melhor infraestrutura para realização de seus trabalhos. Há necessidade de desenvolvimento de projetos e ações, que criem para a criança e o adolescente, perspectivas no mercado de trabalho dentro do Município.					
PROGRAMA					
0027 – CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDO					
DIRETRIZES					
Elaboração, em parceria com o Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente, de plano de Assistência aos menores de forma que sejam criadas ações de estudos esportivos, descobrimento e exploração de suas potencialidade, envolvendo o município, os Conselhos existentes e as famílias.					
OBJETIVOS					
Afastar os jovens das situações de risco, encaminhando-os para uma atividade profissional, integrando-os à sociedade.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
20 - Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	Criança atendida	Atendimento	1920	30.000,00	0.1.00.000000
21 - Pagamento de Conselheiros Tutelares	Conselheiros	Conselheiro	5	50.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				80.000,00	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

28

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES					
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
PRIORIDADES DE METAS PARA 2012					
ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.					
DIAGNÓSTICO					
Ligado a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, possui 01 Assistente Social e uma auxiliar administrativo para fazerem os atendimento das pessoas comprovadamente carentes. Necessita de capacitação dos profissionais para desenvolverem ações em parceria com outros órgãos do Município, já que o trabalho de assistência social é muito amplo e envolve o atendimento às pessoas em diferentes situações.					
PROGRAMA					
0028 – ASSISTÊNCIA SOCIAL					
DIRETRIZES					
Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, envolvendo Conselho Municipal de Assistência Social, atendimento das famílias carentes, fortalecimentos dos grupos de idosos e Conselhos Comunitários.					
OBJETIVOS					
Criar alternativas de renda para as famílias carentes, integração do idoso à sociedade e melhoria da sua qualidade de vida; oferecer oportunidade para que as donas de casa troquem experiências e descubram suas potencialidade e habilidade, participando na composição da renda familiar.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
22 – Atendimentos às famílias carentes	Família	Família	300	75.000,00	0.1.00.000000
23 – Integração dos Idosos	Idoso Integrado	Idoso	442	24.000,00	0.1.00.000000
24 – Manutenção do Fundo de Assistência Social	Manutenção	Manutenção	01	78.000,00	0.1.00.000000
				45.000,00	0.1.29.000006
				12.000,00	0.1.29.000056
25 – Aquisição de terreno e construção de sede para Clube de Mães	Terreno	M²	500	10.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				244.000,00	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

29

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES					
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					
PRIORIDADES DE METAS PARA 2012					
ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.					
PROGRAMA					
0031 – CRESCER COM MAIS QUALIDADE E PROTEÇÃO					
DIAGNÓSTICO					
O Município tem uma área urbana de 22 km2, aproximadamente 2.800 construções cadastradas, 25 km de vias urbanas e realiza a coleta de lixo com empresa contratada. Há necessidade de melhoria, ampliação e conservação do serviço de iluminação pública, construção de áreas de lazer, construção de casa mortuária, construção de abrigos de passageiros e pavimentação de novas ruas.					
DIRETRIZES					
Melhorar os serviços de limpeza das vias públicas, manter e melhorar o sistema de iluminação pública em parceria com a CERPALO e implantar áreas de lazer.					
OBJETIVOS					
Oferecer segurança aos usuários das vias urbanas e das áreas de lazer, prevenir doenças, manter a cidade limpa e criar áreas de lazer para oportunizar os munícipes ao uso das mesmas.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
26 - Manutenção e melhoria da iluminação pública.	Ponto de luz	Unidade	460	320.000,00	0.1.17.000000
27 – Manutenção da Limpeza Pública	Lixo coletado	Tonelada	240	275.000,00	0.1.00.000000
29 - Manutenção da Secretaria de Obras.	Manutenção	Manutenção	01	1.145.000,00 35.000,00	0.1.00.000000 0.1.16.000000
30 - Construção de abrigos de passageiros	Abrigo	Unidade	20	30.000,00	0.1.00.000000
31 – Pavimentação de Ruas, entre elas a estrada de Paulo Lopes até a divisa com a Gamboa, passando por Ribeirão Grande.	Ruas	M2	7.000	100.000,00	0.1.00.000000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

30

32 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários	Equipamentos	Unidade	02	1.000,00	0.1.00.000000
34- Sinalização de vias públicas e identificações de bairros	Sinalização	Sinalização	01	1.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				1.907.000,00	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

31

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES					
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					
PRIORIDADES DE METAS PARA 2012					
ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.					
PROGRAMA					
0034 – ÁGUA POTÁVEL					
DIAGNÓSTICO					
O município é atingido freqüentemente pela falta de água e, gradativamente, a CASAN está promovendo o atendimento aos munícipes, já que somente os bairros de Areias e Sorocaba, possuem água tratada. Há necessidade de instalação do sistema de tratamento e armazenamento de água, para que todas as comunidades sejam beneficiadas, além de instalação de rede de coleta e tratamento de esgoto.					
DIRETRIZES					
Instalação de sistema de tratamento de água, melhoria e ampliação dos sistemas já existentes, distribuição de fossas e filtros anaeróbios e tratamento de águas servidas e paradas.					
OBJETIVOS					
Atender com água potável toda a população do município, de forma a prevenir doenças e melhorar as condições de saúde.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
36 – Manutenção da Rede de Tratamento de Água	Manutenção	Manutenção	01	69.000,00	0.1.00.000000
37 – Melhoramento do Saneamento Básico (Distribuição de fossas e filtros anaeróbios, tratamento de águas servidas e paradas).	Famílias Atendidas	Famílias	1500	1.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				70.000,00	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

32

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES					
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA					
PRIORIDADES DE METAS PARA 2012					
ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
PROGRAMA					
0040 – PROGRAMA SOCIAL DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA					
DIAGNÓSTICO					
O município possui famílias que residem em condições precárias e que precisam reconstruir ou melhorar suas habitações. Estão cadastradas no Programa 200 famílias carentes que necessitam de nova moradia, podendo ser atendidas pelo FNIHS e por ações da própria Secretaria.. Há residências que não possuem banheiros no seu interior.					
DIRETRIZES					
Construção de casas populares em terreno do próprio beneficiado. Construção de banheiros em casas que não possuem. Construção de casas populares em terreno doado pela prefeitura, partindo de convênios do Estado e União.					
OBJETIVOS					
Oferecer condições dignas para as pessoas que residem em casas precárias ou em condições de risco. O programa pretende solucionar gradativamente a carência dessas famílias , priorizando as mais necessitadas.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
38 - Construção de casas populares	Casa	Unidade	200	20.000,00	0.1.00.000000
39 - Construção de banheiros	banheiro	Unidade	20	2.000,00	0.1.00.000000
40 - Manutenção da Secretaria de Habitação e Família		Unidade	01	62.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				84.000,00	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

33

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES					
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE					
PRIORIDADES DE METAS PARA 2012					
ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
PROGRAMA					
0048 – CRESCER COM A NATUREZA – CRESCER COM EMPREGO E RENDA					
DIAGNÓSTICO					
Os pequenos agricultores de Paulo Lopes precisam de apoio para não desistir da produção, com isto, a assessoria da Prefeitura Municipal torna-se indispensável para que as metas sejam alcançadas com êxito, incentivando sempre, a preservação dos recursos naturais disponíveis.					
DIRETRIZES					
Priorizar o pequeno agricultor estimula a ação e o empreendimento. A necessidade de implantação de cooperativas para a produção e rentabilidade, oferecendo aos produtores, assistência técnica e maquinário quando necessário.					
OBJETIVOS					
Implantar diferentes raças de bovinos, através da inseminação, estimular a agricultura como principal fonte de renda, implantar o sistema VOASAN para a pequena propriedade, implantar abatedouro de animais, adquirir maquinário exclusivo para agricultura. Preservar as matas ciliares para manter em bom estado os mananciais existentes.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
41 – Construção de Fábrica de Laticínios	Construção	M²	131,37	1.000,00	0.1.00.000000
42 – Construção da Biofábrica	Construção	M²	300	1.000,00	0.1.00.000000
45 – Manutenção da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente	Manutenção	Manutenção	01	252.000,00	0.1.00.000000
46 – Aquisição de Equipamentos Agrícolas	Equipamentos	Unidade	01	1.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				255.000,00	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

34

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

PRIORIDADES DE METAS PARA 2012

ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA

0051 – CULTURA VIVA E TURISMO PARA TODOS

DIAGNÓSTICO

O município em razão de sua cultura açoriana, belezas naturais e proximidade com a capital do estado, possui um excelente potencial turístico, constituindo-se em uma excelente oportunidade de emprego e renda para os que aqui vivem, já que o Município é conhecido como terra de povo simples e hospitaleiro.

DIRETRIZES

Estimular a exploração das cachoeiras, incentivar o artesanato local que é de base açoriana, resgatar e preservar a cultura, apoiar a instalação de pousadas rurais e restaurantes com comidas típicas, promover festas e eventos, incentivar novos artistas e os já existentes.

OBJETIVOS

Inserir Paulo Lopes no roteiro dos turistas, incentivando a cultura e a valorização do trabalho local.

ACÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE	
47 -Restauração do prédio da prefeitura para futura casa da cultura.	Restauração	M2	100	1.000,00	0.1.00.000000	
49 – Manutenção da Secretaria de Cultura e Turismo	Manutenção	Manutenção	01	48.000,00	0.1.00.000000	
51 – Construção do Portal de Entrada	Portal	Unidade	1	1.000,00	0.1.00.000000	
TOTAL				50.000,00		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

35

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES					
ENCARGOS GERAIS					
PRIORIDADES DE METAS PARA 2012					
ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.					
PROGRAMA					
0000 – OPERAÇÕES ESPECIAIS					
DIAGNÓSTICO					
Neste programa estão globalizadas as despesas que, pela sua natureza, não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, como dívidas, pagamento de inativos pelo tesouro municipal e contribuição ao PASEP.					
DIRETRIZES					
Pagamento mensal dos compromissos assumidos por empréstimos e financiamentos, com inativos, pensionistas e contribuições a entidades municipalistas.					
OBJETIVOS					
Disponer de assessoria técnica e fortalecer o movimento municipalista nacional, estadual e regional.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
52 - Contribuições às Entidades Municipalistas.	Ent. beneficiada	unidade	3	90.000,00	0.1.00.000000
53 – Amortização e Encargos da Dívida	Dívidas	Dívidas	01	332.000,00	01.00.000000
54 – Contribuição ao PASEP	Pasep	Pasep	01	130.000,00	01.00.000000
TOTAL				552.000,00	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

36

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES					
PRIORIDADES DE METAS PARA 2012					
ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.					
PROGRAMA					
0099 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
DIAGNÓSTICO					
DIRETRIZES					
OBJETIVOS					
Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
99 - Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	01	5.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				5.000,00	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

37

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES					
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL					
PRIORIDADES DE METAS PARA 2012					
ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.					
DIAGNÓSTICO					
O município de Paulo Lopes possui 03 Unidades de Saúde de tenção Básica, 03 equipes de Estratégia de Saúde da Família e 03 equipes de Saúde Bucal com 03 dentistas e 04 ACD's, atendendo 100% dos munícipes. As Agentes de Saúde somam 17 profissionais, distribuídas nas comunidades do Município. Para o transporte e transferências de emergências possui 02 ambulâncias, 01 Kombi, 02 vans e 05 automóveis. Há necessidade de contratação de profissionais médicos para melhor atender os pacientes das Unidades de Saúde, durante o dia, e para os esquemas de plantão durante a noite.					
PROGRAMA					
0025 – SAÚDE UM DIREITO DE TODOS					
DIRETRIZES					
Ampliação e melhoria das Unidades de Saúde, aquisição de equipamentos, contratação de profissionais e manutenção da estrutura.					
OBJETIVOS					
Realizar a medicina preventiva através do Programa Saúde da Família e melhorar as condições da saúde da população.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
55 - Construção e ampliação de Unidades de saúde	Unidades	M²	152	1.000,00	0.1.02.000000
56 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	Manutenção	Manutenção	01	1.563.000,00	0.1.02.000000
				145.000,00	0.2.14.002000
				45.000,00	0.1.00.000000
57 – Manutenção do Programa Saúde da Família – PSF	Manutenção	Manutenção	01	265.000,00	0.2.14.002001
				560.000,00	0.1.02.000000
58 – Manutenção do Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS	Manutenção	Manutenção	01	155.000,00	0.2.14.002002
				35.000,00	0.1.02.000000
59 – Manutenção do Programa Saúde Bucal	Manutenção	Manutenção	01	80.000,00	0.2.14.002003
				2.000,00	0.1.02.000000
60 – Manutenção do Componente Compensação das Especificidades Regionais	Manutenção	Manutenção	01	90.000,00	0.2.14.002005
				1.000,00	0.1.02.000000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

38

61 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica	Manutenção	Manutenção	01	7.000,00 1.000,00	0.2.14.002007 0.1.02.000000
62 – Manutenção da Vigilância Sanitária	Manutenção	Manutenção	01	20.000,00 1.000,00	0.2.14.002006 0.1.02.000000
63 – Manutenção da Assistência Farmacêutica	Manutenção	Manutenção	01	85.000,00 11.000,00	0.2.14.002008 0.1.02.000000
64 – Manutenção do Bloco Média e Alta Complexidade - MAC	Manutenção	Manutenção	01	1.000,00 1.000,00	0.2.14.002004 0.1.02.000000
65 - Aquisição de veículos e equipamentos para a Saúde	Veículos / Equipamentos	Unidade	06 03	60.000,00	0.2.14.002001
TOTAL				3.054.000,00	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

39

DEMONSTRATIVO X - RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2012

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Unidade Gestora: Prefeitura			
Outros Riscos Fiscais	5.000,00		
Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor	5.000,00	Abertura de Créditos Adicionais com recursos da Reserva de Contingência	5.000,00
SOMA	5.000,00		
TOTAL	5.000,00	TOTAL	5.000,00

FONTE:

DEMONSTRATIVO XI – Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público. Art. 45 da LRF.

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO	CUSTOS
OBRAS EM ANDAMENTO	
1. Pavimentação e Drenagem de Ruas	
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	
1. Reforma de Escolas	150.000,00
2. Reforma de Posto de Saúde	50.000,00
3. Reparação de Ruas e Rodovias	
4. Conservação de Veículos e Equipamentos	
TOTAL	200.000,00

Lei 1461-2011

LEI Nº. 1461 DE 11 DE OUTUBRO DE 2011.

Altera o anexo de metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O Anexo de Metas do PPA 2010/2013, aprovado pela Lei Municipal nº 1343, de 25 de agosto de 2009, referente ao Programa 0001 - Processo Legislativo, fica acrescido da Ação nº 66 - Aquisição de Terreno e Construção da Sede da Câmara, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) - recursos ordinários (0.1.00.000000).

Art. 2º - A nova Ação incluída no PPA 2010/2013, correrá por conta da redução do Programa 0001 - Processo Legislativo, Ação 01 - Manutenção do Poder Legislativo, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), recursos ordinários (0.1.00.000000).

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 11 de outubro de 2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios em 13 de outubro de 2011.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Dispensa 43/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 43/2011.

Objeto: Locação de Sistema de Informática.

Justificativa: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes continua participando do convênio intermunicipal com os municípios da Região da Grande Florianópolis, objetivando a locação de Sistema de informática. Está Previsto o lançamento de um novo edital nos próximos dias, e assim, a continuidade do referido convênio. Ocorre que por decisão do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o processo licitatório foi suspenso para solicitação de esclarecimentos e possíveis alterações. Porém a espera para concretização de um novo Processo Licitatório causaria grandes prejuízos ao Setor público, pois o contrato atual expirará no dia 08/10/2011, e ocasionaria a falta de operacionalização dos serviços de contabilidade, tesouraria, tributação, folha de pagamento, protocolo, controles de patrimônio, frotas, educação, dentre outros. Diante do exposto, contratamos a empresa Betha Sistemas, empresa atualmente contratada, através de Dispensa de Licitação, com base no artigo 24, IV da Lei 8666/93, por 180 dias, já que a sua substituição ensejaria capacitação de servidores e conversão de dados para um período muito pequeno de utilização dos sistemas.

Paulo Lopes, 13 de outubro de 2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Errata Concorrência 42/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

EDITAL DE CONCORRÊNCIA - MELHOR OFERTA

ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2011

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES Torna público que a data para o recebimento da documentação de habilitação e proposta da concorrência 42/2011, objeto a concessão de direito real de uso do lote, A9 (5.300 m²), na área industrial do Município de Paulo Lopes foi prorrogada para o dia 04 de Novembro de 2011, com abertura as 10h00min. Maiores informações pelo Fone: (48) 3253 0161, no horário das 7 às 13 horas.

Paulo Lopes, 13 de outubro de 2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto**PREFEITURA****Lei Nº 1.552, de 11 de Outubro de 2011.**

LEI Nº 1.552, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SÃO JOSÉ", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSIRES PEDRO RANDON, Vice-Prefeito em exercício do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder contribuição financeira mensal de R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais) à "Associação de Moradores do Bairro São José", Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 00.926.135/0001-82, com sede na Rua Paulino Nora, Município de Pinheiro Preto, associação sem fins lucrativos.

§ 1º A contribuição de que trata este artigo tem por objetivo custear despesas referente contratação de professor de educação física para promover atividades esportivas tais como futebol e vôlei de areia, dança e atividades culturais, através de aulas semanais, cuja carga horária deverá ser de no mínimo 10 (dez) horas semanais.

§ 2º As atividades esportivas e culturais serão realizadas com crianças e adolescentes do Bairro São José, com término previsto para 31 de dezembro de 2011.

Art. 2º O Município repassará mensalmente a contribuição financeira, mediante comprovação da realização das atividades.

Art. 3º A Associação beneficiária deverá mensalmente, e no ato da prestação de contas, exibir fotocópia do recibo ou documento equivalente que comprove o pagamento dos serviços prestados pelo professor do curso, bem como relação semanal de crianças e adolescente participantes das atividades, com assinatura conjunta também do profissional contratado.

Parágrafo único. A beneficiária terá o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento de cada parcela, para prestar contas ao Órgão Público da aplicação dos recursos.

Art. 4º Competirá a Secretária Municipal da Educação o acompanhamento e fiscalização das ações de que trata esta lei, cabendo-lhe discutir e aprovar as atividades, dias e horários em que serão

ministradas as aulas.

Art. 5º Por ocasião da transferência do valor, a entidade beneficiária deverá apresentar prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e municipal, seguridade social e, se for o caso, com o fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS.

Art. 6º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

OSIRES PEDRO RANDON
Vice-Prefeito em exercício

Lei Nº 1.552, de 11 de Outubro de 2011.

LEI Nº 1.552, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SÃO JOSÉ", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSIRES PEDRO RANDON, Vice-Prefeito em exercício do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder contribuição financeira mensal de R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais) à "Associação de Moradores do Bairro São José", Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 00.926.135/0001-82, com sede na Rua Paulino Nora, Município de Pinheiro Preto, associação sem fins lucrativos.

§ 1º A contribuição de que trata este artigo tem por objetivo custear despesas referente contratação de professor de educação física para promover atividades esportivas tais como futebol e vôlei de areia, dança e atividades culturais, através de aulas semanais, cuja carga horária deverá ser de no mínimo 10 (dez) horas semanais.

§ 2º As atividades esportivas e culturais serão realizadas com crianças e adolescentes do Bairro São José, com término previsto para 31 de dezembro de 2011.

Art. 2º O Município repassará mensalmente a contribuição financeira, mediante comprovação da realização das atividades.

Art. 3º A Associação beneficiária deverá mensalmente, e no ato da prestação de contas, exibir fotocópia do recibo ou documento equivalente que comprove o pagamento dos serviços prestados pelo professor do curso, bem como relação semanal de crianças e adolescente participantes das atividades, com assinatura conjunta também do profissional contratado.

Parágrafo único. A beneficiária terá o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento de cada parcela, para prestar contas ao Órgão Público da aplicação dos recursos.

Art. 4º Competirá a Secretária Municipal da Educação o acompanhamento e fiscalização das ações de que trata esta lei, cabendo-lhe discutir e aprovar as atividades, dias e horários em que serão ministradas as aulas.

Art. 5º Por ocasião da transferência do valor, a entidade beneficiária deverá apresentar prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e municipal, seguridade social e, se for o caso, com o fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS.

Art. 6º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

OSIRES PEDRO RANDON
Vice-Prefeito em exercício

Decreto Nº 3.460 de 10 de Outubro de 2.011.

DECRETO Nº 3.460 DE 10 DE OUTUBRO DE 2.011.

DECLARA NÃO INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS INTER-VIVOS

OSIRES PEDRO RANDON, Vice-Prefeito do Município de Pinheiro Preto em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no inciso I do § 2º do art. 156 da Constituição Federal;

Considerando a cisão da empresa requerente, consoante documentos Processo Administrativo de Expediente nº 19/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarada a não incidência do Imposto sobre a Transmissão de Bens Inter-vivos em razão da cisão parcial da empresa Vinhos Duelo Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 86.549.425/0001-70, cujo patrimônio cindido restou absorvido pelas Empresas Vinhos Duelo do Sul Ltda, CNPJ/MF sob nº 12.678.989/0001-76 e empresa Bebidas Florete Ltda, CNPJ/MF sob nº 12.679.101/0001-10.

Parágrafo único. A não incidência refere a absorção (transmissão) dos seguintes bens imóveis, registrados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará:

I - matrícula nº 5.226;

II - matrícula nº 1.855;

III - matrícula nº 0.454;

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 10 de Outubro de 2.011.

OSIRES PEDRO RANDON
Vice Prefeito Municipal em Exercício

Decreto Nº 3.461 de 10 de Outubro de 2.011.

DECRETO Nº 3.461 DE 10 DE OUTUBRO DE 2.011.

DECLARA NÃO INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS INTER-VIVOS

OSIRES PEDRO RANDON, Vice-Prefeito do Município de Pinheiro Preto em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no inciso I do § 2º do art. 156 da Constituição Federal;

Considerando a cisão da empresa requerente, consoante documentos Processo Administrativo de Expediente nº 20/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarada a não incidência do Imposto sobre a Transmissão de Bens Inter-vivos em razão da cisão parcial da empresa Vinhos Duelo Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 86.549.425/0001-70, cujo patrimônio cindido restou absorvido pelas Empresas Vinhos Duelo do Sul Ltda, CNPJ/MF sob nº 12.678.989/0001-76 e empresa Bebidas Florete Ltda, CNPJ/MF sob nº 12.679.101/0001-10.

Parágrafo único. A não incidência refere a absorção (transmissão) dos seguintes bens imóveis, registrados no Cartório de Registro de

Imóveis da Comarca de Tangará:

I - matrícula nº 2.912;

II - matrícula nº 1.020;

III - matrícula nº 1.859;

IV - matrícula nº 3.330;

V - matrícula nº 1.286;

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 10 de Outubro de 2.011.

OSIRES PEDRO RANDON

Vice Prefeito Municipal em Exercício

Decreto Nº 3.462, de 11 de Outubro de 2.011.

DECRETO Nº 3.462, DE 11 DE OUTUBRO DE 2.011.

AUTORIZA O DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA URBANA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSIRES PEDRO RANDON, Vice-Prefeito de Pinheiro Preto em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o art. 11 da Lei Municipal nº 1.131, de 15 de junho de 2004 e a Lei Federal nº 6.766/1979,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de terra urbana medindo 600,00m² (seiscentos metros quadrados), em 01 (uma) parcela, a qual pertence a uma área maior medindo 1.800,00m², registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, matrícula nº 5.183, situado em Pinheiro Preto - SC, de domínio do MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa jurídica, inscrita CNPJ sob nº 82.827.148/0001-69, com sede à Av. Mal. Costa e Silva, Cidade de Pinheiro Preto - SC, de acordo com o Processo Administrativo Municipal nº 003/2.011, registrado à fl. 04, do livro 14, com as seguintes medidas:

Área à Desmembrar do RG Nº 5.183 - 600,00m²

Confrontações:

NORTE: confronta-se com Estado de Santa Catarina, distancia de 20,00m;

SUL: confronta-se com Avenida Marechal Costa e Silva, distancia de 20,00m;

LESTE: confronta-se com Luiz Alberto Caregnato, distancia de 30,00m;

OESTE: confronta-se com Área Remanescente, distancia de 30,00m;

Área Remanescente do RG Nº 5.183 - 1.200,00m²

Confrontações:

NORTE: confronta-se com Estado de Santa Catarina, distancia de 40,00m;

SUL: confronta-se com Avenida Marechal Costa e Silva, distancia de 40,00m;

LESTE: confronta-se com área a desmembrar, distancia de 30,00m;

OESTE: confronta-se com Rua Oclides Benedito Escortegagna, distancia de 30,00m;

Relação das Áreas:

Área a desmembrar do RG 5.183 - 600,00m²

Área Remanescente do RG 5.183 - 1.200,00m²

Área Total RG 5.183 - 1.800,00m²

Art. 2º Fica a Oficiala do Cartório de Registro de Imóveis da

Comarca de Tangará autorizada a efetuar o registro da área fracionada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 11 de Outubro de 2.011

OSIRES PEDRO RANDON

Vice-Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 236 de 10 de Outubro 2011.

PORTARIA Nº. 236 DE 10 DE OUTUBRO 2011.

CONCEDE GOZO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA ROSELI BALDISSERA MAZUTTI OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE PROFESSORA.

OSIRES PEDRO RANDON, Prefeito em Exercício de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a constituição Federal, e ainda a lei complementar 016/92;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER à servidora ROSELI BALDISSERA MAZUTTI ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, 60(sessenta)) dias de Licença Premio, conforme disposto no art.167 e seguintes da lei complementar 016/92 (Estatuto dos Servidores Municipais), bem como suas alterações, sendo o gozo de 10 de outubro a 08 de dezembro de 2011.

Centro Administrativo Municipal, 10 de dezembro de 2011.

OSIRES PEDRO RANDON

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 237 10 de Outubro de 2011

PORTARIA Nº. 237 10 DE OUTUBRO DE 2011

CONTRATA TEREZINHA SLONGO COMACHIO PARA EXERCER A FUNÇÃO PÚBLICA DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, QUE ESPECIFICA.

OSIRES PEDRO RANDON, Prefeito em Exercício de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, da Lei Orgânica do Município; e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº. 115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 008/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR TEREZINHA SLONGO COMACHIO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 703.065.329-72, para exercer a função em caráter temporário de PROFESSORA ACT- 03, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, com início em 10 de outubro e termino em 08 de dezembro de 2011, em substituição a titular que se encontra em gozo de licença

Art. 2º - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 10 de outubro de 2011.

OSIRES PEDRO RANDON

Prefeito Municipal em Exercício

Contrato Nº 0234/2011

CONTRATO Nº 0234/2011

OBJETO: Aquisição de Peças para os Veículos da Secretaria de Educação.

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 112/2011

EMPRESA CONTRATADA: Mecanica Hochiove.

VALOR DO CONTRATO: 7.989,84 (sete mil novecentos e oitenta e nove reais e oitenta e quatro centavos)

DATA DO CONTRATO: 04/08/2011

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0255/2011

CONTRATO Nº 0255/2011

OBJETO: Aquisição de Peças para os Veículos da Secretaria da Saúde.

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 125/2011

EMPRESA CONTRATADA: Mecanica Hochiove.

VALOR DO CONTRATO: 4.336,55 (quatro mil trezentos e trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos)

DATA DO CONTRATO: 08/09/2011

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0256/2011

CONTRATO Nº 0256/2011

OBJETO: Fornecimento de Medicamentos e Material Médico-hospitalar

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 038/2011

EMPRESA CONTRATADA: Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda.

VALOR DO CONTRATO: 400,00 (quatrocentos reais).

DATA DO CONTRATO: 15/09/2011

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0258/2011

CONTRATO Nº 0258/2011

OBJETO: Conserto no Veículo MAW 1604 da Secretaria de Obras

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa 127/2011

EMPRESA CONTRATADA: CNN - Retifica de Motores Ltda.

VALOR DO CONTRATO: 1.386,53 (Um mil, trezentos e oitenta e seis reais e cinquenta e três centavos).

DATA DO CONTRATO: 15/09/2011

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0261/2011

CONTRATO Nº 0261/2011

OBJETO: Aquisição de Medicamentos Manipulados da Secretaria da Saúde.

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 128/2011

EMPRESA CONTRATADA: Biotecnica Farmácia de Manipulação.

VALOR DO CONTRATO: 402,55 (quatrocentos e dois reais e cinquenta e cinco centavos.)

DATA DO CONTRATO: 15/08/2011

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0266/2011

CONTRATO Nº 0266/2011

OBJETO: Fornecimento de Pedra Brita

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 040/2011

EMPRESA CONTRATADA: Britagem Vanz Ltda

VALOR DO CONTRATO: 36.920,00 (trinta e seis mil, novecentos e vinte reais).

DATA DO CONTRATO: 29/09/2011

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Notificação de Recebimento de Recursos Federais e Estaduais: Nº 003/2011

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS E ESTADUAIS: nº 003/2011

O Município de Pinheiro Preto, representado por seu Vice-Prefeito Municipal OSIRES PEDRO RANDON, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452 de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, sindicato de trabalhadores, entidades empresariais, Conselhos Municipais e a população em geral, a liberação de recursos do Governo Federal e Estadual conforme Segue: Referente Mês de Setembro/2011

Data Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
06/09/2011	Sec. Estado Saúde	Atenção Básica	R\$ 3.000,00
06/09/2011	FNDE	PNATE	R\$ 4.568,76
06/09/2011	FNDE	PNAE	R\$ 2.316,00
06/09/2011	FNAS	IGDBF	R\$ 687,50
09/09/2011	FNDE	FUNDEB	R\$ 14.347,18
14/09/2011	FNAS	Piso Básico Variável II	R\$ 1.000,00
16/09/2011	FNDE	FUNDEB	R\$ 28.748,02
21/09/2011	Ministério da Saúde	Farmácia Básica	R\$ 1.295,40
21/09/2011	Sec. Estado Saúde	Farmácia Básica	R\$ 2.360,26
21/09/2011	Sec. Estado de Educação	Transporte Escolar Estadual	R\$ 7.615,00
21/09/2011	FNDE	Salário Educação	R\$ 6.210,75
23/09/2011	FNDE	FUNDEB	R\$ 10.702,99
27/09/2011	Ministério da Saúde	PAB Fixo	R\$ 7.377,75
27/09/2011	Ministério da Saúde	Farmácia Básica	R\$ 1.295,40
27/09/2011	FNDE	FUNDEB	R\$ 6.542,19
30/09/2011	FNDE	FUNDEB	R\$ 9.049,99

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, Em 10 de Outubro de 2011.

OSIRES PEDRO RANDON

Vice-Prefeito Municipal em Exercício

Porto Belo

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 1.946/2011

LEI MUNICIPAL Nº 1.946/2011

"Institui o dia da Cultura Evangélica no Município de Porto Belo e dá outras providências". Autores: Vereadores Altino Torquato dos Santos Junior e Elias Cabral.

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído no âmbito Municipal de Porto Belo, o "Dia da Cultura Evangélica", a ser comemorado anualmente durante as festividades da "Semana do Município".

Art. 2º A data específica a ser celebrado o "Dia da Cultura Evangélica" é móvel, devendo ser obrigatoriamente comemorado anualmente durante as festividades da Semana do Município de Porto Belo.

Art. 3º O Dia da Cultura Evangélica deverá constar no Calendário de eventos do Município (Decreto nº 440/2008).

Art. 4º No Dia e comemorações da Cultura Evangélica fica a Administração Municipal, autorizada a promover eventos públicos voltados para o segmento Evangélico com livre acesso a toda

comunidade.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 10 dias do mês de outubro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Decreto Nº 917/2011

DECRETO Nº 917/2011

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 17, inciso III da Lei Municipal nº 1.883, de 17/12/2010 - LOA, e dá outras providências".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 590.413,83 (Quinhentos e noventa mil, quatrocentos e treze reais e oitenta e três centavos) destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO: 03 - Secretaria de Administração

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Administração

Funcional-Programática: 06.182.0004

Atividade: 2.007 - Convênio Trânsito/Polícia Civil

Código Reduzido: 97

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 636 - 0.3.0024 - Superávit Financeiro - Convênio Trânsito - Civil

Valor: R\$ 3.500,00

Código Reduzido: 98

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 636 - 0.3.0024 - Superávit Financeiro - Convênio Trânsito - Civil Valor: R\$ 6.500,00

ÓRGÃO: 05 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Funcional-Programática: 15.452.0021

Atividade: 2.012 - Manutenção e Ampliação da Rede de Iluminação Pública

Código Reduzido: 99

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 638 - 0.3.0017 - Superávit Financeiro - Recursos: COSIP

Valor: R\$ 115.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional-Programática: 10.301.0010

Projeto: 1.014 - Construção e Ampliação das Unidades de Saúde

Código Reduzido: 73

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 632 - 0.6.0023 - Superávit Financeiro: Repasse Portaria nº 2.226/2009 - FNS

Valor: R\$ 130.000,00

Funcional-Programática: 10.305.0009

Atividade: 2.044 - Manutenção das Ações Básicas de Vigilância Epidemiológica

Código Reduzido: 67

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 630 - 0.6.0066 - Superávit Financeiro: Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde

Valor: R\$ 9.122,16

Funcional-Programática: 10.303.0011

Atividade: 2.042 - Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica

Código Reduzido: 68

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 598 - 0.6.0067 - Superávit Financeiro: Farmácia Básica Federal

Valor: R\$ 19.095,63

Código Reduzido: 69

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 600 - 0.6.0067 - Superávit Financeiro: Farmácia Básica Estadual

Valor: R\$ 53.046,37

Funcional-Programática: 10.303.0010

Atividade: 2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Código Reduzido: 70

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 557 - 0.6.0064 - Superávit Financeiro: Cofinanciamento de Atenção Básica

Valor: R\$ 29.786,16

Código Reduzido: 71

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 633 - 0.6.0064 - Superávit Financeiro: NASF

Valor: R\$ 8.000,01

Funcional-Programática: 10.302.0012

Atividade: 2.041 - Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade

Código Reduzido: 72

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 592 - 0.6.0065 - Superávit Financeiro: MAC

Valor: R\$ 2.557,09

ÓRGÃO: 21 - Fundação Municipal de Turismo

Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo

Funcional-Programática: 23.695.0025

Projeto: 1.024 - Construção de Terminal de Passageiros Transatlânticos

Código Reduzido: 31

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 561 - 0.3.0089 - Superávit Financeiro - Alienação de Bens Imóveis

Valor: R\$ 213.806,41

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2010 por conta dos Recursos do Convênio de Trânsito - Polícia Civil na importância de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), da COSIP - Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública na importância de R\$ 115.000,00 (Cento e quinze mil reais), do Repasse Portaria nº 2.226/2009 - Fundo Nacional de Saúde na importância de R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais), da Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde na importância de R\$ 9.122,16 (Nove mil, cento e vinte e dois reais e dezesseis centavos), da Farmácia Básica Federal na importância de R\$ 19.095,63 (Dezenove mil, noventa e cinco reais e sessenta e três centavos), da Farmácia Básica Estadual na importância de R\$ 53.046,37 (Cinquenta e três mil, quarenta e seis reais, trinta e sete centavos), do Cofinanciamento de Atenção Básica na importância de R\$ 29.786,16 (Vinte e nove mil, setecentos e oitenta e seis reais e dezesseis centavos), do Núcleo de Apoio a Saúde da Família na importância de R\$ 8.000,01 (Oito mil reais e um centavo), do MAC - Média e Alta Complexidade na importância de R\$ 2.557,09 (Dois mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e nove centavos), da Alienação de Bens Imóveis na importância de R\$ 213.806,41 (Duzentos e treze mil, oitocentos e seis reais e quarenta e um centavos) totalizando o valor de R\$ 590.413,83 (Quinhentos e noventa mil, quatrocentos e treze reais e oitenta e três centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de julho de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Decreto Nº 919/2011

DECRETO Nº 919/2011

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 17, inciso II da Lei Municipal nº 1.883, de 17/12/2010".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 43.859,05 (Quarenta e três mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e cinco centavos) destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO: 04 - Secretaria da Fazenda

Unidade orçamentária: 01 - Secretaria da Fazenda

Funcional-Programática: 04.123.0003

Atividade: 2.010 - Manutenção da Secretaria da Fazenda

Código Reduzido: 39

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 2.000,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação

Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação

Funcional-Programática: 12.365.0017

Atividade: 2.025 - Manutenção da Educação Infantil

Código Reduzido: 41

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 501 - 0.1.0001 - Recursos: Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Valor: R\$ 19.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional-Programática: 10.301.0010

Atividade: 2.031 - Implantação e Manutenção do Núcleo de Apoio à Saúde da Família

Código Reduzido: 7

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 534 - 0.2.0064 - NASF

Valor: R\$ 4.000,00

Atividade: 2.035 - Consórcio Intermunicipal de Saúde

Código Reduzido: 20

Modalidade de Aplicação: 3.3.71.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 502 - 0.1.0002 - Recursos: Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 6.087,60

Atividade: 2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Código Reduzido: 30

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 530 - 0.2.0064 - Cofinanciamento de Atenção Básica

Valor: R\$ 8.834,25

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Assistência Social

Funcional-Programática: 08.244.0005

Atividade: 2.049 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

Código Reduzido: 24

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 555 - 0.6.0063 - Recursos: Superávit Financeiro IGDBF

Valor: R\$ 2.100,00

ÓRGÃO: 20 - Fundação Municipal de Cultura

Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Cultura

Funcional-Programática: 13.392.0020

Atividade: 2.075 - Manutenção da Fundação Municipal de Cultura

Código Reduzido: 5

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 600,00

ÓRGÃO: 21 - Fundação Municipal de Turismo

Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo

Funcional-Programática: 23.695.0025

Atividade: 2.055 - Manutenção da Fundação Municipal de Turismo

Código Reduzido: 7

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 1.237,20

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes das anulações das dotações orçamentárias abaixo descritas na mesma importância:

ÓRGÃO: 04 - Secretaria da Fazenda

Unidade orçamentária: 01 - Secretaria da Fazenda

Funcional-Programática: 04.123.0003

Atividade: 2.010 - Manutenção da Secretaria da Fazenda

Código Reduzido: 37

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 2.000,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação

Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação

Funcional-Programática: 12.365.0017

Atividade: 2.025 - Manutenção da Educação Infantil

Código Reduzido: 46

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 501 - 0.1.0001 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Valor: R\$ 19.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional-Programática: 10.301.0010

Atividade: 2.031 - Implantação e Manutenção do Núcleo de Apoio à Saúde da Família

Código Reduzido: 8

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 534 - 0.2.0064 - NASF

Valor: R\$ 4.000,00

Atividade: 2.035 - Consórcio Intermunicipal de Saúde

Código Reduzido: 19

Modalidade de Aplicação: 3.1.71.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 502 - 0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 4.237,72

Código Reduzido: 21

Modalidade de Aplicação: 4.4.71.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 502 - 0.1.0002 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 1.849,88

Atividade: 2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Código Reduzido: 33

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 530 - 0.2.0064 - Cofinanciamento de Atenção Básica

Valor: R\$ 8.834,25

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Assistência Social

Funcional-Programática: 08.244.0005

Atividade: 2.049 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

Código Reduzido: 31

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 555 - 0.6.0063 - Recursos: Superávit Financeiro IGDBF

Valor: R\$ 2.100,00

ÓRGÃO: 20 - Fundação Municipal de Cultura
Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Cultura
Funcional-Programática: 13.392.0020
Atividade: 2.075 - Manutenção da Fundação Municipal de Cultura
Código Reduzido: 7
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00
Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 600,00
ÓRGÃO: 21 - Fundação Municipal de Turismo
Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo
Funcional-Programática: 23.695.0025
Atividade: 2.055 - Manutenção da Fundação Municipal de Turismo
Código Reduzido: 9
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00
Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 1.237,20

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de julho de 2011.
ALBERT STADLER
Prefeito

Decreto Nº 927/2011

DECRETO Nº 927/2011

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pela Lei Municipal nº 1.922, de 26/08/2011".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 13.200,00 (Treze mil e duzentos reais) destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 07 - Secretaria de Pesca e Agricultura
Unidade: 01 - Secretaria de Pesca e Agricultura
Função: 20 - Agricultura
Subfunção: 606 - Extensão Rural
Programa: 0024 - Pesca e Agricultura
Atividade: 2.016 - Manutenção da Secretaria de Pesca e Agricultura
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a entidades sem fins lucrativos
Fonte de Recursos: 500 - 0.1.0000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 13.200,00

Art. 2º Os créditos autorizados no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes do Excesso de Arrecadação apurado no Exercício de 2011 na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 26 dias do mês de agosto de 2011.
ALBERT STADLER
Prefeito

Decreto Nº 938/2011

DECRETO Nº 938/2011

"Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, em caráter de urgência, áreas de terras localizadas no Município de Porto Belo".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 41, III da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e,
Considerando, o art. 5º, inciso XXIV, da Constituição da República Federativa do Brasil;
Considerando que a construção de creches e escolas, bem como a aquisição de equipamentos para esse nível educacional são indispensáveis à melhoria da qualidade da educação;
Considerando a necessidade de ampliação da Escola Municipal Catarina Benedita Guerreiro no bairro Perequê;
Considerando que as áreas expropriadas são limitrofes com a área onde está instalada a Escola Municipal Catarina Benedita Guerreiro;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/45, e alterações posteriores, as seguintes áreas de terras:

I - Área de terras de propriedade de TAMARA PEREIRA DE MORAIS, com 325,00 metros quadrados, caracterizada pelo Lote 04, da quadra XXI, do Loteamento "Giovanni", Bairro Perequê, Município de Porto Belo, matriculado sob o nº 9.356, junto ao Registro de Imóveis da Comarca de Porto Belo, com as seguintes medidas e confrontações: 13,00 metros de frente, que faz na Rua denominada "Q", com igual medida nos fundos, que faz com o lote nº 5, extremado de um lado com a Rua denominada "E" e de outro lado com o lote nº 3, medindo em ambas as laterais 25,00 metros.
II - Área de terras de propriedade de SANTO DIAS, ESPÓLIO DE ESTELITA BARTH DIAS e ADRIANO DIAS, com 300,00 metros quadrados, caracterizada pelo Lote 39, da quadra XXI, do Loteamento "Giovanni", Bairro Perequê, Município de Porto Belo, matriculado sob o nº 19.273, junto ao Registro de Imóveis da Comarca de Porto Belo, com as seguintes medidas e confrontações: 12,00 metros de frente, que faz na Rua Rubens Alves, com igual medida nos fundos, que faz com o lote nº 7, extremado de um lado com o lote nº 38 e de outro lado com o Grupo Escolar, medindo em ambas as laterais 25,00 metros.

Art. 2º As áreas referidas no artigo anterior destinam-se a ampliação da Escola Municipal Catarina Benedita Guerreiro.

Art. 3º O Poder Público Municipal em função do caráter de urgência da desapropriação, poderá requerer judicialmente a imissão provisória na posse do bem, mediante depósito prévio de quantia obtida nos termos do art. 15, e seu parágrafo, do Decreto-Lei nº 3.365/41.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 11 dias do mês de outubro de 2011.
ALBERT STADLER
Prefeito

Porto União

PREFEITURA

Lei Nº 3.920/2011

LEI Nº 3.920, de 06 de outubro de 2011.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Assistência Social nas dotações orçamentárias a seguir especificadas no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais):

ORGÃO ORGÃO 1500 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE 1501 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ATIVIDADE 2.084 - Alta Complexidade - Município / Estado
MODALIDADE 3390 -169 - Aplicações Diretas 11 6.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 6.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Excesso de Arrecadação na fonte 169 - Recursos de Convênios com Órgãos Estaduais no valor de 6.000,00 (seis mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 06 de outubro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Lei Nº 3.921/2011

LEI Nº 3.921, de 06 de outubro de 2011.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Assistência Social nas dotações orçamentárias a seguir especificadas no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais):

ORGÃO ORGÃO 1500 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 1501 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATIVIDADE 2.084 - Alta Complexidade - Município / Estado
MODALIDADE 4490 -169 - Aplicações Diretas novo 6.000,00
TOTAL DO CRÉDITO 6.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Excesso de Arrecadação na fonte 169 - Recursos de Convênios com Órgãos Estaduais no valor de 6.000,00 (seis mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 06 de outubro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 654/2011

DECRETO Nº. 654, de 03 de outubro de 2011.

Dispõe sobre crédito suplementar e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.775, de 07 de julho de 2010 (LDO) e 3.830, de 26 de novembro de 2010 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde, do presente exercício, o valor de R\$ 25.0000,00 (Vinte e cinco mil reais), conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE 2.067 - Estratégia Saúde da Família
MODALIDADE 4490 - 465 - Aplicações diretas 45 25.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 25.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro ocorrido no exercício 2010 na fonte 465.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de outubro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 655/2011

DECRETO Nº. 655, de 03 de outubro de 2011.

Dispõe sobre crédito suplementar e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.775, de 07 de julho de 2010 (LDO) e 3.830, de 26 de novembro de 2010 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde do presente exercício o valor de R\$ 35.0000,00 (Trinta e cinco mil reais), conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE 2.067 - Estratégia Saúde da Família
MODALIDADE 4490 - 465 - Aplicações diretas 45 35.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 35.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE 2.067 - Estratégia Saúde da Família

MODALIDADE 3390 - 465 - Aplicações diretas 16 35.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 35.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de outubro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 656/2011

DECRETO Nº 656, de 10 de outubro de 2011.

Constitui Comissão Especial de Avaliação de Imóveis - CEAI, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída Comissão Especial de Avaliação de Imóveis - CEAI, com a finalidade específica de proceder a avaliação, com base nos valores de mercado, obtidos através de avaliações de imobiliárias e/ou corretores, ambos devidamente credenciados pelo CRECI; e pesquisas de mercado por amostragem elaborados por membros da própria comissão, de bens móveis e imóveis de propriedade do Município e/ou particulares que venham a ser objeto de qualquer tipo de transação junto à Municipalidade.

Art. 2º A Comissão de que trata o artigo 1º será composta pelos seguintes Membros:

I- ORLANDO JOSÉ SCHMIDT, nomeado para o Cargo de Provisão em Comissão de Diretor de Arrecadação e Fiscalização, na Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade;

II- CLÁUDIO MICHALISZYN, nomeado para o Cargo de Provisão Efetivo em Extinção de Escriturário Datilógrafo, na Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura;

III- TATIANE THONIA DA LUZ, nomeada para o Cargo de Provisão Efetivo de Agente Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura;

IV- MÁRCIO ROBERTO MARCZYNSKI, nomeado para o Cargo de Provisão Efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade; e

V- JORGE MÁRCIO DE CASTRO PEREIRA, nomeado para o cargo de Provisão Efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura.

Art. 3º A Comissão instituída através deste Decreto, será presidida pelo Sr. Orlando José Schmidt e terá como membros: Cláudio Michalyszyn, Tatiane Thonia da Luz, Márcio Roberto Marczyński e Jorge Márcio de Castro Pereira.

Art. 4º O prazo para elaboração de laudo conclusivo para cada procedimento será de, no máximo, 30 (trinta) dias, contados a partir da solicitação de avaliação.

Art. 5º A gratificação por participação em comissões somente será paga aos membros da Comissão no mês em que ocorrer avaliação.

Art. 6º É de responsabilidade do Presidente da Comissão repassar

à Diretoria de Recursos Humanos, até o dia 20 do mês subsequente, relatório das avaliações ocorridas no período.

Art. 7º Revogam-se o Decreto nº 547, de 09 de fevereiro de 2011, e as demais disposições em contrário.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de outubro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto Nº 657/2011

DECRETO Nº. 657, de 10 de outubro de 2011.

Dispõe sobre crédito suplementar e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.775, de 07 de julho de 2010 (LDO) e 3.830, de 26 de novembro de 2010 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada no orçamento geral do município a dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais):

ORGÃO ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIAO

UNIDADE 0210 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

ATIVIDADE 2029 - Convênio Polícia Civil

MODALIDADE 3390-167 - Aplicações Diretas 105 10.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação ocorrido no exercício na fonte 167 - SSP SC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de outubro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 2111/11

DECRETO Nº 2.111, de 27 de setembro de 2011.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 114/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e no Art. 24, Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado LANCI PAPELARIA E INFORMATICA LTDA, para fornecer 200 unidades de mesas redondas para atender as Unidades de Ensino do Município, atingidas pela enchente de setembro/2011-Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal

27 de setembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

Decreto Nº 2121/11

DECRETO Nº 2.121, de 03 de outubro de 2011.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA TOMADA DE PREÇOS Nº 111/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 1581/10, o resultado da Tomada de Preços nº 111 de 06/09/2011, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante SERRANA ENGENHARIA LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal

03 de outubro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 2.121/2011

Tomada de Preços nº 111/11 de 06.09.2011

Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada na execução de serviços de manutenção de iluminação pública no município de Rio do Sul-Secretaria de Obras.

Preço: global

Participantes: SERRANA ENGENHARIA LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitações declarou vencedor o licitante SERRANA ENGENHARIA LTDA.

Decreto Nº 2129/11

DECRETO Nº 2.129, de 05 de Outubro de 2011

"EXONERA E NOMEIA CLOVIS EDUARDO CUCCO"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 02/10/2011, do cargo em comissão de Chefe da Imprensa e Jornalismo, o servidor CLOVIS EDUARDO CUCCO. e nomeado para a partir de 03/10/2011, exercer o cargo em comissão de Diretor de Comunicação do Gabinete do Prefeito, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal

05 de Outubro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 2131/11

DECRETO Nº 2.131, de 05 de Outubro de 2011

"EXONERA E NOMEIA EVÂNIO SCHNEIDER"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 02/10/2011, do cargo em comissão de Assessor Especial de Gabinete, o servidor EVÂNIO SCHNEIDER. e nomeado para a partir de 03/10/2011, exercer o cargo em comissão de Assessor Especial de TI, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e Art. 2º, da Lei Complementar nº 229 de 20/09/2011, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

05 de Outubro de 2011

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 2132/11

DECRETO Nº 2.132, de 05 de Outubro de 2011
"EXONERA E NOMEIA RODRIGO FACHINI"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 02/10/2011, do cargo em comissão de Diretor de Comunicação Social, o servidor RODRIGO FACHINI. e nomeado para a partir de 03/10/2011, exercer o cargo em comissão de Assessor Especial de Comunicação, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e Art. 2º, da Lei Complementar nº 229 de 20/09/2011, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
05 de Outubro de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 2133/11

DECRETO Nº 2.133, de 05 de outubro de 2011.
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro, nomeado pelo Decreto nº 1582/10, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 108/2011, de 05/09/2011, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes BRITAGEM SANTA TEREZA LTDA-ME, CIMENTARI ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-ME, COMERCIAL NOBILI LTDA-ME, FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, MINERAÇÃO POUSO REDONDO LTDA e PRÉ-VALE PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
05 de outubro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Vlrn

ANEXO AO DECRETO Nº 2.133/2011

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 108/11 de 05.09.2011

Objeto da Licitação: Registro de Preço para aquisição de 32 (trinta e dois) itens de tubos de concreto, lajotas, peiver e material de britagem para manutenção de redes de esgotos e de ruas não pavimentadas do município - Secretaria de Obras.

Preço: por item

Participantes: TERRAPLENAGEM AZZA LTDA, BRITAGEM SANTA TEREZA LTDA-ME, CIMENTARI ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-ME, COMERCIAL NOBILI LTDA-ME, FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, MINERAÇÃO POUSO REDONDO LTDA e PRÉ-VALE PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão do Leiloeiro declarou vencedores os licitantes CIMENTARI ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-ME nos itens 001, 002,006,012, 020 e 021; FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA nos itens 003,005, 007,011,013,017,026,027 e 028 ; COMERCIAL NOBILI LTDA nos itens 004,008,009,030,031 e 032 ; BRITAGEM SANTA TEREZA LTDA-ME nos itens 010,016,018 e 022 ; PRE VALE PRE MOLDADOS DE CONCRETO LTDA nos itens 014,015,025 e 029 e MINERAÇÃO POUSO REDONDO LTDA nos itens 019,023 e 024.

3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 095/2011

3º Termo Aditivo ao Contrato
Administrativo nº 095/2011 firmado em 07/02/2011, com término previsto para 29/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)
ALDEVANIA KUHLMAN CAETANO, portador(a) do CPF nº 048.297.739-60, na qualidade de

Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 095/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 095/2011, iniciando-se a prorrogação em 30/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2011.
JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário de Administração

ALDEVANIA KUHLMAN CAETANO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 266/2011

1º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 266/2011 firmado em 19/05/2011, com término previsto para 05/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

JUCELIA SALES HEESCH, portador(a) do CPF nº 701.360.339-20, na qualidade de

Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 266/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 266/2011, iniciando-se a prorrogação em 06/09/2011 e encerrando-se em 04/11/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

JUCELIA SALES HEESCH

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 277/2011

1º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 277/2011 firmado em 13/06/2011, com término previsto para 12/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

LIANE SOFIA GUCKERT, portador(a) do CPF nº 021.558.119-93, na qualidade de

Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 277/2011, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº

277/2011, iniciando-se a prorrogação em 13/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

LIANE SOFIA GUCKERT

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 278/2011

1º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 278/2011 firmado em 13/06/2011, com término previsto para 12/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

GISLAINE CAPISTRANO HUNT EMANN, portador(a) do CPF nº 052.623.319-20, na qualidade

de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 278/2011, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 278/2011, iniciando-se a prorrogação em 13/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

GISLAINE CAPISTRANO HUNTEMANN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 296/2011

1º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 296/2011 firmado em 15/08/2011, com término

previsto para 29/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

CLACILDA AMELIA ODERDENG, portador(a) do CPF nº 218.160.269-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 296/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 296/2011, iniciando-se a prorrogação em 30/09/2011 e encerrando-se em 28/11/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

CLACILDA AMELIA ODERDENG

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 230/2011

2º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 230/2011 firmado em 03/03/2011, com término previsto para 01/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

CRISTIANE ODERDENG, portador(a) do CPF nº 038.345.369-03, na qualidade de

Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 230/2011, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 230/2011, iniciando-se a prorrogação em 02/09/2011 e encerrando-se em 28/10/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

CRISTIANE ODERDENG

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 238/2011

2º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 238/2011 firmado em 21/03/2011, com término previsto para 19/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

CHARLENE RASSWEILER PINHEIRO, portador(a) do CPF nº 039.373.179-02, na qualidade

de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 238/2011, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 238/2011, iniciando-se a prorrogação em 20/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

CHARLENE RASSWEILER PINHEIRO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 240/2011

2º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 240/2011 firmado em 21/03/2011, com término previsto para 19/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

ANTONIA ARAUJO DE LIMA, portador(a) do CPF nº 897.169.906-00, na qualidade de

Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 240/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 240/2011, iniciando-se a prorrogação em 20/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

ANTONIA ARAUJO DE LIMA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 241/2011

2º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 241/2011 firmado em 23/03/2011, com término previsto para 21/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

ANA PAULA DIECKMANN, portador(a) do CPF nº 067.012.599-79, na qualidade de

Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 241/2011, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 241/2011, iniciando-se a prorrogação em 22/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

ANA PAULA DIECKMANN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 242/2011

2º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 242/2011 firmado em 24/03/2011, com término previsto para 22/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

ZILMA SILVEIRA RAMOS, portador(a) do CPF nº 506.259.779-04, na qualidade de

Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 242/2011, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 242/2011, iniciando-se a prorrogação em 23/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

ZILMA SILVEIRA RAMOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 296/2010

2º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 296/2010 firmado em 22/11/2010, com término previsto para 20/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

PAMELA CRISTINA DEUCHER, portador(a) do CPF nº 042.339.979-90, na qualidade de

Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 296/2010, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 296/2010, iniciando-se a prorrogação em 21/09/2011 e

encerrando-se em 19/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

PAMELA CRISTINA DEUCHER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 298/2010

2º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 298/2010 firmado em 22/11/2010, com término previsto para 20/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

CARMEN CRISTIANE SCHULTZ, portador(a) do CPF nº 973.547.750-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 298/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 298/2010, iniciando-se a prorrogação em 21/09/2011 e encerrando-se em 30/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

CARMEN CRISTIANE SCHULTZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 304/2010

2º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 304/2010 firmado em 13/12/2010, com término previsto para 10/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

JURACY MARIA SACHETTI DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 419.339.589-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 304/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 304/2010, iniciando-se a prorrogação em 11/09/2011 e encerrando-se em 09/03/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

JURACY MARIA SACHETTI DOS SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 082/2011

3º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 082/2011 firmado em 01/02/2011, com término previsto para 29/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

SUSANNE MACEDO REIKDAL, portador(a) do CPF nº 010.264.035-10, na qualidade de

Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 082/2011, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 082/2011, iniciando-se a prorrogação em 30/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

SUSANNE MACEDO REIKDAL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 086/2011

3º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 086/2011 firmado em 01/02/2011, com término previsto para 29/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

JULIANA KURTZ, portador(a) do CPF nº 059.592.239-29, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 086/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 086/2011, iniciando-se a prorrogação em 30/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

JULIANA KURTZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 087/2011

3º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 087/2011 firmado em 01/02/2011, com término previsto para 29/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

MAYARA GABRIELLE MERIZ, portador(a) do CPF nº 054.410.009-37, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 087/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 087/2011, iniciando-se a prorrogação em 30/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

MAYARA GABRIELLE MERIZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 090/2011

3º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 090/2011 firmado em 01/02/2011, com término previsto para 28/08/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

DANIEL STREY, portador(a) do CPF nº 062.941.539-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 090/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 090/2011, iniciando-se a prorrogação em 29/08/2011 e encerrando-se em 27/09/2011."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24 de Agosto de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

DANIEL STREY

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 092/2011

3º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 092/2011 firmado em 07/02/2011, com término previsto para 29/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CRIST IANI BECKER, portador(a) do CPF nº 048.323.799-09, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 092/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 092/2011, iniciando-se a prorrogação em 30/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

CRISTIANI BECKER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 107/2011

3º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 107/2011 firmado em 01/02/2011, com término previsto para 29/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SORAIA FERRARI, portador(a) do CPF nº 021.125.599-82, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 107/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 107/2011, iniciando-se a prorrogação em 30/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

SORAIA FERRARI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 108/2011

3º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 108/2011 firmado em 07/02/2011, com término previsto para 29/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

ANA LUCIA KAMMERS DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 701.357.549-68, na qualidade

de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 108/2011, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 108/2011, iniciando-se a prorrogação em 30/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

ANA LUCIA KAMMERS DOS SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 109/2011

3º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 109/2011 firmado em 01/02/2011, com término previsto para 29/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado

Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOSEANE GOES, portador(a) do CPF nº 003.534.089-48, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 109/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 109/2011, iniciando-se a prorrogação em 30/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

JOSEANE GOES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 110/2011

3º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 110/2011 firmado em 07/02/2011, com término previsto para 29/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

NOELI STEINHEUSER, portador(a) do CPF nº 033.116.289-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 110/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 110/2011, iniciando-se a prorrogação em 30/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

NOELI STEINHEUSER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 112/2011

3º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 112/2011 firmado em 07/02/2011, com término previsto para 29/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

ELAINE DEMETRIO, portador(a) do CPF nº 041.603.109-90, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 112/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 112/2011, iniciando-se a prorrogação em 30/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

ELAINE DEMETRIO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 113/2011

3º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 113/2011 firmado em 07/02/2011, com término previsto para 29/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

ROSEMARY LEHMKUHL, portador(a) do CPF nº 963.560.659-15, na qualidade de

Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 113/2011, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 113/2011, iniciando-se a prorrogação em 30/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

ROSEMERY LEHMKUHL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 118/2011

3º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 118/2011 firmado em 07/02/2011, com término previsto para 29/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

TATIANA COSTA SPINDOLA VIEIRA, portador(a) do CPF nº 039.164.589-73, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 118/2011, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 118/2011, iniciando-se a prorrogação em 30/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

TATIANA COSTA SPINDOLA VIEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 122/2011

3º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 122/2011 firmado em 07/02/2011, com término previsto para 29/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

TEREZINHA FRANCIÉLE DOS SANTOS PESSOA CAMPOS, portador(a) do CPF nº

004.909.109-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 122/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 122/2011, iniciando-se a prorrogação em 30/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

TEREZINHA FRANCIÉLE DOS SANTOS PESSOA CAMPOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 124/2011

3º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 124/2011 firmado em 07/02/2011, com término previsto para 29/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

PATRICIA SOARES, portador(a) do CPF nº 007.049.299-96, na qualidade de Contratado(a),

celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 124/2011, mediante as seguintes cláusulas

e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 124/2011, iniciando-se a prorrogação em 30/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

PATRICIA SOARES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 125/2011

3º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 125/2011 firmado em 07/02/2011, com término previsto para 29/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SABRINA COELHO, portador(a) do CPF nº 041.079.929-77, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 125/2011, mediante as seguintes cláusulas

e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 125/2011, iniciando-se a prorrogação em 30/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

SABRINA COELHO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 164/2011

3º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 164/2011 firmado em 07/02/2011, com término previsto para 29/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto

nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

SOLANGE APARECIDA DEMETRIO, portador(a) do CPF nº 003.779.999-11, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 164/2011, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 164/2011, iniciando-se a prorrogação em 30/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

SOLANGE APARECIDA DEMETRIO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 187/2011

3º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 187/2011 firmado em 25/02/2011, com término previsto para 29/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

JOELMA FELBER LEANDRO, portador(a) do CPF nº 891.708.909-78, na qualidade de

Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 187/2011, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 187/2011, iniciando-se a prorrogação em 30/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

JOELMA FELBER LEANDRO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 199/2011

3º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 199/2011 firmado em 15/02/2011, com término previsto para 29/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

KAUANA KARUZE DA SILVEIRA XAVIER, portador(a) do CPF nº 052.388.759-08, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 199/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 199/2011, iniciando-se a prorrogação em 30/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

KAUANA KARUZE DA SILVEIRA XAVIER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 252/2010

3º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 252/2010 firmado em 14/06/2010, com término previsto para 11/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

JESSE MORAES, portador(a) do CPF nº 047.707.979-23, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 252/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 252/2010, iniciando-se a prorrogação em 12/09/2011 e encerrando-se em 30/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

JESSE MORAES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 253/2010

3º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 253/2010 firmado em 14/06/2010, com término previsto para 11/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

ANDRE DA SILVA, portador(a) do CPF nº 040.332.749-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 253/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 253/2010, iniciando-se a prorrogação em 12/09/2011 e encerrando-se em 30/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

ANDRE DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 254/2010

3º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 254/2010 firmado em 14/06/2010, com término previsto para 11/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

ANTONIO OLMIRO AVILLA CARPES, portador(a) do CPF nº 501.353.410-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 254/2010, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 254/2010, iniciando-se a prorrogação em 12/09/2011 e encerrando-se em 30/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

ANTONIO OLMIRO AVILLA CARPES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 257/2010

3º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 257/2010 firmado em 21/06/2010, com término previsto para 18/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

ELISANA CAPISTRANO SERRAO MENDES, portador(a) do CPF nº 970.111.269-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 257/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 257/2010, iniciando-se a prorrogação em 19/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos

legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

ELISANA CAPISTRANO SERRAO MENDES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 276/2010

3º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 276/2010 firmado em 28/09/2010, com término previsto para 26/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

KATIUSCIA CUSTÓDIO DA CONCEIÇÃO, portador(a) do CPF nº 058.048.079-86, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 276/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 276/2010, iniciando-se a prorrogação em 27/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

KATIUSCIA CUSTÓDIO DA CONCEIÇÃO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

4º Termo Aditivo ao Contrato Nº 090/2011

4º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 090/2011 firmado em 01/02/2011, com término previsto para 27/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

DANIEL STREY, portador(a) do CPF nº 062.941.539-05, na

qualidade de Contratado(a),
celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 090/2011,
mediante as seguintes cláusulas
e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 090/2011, iniciando-se a prorrogação em 28/09/2011 e encerrando-se em 31/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

DANIEL STREY

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

4º Termo Aditivo ao Contrato Nº 249/2010

4º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 249/2010 firmado em 07/06/2010, com término previsto para 03/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

PATRICIA MELLO SORDI, portador(a) do CPF nº 009.317.099-89, na qualidade de

Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 249/2010, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 249/2010, iniciando-se a prorrogação em 04/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

PATRICIA MELLO SORDI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

4º Termo Aditivo ao Contrato Nº 256/2010

4º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 256/2010 firmado em 10/06/2010, com término previsto para 08/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

SONIA REGINA POLI, portador(a) do CPF nº 590.698.569-72, na qualidade de Contratado(a),

celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 256/2010, mediante as seguintes cláusulas

e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 256/2010, iniciando-se a prorrogação em 09/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

SONIA REGINA POLI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

5º Termo Aditivo ao Contrato Nº 019/2009

5º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 019/2009 firmado em 13/10/2009, com término previsto para 27/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

CLEUSEMERI RAHN, portador(a) do CPF nº 027.045.649-06, na qualidade de Contratado(a),

celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 019/2009, mediante as seguintes cláusulas

e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº

019/2009, iniciando-se a prorrogação em 28/09/2011 e encerrando-se em 30/12/2011."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

CLEUSEMERI RAHN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

5º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0594/2009

5º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 0594/2009 firmado em 25/06/2009, com término previsto para 23/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

CLAUDIA MARA FRONZA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 690.217.599-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0594/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0594/2009, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0594/2009, iniciando-se a prorrogação em 24/09/2011 e encerrando-se em 22/03/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

CLAUDIA MARA FRONZA DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

5º Termo Aditivo ao Contrato Nº 108/2009

5º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 108/2009 firmado em 16/02/2010, com término

previsto para 29/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto

nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

GLAUCI HELENA TEODORO, portador(a) do CPF nº 003.457.319-48, na qualidade de

Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 108/2009, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 108/2009, iniciando-se a prorrogação em 30/09/2011 e encerrando-se em 30/12/2011."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

GLAUCI HELENA TEODORO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

5º Termo Aditivo ao Contrato Nº 165/2010

5º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 165/2010 firmado em 01/03/2010, com término previsto para 29/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto

nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

JULIA CAROLINA KRIEGER PISA MARHOFER, portador(a) do CPF nº 056.685.529-18, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 165/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 165/2010, iniciando-se a prorrogação em 30/09/2011 e encerrando-se em 30/12/2011."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário de Administração

JULIA CAROLINA KRIEGER PISA MARHOFER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

6º Termo Aditivo ao Contrato Nº 001/2009

6º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 001/2009 firmado em 14/09/2009, com término previsto para 10/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

ANE CAROLINE SOBOTA, portador(a) do CPF nº 008.544.109-02, na qualidade de

Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 001/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 001/2009, iniciando-se a prorrogação em 11/09/2011 e encerrando-se em 09/03/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

ANE CAROLINE SOBOTA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

6º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0019/2009

6º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 0019/2009 firmado em 19/01/2009, com término previsto para 27/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

DENISE GARCIA DOLEJAL, portador(a) do CPF nº 821.593.199-53, na qualidade de

Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo

nº 0019/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0019/2009, iniciando-se a prorrogação em 28/09/2011 e encerrando-se em 26/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

DENISE GARCIA DOLEJAL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

6º Termo Aditivo ao Contrato Nº 002/2009

6º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 002/2009 firmado em 14/09/2009, com término previsto para 28/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

MARISTELA MARCOLINO FARIAS SILVEIRA, portador(a) do CPF nº 807.804.409-78, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 002/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 002/2009, iniciando-se a prorrogação em 29/09/2011 e encerrando-se em 30/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

MARISTELA MARCOLINO FARIAS SILVEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

6º Termo Aditivo ao Contrato Nº 007/2009

6º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 007/2009 firmado em 21/09/2009, com término previsto para 28/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

SUSELEIDE DA CUNHA, portador(a) do CPF nº 056.246.359-31, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 007/2009, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 007/2009, iniciando-se a prorrogação em 29/09/2011 e encerrando-se em 30/12/2011."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

SUSELEIDE DA CUNHA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

6º Termo Aditivo ao Contrato Nº 013/2009

6º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 013/2009 firmado em 05/10/2009, com término previsto para 27/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

ANA PAULA VIEIRA DA CONCEIÇÃO, portador(a) do CPF nº 009.562.209-83, na qualidade de

Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 013/2009, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 013/2009, iniciando-se a prorrogação em 28/09/2011 e encerrando-se em 30/12/2011."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

ANA PAULA VIEIRA DA CONCEIÇÃO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

6º Termo Aditivo ao Contrato Nº 034/2009

6º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 034/2009 firmado em 09/11/2009, com término previsto para 28/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

IDELBERTO ROSATTI, portador(a) do CPF nº 066.944.389-15, na qualidade de Contratado(a),

celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 034/2009, mediante as seguintes cláusulas

e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 034/2009, iniciando-se a prorrogação em 29/09/2011 e encerrando-se em 30/12/2011."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

IDELBERTO ROSATTI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

6º Termo Aditivo ao Contrato Nº 037/2009

6º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 037/2009 firmado em 18/11/2009, com término previsto para 28/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado

Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)
MARGARETT BUENO DA LUZ, portador(a) do CPF nº 008.933.769-73, na qualidade de
Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 037/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 037/2009, iniciando-se a prorrogação em 29/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

MARGARETT BUENO DA LUZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

6º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0808/2009

6º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 0808/2009 firmado em 01/09/2009, com término previsto para 29/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

DANIELE NOVELETTO, portador(a) do CPF nº 048.166.199-92, na qualidade de
Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0808/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0808/2009, iniciando-se a prorrogação em 30/09/2011 e encerrando-se em 30/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

DANIELE NOVELETTO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

7º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0456/2009

7º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 0456/2009 firmado em 11/05/2009, com término previsto para 28/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

VILMAR SCHMIDT, portador(a) do CPF nº 461.849.619-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0456/2009, mediante as seguintes

cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0456/2009, iniciando-se a prorrogação em 29/09/2011 e encerrando-se em 30/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

VILMAR SCHMIDT

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

7º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0461/2009

7º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 0461/2009 firmado em 11/05/2009, com término previsto para 28/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

MARIO RAITZ, portador(a) do CPF nº 399.686.429-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0461/2009, mediante as seguintes

cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0461/2009, iniciando-se a prorrogação em 29/09/2011 e encerrando-se em 30/12/2011."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

MARIO RAITZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

7º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0480/2009

7º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 0480/2009 firmado em 18/05/2009, com término previsto para 28/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

JOAO PAULO CUNHA, portador(a) do CPF nº 020.918.289-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0480/2009, mediante as seguintes

cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0480/2009, iniciando-se a prorrogação em 29/09/2011 e encerrando-se em 30/12/2011."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

JOAO PAULO CUNHA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

7º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0495/2009

7º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 0495/2009 firmado em 18/05/2009, com término previsto para 28/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

GILMARA DA ROSA, portador(a) do CPF nº 027.002.369-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0495/2009, mediante as seguintes

cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0495/2009, iniciando-se a prorrogação em 29/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

GILMARA DA ROSA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

7º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0526/2009

7º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 0526/2009 firmado em 01/06/2009, com término previsto para 28/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

NAIR SBORZ DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 939.495.709-00, na qualidade de

Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0526/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0526/2009, iniciando-se a prorrogação em 29/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2011.
JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário de Administração

NAIR SBORZ DOS SANTOS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

7º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0551/2009

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0551/2009 firmado em 01/06/2009, com término previsto para 29/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

JANETE MAGNANI, portador(a) do CPF nº 005.730.069-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0551/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0551/2009, iniciando-se a prorrogação em 30/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2011.
JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário de Administração

JANETE MAGNANI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

7º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0587/2009

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0587/2009 firmado em 22/06/2009, com término previsto para 28/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado

Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSI ERHARDT BOIMER, portador(a) do CPF nº 024.012.349-26, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0587/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0587/2009, iniciando-se a prorrogação em 29/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2011.
JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário de Administração

ROSI ERHARDT BOIMER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

8º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0515/2009

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0515/2009 firmado em 25/05/2009, com término previsto para 28/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

RITA DE CASSIA MOREIRA BRANCO PIETRO, portador(a) do CPF nº 890.013.039-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0515/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0515/2009, iniciando-se a prorrogação em 29/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de Agosto de 2011.
JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário de Administração

RITA DE CASSIA MOREIRA BRANCO PIETRO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

9º Termo Aditivo ao Contrato Nº 081/2007

9º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 081 firmado em

26/02/2007, com término previsto

para 27/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a)

LETICIA BARBISAN, portador(a) do CPF nº 007.014.889-99, na qualidade de Contratado(a),

celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 081, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 081, iniciando-se a prorrogação em 28/09/2011 e encerrando-se em 30/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo

Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

LETICIA BARBISAN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

Contrato 296/2011 FMS

CONTRATO Nº 296/2011

DIVISÃO DE SUPRIMENTOS - SETOR DE COMPRAS

Termo Aditivo ao Processo Licitatório representado pelo edital de licitação, tipo Pregão Presencial nº 50/2010 - FMS, para a aquisição de materiais de papelaria e expediente para esta secretaria.

Aos dez dias do mês de outubro de 2011, por este Termo Aditivo ao contrato de compra e venda de materiais de papelaria e expediente, com origem no Edital de Pregão Presencial nº 50/2010 - FMS, com data de homologação 04/10/2010, e na melhor forma de direito, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, doravante denominado de CONTRATANTE, e Dial Departamentos Ltda ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.008.570/0001-00, doravante denominada de CONTRATADA, aditam ao referido processo licitatório, as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Termo aditivo ao registro de preços para aquisição de materiais de papelaria e expediente, com origem no edital de licitação 50/2010 desta secretaria. Fica acrescido R\$ 1.737,00 ao total licitado, referente aos itens 27, 70 e 100 do edital supra citado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital de licitação, tipo Pregão Presencial e contrato, que a este deu origem.

E por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Rio do Sul, 10 de outubro de 2011.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____

CÂMARA MUNICIPAL**Resumo do Contrato Nº 08/2011**

RESUMO DO CONTRATO Nº 08/2011

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC.

Contratada: VIVAZ COMUNICAÇÃO EFICIENTE LTDA.

Objeto: A CONTRATADA, nos termos da Tomada de Preços n.º 002/2011, adjudicada e homologada a seu favor, obriga-se a prestar à CONTRATANTE, serviços de publicidade e propaganda, visando o planejamento, criação, produção e distribuição e veiculação, de campanhas e ações de comunicação de interesse, em regime de execução indireta por empreitada por preço global, conforme solicitação da CONTRATANTE, nos termos da Proposta de Preços ajustada entre as Partes. O objeto contratual compreende: a) estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa, bem como a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação; b) planejamento e execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidos os materiais e ações publicitárias, ou sobre os resultados das campanhas realizadas; c) a produção e execução técnica das peças e projetos publicitários criados; d) a criação e o desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando a expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias.

Vigência: Desde a sua assinatura até 01/08/2012.

Rio do Sul, 01 de agosto de 2011.

CLÁUDIO CIMARDI

Presidente da Câmara Municipal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Lei Nº 1.967, de 10 de Outubro de 2011.

LEI Nº 1.967, DE 10 DE OUTUBRO DE 2011.

Dispõe sobre a realização de avaliação oftalmológica nos alunos das instituições de ensino no município de São Lourenço do Oeste, SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Saúde, providenciará a realização de exame oftalmológico (acuidade visual) em todos os alunos da rede municipal de ensino, educação infantil e ensino fundamental, de São Lourenço do Oeste, sendo que tal avaliação deverá ser realizada anualmente durante os seis primeiros meses no ano letivo, na forma das demais disposições da presente lei.

Art. 2º A escola realizará avaliação preliminar de acuidade visual por professores devidamente treinados por médicos oftalmologistas, e, quando for verificado que o aluno apresenta qualquer alteração visual, ele deverá ser encaminhado à rede pública municipal de saúde para o tratamento necessário.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Saúde deverá disponibilizar aos pais ou responsáveis dos alunos que forem encaminhados pelos professores da rede municipal de ensino e que apresentaram alteração visual quando da avaliação preliminar o comprovante de realização dos exames necessários.

Art. 4º Os alunos diagnosticados com problemas visuais classificados de origem simples serão encaminhados para a Secretaria de Assistência Social para a confecção dos óculos, quando necessário, de acordo com os programas já existentes no Município para essa finalidade.

Art. 5º Tratando-se de casos específicos de doenças oftalmológicas consideradas graves, a Secretaria Municipal de Saúde deverá disponibilizar o tratamento imediato à criança.

Art. 6º Quando se tratar de escolas particulares, a direção da instituição de ensino deverá solicitar dos pais, no momento da matrícula, exames de acuidade visual, cabendo à Secretaria Municipal de Educação a fiscalização deste dispositivo, e caso a escola não cumpra essa determinação, ficará responsável em aplicar os exames aos alunos e ao encaminhamento aos setores de saúde competentes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 10 de outubro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Decreto Nº 121/2011

DECRETO Nº 121/2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 603/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no total de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício anterior na dotação abaixo identificada:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.27.812.7.2.010 - Func. e Manutenção
Do Esporte Amador R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.03.0150 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de outubro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 122/2011

DECRETO Nº 122/2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 603/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no total de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício anterior na dotação abaixo identificada:

04 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.8.243.9.2011 - Func. e Manutenção
Da Assistência Social R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.03.0150 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de outubro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Portaria n.º 334/2011

PORTARIA n.º 334/2011

Nomeia VALMOR MATTEI para o cargo em Comissão de Coordenador de Obras.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear VALMOR MATTEI para o cargo em Comissão de Coordenador de Obras.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de outubro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Contrato de Prestação de Serviço N.º 125/2011

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 125/2011

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado VANDERLEI MULLER, portador do RG: 3.584.221, inscrito no CPF sob nº. 021675449-60, PIS/PASEP:125.43652.04.5, residente a Rua Frei Ático Francisco Enig, Santa Teresa - São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1 . Este contrato tem como objeto a prestação de serviços de marmoraria para a restauração de uma pia, e de um balcão da dispensa no Centro de Educação Infantil Frei Ático.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$775,00(setecentos e setenta e cinco reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 06/10/2011 a 11/10/2011

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para

dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 6 de outubro de 2011

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

VANDERLEI MULLER

Contratado

Contrato de Prestação de Serviço N.º 126/2011

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 126/2011

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado o RAFAEL HILLESHEIM REGINALDO, residente e domiciliado a Rua Cândido Amaro Damásio, 631 - Barreiros, município de São José - SC, portador do CPF nº. 045.294.989-05, Pis/Pasep nº. 134.42132.72-9, doravante denominado CONTRATADO sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de sonorização no evento da Corrida Caminhos da Fé, a ser realizada no dia 09 de outubro de 2011, no município de São Pedro de Alcântara.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO

O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 09/10/2011.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei nº. 8666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de São José para dirimir qualquer questão

Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº. 8666/1993, os preceitos de direito público, os

princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato.

São Pedro de Alcântara, 7 de outubro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Contratado

Schroeder

PREFEITURA

Decreto Nº 2.324/2011, de 11 de Outubro de 2011

DECRETO Nº 2.324/2011, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011

Altera o art. 7º do Decreto n.º 1.781/2007, que regulamenta a modalidade Pregão para aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista do disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações,

Considerando a necessidade de aprimoramento constante dos mecanismos de gestão de recursos públicos, com vistas ao atendimento pleno dos princípios gerais de Direito Administrativo, constantes no caput do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando a economicidade gerada pela utilização da modalidade de licitação pregão, disciplinada pela Lei n.º 10.520/02, de 17 de julho de 2002, cujos resultados para a Administração Municipal de Schroeder são representativos, em termos de economia e continuidade na aquisição de bens e serviços comuns, conforme predisposto em seu art. 1º;

Considerando a possibilidade de estender os benefícios dessa modalidade licitatória aos serviços de engenharia, conforme entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União, por meio da Súmula n.º 257/2010, que dispõe que o uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002;

Considerando o moderno entendimento da Corte de Contas Federal, de que a Lei nº 10.520/02 não exclui previamente o uso do pregão para contratação de serviços de engenharia, determinando, tão-somente, que o objeto a ser licitado se caracterize como bem ou serviço comum; as normas regulamentares que proíbem a contratação de serviços de engenharia pelo pregão carecem de fundamento de validade, visto que não possuem embasamento na Lei nº 10.520/02 (Acórdão 2079/2007 - Plenário/TCU)

DECRETA:

Art.1º Fica alterado o art. 7º do Decreto n.º 1.781/2007, que passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 7º A licitação na modalidade pregão não se aplica às contratações de obras de engenharia, às locações imobiliárias, alienações em geral e aos demais serviços cujas especificações dependam de avaliação técnica, que serão regidas pela legislação geral da Administração.

§1º A modalidade pregão aplica-se à contratação de serviços

comuns de engenharia, que por sua natureza possam ser objetivamente descritos no edital, por meio de especificações usuais no mercado local.

§2º Consideram-se serviços comuns de engenharia, para fins desse Decreto, pintura, manutenção preventiva e corretiva de instalações prediais (elétrica, hidráulica), manutenção de galerias de captação de águas pluviais (limpeza, instalação e obstrução de bocas-de-lobo, manutenção preventiva e corretiva, instalação de dispositivos de captação de águas pluviais), bem como outros serviços de engenharia de baixa complexidade técnica.

Art. 2º Mantém-se inalteradas as demais disposições do Decreto n.º 1.781/2007, com a redação consolidada e alterações vigentes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 11 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria No4.192/2011, de 29 de setembro de 2011

PORTARIA No4.192/2011, de 29 de setembro de 2011

NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

R E S O L V E :

Art. 1º DESIGNAR, nos termos da Sindicância no 006/2011, de 29 de setembro de 2011, os servidores Senhores Giselle Tomaselli Obenaus, Marisa Cristina Born e Vera Lúcia Podewils Gasda, para sob a presidência do primeiro, sendo secretariado pelo segundo, comporem a Comissão de Sindicância, destinada a apurar os fatos narrados através do Ofício nº0145/2011 FMS, de 16 de setembro de 2011, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, relatando a não realização de visitas pela Agente Comunitária de Saúde, servidora Somira Hackbarth Kasmirski, à vista do que tem ciência esta autoridade, devendo a Comissão, ora composta, iniciar seus trabalhos no prazo de até 08 (oito) dias, a contar da data de citação do requerente e concluí-los no prazo de até 60 (sessenta) dias após seu início.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Schroeder, 29 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria No4.211/2011, de 11 de Outubro de 2011

PORTARIA No4.211/2011, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011
NOMEIA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

R E S O L V E :

Art. 1º DESIGNAR, nos termos do Processo Administrativo no 001/2011, de 11 de outubro de 2011, as servidoras Senhoras Armelinda Walz Schmitt, Ivone Fátima Taffarel dos Santos, Melani Zelfeld, Maria Alvacir Schmoller Konell e Carmen Leonice Felippi Schmitz para sob a presidência da primeira, sendo secretária da pela segunda, comporem a Comissão de Processo Administrativo, destinado a apurar os fatos narrados através do Ofício nº017/2011, comunicando a ausência da servidora Aline Cristina Zipf, por mais de trinta dias e do Parecer Jurídico nº060/2011-v; à vista do que tem ciência esta autoridade, devendo a Comissão, ora composta, iniciar seus trabalhos no prazo de até 08 (oito) dias, a contar da data de citação do requerente e concluí-los no prazo de até 60 (sessenta) dias após seu início.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 11 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.193/2011, de 04 de outubro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.193/2011, de 04 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o remanejamento da funcionária, senhora Juliana Holtz Thomaz, para lecionar as aulas da professora Vanderleia Padilha Verbinen;

Considerando que todos os candidatos aprovados no Processo Seletivo nº 001/2011/SECEL/PMS, já foram convocados, sendo que a maioria desistiu das vagas;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pético e inalienável, e que as demandas auxiliares à atividade docente são fundamentais para a garantia da qualidade do serviço prestado;

Considerando o Decreto Municipal nº 2.309/2011, de 13/09/2011, que autoriza a contratação emergencial para atender a necessidade de especial interesse público na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Patricia Hasse Onofre, para exercer o cargo de Professora A, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, e no Decreto nº 2.309/2011, de 13/09/2011, e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 04 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.194/2011, de 04 de outubro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.194/2011, de 04 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária, senhora Rosilma de Fátima Bueno Gracioli;

Considerando que todos os candidatos aprovados no Processo Seletivo nº 001/2011/SECEL/PMS, já foram convocados, sendo que a maioria desistiu das vagas;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pético e inalienável, e que as demandas auxiliares à atividade docente são fundamentais para a garantia da qualidade do serviço prestado;

Considerando o Decreto Municipal nº 2.313/2011, de 20/09/2011, que autoriza a contratação emergencial para atender a necessidade de especial interesse público na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Geny Ferreira do Nascimento, para exercer o cargo de Professora A, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, e no Decreto nº 2.313/2011, de 20/09/2011, e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 04 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.195/2011, de 04 de outubro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.195/2011, de 04 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Alicio Oss-Emer, para exercer o cargo de Coveiro, percebendo o nível salarial nº 24 - Administração, conforme tabela salarial do Plano de Cargos e Salários do Pessoal da Administração, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 04 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

LEONOR JACOBI
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.196/2011, de 04 de outubro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.196/2011, de 04 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão do Conselheiro Tutelar, Sr. Paulo Henrique Gneipel, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 04 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.197/2011, de 04 de outubro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.197/2011, de 04 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária, Sra. Denise Rosa Possamai Gonçalves, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 04 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.198/2011, de 04 de outubro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.198/2011, de 04 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária, Sra. Noemi Silvana Riedel Vargas, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 04 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.199/2011, de 05 de outubro de 2011.
PORTARIA Nº. 4.199/2011, de 05 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Paulo Henrique Gneipel, para exercer o cargo de Fiscal Sanitarista I, percebendo o nível salarial nº 50 - Administração, conforme tabela salarial do Plano de Cargos e Salários do Pessoal da Administração, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 05 de outubro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.200/2011, de 05 de outubro de 2011
PORTARIA Nº. 4.200/2011, de 05 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o término do contrato de trabalho da funcionária, senhora Cleonice Delmaschio da Silva;

Considerando que todos os candidatos aprovados no Processo Seletivo nº 001/2011/SECEL/PMS, já foram convocados, sendo que a maioria desistiu das vagas;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social

pétreo e inalienável, e que as demandas auxiliares à atividade docente são fundamentais para a garantia da qualidade do serviço prestado;

Considerando o Decreto Municipal nº 2.313/2011, de 20/09/2011, que autoriza a contratação emergencial para atender a necessidade de especial interesse público na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Otilia da Conceição dos Santos Hoffmann, para exercer o cargo de Professora B, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, e no Decreto nº 2.313/2011, de 20/09/2011, e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 05 de outubro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.201/2011, de 05 de outubro de 2011.
PORTARIA Nº. 4.201/2011, de 05 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o pedido de demissão da funcionária, senhora Catia Cristina Stinghen;

Considerando que todos os candidatos aprovados no Processo Seletivo nº 001/2011/SECEL/PMS, já foram convocados, sendo que a maioria desistiu das vagas;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável, e que as demandas auxiliares à atividade docente são fundamentais para a garantia da qualidade do serviço prestado;

Considerando o Decreto Municipal nº 2.313/2011, de 20/09/2011, que autoriza a contratação emergencial para atender a necessidade de especial interesse público na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Viviane Maria Soares Ricardo, para exercer o cargo de Professora A, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, e no Decreto nº 2.313/2011, de 20/09/2011, e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 05 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.202/2011, de 05 de outubro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.202/2011, de 05 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da funcionária, Sra. Jaqueline Aparecida da Silva, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 05 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.203/2011, de 10 de outubro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.203/2011, de 10 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 1.805/2010, de 09 de julho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade por 60 (sessenta) dias para a funcionária, Sra. Diviê Roberta Welter Carvalho, adquirindo efeitos retroativos a partir de 13 de setembro de 2011, conforme art.1º da Lei Municipal nº 1.805/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 10 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.204/2011, de 10 de outubro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.204/2011, de 10 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 1.805/2010, de 09 de julho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade por 60 (sessenta) dias para a funcionária, Sra. Chellyjane Figur, adquirindo efeitos retroativos a partir de 15 de setembro de 2011, conforme art.1º da Lei Municipal nº 1.805/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 10 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.205/2011, de 10 de outubro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.205/2011, de 10 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença do

funcionário, Sr. Valvenir Doge, adquirindo efeitos retroativos a partir de 08 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 10 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

JOSÉ DA CRUZ
Secretário de Saneamento e Gestão Ambiental

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.206/2011, de 10 de outubro de 2011.
PORTARIA Nº. 4.206/2011, de 10 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o pedido de demissão da funcionária Cleonice Delmaschio da Silva;

Considerando que todos os candidatos aprovados no Processo Seletivo nº 001/2011/SECEL/PMS, já foram convocados, sendo que a maioria desistiu das vagas;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável, e que as demandas auxiliares à atividade docente são fundamentais para a garantia da qualidade do serviço prestado;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da funcionária Sra. Priscila Barboza Amorim de Oliveira, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir de 04 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 10 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.207/2011, de 10 de outubro de 2011.
PORTARIA Nº. 4.207/2011, de 10 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o remanejamento da funcionária Geny Ferreira do Nascimento para lecionar no Jardim de Infância Abelhinha Feliz;

Considerando que todos os candidatos aprovados no Processo Seletivo nº 001/2011/SECEL/PMS, já foram convocados, sendo que a maioria desistiu das vagas;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável, e que as demandas auxiliares à atividade docente são fundamentais para a garantia da qualidade do serviço prestado;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da funcionária Sra. Raquel Zachow Barcelos, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 10 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.208/2011, de 10 de outubro de 2011.
PORTARIA Nº. 4.208/2011, de 10 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o pedido de demissão da funcionária Catia Cristina Stingen;

Considerando que todos os candidatos aprovados no Processo Seletivo nº 001/2011/SECEL/PMS, já foram convocados, sendo que a maioria desistiu das vagas;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável, e que as demandas auxiliares à atividade docente são fundamentais para a garantia da qualidade do serviço prestado;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da funcionária Sra. Maiara de Fátima Stori de Lara Prestes, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir de 04 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 10 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.209/2011, de 10 de outubro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.209/2011, de 10 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Cheila Adriane Klitzke, para exercer o cargo de Nutricionista, percebendo o nível salarial nº 50 - Administração, conforme tabela salarial do Plano de Cargos e Salários do Pessoal da Administração, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 10 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.210/2011, de 10 de outubro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.210/2011, de 10 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária, Sra. Ana Paula Correa da Conceição, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 10 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Suspensão Temporária de Participação em Licitações e Declaração de Inidoneidade

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como de acordo com a Lei Federal nº. 10.520/02, SUSPENDE TEMPORARIAMENTE E DECLARA INIDÔNEA a empresa SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 92.536.010/0001-64, estabelecida Rua Gotardo Mazzarolo, nº. 330, Bairro Centro, na cidade de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 99740-000, nos termos dos incisos III e IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, bem como do art. 7º da Lei nº 10.520/02, sendo a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos, decorrentes tais penalidades da inexecução do Contrato nº. 15/2011 - FMS, Processo de licitação nº. 01/2011-FMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 01/2011-FMS e Contrato nº. 75/2010 - FMS, Processo de licitação nº. 42/2010-FMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 25/2010-FMS, conforme documentado no referido processo administrativo, e após ter sido conferida ampla defesa ao licitante. A suspensão temporária

e a declaração de inidoneidade impedem o punido de contratar e licitar com todos os órgãos da Administração Pública em qualquer de suas esferas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), por se tratar de norma geral por força de determinação constitucional. Registre-se. Publique-se. Intime-se.

Schroeder/SC, 10 de outubro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA

Extrato Ata de Registro de Preço n.º 66 2011 Pães

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Pregão Presencial 66/2011

Órgão Gestor: Departamento de Compras e Licitações / Município de Timbó/SC
Objeto: Aquisição de pães destinados à merenda escolar.
Empresa fornecedora: Panificadora Bom Dia Ltda
Valor Total Estimado: R\$ 25.708,81 (Vinte e cinco mil, setecentos e oito reais e oitenta e um centavos).
Modalidade: Pregão Presencial
Validade da Ata: Até 31/12/2011
Órgãos Participantes: Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Timbó.
A íntegra da Ata está disponível no Departamento de Licitações

Timbó, 07 de outubro de 2011
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Extrato da Ata de Registro de Preço n.º 66 2011 Salsichas

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Pregão Presencial 66/2011

Órgão Gestor: Departamento de Compras e Licitações / Município de Timbó/SC
Objeto: Aquisição de salsichas destinadas à merenda escolar.
Empresa fornecedora: Supermercado Busarello Ltda
Valor Total Estimado: R\$ 487,20 (Quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte centavos).
Modalidade: Pregão Presencial
Validade da Ata: Até 31/12/2011
Órgãos Participantes: Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Timbó.
A íntegra da Ata está disponível no Departamento de Licitações

Timbó, 07 de outubro de 2011
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Extrato de Dispensa Nº 117- 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA DE TIMBÓ
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 117/2011
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Timbó
CONTRATADO: G. Maiochi e Cia Ltda.
OBJETO: Dispensa de licitação para conserto de Escavadeira

Hidráulica, Komatsu PC200.
VALOR TOTAL: R\$ 29.121,26

Timbó, 11 de outubro de 2011.
LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Videira

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 143/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2011 - PMV
REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 143/2011. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE FILTROS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 31 de Outubro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9032/3566-9012/3566-9034.

Videira/SC, 10 de Outubro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato n. 0593/2011

Extrato do Contrato n. 0593/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: KELEN CORDEIRO LARA
CPF: 030.164.079-30
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LUCIMAR APARECIDA THIBES COUTO
VIGÊNCIA: de 12 de agosto de 2011 a 30 de setembro de 2011
FUNÇÃO: Professora de Ensino Fundamental Séries Finais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 15 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 551,59 (Quinhentos e cinquenta e um reais e cinquenta e nove centavos)

Extrato do Contrato n. 0599/2011

Extrato do Contrato n. 0599/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: TEREZINHA LOPES CARDOZO
CPF: 731.390.509-25
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 05 de setembro de 2011 a 29 de fevereiro de 2012
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0603/2011

Extrato do Contrato n. 0603/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DEBORA DE MIRANDA GIRARDI
CPF: 026.107.129-79
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 02 de setembro de 2011 a 31 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: Agente de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Termo Aditivo n. 0098/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0098/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELIANE RUTE ANDRIN ALVES
CPF: 008.553.959-74
VIGÊNCIA: de 30 de julho a 16 de setembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0135/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0135/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIA CRISTINA NUNES DOS SANTOS
CPF: 070.750.469-42
VIGÊNCIA: de 13 de agosto a 12 de outubro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0195/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0195/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JULHANA CRISTINA DE MATTOS
CPF: 004.890.049-46
VIGÊNCIA: de 08 de agosto a 16 de setembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0272/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0272/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MIRIAN TEREZINHA DELLANI
CPF: 021.572.029-60
VIGÊNCIA: a partir de 01 de setembro de 2011
OBJETO: Redução de carga horária de 35 (trinta e cinco) horas para 20 (vinte) horas
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0326/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0326/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JHENIFFER LINS THIBES
CPF: 069.533.639-83
VIGÊNCIA: de 30 de julho a 23 de dezembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0385/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0385/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GILVANI APARECIDA RAMOS DE SOUZA BUSANELLO
CPF: 947.183.429-53
VIGÊNCIA: de 14 de agosto de 2011 a 10 de setembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0446/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0446/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: KATIA GOTTSSELIG
CPF: 059.970.739-98
VIGÊNCIA: de 06 de agosto a 01 de setembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0475/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0475/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MAIULI KELI DA SILVA
CPF: 047.825.129-70
VIGÊNCIA: de 30 de julho a 16 de outubro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0484/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0484/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MIRIÃ FERNANDES DA ROCHA
CPF: 944.593.479-20
VIGÊNCIA: de 01 de julho a 30 de setembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0502/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0502/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GISELI DA SILVA
CPF: 068.679.709-40
VIGÊNCIA: de 01 de agosto a 30 de setembro de 2011
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0510/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0510/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: RITA DE CASSIA HEBERLE DE ARAUJO
CPF: 018.501.619-76
VIGÊNCIA: de 11 de agosto de 2011 a 10 de setembro de 2011
OBJETO: Aumento de carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0568/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0568/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SILMARA APARECIDA SOUZA DE CAMARGO

SUBTIL

CPF: 003.939.449-21

VIGÊNCIA: de 31 de agosto de 2011 a 30 de setembro de 2011

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo n. 0574/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0574/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LEONICE SCAPINELLO

CPF: 564.405.299-00

VIGÊNCIA: de 31 de agosto de 2011 a 16 de dezembro de 2011

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo de Rescisão n. 0117/2011

Extrato do Termo de Rescisão n. 0117/2011

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0611/11

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ANTÔNIO CARLOS ROSSETTE

CPF: 933.502.799-53

OBJETO: Rescisão a pedido do contratado

VIGÊNCIA: A partir 30 de setembro de 2011.

Edital de Notificação N.º ED018/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º ED018/2011

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no art. 145, III da Constituição Federal; considerando o disposto nos artigos 81 e 82 da Lei 5.172 de 25/10/66 CTN; considerando o disposto no Decreto-Lei nº 195, de 24 de fevereiro de 1967; considerando o disposto do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal; considerando o disposto nos artigos 69 a 78 da Lei n.º 69/85 (Código Trib. Municipal); e o disposto no Decreto n.º 3386, de 30 de março de 1993

NOTIFICA:

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados nas Ruas Maximo Santini, Afonso Machienavie e Luiz Carlos Machienavie no Município de Videira, que nesta data está sendo lançada pela Secretaria Municipal de Finanças a Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária de obra pública relativa à pavimentação em pedras irregulares, pelos valores e distribuição constantes dos Anexos I e II, e deverá ser paga observado os seguintes prazos e condições:

1 – DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (art. 82, I, a, da Lei 5.172/66 – CTN)

O Memorial Descritivo da obra é o constante do Anexo I, páginas 01 a 12, deste Edital e Processo Administrativo Licitatório TP nº 003/2010.

2 – DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA (art. 82, I, b, da Lei 5.172/66 – CTN)

Serviços de pavimentação em pedras irregulares de 2.182,30m² nas ruas Maximo Santini, Afonso Machienavie e Luiz Carlos Machienavie no valor total de R\$ 97.939,55 (noventa e sete mil, novecentos e trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), conforme documentos do Anexo I, páginas 01 a 12, deste Edital.

3 – DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO (art. 82, I, c, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os proprietários de imóveis situados na rua onde a obra foi executada irão custear o valor de R\$ 48.969,78 (quarenta e oito mil e novecentos e sessenta e nove reais e setenta e oito centavos). Montante este equivalente a 50,00% do valor da obra apurado e pago conforme Processo Administrativo Licitatório TP nº 003/2010.

4 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA (art. 82, I, d, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os imóveis limítrofes, com testada integral ou parcial para as ruas Maximo Santini, Afonso Machienavie e Luiz Carlos Machienavie, conforme demonstrado no Anexo II deste Edital.

5 – DO RATEIO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA (art. 82, I, "e", e §§ 1º e 2º, da Lei 5.172/66 – CTN)

O valor a ser pago limitar-se-á ao fator de valorização dos imóveis, decorrente da obra de pavimentação e será rateado pela área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra, conforme Anexo II deste edital.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através de fórmula de cálculo, que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra.

Contribuição de Melhoria = Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários
Valorização total da obra

6 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO: (art. 82, § 2º da Lei 5.172/66 – CTN)

I – Pagamento em parcela única: somente poderá ser efetuado até a data de vencimento da primeira parcela, em 20 de janeiro de 2012, e gozará de desconto de 20% (vinte por cento). O documento de arrecadação pré-emitido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

II – Pagamento parcelado: o tributo poderá ser pago em vinte e quatro parcelas vencíveis nos dias 20 (vinte) de cada mês, sendo a primeira vencível em 20 de janeiro de 2012.

O recolhimento deverá ser realizado nas agências da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil em documento de arrecadação próprio do município.

7 - PAGAMENTO COM ATRASO:

O pagamento com atraso das parcelas estará sujeito à atualização monetária a partir de 90 (noventa) dias do vencimento (Artigo 100, §1º, "a" da Lei Municipal 69/85,) e aos seguintes acréscimos (artigo 100 da Lei Municipal n.º 69/85):

a) Multa: de 0,3 (três décimos por cento) ao dia até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)

b) Juros de mora: de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração.

c)

8 - FALTA DE PAGAMENTO: (art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo não pago no prazo regulamentar será inscrito em Dívida

Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. (art. 147 da Lei Municipal n.º 69/85). Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

9 - IMPUGNAÇÕES (art. 82, II da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal n.º 69/85. Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

10 - OUTRAS INFORMAÇÕES:

Os DAM's de Contribuição de Melhoria (CM) estão disponíveis no Portal Tributário do Município, no site do município www.videira.sc.gov.br, Link Serviços On Line – Portal Tributário. O contribuinte deverá acessar o site, solicitar o login, e após o recebimento do mesmo, poderá imprimir o carnê pelo portal do Município.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09

Videira, 07 de outubro de 2011

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

WALMOR LUIZ DALL' AGNOL

Secretário de Administração

ANEXO I

**DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA E
RATEIO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA**

RUA MAXIMO SANTIN, AFONSO MACHIEHAVE E LUIZ CARLOS MACHIEHAVE

CM= Valorização resultante da obra (individual) X Participação dos proprietários
Valorização total resultante da obra

TOTAL GERAL DA OBRA	R\$	97.939,55	100,00%
PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS	R\$	48.969,78	50,00%
PARTIC. PODER PÚBLICO	R\$	48.969,78	50,00%

PROPRIETARIOS	Área do Terreno ou fração ideal	Valor terreno	valor terreno após obra	valorização resultante da obra	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.
JOSE PADILHA JUNIOR 01.16.029.0282.001.01-01	143,21 m2	20.000,00	22.000,00	2.000,00	987,54	2,02%
MARINES PAGANINI 01.16.028.0287.001.01-01	110,14 m2	15.000,00	16.500,00	1.500,00	740,66	1,51%
MAYARA FERREIRA DE PAULA 01.16.028.0287.002.01-01	110,14 m2	15.000,00	16.500,00	1.500,00	740,66	1,51%
KEILA ELIZIANE CELESKI 01.16.028.0287.003.01-01	108,54 m2	15.000,00	16.500,00	1.500,00	740,66	1,51%
ROSE GIUSTI 01.16.028.0287.004.01-01	113,81 m2	15.000,00	16.500,00	1.500,00	740,66	1,51%
IVONE BALDASSO 01.16.028.0243.001.01-01	392,00 m2	40.000,00	44.000,00	4.000,00	1.975,09	4,03%
ARACELY REOLON 01.16.028.0227.001.01-01	392,00 m2	40.000,00	44.000,00	4.000,00	1.975,09	4,03%
ARACELY REOLON 01.16.028.0213.001.01-01	392,00 m2	40.000,00	44.000,00	4.000,00	1.975,09	4,03%
ARACELY REOLON	392,00 m2	40.000,00	44.000,00	4.000,00	1.975,09	4,03%

01.16.028.0199.001.01-01							
GIORDANO PASQUAL PETRY	392,00	m2	40.000,00	44.000,00	4.000,00	1.975,09	4,03%
01.16.028.0185.001.01-01							
NADIR FAVERO PASQUAL	49,30	m2	9.000,00	10.350,00	1.350,00	666,59	1,36%
01.16.028.0056.001.01.02							
CLAUDENICE APARECIDA BALENA	49,30	m2	9.000,00	10.350,00	1.350,00	666,59	1,36%
01.16.028.0056.002.01.01							
ZELI TEREZINHA DARIVA	49,30	m2	9.000,00	10.350,00	1.350,00	666,59	1,36%
01.16.028.0056.003.01.02							
IVANIR MARLI ZAGO	60,82	m2	10.500,00	12.075,00	1.575,00	777,69	1,59%
01.16.028.0056.004.01.02							
RENATA ZUCCHETTI	60,82	m2	10.500,00	12.075,00	1.575,00	777,69	1,59%
01.16.028.0056.005.01.02							
MARGARETE AP. RODRIGUES ALVES	60,82	m2	10.500,00	12.075,00	1.575,00	777,69	1,59%
01.16.028.0056.006.01.02							
VALDIR SERGIO LAZZARI	60,82	m2	10.500,00	12.075,00	1.575,00	777,69	1,59%
01.16.028.0056.007.01.02							
JAISON RAFAEL VARELA	60,82	m2	10.500,00	12.075,00	1.575,00	777,69	1,59%
01.16.028.0056.008.01.02							
ELIDA MARIA RIGO CARMINATTI	521,30	m2	48.000,00	55.200,00	7.200,00	3.555,15	7,26%
01.16.028.0085.001.01-01							
CESAR DE BASTIANI	371,03	m2	45.000,00	51.750,00	6.750,00	3.332,96	6,81%
01.16.028.0178.001.01-01							
CESAR DE BASTIANI	360,81	m2	43.000,00	47.300,00	4.300,00	2.123,22	4,34%
01.16.028.0153.001.01-01							
ADELIR BONAMIGO	360,00	m2	43.000,00	47.300,00	4.300,00	2.123,22	4,34%
01.16.028.0145.001.01-01							
SITOPLAN SCHNEIDER I. TOP. E PLANE	300,00	m2	38.000,00	41.800,00	3.800,00	1.876,33	3,83%
01.16.031.0013.001.01-01							

NEIDE REGINA DA SILVA	300,00	m2	38.000,00	41.800,00	3.800,00	1.876,33	3,83%
01.16.031.0027.001.01-01							
JOVILDE APARECIDA CREPALDI	367,60	m2	45.000,00	49.500,00	4.500,00	2.221,97	4,54%
01.16.031.0063.001.01-01							
SITOPLAN SCHNEIDER I. TOPOG E PLANE	367,00	m2	40.000,00	44.000,00	4.000,00	1.975,09	4,03%
01.16.031.0077.001.01-01							
ADILSON CARELLI	378,76	m2	46.000,00	50.600,00	4.600,00	2.271,35	4,64%
01.16.031.0103.001.01-01							
SUSANA A. PATRICIO	360,18	m2	40.000,00	44.000,00	4.000,00	1.975,09	4,03%
01.16.031.0117.001.01-01							
ADELIR BONAMIGO	380,00	m2	45.000,00	49.500,00	4.500,00	2.221,97	4,54%
01.16.030.0037.001.01-01							
OLICE SANTINI	379,00	m2	48.000,00	52.800,00	4.800,00	2.370,10	4,84%
01.16.030.0083.001.01-01							
OLICE SANTINI	387,00	m2	45.000,00	47.700,00	2.700,00	1.333,18	2,72%
01.16.030.0097.001.01-01							
VALORIZAÇÃO TOTAL RESULTANTE DA OBRA						99.175,00	
PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS					R\$	48.969,78	
PARTIC. PODER PÚBLICO					R\$	48.969,78	
TOTAL GERAL DA OBRA					R\$	97.939,55	

Editais de Notificação Nº 0019/2011

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 0019/2011

Alexandre Ganasini, Secretário de Finanças no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100 da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 150, § 6º, do Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 69, de 05/12/1985, e, no item "c" do Requerimento de Parcelamento, NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DATA CANCELAMENTO
Aldino Gomes de Campos	019.214.749-80	1.380/2011	10/10/2011
Bar e Lanchonete LHD Dantas Ltda	08.471.984/0001-09	6.980/2011	10/10/2011
Bassani Indústria e Comércio de Acessórios Cabinagem e Estofamentos Ltda ME	09.112.187/0001-90	6.735/2011	10/10/2011
Bem Estar Lanchonete e Restaurante Ltda ME	13.246.199/0001-84	4.717/2011	10/10/2011
Donizete Cardoso da Silva e Outros	679.136.109-30	971/2010	10/10/2011
Doroti Arlete Soares	423.295.239-04	4.607/2011	10/10/2011
Formigão Lanches Ltda	04.920.486/0001-37	6.369/2011	10/10/2011
Genor Elias Bariviera	794.258.449-68	6.240/2011	10/10/2011
Inez Trindade Rizzi	893.392.829-49	4.936/2011	10/10/2011
Jaime Capeletto	194.740.679-53	5.717/2010	10/10/2011
José Maurivan Moreira - ME	85.353.696/0001-92	6.437/2011	10/10/2011
João Perdoncini	162.599.800-78	4.506/2010	10/10/2011
José Carlos Teles de Souza	427.632.900-00	5.762/2010	10/10/2011
Lanchonete Cordeiro Ltda	08.857.844/0001-37	5.859/2010	10/10/2011
Leandro Bordignon	11.343.388/0001-40	7.820/2011	10/10/2011
Lourival Ribeiro	250.050.229-53	1.554/2011	10/10/2011
Maria Dorly de Oliveira	004.502.249-61	475/2011	10/10/2011
Maria Ieda Almeida Xavier	131.117.609-87	3.801/2009	10/10/2011
Milton Canale	316.064.829-04	4.052/2010	10/10/2011
Pedro Pedroso	678.352.449-34	5.966/2011	10/10/2011
Roberto Carlos Adam	489.093.789-72	1.049/2011	10/10/2011
Wanderley Dias	484.219.799-49	5.391/2011	10/10/2011

Para que produza os efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira, 10 de outubro de 2011.

ALEXANDRE GAVASINI

Secretário de Finanças

Vitor Meireles**PREFEITURA****Decreto Nº 072/2011**

DECRETO 072/2011

Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0754, de 10/12/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

0401 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
20.606.006.2006 - Manutenção da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente

33000000.00 - Outras Despesas Correntes
33900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
12.306.010.2024 - Merenda Escolar
31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
12.361.010.2022 - Manutenção do Ensino Fundamental
44000000.00 - Investimentos
44900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.5800 - Salário Educação R\$ 7.290,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
27.812.011.2028 - Apoio ao Esporte Amador
31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 2.700,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
13.392.013.2032 - Manutenção das Atividades Culturais e Turísticas
31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 2.700,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
13.392.013.2032 - Manutenção das Atividades Culturais e Turísticas
44000000.00 - Investimentos
44900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

0701 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
15.452.017.2037 - Manutenção dos Serviços Urbanos
44000000.00 - Investimentos
44900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 6.000,00

0701 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
17.512.017.2039 - Saneamento Básico
44000000.00 - Investimentos
44900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica
44000000.00 - Investimentos
44900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.6400 - Atenção Básica R\$ 8.640,90

1001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.241.009.2017 - Integração da Terceira Idade
44000000.00 - Investimentos
44900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Art. 2º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

0401 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
20.606.006.2006 - Manutenção da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente
31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
12.306.010.2024 - Merenda Escolar
33000000.00 - Outras Despesas Correntes
33900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
12.361.010.2022 - Manutenção do Ensino Fundamental
33000000.00 - Outras Despesas Correntes
33900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.5800 - Salário Educação R\$ 7.290,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
27.812.011.2028 - Apoio ao Esporte Amador
33000000.00 - Outras Despesas Correntes
33900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 2.700,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
13.392.013.2032 - Manutenção das Atividades Culturais e Turísticas
33000000.00 - Outras Despesas Correntes
33900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 4.700,00

0701 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
15.452.017.2037 - Manutenção dos Serviços Urbanos
33000000.00 - Outras Despesas Correntes
33900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 6.000,00

0701 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
17.512.017.2039 - Saneamento Básico
33000000.00 - Outras Despesas Correntes
33900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica
31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.6400 - Atenção Básica R\$ 8.640,90

1001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.241.009.2017 - Integração da Terceira Idade

33000000.00 - Outras Despesas Correntes
33900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 10 de outubro de 2011.
IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, 10/10/2011.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Decreto Nº 073/2011

DECRETO 073/2011

Suplementa Dotações Orçamentárias por provável excesso de arrecadação e Estabelece Outras Providências.

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0754, de 10/12/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

0201 - GABINETE DO PREFEITO E VICE
04.122.002.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito
31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
12.361.010.2022 - Manutenção do Ensino Fundamental
31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0100 - Rec. de Impostos e de Transf. de Imp-Educ R\$ 20.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
12.361.010.2022 - Manutenção do Ensino Fundamental
33000000.00 - Outras Despesas Correntes
33900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0100 - Rec. de Impostos e de Transf. de Imp-Educ R\$ 5.000,00

0701 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
26.782.014.2033 - Manutenção de Obras e Serviços Públicos
31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

0701 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
26.782.014.2033 - Manutenção de Obras e Serviços Públicos
33000000.00 - Outras Despesas Correntes
33900000.00 - Aplicações Diretas
0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica
31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 - Aplicações Diretas



0.1.6400 - Atenção Básica R\$ 30.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 10 de outubro de 2011.
IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, 10/10/2011.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Ata de Registro de Preços Nº 04/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2011 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DE VITOR MEIRELES

Aos sétimo dia do mês de outubro do ano de 2011, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 04/2011, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 07/10/2011, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para aquisição de Equipamentos Odontológicos, Eletrônicos e Kits para Gestantes, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

3044.9 - TEREZA YOSHIKO UTIMI FOSSA - ME						
Item	Quantidade	Unid	Preço Unitario	Preço Total	Julgamento	Marca
006	100,00000	UN	0,9700	97,00	MEN. PREÇO	0001-123
SABONETE INFANTIL						
Total: TEREZA YOSHIKO UTIMI FOSSA - ME				97,00		

4109.2 - BOING CONFECÇÕES E BAZAR LTDA ME						
Item	Quantidade	Unid	Preço Unitario	Preço Total	Julgamento	Marca
001	100,00000	UN	17,7500	1.775,00	MEN. PREÇO	0001-GRILLOS
KIT GESTANTE						
009	100,00000	UN	6,6900	669,00	MEN. PREÇO	0001-DEFINIT
CONJUNTO PAGAO						
Total: BOING CONFECÇÕES E BAZAR LTDA ME				2.444,00		

5593.0 - ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA						
Item	Quantidade	Unid	Preço Unitario	Preço Total	Julgamento	Marca
002	100,00000	UN	3,2000	320,00	MEN. PREÇO	0001-IN-COTERM
TERMOMETRO						

008	100,00000	UN	1,0500	105,00	MEN. PREÇO	0001-HI-GIE TOPP
COTONETES						
013	1,00000	UN	700,0000	700,00	MEN. PREÇO	0001-BAL-MAK
BALANCA PEDIATRICA DIGITAL						
Total: ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA				1.125,00		

6566.8 - PROHOSPITAL SUL COM DE MAT MEDICO E ODON						
Item	Quantidade	Unid	Preço Unitario	Preço Total	Julgamento	Marca
003	100,00000	UN	3,1000	310,00	MEN. PREÇO	0001-ME-DHOUSE
FRALDA DESCARTAVEL						
Total: PROHOSPITAL SUL COM DE MAT MEDICO E ODON				310,00		

10182.6 - DEL ROMA PRESENTES E UTILIDADES LTDA ME						
Item	Quantidade	Unid	Preço Unitario	Preço Total	Julgamento	Marca
004	100,00000	UN	6,2500	625,00	MEN. PREÇO	0001-DE-QUINHA
CUEIRO (MANTA)						
007	100,00000	UN	3,9000	390,00	MEN. PREÇO	0001-KIDS
SCHAMPOO INFANTIL						
Total: DEL ROMA PRESENTES E UTILIDADES LTDA ME				1.015,00		

10190.7 - BS EQUIPAMENTOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA						
Item	Quantidade	Unid	Preço Unitario	Preço Total	Julgamento	Marca
010	3,00000	UN	1.600,0000	4.800,00	MEN. PREÇO	0001-DI-GITALE
AUTO CLAVE						
Total: BS EQUIPAMENTOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA				4.800,00		

10202.4 - M.F DE ALMEIDA E CIA LTDA ME						
Item	Quantidade	Unid	Preço Unitario	Preço Total	Julgamento	Marca
011	1,00000	UN	1.255,0000	1.255,00	MEN. PREÇO	0001-DENTS-CLER
KIT ACADEMICO CONTENDO ALTA ROTACAO MICRO MOTOR E CONTRA-ANGULO						
012	1,00000	UN	1.490,0000	1.490,00	MEN. PREÇO	0001-ALT
ULTRASSON COM JATO DE BICARBONATO						
Total: M.F DE ALMEIDA E CIA LTDA ME				2.745,00		

10207.5 - BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME						
Item	Quantidade	Unid	Preço Unitario	Preço Total	Julgamento	Marca
014	1,00000	UN	1.390,0000	1.390,00	MEN. PREÇO	0001-view-sonic
DATA SHOW						
Total: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME				1.390,00		

Total Geral						
(Os sub-itens não entram na soma dos totais)				13.926,00		

1.3 Este instrumento não obriga o FMS a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de

desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o FMS solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 4/2011 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 Os materiais deverão ser entregues, conforme a necessidade do Fundo Municipal de Saúde de Vitor Meireles, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

4.2 Após efetuada sua solicitação, os objetos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até 10 (DEZ) dias após a data de recebimento do presente requerimento, em horário de expediente, recebido por fax e por e-mail.

4.3 No ato da entrega dos materiais a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.

4.4 Os materiais que forem recusados, por estarem em desconformidade com o que foi exigido no Edital, deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o FMS.

4.5 Se a substituição dos materiais cotados não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, e na Lei.

4.6 O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será efetuado em até 10 dias úteis, mediante apresentação da Nota Fiscal e todas as mercadorias, devidamente

recebidas no Departamento de Saúde de Vitor Meireles, e aceitas pela Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

5.2 Os Preços serão reajustados com base no índice de variação do preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e nota de Compra com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 O FMS poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e o SAMAE não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo FMS.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa:

- 1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
- 2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III – Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas

simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do FMS.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 07 de outubro de 2011.

COMISSÃO:

IVANDRO ANZINI
Pregoeiro

JEOVANA WINTER
Equipe de Apoio

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO
Equipe de Apoio

3044.9-TEREZA YOSHIKO UTIMI FOSSA – ME

4109.2-BOING CONFECÇÕES E BAZAR LTDA ME

5593.0-ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA

6566.8-PROHOSPITAL SUL COM DE MAT MEDICO E ODON

8842.0-PRODOCTOR-COM DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E SERV LTDA

10182.6-DEL ROMA PRESENTES E UTILIDADES LTDA ME

10190.7-BE EQUIPAMENTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

10202.4-M.F DE ALMEIDA E CIA LTDA ME

10207.5-BAGATOLI COMÉRCIO DE MOVEIS LTDA ME

Associações

CIS/AMUNESC

Extrato contratual

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA

Termo de Contrato nº 1/2011 - Macropel - Materiais de Escritório Ltda.

Objeto: Aquisição de materiais de expediente para uso no CIS/AMUNESC.

Data: 14/09/2011

Prazo: até 31/12/2011

Valor: R\$1.578,76 (Hum mil, quinhentos e setenta e oito reais e setenta e seis centavos).

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA

Termo de Contrato nº 2/2011 - .Vilson Meier

Objeto: Prestação de Serviços Profissionais de Consultoria em Contabilidade Pública

Data: 01/09/2011

Prazo: até 01/09/2012

Valor: R\$49,00 (quarenta e nove reais (por hora de serviço prestado)).

Consórcios

ARIS

Termo de Dispensa - Licitação n. 021/2011

Processo de Licitação nº. 021/2011

Dispensa de Licitação nº. 018/2011

Objeto: seleção e contratação de agência de viagens para a compra de passagens aéreas para deslocamento do Diretor-geral da ARIS no dia 05 de outubro e do Conselheiro da ARIS no dia 29 de setembro.

Contratado: ATIVE TOUR AGÊNCIA DE TURISMO LTDA.

CNPJ nº. 02.291.480/0001-12.

Valor: R\$ 544,36 (quinhentos e quarenta e quatro reais e trinta e seis centavos)

Fundamento legal: art. 24, II c/c art. 62, § 2º, todos da Lei nº 8.666/93

Florianópolis, 10 de outubro de 2011.

MARCOS FEY PROBST

Diretor-geral da ARIS

Termo de Dispensa - Licitação n. 023/2011

Processo de Licitação nº. 023/2011

Dispensa de Licitação nº. 020/2011

Objeto: seleção e contratação de agência de viagens para compra de passagens aéreas para Chapecó (ida - 06 de outubro e retorno - 08 de outubro de 2011), em favor do Diretor-geral Marcos Fey Probst.

Contratado: ATIVE TOUR AGÊNCIA DE TURISMO LTDA.

CNPJ nº. 02.291.480/0001-12

Valor: R\$ 603,90 (seiscentos e três reais e noventa centavos)

Fundamento legal: art. 24, II c/c art. 62, § 2º, todos da Lei nº 8.666/93

Florianópolis, 10 de outubro de 2011.

MARCOS FEY PROBST

Diretor-geral da ARIS

Termo de Retificação - Licitação n. 017/2011

TERMO DE RETIFICAÇÃO

Através do presente, retifica-se o Termo de Dispensa de Licitação nº 017/2011, publicado no DOM/SC de 20/09/2011, edição nº 828, pág. 217, na forma abaixo:

OBJETO: Contratação de empresa para a compra e instalação de persiana vertical na sede da Coordenadoria Regional da ARIS, com

localização na Av. Nereu Ramos, 1750-E, sala 02, Passo dos Fortes, Chapecó/SC.

CONTRATADA: Rebellatto & Braun Ltda. CNPJ - 05.445.450/0001-01

VALOR: Onde se lê R\$ 948,00 (novecentos e quarenta e oito reais)

Lê-se R\$ 900,00 (novecentos reais).

Florianópolis/SC, 10 de outubro de 2.011

MARCOS FEY PROBST

Diretor Geral da ARIS

CIS/AMUREL

Edital de Convocação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

A Presidente do CIS/AMUREL- Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 26 de outubro de 2011, às 14:00 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em primeira convocação, e às 14:30 horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em sua sede provisória, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, Sede da AMUREL, bairro Vila Moema, Tubarão (SC).

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

I. Aprovação da Ata da Assembléia Anterior; (cópia entregue)

II. Apreciação e Aprovação dos Registros Contábeis, referentes ao 4º bimestre de 2011;

III. Assuntos Diversos.

Tubarão, 07 de outubro de 2011.

LEONETE BACK LOFFI